

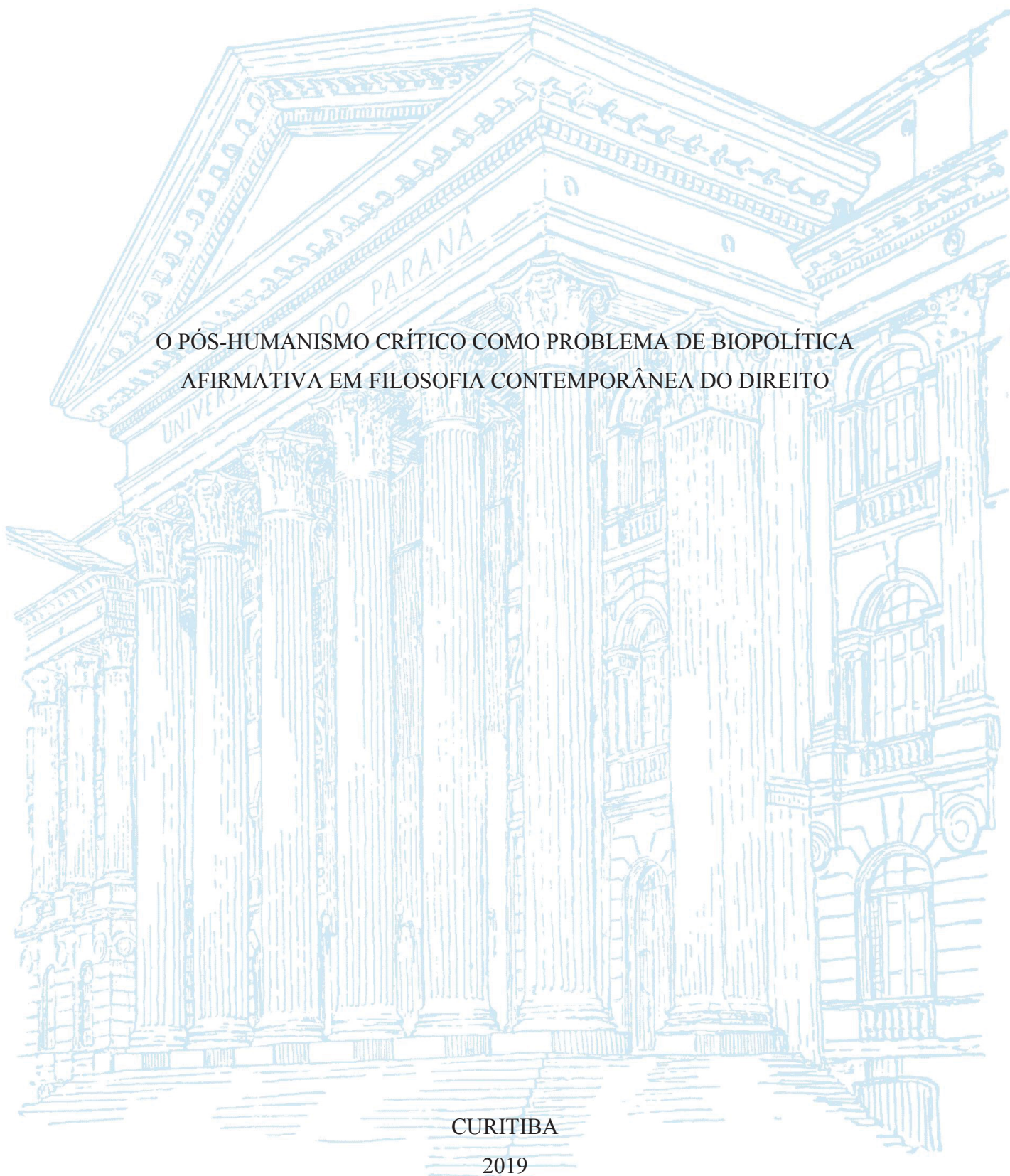
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELISEU RAPHAEL VENTURI

O PÓS-HUMANISMO CRÍTICO COMO PROBLEMA DE BIOPOLÍTICA
AFIRMATIVA EM FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA DO DIREITO

CURITIBA

2019



ELISEU RAPHAEL VENTURI

O PÓS-HUMANISMO CRÍTICO COMO PROBLEMA DE BIOPOLÍTICA
AFIRMATIVA EM FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA DO DIREITO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig.

Co-Orientadora: Profa. Dra. Angela Couto Machado Fonseca.

CURITIBA
2019

V469p

Venturi, Eliseu Raphael

O pós-humanismo crítico como problema de biopolítica afirmativa em filosofia contemporânea do direito / Eliseu Raphael Venturi; orientador: Celso Luiz Ludwig; coorientadora: Angela Couto Machado Fonseca. – Curitiba, 2019.

233 p.

Bibliografia: p. 190-219.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2019.

1. Direito - Filosofia. 2. Bioética. I. Ludwig, Celso Luiz.
II. Fonseca, Angela Couto Machado. III. Título.

CDU 340.12

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

TERMO DE APROVAÇÃO

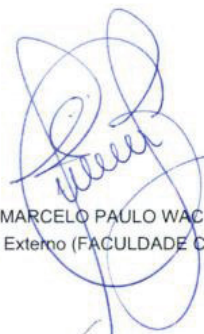
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ELISEU RAPHAEL VENTURI** intitulada: **O Pós-Humanismo Crítico como problema de biopolítica afirmativa em Filosofia Contemporânea do Direito** sob orientação do Prof. Dr. CELSO LUIZ LUDWIG, que após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

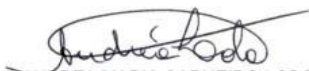
CURITIBA, 05 de Setembro de 2019.



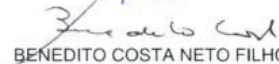
CELSO LUIZ LUDWIG
Presidente da Banca Examinadora



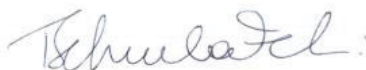
MARCELO PAULO WACHELESKI
Avaliador Externo (FACULDADE CIÊNCIAS DA VIDA)



ANDREA MARIA CARNEIRO LOBO
Avaliador Externo (FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL)



BENEDITO COSTA NETO FILHO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE POSITIVO)

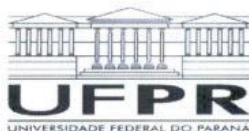


TATYANA SCHEILA FRIEDRICH
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



ANGELA COUTO MACHADO FONSECA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

ATA Nº60

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DOUTORADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM DIREITO

No dia cinco de setembro de dois mil e dezenove às 14:00 horas, na sala De Defesas - 317, Praça Santos Andrade, 50 - Centro - PPGD - UFPR, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de tese do doutorando **ELISEU RAPHAEL VENTURI**, intitulada: **OPós-Humanismo Crítico como problema de biopolítica afirmativa em Filosofia Contemporânea do Direito** sob orientação do Prof. Dr. CELSO LUIZ LUDWIG. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em DIREITO, foi constituída pelos seguintes Membros: CELSO LUIZ LUDWIG (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARCELO PAULO WACHELESKI (FACULDADE CIÊNCIAS DA VIDA), ANDREA MARIA CARNEIRO LOBO (FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL), BENEDITO COSTA NETO FILHO (UNIVERSIDADE POSITIVO), TATYANA SCHEILA FRIEDRICH (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), ANGELA COUTO MACHADO FONSECA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APPROVADO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, CELSO LUIZ LUDWIG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 05 de Setembro de 2019.

CELSO LUIZ LUDWIG
Presidente da Banca Examinadora

ANDREA MARIA CARNEIRO LOBO
Avaliador Externo (FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL)

TATYANA SCHEILA FRIEDRICH
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

MARCELO PAULO WACHELESKI
Avaliador Externo (FACULDADE CIÊNCIAS DA VIDA)

BENEDITO COSTA NETO FILHO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE POSITIVO)

ANGELA COUTO MACHADO FONSECA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



Dedico este trabalho aos meus pais, Eliseu Venturi e Arlette Lêa Gonçalves Venturi, e ao meu irmão Eliseu Venturi Filho (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente aos meus pais, Eliseu Venturi e Arlette Lêa Gonçalves Venturi, “por tudo”, e por todo o trajeto de estímulos e de renúncias que nos permitiu chegar a este trabalho, mas, sobretudo, por aquilo que cerca e antecede uma pesquisa de Doutorado.

Também, agradeço aos orientadores, Prof. Celso e Profa. Ângela, em razão de todo o companheirismo de construções e de reconstruções do trabalho (que é mais do que um escrito), assim como pelas ideias que perpassaram, como processo vital, o que ficou aqui registrado e que seguirá seus novos caminhos.

Ao Celso, agradeço a constante inspiração hermenêutica serena, e à Ângela, o manancial crítico biopolítico sem jamais perder o amanhã. Agradeço-lhes, também, pela generosidade e hospitalidade em acolher um *estrangeiro da filosofia*.

Reforço o agradecimento à Ângela por sua especial e decisiva contribuição na formação do olhar biopolítico, não apenas no curso da orientação como em razão das duas disciplinas ofertadas com a temática: Governamentalidade e Biopolítica (2015/2) e Direito e Poder em Nietzsche, Foucault e Deleuze (2016/1).

Agradeço muito, ainda, aos integrantes da Banca, por todo o auxílio na qualificação e, muito antes dela, por sua presença como autores de inspiração a diversas abordagens deste trabalho: ao Benedito, a Literatura, a Escritura, a Liberdade; À Tatyana, a coragem dos direitos humanos; ao Marcelo, o bom combate do direito positivo; à Andréa, a doçura em meio ao amargor. Agradeço também todas as recomendações e sugestões da defesa, incorporadas na oportunidade da versão final deste trabalho.

Em especial, ao Benedito, “o homem mais lido”, destaco o agradecimento por aquela educação informal cotidiana à Literatura, às novas relações com Bernhard, Houellebecq, Kiš, Yourcenar, e tantos outros autores.

Agradeço, ainda, à Editora do Jornal GGN, Lourdes Nassif, pela gentil e respeitosa acolhida dos artigos e crônicas publicados no período de produção desta tese.

Por fim, agradeço a todos os amigos e professores do período do Doutorado, especialmente às fieis companheiras de desaventuras, Luize Navarro, Thais Almeida, Giuliana Rocio Alboneti e Vanessa Sayuri, e aos tantos amigos inomináveis, que estiveram juntos neste período repleto de angústias e de tragicomédias antijurídicas: sobretudo, por estarmos juntos neste teatro do absurdo.

Agradeço à CAPES pela bolsa fruída de dezembro de 2015 a janeiro de 2019.

Íamos em carros! Apeamo-nos à porta do cemitério e caminhamos um longo pedaço. O sol das onze horas batia de chapa em todos nós; mas sem tirarmos os chapéus, abríamos os de sol e seguíamos a suar até o lugar onde devia verificar-se o enterramento. Naquele lugar esbarramos com seis ou oito homens ocupados em abrir covas: estavam de cabeça descoberta, a erguer e fazer cair a enxada. Nós enterramos o morto, voltamos nos carros, e daí às nossas casas ou repartições. E eles? Lá os achamos, lá os deixamos, ao sol, de cabeça descoberta, a trabalhar com a enxada. Se o sol nos fazia mal, que não faria àqueles pobres-diabos, durante todas as horas quentes do dia?

Machado de Assis

RESUMO

O objeto central da tese consiste no Pós-Humanismo Crítico pensado em suas influências sobre o Direito em um plano filosófico. Tematicamente, trata-se da projeção do Pós-Humanismo Crítico no âmbito da Biopolítica, situada no contexto das aberturas temático-jurídicas da Filosofia Contemporânea do Direito, segundo pressupostos de polivalência de ideologização dos instrumentos jurídicos e de variações na justificação moral do Direito. O problema da tese consiste, assim, em se identificar alguns potenciais impactos do imaginário do Pós-Humanismo Crítico na Filosofia Contemporânea do Direito enquanto significação biopolítica, especialmente como afirmação biopolítica democrática, possibilitando-se chaves de interpretação, de valoração e de crítica. Deste modo, inicialmente, aborda-se a polissemia do Pós-Humanismo, a partir do anti-humanismo pós-estruturalista. Chega-se, então, ao “Pós-Humanismo Crítico” – seu enfoque crítico e as críticas que recebe – como uma perspectiva filosófica do pós-humano, com especial ênfase ao apreço pela singularidade das “formas de vida” e pelas relações éticas e políticas decorrentes desta perspectiva desconstrutiva e descentralizante, fruto da visão dos Estudos Culturais, dos chamados “Humanismos Críticos” e das filosofias pós-identitárias. A partir deste elo com a “vida” e da contraposição ética às exclusões simbólicas e materiais legitimadas pelo “humano”, analisa-se um contexto teórico da Biopolítica, enfocando-se neste a categoria referencial e central do trabalho da tese, que é a da “Biopolítica Afirmativa”, tanto na sua feição de inversão dos pressupostos da tanatopolítica nazi quanto, muito especialmente, nos termos de seu mais amplo, criativo e indefinido potencial democrático, ambos sentidos propostos por Roberto Esposito em termos de “política da vida”. A partir do olhar da Biopolítica Afirmativa e do apreço pela derradeira sensação da “imanência da vida”, reflete-se, então, sobre o problema do autoritarismo e do totalitarismo – tanto da soberania quanto do mercado – assim como sobre a relação destes com a democracia, enquanto advertência dos riscos de modulações de assujeitamento e de tanatopolítica. A tese se encaminha, então, sobre o tensionamento Biopolítico e Bioético, em cujas bioéticas (laica, cotidiana, da intervenção e da proteção) se antevê uma racionalidade jurídica (crítico-libertadora) assentada na multidimensionalidade e na acumulação semântica dos direitos humanos. Por fim, dedica-se uma reflexão sobre a Crônica como gênero textual anti-imunitário ao “Direito crônico” (ironicamente, adoecido em sua função autoimune), a partir de relações com a cotidianidade, a micropolítica, a singularidade, a oposição à banalidade do mal, conceitos deflagrados pela apreensão biopolítica e amarrados por noções fracas de “escritura” e de “ontologia do presente” como uma possível prática pedagógica, na medida em que se possa extrair deste exercício textual uma prática de filosofia jurídica tendente a expressar resistência (“biorresistências tanatopolíticas micropolíticas”). Trata-se de pesquisa teórica, bibliográfica e conceitual. Ao final, apresentam-se três crônicas e um plano de disciplina.

Palavras-chave: Bioética; Biopolítica Afirmativa; Biorresistência Tanatopolítica; Filosofia Contemporânea do Direito; Pós-Humanismo Crítico.

ABSTRACT

This thesis is aimed at thinking the Post-Humanism Criticism in its influences over Law in a philosophical field. Thematically, it concerns the projection of the Post-Humanism Criticism in the spectrum of Biopolitics, situated in the context of the openings of judicial themes from Contemporary Philosophy of Law, according to the assumptions of polyvalence of ideologization from legal tools and variations in the moral justification of Law. Therefore, the problem of the thesis consists of identifying some impacts of Post-Humanism Criticism's imaginary within Contemporary Philosophy of Law while biopolitics significance, particularly as democratic biopolitics affirmation, allowing it interpretation keys, valuation and criticism. To this effect, initially, it addresses the Post-Humanism polysemy from poststructuralist anti-humanism. Thus, there is "Post-Humanism Criticism" – its critical approach and the critics it gets – as a philosophical perspective from posthuman, with particular emphasis on the appreciation for the uniqueness of "ways of life" and for ethical and political relations due to this deconstructive and decentering view, product of Cultural Studies, of the so-called "Humanism Criticism" and post-identity philosophies. Starting from this link with "life" and ethical contrast to symbolic exclusions and materials legitimized by the "human", it is analyzed a theoretical context of Biopolitics, focusing it the referential and central category of this thesis, which is the "Affirmative Biopolitics", in its reversed presuppositional content from the Nazi thanatopolitics as much as in the terms of its broader, more creative and indefinite democratic potential, both directions proposed by Roberto Esposito in terms of "politics of life itself". From the perspective of Affirmative Biopolitics and the appraise by the ultimate sensation of "immanence of life", it is reflected about authoritarianism and totalitarianism – in sovereignty as much as in market – as well as the relations between them and democracy, while warning of the risks of modulations from antipersonification and thanatopolitics. The thesis refers to the tensioning of Biopolitics and Bioethics, in whose bioethics (laica secular, everyday, intervention and protection) foresees legal rationality (critical-liberatory) settled in multidimensionality and semantics accumulation of human rights. Finally, it engages in a reflection about the Chronicle as an anti-immune textual genre to the "chronic Law" (ironically ill in its autoimmune function), from relations with everyday life, micropolitics, singularity, opposition to the banality of evil, concepts triggered by the biopolitics apprehension and tied by poor ideas of "writing" and "ontology of present" as a possible pedagogical practice, as far as it can be possible to extract from this textual exercise a practice of legal philosophy directed to express resistance ("micropolitics thanatopolitics bioresistance"). This thesis is a theoretical, bibliographical and conceptual research. At the conclusion, it contains three chronicles and a discipline plan.

Key-words: Bioethics; Affirmative Biopolitics, Thanatopolitics Bioresistance; Contemporary Philosophy of Law; Post-Humanism Criticism.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Raoul Hausmann, ABCD, 1923	24
IMAGEM 2 – Petrus Paulus Rubens, detalhe de “Caça ao Leão”, 1621	72
IMAGEM 3 – Cy Twombly, Escola de Atenas, 1961	115
IMAGEM 4 – Friedrich Hundertwasser. Cinco peles do homem, 1997	176
IMAGEM 5 – Helmut Newton, Thierry Mugler Couture, 1995	177
IMAGEM 6 – Carolee Schneemann, Meat joy, 1964	178
IMAGEM 7 – Marc Quinn, Flesh paintings, 2013	178
IMAGEM 8 – Hieronymus Bosch, detalhe de Tentação de Santo Antônio, 1500	234

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PÓS-HUMANISMO CRÍTICO	25
1.1 CRÍTICA AO HUMANISMO TRADICIONAL	27
1.1.1 Natureza Humana e Anti-Humanismo Pós-Estruturalista	28
1.1.2 Perspectivas críticas ao humanismo tradicional	40
1.2 TRANSHUMANISMO E CRÍTICAS AO TRANSHUMANISMO	44
1.2.1 Transhumanismos	44
1.2.1.1 Críticas aos Transhumanismos	47
1.3 PÓS-HUMANISMOS, CRÍTICAS E PÓS-HUMANISMO CRÍTICO	52
1.3.1 Pós-Humanismos	56
1.3.1.1 Críticas aos Pós-Humanismos	59
1.3.1.2 Pós-Humanismo Crítico	61
2 BIOPOLÍTICA AFIRMATIVA	73
2.1 PERSPECTIVAS DAS BIOPOLÍTICAS	74
2.1.1 Indícios e jogos conceituais biopolíticos	79
2.2 DO IMPOLÍTICO À FILOSOFIA DO BÍOS	89
2.2.1 O pensamento político de Roberto Esposito	89
2.3 BIOPOLÍTICA AFIRMATIVA E DEMOCRACIA BIOPOLÍTICA	96
2.3.1 Biopolítica afirmativa, “democracia biopolítica” e “biopolítica democrática”	96
3 O DIREITO E AS ONTOLOGIAS DO PRESENTE PÓS-HUMANISTAS	116
3.1 O PROBLEMA DA TESE NO CONTEXTO DA FILOSOFIA DO DIREITO	118
3.1.1 A Filosofia Contemporânea do Direito como abertura temática	118
3.1.2 Enunciação do problema da tese	130
3.2 POTENCIAIS DE RACIONALIDADE JURÍDICA	134
3.2.1 Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, UNESCO, 2005	134
3.2.2 Bioéticas laica, cotidiana, interventiva e de proteção	151
3.3 CRÔNICAS DE UM DIREITO PÓS-HUMANISTA	158
3.3.1 Bioessistências tanatopolíticas micropolíticas	159
3.3.2 A construção da democracia biopolítica na condição pós-humana	167
3.3.3 Crônicas como ontologias do presente pós-humanas: um exercício filosófico	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	190
ANEXO I – CRÔNICAS	220
ANEXO II – PLANO DE ENSINO	229

INTRODUÇÃO

§ Vida por todos os lados das mortes

O Século XXI abre-se profundamente marcado pelo antepositivo “bio-” como noção e qualificação em várias das preocupações morais e dos aportes teóricos construídos em seu tempo, na esteira das aceleradas e marcantes transformações científicas, artísticas, sociais, econômicas, políticas, jurídicas e tecnológicas ao longo do Século XX.

Era da Biologia, Era da Biotecnologia, Era da Biopolítica, Era da Bioética¹: várias têm sido as expressões e chamadas que exaltam diferentes dimensões da “vida” (ou a forma qualificada do “bíos”) na organização política, social e jurídica, perpassada pela tecnociência, no chamado “Antropoceno”².

“Bio-”, “Vida”, “bíos”, porém, que muito longe de ser apenas, e unicamente, um conceito abstrato, metafísico, teológico, mistério arquetípico ou objeto de interesse restrito à investigação científica da Biologia, pode ser mais: são corpos, são processos, são populações, são comunidades, são multidões, são formas não-humanas; são ecossistemas de formas de vida e de matéria inanimada.

“Vida”, também, que é “normatividade”, tanto como sujeito quanto como objeto.

Muitas são as formas e dimensões da “vida” e da existência amadas, odiadas, administradas, cultivadas, potencializadas, preservadas, extintas ou exterminadas. Muitas são as vidas que a “vida” comporta e muitas são as valorações que recebe e as práticas que justifica, para além, aliás, da não tão nova dicotomia “zoé” e “bíos”.

“Vida”, assim, pode ser, também, um problema ético e político, porque expressa formas de forças postas em relações de poder; e, ainda, por isso mesmo, pode ser um problema jurídico. “Vida” que, a todo momento perpassada e construída pela técnica, demanda responsabilidade³.

¹ “Século para a Biologia”, SUNKEL, Claudio E. Um século para a biologia. **Observador Portugal**, Caderno Ciência. 17 jan. 2016. Disponível em: <<http://observador.pt/opiniao/um-seculo-biologia/>>. Acesso em: 13 out. 2018. “Era da Biologia Sintética”, GERSCHENFELD, Ana. Nasceu a primeira forma de vida artificial. Biologia: bactéria totalmente comandada por ADN sintético reproduziu-se. **Público Portugal**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2010/05/20/ciencia/noticia/nasceu-a-primeira-forma-de-vida-artificial-1438170>>. Acesso em: 16 out. 2017. “Era da Biopolítica”, GIACOA JUNIOR, Oswaldo. Sobre direitos humanos na era da bio-política. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.49, n.118, p.267-308, dez. 2008. “Século [XX] da Biotecnologia”, RIFNKIN, Jeremy. **O século da biotecnologia**. Tradução de Arão Sapiro. São Paulo: Makron Books, 1999.

² Pela hipótese do Antropoceno, proposta por Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoermer nos anos 2000, admite-se uma nova era geológica, decorrente da intervenção humana sobre o planeta, alterando-se ecossistemas e o próprio rumo causal da natureza, ou seja, o tempo humano teria se sobreposto ao tempo geológico. TRISCHLER, Helmuth. El Antropoceno, ¿un concepto geológico o cultural, o ambos?. **Desacatos**, México, n. 54, p. 40-57, ago. 2017. COSTA, Claudia de Lima; FUNCK, Susana Bornéo. O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 903-908, ago. 2017.

³ A teoria da responsabilidade proposta por Hans Jonas, que é um amplo aporte bioético e vital, tem sido um referencial de reflexão ética para as sociedades tecnológicas. JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade**: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

§ Suspeitas dialógicas e normatividades

Este universo de fios semânticos, em que, ao que tudo indica, o “biólogo” assumiu certa supremacia como força e como foco da força, é intimamente intricado ao mundo tecnológico.

Os dualismos das distinções rígidas imbricadas neste universo, tal como humano, animal, vida, natureza, cultura, tecnologia, ainda que dialogicamente compreendidas, têm sido, na mesma intensidade de sua prevalência, postos sob suspeita em todas as suas manifestações – apesar de os usos ainda imporem algumas divisões de inteligibilidade precárias, andamos em solos líquidos.

Quando os termos são provisórios e polissêmicos, perpassando os dualismos, o pensamento é desafiado a transitar suas apreensões e a linguagem demandada em se adaptar rapidamente a múltiplos usos e jogos.

Ou é este desafio, ou se tem um grande equipamento de secessão e de legitimação de práticas violentas de exclusão simbólica e material fundamentadas em um dogmatismo intencional.

Articulações em transformação em que as próprias palavras, termos e conceitos – e quem dirá as pessoas, as personagens, as instituições – são vistos não apenas com desconfiança, mas sempre pontos de referência e passagem, marcadores, sinais prontos a assumir novas formas, interações e significações, admitindo-se mesmo contradições, diante do movimento e da velocidade, da impermanência e da mudança.

É na convulsão deste profuso cenário e nessa apreensão de conexões que se pode pensar a difusão de discussões teóricas em torno ao Pós-Humanismo, como alardear da era da tecnologia no controle, na produção e no direcionamento da “vida”, especialmente, em seus contornos teóricos sob tal denominação, ao fim dos anos 1990 na filosofia ocidental, questionando-se, inclusive, qual o sentido de se “ser humano” em meio a tanta diversidade de existências e, mais, quais implicações éticas e políticas tal arranjo desafia.

A noção normativa de “humano” – normatividade⁴ não necessariamente jurídica, destaca-se – assim, é posta em questionamento e o universo de políticas, éticas e críticas aberto por este “simples” descentramento do “falologocentrismo” (termo de Derrida para descrever o ponto de vista masculino central nas fundações da metafísica ocidental, conceito explorado por autoras como Julia Kristeva, Hélène Cixous, Catherine Clément) é, no mínimo, estupefaciente: alarga-se o “possível”, o “pensável” e, assim, demandam-se a liceidade, a interdição, os direitos, as liberdades, as responsabilidades, as garantias.

As normatividades da vida impelem as normatividades sobre a vida. As “políticas da vida” são o tensionamento permanente das “políticas sobre a vida”. Há muito mais em torno ao Direito do que o “direito fundamental à vida” ou o homicídio, o aborto, a eutanásia.

⁴ Pensa-se, aqui, no sentido foucaultiano da “norma” como não reduzida à Lei, ou seja, “norma” como linha da distinção do normal e do anormal (patologizado, sintomatizado), este, então, objeto da correção, geralmente pelas vias da exclusão pela força de poderes disciplinares – processos de normalização. “Normatividade”, então, seria a aptidão de produção de efeitos destas “normas” em sentido mais amplo de linhas de corte. FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: Na Idade Clássica. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

§ O Pós-Humanismo (Crítico) é uma perspectiva

Uma compreensão do Pós-Humanismo como teoria que se preocupa com as interações de “vida”, “poder” e “tecnologia” pode ser, além de uma linha ainda pouco explorada na teoria jurídica brasileira, uma útil porta de entrada a um campo considerável de questões, que podem ser interiorizadas aos horizontes de uma Filosofia do Direito Contemporânea, plenamente receptiva a tais interações.

Pode, ainda, ser uma oportunidade para se articularem dimensões da soberania e da micropolítica, ou um modo de se reconectarem campos de força em sentidos específicos.

A Filosofia do Direito Contemporânea⁵ se demonstra franca à investigação não apenas do fenômeno jurídico em sua dimensão positivista moderna, em especial das técnicas de construção da normatividade (aqui sim, da Lei, da Constituição, dos Tratados, dos Contratos etc.), seja monista ou pluralista, mas a partir, também, de múltiplas aberturas aos valores, aos fatos, às interações tecnológicas e ao universo das manipulações da vida, da bioética, do multiculturalismo e do pluralismo.

Conforme definição de Herbrechter⁶ o Pós-Humanismo Crítico – uma das manifestações teóricas do Pós-Humanismo e forma central eleita nesta tese – se assenta na desconstrução dos pressupostos do tradicional humanismo antropocêntrico ocidental.

Tratar-se-ia, assim, de um discurso social pelo qual se repensariam as relações entre o humano, o ambiente, as tecnologias e as formas de vida, de modo que ainda se pensariam o “humano” e as “humanidades” (ou as convenções sociais e objetos reunidos em torno a essas expressões) como um problema do conhecimento, contudo, segundo diferentes intencionalidades, finalidades e constatações.

Tal postura teórica, assim, não se basearia no intuito da busca, da descoberta ou da construção de uma imagem definitiva ou de uma figura normativa do “humano” – como o seria na Antropologia Filosófica –, mas, antes, no redimensionamento das múltiplas alteridades, fragmentárias, incompletas, diversas, que permitiriam muito remotamente pretender o frágil epifenômeno daquilo que se chama o “humano” – e que, ademais, se torna fugidio, deslizante e, em uma apreensão mais avançada, tão desprezível quanto qualquer noção de identidade (rumo às pós-identidades) e também qualquer forma de mesmidade/alteridade (o “Mesmo” e o “Outro”).

Singularidades, diferenças, multiplicidades, então, são termos não apenas “inclusivos” como destinados a implodir a ideia de inclusão justamente porque balançam os limites e as fronteiras do “dentro e do fora” da inclusão e da exclusão, do tolerável e do intolerável, bem como das identidades e do “humano tradicional”.

Afetam-se, assim, diretamente, a semântica das formas tradicionais de política e de Direito e os múltiplos sistemas de hierarquização, disciplinamento, controle e submissão. Sem, com isso, se redundar na legitimação daquilo que se poderia desvalorar como degradante, desumano, cruel, ou, ainda, autoritário e totalizante, porque o horizonte ético e político não é de *qualquer* ética ou política.

O confronto, o combate e a oposição ao extermínio, à exclusão, à extinção, à discriminação, à dominação, ao subjugamento, à estigmatização, ao preconceito, às expressões de sexismo, de racismo, de etnocentrismo, de capacitismo, de especismo, de

⁵ FARALLI, Carla. **A filosofia contemporânea do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁶ HERBRECHTER, Stefan. **Critical posthumanism**. Critical posthumanism: genealogy of posthumanism. Disponível em: < <http://criticalposthumanism.net/critical-posthumanism/> >. Acesso em: 12 fev. 2019.

homofobia, de xenofobia, de idadismo, de transfobia, de nacionalismo, de populismo, do higienismo, do imperialismo, assim como demais negações e contestações frontais às práticas sociais reificantes, alienantes e de assujeitamento deletério⁷ integram o escopo ético desta visão crítica que encontra nas figuras da “resistência”, da “transgressão”, da “insurgência” um corpo de estratégias de autoafirmação da vida e de ressignificação de instituições, direitos, relações sociais e, sobretudo, criação e manutenção de espaços possíveis de convivência e de vida: de afirmação biopolítica, de resistência à imposição das mortes materiais e simbólicas.

Não há como empreender este trabalho contra o anormal sem *resvalar* na santidade do normal.

§ Problema da tese

Da junção de horizontes emerge o problema investigativo e hermenêutico proposto nesta tese, qual seja, o de uma abertura filosófico-reflexiva, de interesse ao campo de pensamento do Direito, em torno a algumas possibilidades teóricas aptas a fomentar as heurísticas de questões estruturadas, então, no horizonte pós-humano.

Em termos enunciativos, o problema da tese consiste em: quais os potenciais impactos do imaginário do Pós-Humanismo Crítico na Filosofia Contemporânea do Direito, enquanto significação biopolítica, especialmente como afirmação biopolítica democrática, possibilitando-se chaves de interpretação, de valoração e de crítica?

Trata-se, assim, da tentativa de um passo a mais – seja em qual direção prospectiva for – naquele campo expandido de possibilidades da Filosofia Contemporânea do Direito, principalmente pela complexidade da construção teórica do Pós-Humanismo, repleta de entradas para novas investigações e pontos de vista.

Pretende-se que os sentidos do Direito e da Filosofia sejam reintegrados na medida da viabilidade teórica de suas extensões, ao mesmo tempo em que se fornecem algumas contribuições ao pensamento da biopolítica afirmativa por sua aproximação ao Direito.

De modo sintético, questiona-se como se podem ordenar algumas filosofias da “bíos” em torno a um interesse de Filosofia do Direito projetada enquanto hermenêutica potencial e

⁷ Pode-se compreender que o assujeitamento deletério se apresente, no registro teórico investigado nesta tese, enquanto conjunto de práticas de subjetivação que incorrem em construções por práticas epistêmicas, divisoras e de si em que o poder da vida é cooptado em direção a algum ente centralizador que tende a afirmar políticas sobre a vida que consolidam políticas opostas àquelas da resistência tanatopolítica, ou seja, são políticas de extermínio das forças vitais. “[...] o que a dobra da subjetivação instaura é uma modalidade de relação consigo, irredutível aos saberes e poderes dos quais deriva, visto que se erige insurgindo-se contra as formas de subjetividade que nos são propostas e impostas pelos dispositivos em que nos inserimos. Entretanto, esse novo domínio – o si próprio – é continuamente penetrado, recuperado e reintegrado em novos saberes e poderes, que o recodificam e rediagramatizam, de modo a assujeitar (ao outro: submissão; a si próprio: identidade) a subjetivação. Deleuze aponta que é próprio à subjetivação resistir à sujeição e que ela não deixa de relançar a relação consigo redobrando-se, desdobrando-se, metamorfoseando-se. Nesse sentido, cartografar um dispositivo consiste em instalar-se sobre as suas linhas e delinear os processos mediante os quais se define o que somos (linhas de estratificação) e estamos deixando de ser e o que somos em devir (linhas de atualização), isto é, aquilo em que estamos nos tornando”. WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 16-22, dez. 2006. p. 22. Também: MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 681-693, dez. 2006. AVELINO, Nildo. Confissão e normatividade política: controle da subjetividade e produção do sujeito. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 93, 2017.

crítica informada pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos – em especial, a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO, de 2005.

Referida Declaração da Unesco de 2005 possibilita abordagens de bioéticas muito precisas, sem alguns dos reducionismos problemáticos dos modelos principialistas⁸, razão pela qual se enfatizam as dimensões laica, cotidiana, da intervenção e da proteção, a partir do que se pode, então, identificar e indicar enquanto um escopo de racionalidade jurídica (crítico-libertadora) ampla – destaca-se, desde já, não orientada apenas a questões-limite de vida e morte, mas ao cotidiano da interpretação, nas questões permanentes e nas emergentes.

Em certa medida, compreende-se em hipótese que o Direito possa ser meio de resistência, senão direta, favorável na garantia de liberdades públicas, e que pode propiciar ambientações favoráveis à projeção das normas de vida e da biopolítica afirmativa na contramão de políticas de morte e de exclusão – embargando, inclusive, a realização destas políticas a partir de direitos interditórios e prestacionais.

Esta preocupação de fundo, **antitanatopolítica**, é especialmente relevante em tempos como o dos anos crônicos de produção deste trabalho, de 2015 a 2019, marcados pelo explícito “ódio à democracia”⁹ – para além dos espectros e polarizações – e pelo deflagrar de retrocessos jurídicos, discursos autoritários, totalizantes e excludentes, tidos, inclusive, como que por naturalizados e tolerados no cerne das instituições democráticas em franca função autoimunitária e como fortalecimento do assujeitamento neoliberal intenso¹⁰.

Esta série de deletérias situações sociais, antipolíticas, antiéticas e antijurídicas levam o pensamento ético, político e jurídico aos seus limites – ou, às vezes, pelo simplismo de tais manifestações danosas, sequer os tiram do raso, tamanha a crueza da banalidade – e demandam preocupações que integram tanto a dimensão do direito positivo quanto de múltiplas filosofias.

Posições estas que, ao final, se opõem às políticas de morte, seja física, seja simbólica, seja estética, seja da titularidade e do exercício de direitos, quanto mais se diga a possibilidade de uma normatividade da vida, e que estejam promovidas pelas governamentalidades ou que se possam realizar no plano das micropolíticas.

Já se tem, de modo profícuo, considerado a Bioética como forma de resistência em nefastos cenários biopolíticos¹¹ construindo-se, então, referenciais para uma “democracia biopolítica” e uma “biopolítica democrática” pelo confronto bioético das práticas biopolíticas.

⁸ As principais críticas dizem respeito à diversidade de modelos de avaliação ética e a pluralização paradigmática das ciências, de modo que não se rejeita a pertinência do modelo (e seus princípios da beneficência, não maleficência, autonomia e justiça), mas se destaca a necessidade de atenção aos seus limites diante das peculiaridades das vulnerabilidades e carências das populações do “Terceiro Mundo” e suas articulações com outros modelos bioéticos. SCHRAMM, Fermin Roland; PALÁCIOS, Marisa; REGO, Sergio. O modelo bioético principialista para a análise da moralidade da pesquisa científica envolvendo seres humanos ainda é satisfatório? *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 13, p. 361-370, 2008.

⁹ RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

¹⁰ “pessoas sabem o que fazem; frequentemente sabem porque fazem o que fazem; mas o que elas não sabem é o que faz aquilo que fazem”. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. “Power and Truth”. In Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1983. p. 187. *apud* HAMANN, Trent. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Revista Ecológica*, São Paulo, n. 3, p. 99-133, 2012. p. 133.

¹¹ SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética como forma de resistência à biopolítica e ao biopoder. *Revista Bioética*, Brasília, n.3, v.18, p. 519-535, 2010.

Ao mesmo tempo, a Biopolítica, enquanto campo de reflexões, é tida como um intenso convite, radical e extremo, ao tensionamento máximo dos horizontes¹², inclusive, os da bioética (normalizadora), na medida em que esta possa se alinhar à afirmação do assujeitamento neoliberal: trata-se, assim, de um chamado ao pensar o que poderia ser, diferente do que é, tornando-se, assim, a biopolítica *irresistível* à reflexão da filosofia jurídica.

É a partir destes tensionamentos diversos, em que os próprios elementos internos à tese não estão pacificados entre si, mas em constante rota de colisão e contradição, veiculados por meio de uma série de expressões polissêmicas, de modo que, no presente trabalho, encampou-se o “caos” e se pretendeu realizar escolhas teóricas e semânticas específicas, coligando-nas à proposta de uma conjunção apreensiva específica, ainda que permeada por conceitos amplos e, muitas vezes, inclusive, vagos.

§ Seções

No universo do Pós-Humanismo, objeto do primeiro capítulo, depois de realizada uma breve exposição sobre as críticas à natureza humana e ao humanismo tradicional em suas formas normativo-excludentes, realizou-se uma investigação sobre os sentidos da polissemia da expressão “Pós-Humanismo”, adotando-se o recorte do Pós-Humanismo Filosófico, mais propriamente o “Pós-Humanismo Crítico”¹³.

A partir das desconstruções dos ditos “humanismos críticos” (Estudos Tecnocientíficos, Estudos Feministas, Estudos de Gênero, Estudos Descoloniais e, principalmente, o Anti-Humanismo Pós-Estruturalista), em classificação de Pramod Nayar, esta forma de Pós-Humanismo teve sua conjunção teórica realizada pela abertura do “humano” no confronto dos Estudos Culturais (em especial os Estudos da Animalidade, os Estudos da Deficiência, os Estudos da Monstruosidade), incluindo-se os Estudos Literários, em especial de ficção científica e a própria postura desconstrutiva, emergindo, então, a crítica pós-humanista, como espaço de afirmação das formas de vida e do humano como instanciamento em um contexto de Cidadania biológica multiespécies.

No campo da Biopolítica, debatido no segundo capítulo, especificou-se, após uma abordagem das linhas gerais da disciplina, a discussão em alguns elementos propostos por Roberto Esposito¹⁴, em especial a desconstrução das categorias da política moderna, bem como a “imunologia” na política e, com maior ênfase, a noção de “biopolítica afirmativa” proposta como horizonte democrático, especialmente nos termos da “democracia biopolítica” e da “biopolítica democrática”, o que levou à inevitável comunicação com as propostas de Antonio Negri e Michael Hardt¹⁵ – embora se tratem de propostas biopolíticas distintas, diferentemente de Giorgio Agamben, ambas trazem o signo de serem propositivas, daí seu possível diálogo.

¹² LEMKE, Thomas. **Introducción a la biopolítica**. Tradução de Lidia Tirado Zedillo. México: FCE, 2017. p. 152.

¹³ NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014. BRAIDOTTI, Rosi. Posthuman critical theory. In: BANERJI, Debashish; PARANJAPE, Makarand R. **Critical posthumanism and planetary futures**. Nova Déli: Springer, 2016. p. 13-32. FERRANDO, Francesca. Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms. Differences and Relations. **Existenz**, California, n. 2, v. 8, 2013, p. 26-32.

¹⁴ ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

¹⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 134.

Respectivamente à “Bioética”, objeto parcial do terceiro capítulo no contexto da Filosofia do Direito, adotaram-se os modelos da Bioética Laica¹⁶, Cotidiana¹⁷, Interventiva¹⁸ e de Proteção¹⁹ como modelos referentes da articulação e tensão da analítica biopolítica e, em especial, meios favoráveis para se refletir sobre a “biopolítica afirmativa”.

Neste universo de sentidos procurou-se delimitar o problema da tese, centradamente na noção da “biopolítica afirmativa” de Esposito como referencial maior para se pensar criticamente os cenários biopolíticos e tanatopolíticos, os quais se considera potencialmente indissociáveis, e que encontram força na potencialidade das “formas de vida” na apreensão do Pós-Humanismo Crítico.

Do mesmo modo, para se confrontarem as relações com as Bioéticas, abordou-se o conteúdo propriamente com maior força jurídica em matéria de direitos humanos e seus efeitos possíveis na produção de hermenêutica e de argumentação jurídicas, no campo da racionalidade jurídica.

À subseção final do terceiro capítulo desdobraram-se alguns focos analíticos a partir das construções anteriores do trabalho. Por isso, traçaram-se “antevisões” de um direito pós-humano, sem quaisquer pretensões futuristas ou preditivas, mas, antes, segundo um espírito de delinear algumas ontologias do presente a partir daquilo que se destacou como problemático ao longo da investigação, em especial acerca do horror político autoritário e totalizante e a possibilidade de biorresistências tanatopolíticas micropolíticas.

Ao final do trabalho se propõe uma reflexão sobre a Crônica como gênero textual anti-imunitário ao “Direito crônico”. Este Direito crônico, em seu gigantismo, apresenta-se adoecido em sua função autoimune, degradando-se a democracia, na forma indissociável do Estado Democrático de Direito, a partir da atuação disfuncional, antiética, antijurídica e ilimitada pelos pares das próprias instituições democráticas, depravadas em sua qualidade oligárquica do poder, dos projetos individuais de poder em detrimento, até mesmo, das instituições, sua legalidade estrita e sua juridicidade imperativa.

A cotidianidade, a micropolítica, a singularidade, a oposição à banalidade do mal são conceitos deflagrados pela apreensão biopolítica e amarrados, neste trabalho, por noções fracas²⁰ de “escritura” e de “ontologias do presente” como uma possível prática pedagógica, na medida em que se possa extrair deste exercício textual um movimento de filosofia jurídica tendente a expressar resistência – “biorresistências tanatopolíticas micropolíticas”.

¹⁶ SCARPELLI, Uberto. **Bioetica laica**. Milano: Baldini e Castoldi, 1998.

¹⁷ BERLINGUER, Giovanni. **Bioetica quotidiana**. Milão: Giunti, 2000.

¹⁸ GARRAFA, Volnei. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. **Bioética**, Brasília, v. 13, n.1, p.125-134, 2005.

¹⁹ SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Bioética**, Brasília, v. 16, p. 11-23, 2008.

²⁰ Considera-se, aqui, uma adesão a “noções fracas” em razão da apreensão, neste trabalho, muito pontual de sentidos de teorias e práticas intelectuais muito maiores, ou seja, pela atuação pretendida se dar em níveis muito menores de complexidade e de qualificação metodológica e do próprio trabalho empreendido. Basta-se pensar na dimensão da escritura em Derrida e das ontologias do presente em Foucault a partir de todo o empreendimento crítico, genealógico e arqueológico destes autores. Todavia, considera-se que o recurso a estes conceitos seja útil pela desnaturalização que promovem – seja na escrita, seja no trabalho da problematização – sendo um indício primeiro de uma apreensão maior, e atípica, sobre os procedimentos da reflexão jurídica, ao que se pode obter maior liberdade por meio do recurso à produção literária que, ademais, é um antídoto contra as “verdades postas” e um desafio à responsabilidade.

Mais uma vez: não há como empreender este trabalho contra o anormal sem *resvalar* na santidade do normal; *patologizemos o grande patologizador da vida*, nem que seja a título de uma crônica passageira.

§ Fios

Não se perdeu de vistas, na conjuntura da tese, a dificuldade de articulação de campos conflituosos entre si. Contudo, acreditou-se que, se por um lado, a evasiva à hibridação e à heterogeneidade apenas representaria colaboração com o maior distanciamento dos campos e corroboração com indesejáveis princípios de unidade totalizante, por outro, a originalidade e a contribuição do trabalho advêm justamente da articulação proposta, sobretudo, no plano epistêmico.

Embora não se trate de um trabalho conceitual exauriente, o que seria inviável, inclusive, pela amplitude das questões consideradas, tem-se que as escolhas feitas, pensadas em sua composição específica (pós-humano/biopolítica/bioética/filosofia do direito), possam contribuir com a construção do conhecimento atual em Filosofia do Direito, em especial pela contemporaneidade dos aportes envolvidos e pela ressignificação e potencial apreensivo que a aproximação das diferentes linhas de discussão, e seus retesamentos, pode propiciar.

Além disso, não se nega o quão frutífero pode ser o referencial para análises pontuais do Direito, o que se sugere em considerações finais como possíveis desdobramentos de pesquisas futuras no assunto.

Se, em Direito, “é possível contornar todo um ordenamento jurídico senão pela via interpretativa”²¹, que, ao menos, por responsabilidade moral e ética científica²², se adotem

²¹ RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 227.

²² MARCUSE, Herbert. A responsabilidade da ciência. **Scientia Studiae**. São Paulo, v.7, n.1, p. 159-164, mar. 2009. POPPER, Karl. A responsabilidade moral do cientista. In: NOTTURNO, M. A. **O mito do contexto**: em defesa da ciência e da racionalidade. Tradução de Paula Taiper. Lisboa: Edições 70, 1996. p. 153-162. HARRIS, Sam. **A paisagem moral**. Como a ciência pode determinar os valores humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. BARBOSA, Adriana Silva; CORRALES, Carlos Montero; SILBERMANN, Marcos. Controvérsias sobre a revisão ética de pesquisas em ciências humanas e sociais pelo Sistema CEP/Conep. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 482-492, dez. 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, Diário Oficial da União, 07 abr. 2016. BRONOWSKI, Jacob. **Science and human values**. Nova Iorque: Julian Messner, 1956. DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417-426, abr. 2008. GONGORA ORJUELA, Agustín. Los Comité de Ética de la Investigación y las publicaciones científicas. **Orinoquia**, Meta, v. 17, n. 1, p. 7-8, jun. 2013. LACEY, Hugh. A imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas. **Scientia Studiae**, São Paulo, v.9, n.3, p. 487-500, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2017. OLIVEIRA, Luiz Fernando de. Paixão, criação, ética e cientificidade nas pesquisas compreensivas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 990-995, dez. 2015. SILVEIRA, Ronie Alessandro Teles da; HUNING, Simone Maria. A tutela moral dos comitês de ética. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 388-395, ago. 2010. TOMANIK, Eduardo Augusto. A ética e os comitês de ética em pesquisa com seres humanos. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n.

referenciais de pré-compreensão jurídica sintonizados aos estados da arte mínimos sobre os temas de decisão – e, inegavelmente, o Pós-Humanismo parece fornecer um panorama adequado neste sentido –, acompanhados de escolhas e justificativas morais conscientes em termos de orientações ideológicas e valorativas e, sobretudo, em termos de evitamento de tanatopolíticas (e, em especial, das necropolíticas) – advertência esta que é praticamente constitutiva e pressuposta no Direito Internacional dos Direitos Humanos pós Segunda Guerra Mundial, ou seja, dos direitos humanos contemporâneos. Há um fio das lições de Rùthers que costura o trabalho a partir da relação do Direito com as tanatopolíticas, e que revelam a porosidade da mais sólida teoria jurídica.

Ainda nas “lições” de Bernd Rùthers (5ª Lição):

A diversificada maleabilidade ideológica e política das figuras, dos conceitos e das ferramentas da teoria do direito e da metodologia jurídica implica um até agora um fator pouco visto de risco ao trabalho dos juristas, tanto na ciência jurídica quanto na judicatura. A “polivalência” e a potencial ideologização dos instrumentos jurídicos devem ser tratadas como objeto necessário da teoria jurídica e da análise crítica²³.

É dentro desta necessidade da teoria jurídica e da análise crítica que se pretende situar as possíveis contribuições desta tese.

Seja no campo do Direito dos Animais ou do Direito Ambiental, seja no Direito das Pessoas com Deficiência, no Direito das Minorias ou em quaisquer populações assoladas pela exclusão – e enclausuras pelas próprias identidades, muitas vezes opressivas dentro de sua minoria –, seja no sentido mais amplo da Filosofia do Direito como espaço para se pensar, se criticar e inclusive repensar os critérios próprios da crítica, do confronto e da resistência, tendo-se na “afirmação da vida” um valor a ser considerado para propiciar posturas ressignificativas. Sejam nos agramaticais do Direito, ou no direito porvir.

E que seja uma contribuição que não incida na obsessão subsuntiva, mas que mire, mais do que declarar métodos ou verdades substanciais, outros horizontes crônicos, históricos, temporais, cotidianos, nômades, e que reclamam das normatividades as liberdades próprias que as custeiam.

§ Ressalva

A construção deste trabalho se deu profundamente preocupada com o seu contexto epistemológico local, qual seja, da Área de Concentração em “Direitos Humanos e Democracia”, bem como em sua Linha de Pesquisa em “Cidadania e Exclusão Social”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná.

A escolha dos temas e a proposta de sua conjunção se deu de modo muito atento a este contexto, em especial naquilo que o Pós-Humanismo Crítico pode apresentar de antiexcludente – pela normatividade do “humano”, em especial, e suas capilaridades em

2, p. 395-404, jun. 2008. YANNOULAS, Silvia Cristina. Ética em pesquisa: temas globais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 944-945, abr. 2009.

²³ RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 228.

termos de gênero, etnia, capacidade, forma física e psíquica etc. – assim como naquilo que a Biopolítica possa representar em potencial democrático.

No mais, os Direitos Humanos entram explicitamente a partir da Bioética como racionalidade jurídica, na forma da Declaração Universal, e a Democracia é especialmente pensada no cerne dos problemas.

Muito embora se trabalhem diferentes referenciais de desconstrução destas grandes categorias do político, aqui adotadas como referenciais – o que ocorre, em especial, no pensamento de Esposito, sua desconstrução da política moderna e sua crítica à noção de “pessoa” –, procurou-se dimensionar as distâncias e alcances filosóficos a partir deste núcleo contextual, que foi tomado como um referente obrigatório de produção da pesquisa. Por esta razão, mais do que propriamente crítica, a presente tese carrega um olhar hermenêutico inevitável e eventuais distorções decorreram da adoção destas lentes.

Fosse, portanto, um trabalho de Filosofia, ter-se-iam atingido resultados especulativos muito diferentes, possivelmente mais críticos e propositivos e, se ainda for possível assim se referir: “puros”, no sentido de que não se fariam tantas intermediações no desenvolvimento das questões.

Considerou-se esta limitação de contexto, contudo, apta à busca da construção de referenciais de pré-compreensão e de pensamento, sem necessariamente redundar em alguma forma de *conservadorismo*, forma de pensamento, ademais, incompatível com o universo de expectativas e valores dos direitos humanos contemporâneos em sua construção histórica que, por mais colonizada que seja, aponta para direções múltiplas, salvaguardada por uma linguagem que já se denunciou “aberta” demais.

No mais, destaca-se que não há uma discussão aprofundada sobre o humanismo, tampouco sobre o humanismo jurídico. Embora haja importantes pontos de contato do Humanismo Jurídico contemporâneo com o Pós-Humanismo – até porque o humanismo contemporâneo não é uma repetição do humanismo tradicional profundamente criticado em Filosofia, tendo assimilado várias das críticas, ainda que mantendo o “rótulo” teórico – esta demanda seria extensa demais. Em suma, verificar o quanto de pós-humanismo foi assimilado no cerne do humanismo seria um problema filosófico à parte, embora seja um problema factível.

§ Texto

Destaca-se que esta tese é fruto de pesquisa teórico-acadêmica, qualitativa, e, quanto aos objetivos, é descritivo-explicativa, sendo nos procedimentos técnicos do tipo bibliográfica. Como base lógica adotou-se o raciocínio dialético e, sobretudo, especulativo.

O campo de reflexão é a Filosofia do Direito, em especial pela abertura da Biopolítica e da Bioética ao campo dos direitos humanos e seus efeitos na construção de hermenêuticas e de argumentações jurídicas, principalmente no plano das pré-compreensões e da formação dos elementos da justificação moral²⁴ de decisões.

²⁴ AARNIO, Aulis. **Lo racional como razonable**. Un tratado sobre la justificación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991. ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001. ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Teorias da argumentação jurídica. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2003.

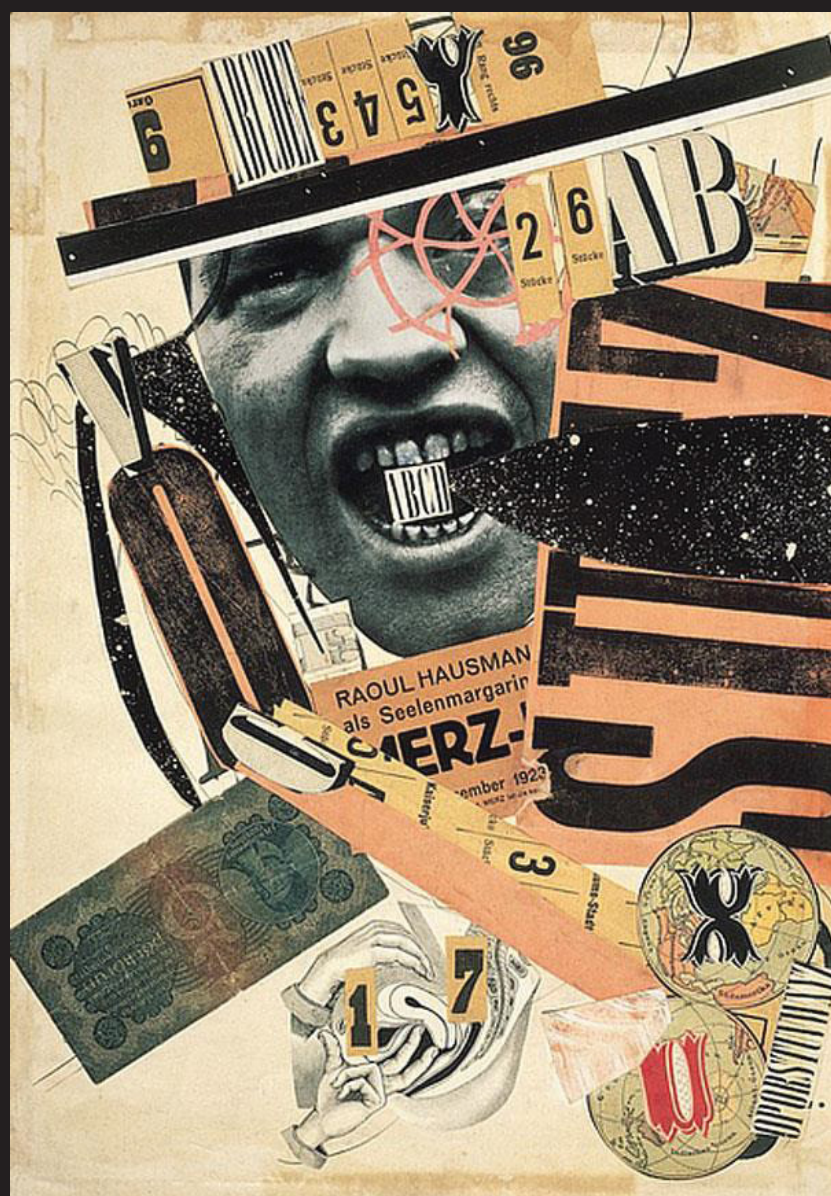
Na construção do texto, por se tratar de pesquisa teórica, adotou-se a forma de texto corrido e também o pontuamento estilístico dos problemas envolvidos no caminho, por meio de parágrafos, como modo de delimitar o trânsito pelos pontos focais teóricos abordados em sua diversidade.

Procurou-se, mais do que o exaurimento das “verdades” dos textos abordados, produzir uma leitura e um caminho singular de apreensão e de problematização, assim como de interrelação dos aportes teóricos e aquilo que poderiam representar em termos de movimentação na Filosofia do Direito – o que não poderia ser diferente a partir das metodologias e das leituras envolvidas.

Ao final, apresentam-se crônicas em Filosofia do Direito e um Plano de Ensino possível para uma disciplina de Pós-Humanismo e Direito. Pretende-se que seja um exercício pedagógico e filosófico, dimensão em que as aberturas do pós-humanismo (e seus pressupostos) sejam mais potenciais e valiosos.

Em tempos de cerceamento das práticas pedagógicas, em todos os níveis e espaços formais e informais, pelo opilião do moralismo e afins, considera-se tratar de um exercício ao mesmo tempo prazenteiro e penoso, inevitável e imprescindível – nada mais compatível com as filosofias que permitiram o pós-humano.

Uma espécie de ironia do autor, leitor, que tem de entregar a novos leitores um resultado às custas de mortes anteriores e, em alguma medida, menor, da sua própria.



*“O homem foi educado por seus erros: primeiro, ele sempre se viu apenas de modo incompleto; segundo, atribuiu-se características inventadas; terceiro, colocou-se numa falsa hierarquia, em relação aos animais e à natureza; quarto, inventou sempre novas tábuas de bens, vendo-as como eternas e absolutas por um certo tempo, de modo que ora este ora aquele impulso e estado humano se achou em primeiro lugar, e foi enobrecido em consequência de tal avaliação. Excluindo o efeito desses quatro erros, exclui-se também humanidade, humanismo e ‘dignidade humana’”.*²⁵

1 PÓS-HUMANISMO CRÍTICO

A expressão “Pós-Humanismo”, assim como o termo “Humanismo”, apresenta uma polissemia de acepções, indicando diversas direções segundo pressupostos específicos adotados em grupos diferentes de aportes teóricos.

O objetivo geral deste capítulo inicial, assim, é o de se eleger uma vertente do Pós-Humanismo para compor o problema e o objeto da tese.

Para tanto, traça-se um caminho teórico de debates com os pressupostos e as desconstruções filosóficas que viabilizaram uma forma de entendimento sobre o Pós-Humanismo. Assim, distingue-se brevemente o Pós-Humanismo do Transhumanismo para se estabilizar minimamente a discussão e a polissemia, bem como o espectro de problemas enfocados.

Neste sentido, no âmbito delimitado do Pós-Humanismo Crítico, estabelece-se uma referência à construção teórica da tese, tendo por base a pretensão de localização do debate no contexto da Filosofia Contemporânea do Direito. Desta maneira, são exploradas as principais características do Pós-Humanismo Crítico-Filosófico.

Quanto ao conteúdo desenvolvido, identificou-se na “morte do homem”, e na severa crítica ao humanismo tradicional²⁶, metafísico, universalizante, normativo e excludente, um estopim teórico de múltiplos efeitos, a partir dos quais foi desenvolvida uma série de aportes teóricos críticos, identitários e anti-identitários, cujo conjunto permitiu a emergência das vertentes do Pós-Humanismo.

Considerando a persistência histórica desta noção estruturante, centralizadora, diferenciadora e hierarquizante, que é a do “humano” e da “humanidade”, e os usos específicos do seu sentido para produzir exclusão – a despeito da dita “morte do homem” – enfatizou-se esta problemática filosófica, em comunicação com temas como a natureza humana, a condição humana e a Antropologia Filosófica.

O Pós-Humanismo é marcado por uma série de aportes teóricos e arranjos, com diferentes fontes, vertentes, articulações, campos de pesquisa, conteúdos, diferenças e críticas. Dentre tais abordagens, escolheu-se qual seria mais apropriada à composição do problema da tese, segundo critérios de abrangência conceitual e relação com fundamentos de

²⁵ NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 132.

²⁶ NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismos e anti-humanismos**. Introdução à antropologia filosófica. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

racionalidade jurídica – questões que informaram primordialmente o enfoque sobre o Pós-Humano.

No universo de levantamento deste primeiro capítulo, optou-se pela abordagem do Pós-Humanismo Crítico, também entendido como Filosófico e Cultural, enquanto forma válida para se investir a análise mais profunda, considerando-se suas influências dos Humanismos Críticos e sua relevância desconstrutiva ante estigmas, preconceitos e motes de discriminação atualmente em curso.

No cerne do Pós-Humanismo Crítico, a noção de “forma de vida”²⁷ se apresenta ressaltada, principalmente por seus problemas éticos e políticos, diretamente relacionados ao Direito, portanto.

Enfatiza-se, nisto, os efeitos excludentes de uma noção normativa e muito particular de “humano universal” centralizador, expressão de um sujeito transcendente do conhecimento²⁸ que se propaga nas esferas do ético e do político, e que se emula em

²⁷ Assim como o “homem” é visto, a partir da leitura foucaultiana, enquanto uma forma-Homem sujeita à múltiplas mudanças na historicidade, a noção de “formas de vida” é relevante para se identificar o contexto de compreensão estabelecido no cenário do Pós-Humanismo Crítico enquanto espaço de abertura ao entendimento da “vida” tanto em suas instanciações dinâmicas e em interação quanto em suas manifestações destacadas, dos indivíduos vistos e pensados isoladamente, em suas singularidades. A “forma de vida”, assim, apresenta-se como um conceito orientador de percepção no sentido das peculiaridades, o que produz efeitos éticos e políticos imediatos. SAIDEL, Matias Leandro. Form(s)-of-life: agamben's reading of Wittgenstein and the potential uses of a notion. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 37, n. 1, p. 163-186, abr. 2014. SPANIOL, Werner. Formas de Vida: significado e função no pensamento de Wittgenstein. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 17, p. 11-31, 1990.

²⁸ “Donde, como dissemos, sua constatação famosa de que ‘o homem é uma invenção recente’. Esse homem, quando estudado filosoficamente na Idade Moderna, estará no cerne das principais questões. Tudo passará por ele. É nesse sentido que a categoria de vivido aparecerá para as ‘analíticas da finitude’ como conceito-chave: pois é no vivido que se dão as formações originárias de sentido, é nele que se carregam e descarregam todos os conteúdos históricos que subjazem à subjetividade de um indivíduo, é nele que se dá esse paradoxo inextricável entre o empírico (as condições do trabalho, da vida e da língua que o constituem) e o transcendental (afinal, é o homem que as pensa, ou seja, é a condição que possibilita pensá-las). Daí Foucault poderá diagnosticar que o objetivo último dessas ‘analíticas da finitude’ (a bem saber, as fenomenologias) circunscreve-se a uma circularidade entre o caráter empírico e transcendental do sentido da experiência do homem. Caráter empírico que constitui na sua história o homem que vive, trabalha e fala, mas, ao mesmo tempo, transcendental, pois esse sujeito, assim constituído historicamente, também é a condição desse processo. Trata-se, pois, de um duplo que sempre emerge, às sombras do objeto de estudo: o chamado ‘duplo empírico-transcendental’. É de um ziguezague infinito que se trata, e do qual não se sairá se, justamente, o conceito-base de homem não for repensado e desconstruído. Por isso é dito que a ‘verdadeira contestação do positivismo’ não está na análise do vivido, ‘que antes o confirma’, mas numa pergunta aparentemente ‘aberrante’: ‘essa questão consistiria em perguntar se verdadeiramente o homem existe’ (Foucault, 1966/1999, pp. 443-444). Tal é o diagnóstico do arqueólogo Foucault sobre a nossa episteme. O resultado dessa arqueologia das ciências humanas é similar à arqueologia anterior: pode-se dizer dela o mesmo, porque faz emergir não a evolução imanente dos conceitos de uma dada ciência, mas as rupturas históricas entre diferentes epistemes históricas. Além disso, pode-se afirmar que tais ciências não se erigem enquanto ‘melhoramentos’ de seus antecedentes. A biologia moderna, por exemplo, não é a continuação aprimorada da história natural praticada na Idade Clássica; isso porque suas categorias são diferentes: suas questões são outras, seus objetos são outros, suas estratégias de enfrentamento são outras. Em suma, situam-se em duas epistemes completamente diferentes. Foucault acaba por nos mostrar que esses saberes, hoje a nós estranhos, eram tão rigorosos e minuciosos quanto os nossos saberes. Tinham como condições de possibilidade, tão somente, uma outra episteme. Agora é de uma outra figura de racionalidade que se trata - aquela que terá como centro e como fim inatingível o homem. Essa episteme também é datada e também poderá ter seu fim. Assim como todas as outras. As arqueologias do saber mostram, assim, uma transmutação do exercício da razão. No horizonte desse exercício, não um sujeito transcendental, mas a transcendentalidade de uma episteme, de um a priori histórico”. SOUZA, Pedro Fernandez de; FURLAN, Reinaldo. A questão do sujeito em Foucault. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 29, n.

outras dinâmicas sociais binárias, tais como de gênero, raça e classe, a partir de um corte do humano e do não-humano (animal, maquínico etc.).

A noção de “forma de vida”, diretamente relacionada à imanência da singularidade impessoal e também à normatividade da vida, é, assim, uma referência basilar do Pós-Humanismo Crítico, e mais: é ponte direta para o aprofundamento nas referências subseqüentes da Biopolítica, em segundo capítulo.

1.1 CRÍTICA AO HUMANISMO TRADICIONAL

Esta seção se dedica a pontuar um dos principais motes do Pós-Humanismo, compartilhado em diversas de suas formas e relevante na formação do Pós-Humanismo Crítico: a negação da natureza humana definitiva, metafísica, universal e perpétua, criticada, sobretudo, em seus efeitos excludentes da multiplicidade e da diversidade “humanas”.

Para tanto, abordam-se em primeira subseção os problemas da natureza humana e da condição humanas, assim como as pretensões da Antropologia Filosófica e o ponto decisivo do Anti-Humanismo²⁹ Pós-Estruturalista³⁰, com ênfase na “morte do homem” e na “forma-Homem” como linhas de orientação desta ruptura com o humanismo tradicional.

3, p. 325-335, dez. 2018. NOTO, Carolina de Souza. Da ilusão transcendental à ilusão antropológica: Foucault em defesa de Kant. **Cadernos De Ética E Filosofia Política**, n. 18, p. 73-88, 2018.

²⁹ KIM, Jae-Hee. Transindividual-transversal subjectivity for the posthuman society. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 58, n. 137, p. 391-411, ago. 2017.

³⁰ WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. São Paulo: Vozes, 2012. PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. BUENO, Sinesio Ferraz. Da teoria crítica ao pós-estruturalismo: breves apontamentos para uma possível confrontação entre Adorno e Deleuze. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 56, p. 149-161, jun. 2015. MENDES, Cristiano. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 45-59, jun. 2015. MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. O conceito de racionalidade em Habermas: a 'guinada lingüística' da teoria crítica. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 11, p. 31-44, dez. 1988. OLIVEIRA, Marcia Betania de. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018. MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián. O fundamento como "fundamento ausente" nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 164-194, abr. 2016. SYLLA, Bernhard. Roland Barthes: “A língua é fascista”: aproximações a um topos da filosofia do século XX. **Diacrítica**, Braga, v. 29, n. 2, p. 135-147, 2015. RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-162, fev. 2011. GAMBAROTTA, Emiliano. El cuerpo del postestructuralismo. Problemas epistemológicos a partir de la perspectiva de J. Butler. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 240-246, set. 2017. LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. BOHORQUEZ, J.. Microglobal history: agencia, sociedad y pobreza de la historia cultural postestructural. **Hist. Crit.**, Bogotá, n. 69, p. 79-98, jul. 2018. MENDONÇA, Daniel de. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, p. 135-167, abr. 2014. ARBOLEDA MARQUEZ, Martín. El postestructuralismo como punto de intersección entre medio ambiente y sociedad. **Civilizar**, Bogotá, v. 10, n. 19, p. 15-22, dez. 2010. RESTREPO, Gabriel. La promesa de Telémaco: arqueología del sujeto. **Univ.humanist.**, Bogotá, n. 65, p. 49-72, jun. 2008. Ó, Jorge Ramos do. Ouvir falar o pensamento, aprender a falar o pensamento no interior da universidade: o testemunho dos “professores” Michel Certeau, Gilles Deleuze, Michel Foucault e Roland Barthes. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019.

Destaca-se a profunda questão ética envolvida nesta ruptura e sua irredutibilidade à proposta de desumanização, ao mesmo tempo em que se reflete brevemente sobre a temática do inumano, da animalidade, da humanidade, da hominização e da humanização como distinções correlatas.

Em subseção seguinte, são tratadas as perspectivas críticas ao humanismo tradicional, por meio do breve pontuamento dos chamados “Humanismos Críticos” (Estudos de Gênero, Estudos Feministas, Estudos Tecnocientíficos, Estudos Tecnocientíficos Feministas, Estudos Descoloniais, Estudos Raciais Críticos) decorrentes do trabalho desenvolvido no contexto dos Estudos Culturais Críticos.

1.1.1 Natureza humana e Anti-Humanismo Pós-Estruturalista

O objetivo desta subseção é o de iniciar a investigação sobre o Pós-Humanismo Crítico ao se identificar efeitos da negação sobre a natureza humana como critério excludente e, ainda, esta postura em suas presenças e influências em diferentes posicionamentos filosóficos, em especial, a partir da crítica instaurada pelo Anti-Humanismo Pós-Estruturalista (“morte do Homem”).

§ O problema da natureza e da essência humana. Por meio de um questionamento sobre o problema da natureza humana³¹ se estabelece um corpo de suspeitas e de investigações pelo qual se procura a contraposição às teorias instituintes de uma verdade sobre “o humano”, expressa por meio de uma “essência”³² ou “natureza” posta, constituída, estruturada de modo definitivo “desde sempre” e “para sempre”, geralmente, a partir de um substrato biológico dado e reproduzível. Por meio desta “verdade”, centralizadora na definição da cultura e das relações políticas, se alcançaria um critério distintivo deste “humano” em relação às outras formas de vida – e, também, dentro das manifestações da “vida humana”, cindida, então, em severas distinções, tais como em raças e em sexos –, definindo-se, assim, um escopo de embasamento de normatividades que definem regimes de tratamento diante dos tidos por outros animais, subhumanos, infrahumanos. A partir deste perfil entalhado do “humano essencial”, racional e universal, que, no mais das vezes, não passa de um retrato esculpido e tido por expressão da natureza

³¹ Pode-se destacar o estudo de Stevenson e Haberman, que propõem a análise de dez teorias sobre a natureza humana a partir de tradições religiosas (Confucionismo, Hinduísmo e Cristianismo), bem como do pensamento filosófico (Platão, Kant, Marx, Freud, Sartre) e do discurso científico (psicologias comportamentalista e evolutiva). O objetivo dos autores é não apenas corroborar a viabilidade de se falar em “natureza” ou “essência” humanas como, a partir desse conhecimento, extrair diversas utilidades compreensivas. Trata-se de um problema, atualmente, bastante trabalhado em Psicologia, a partir de abordagens monistas (do corpo) e dualistas (corpo e alma). Mesmo aos pesquisadores da natureza humana, hoje, a contemporizam para fora de uma “verdade”, ponderando-na com a cultura do humano, “[...] sempre que se mencionam provas supostamente científicas em favor de alegações sobre nossa evolução, ou sobre diferenças entre as raças, os sexos e as classes sociais dos seres humanos, temos de estar alertas para a possibilidade de essas asserções poderem servir ao interesse de certos grupos sociais em detrimento dos de outros”. STEVENSON, Leslie; HABERMAN, David L. **Dez teorias da natureza humana**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 329. Também, em termos de um estudo amplo do tema: HACKER, Peter. **Human nature: The categorial framework**. Malden: Blackwell, 2007.

³² THOMSON, George. **The human essence: the sources of science and art**. Londres: China Policy Study Group, 1974.

dada – portanto, uma naturalização³³ – declinam-se conjuntos de regramentos e de valores: morais, éticos, jurídicos, teológicos, estéticos. É em torno a esta “natureza humana” que se estabelece uma cosmologia e, a partir desta, traçam-se os antecedentes de sistemas técnico-normativos em termos de justificação e de criação de origens, que estabelecem vínculos de obrigatoriedade e cadeias de validação. Quando quebrado o prisma da “natureza humana”³⁴, abre-se um horizonte profundo e imenso de questionamentos possíveis, assim como de normatividades e de antinormatividades, caindo a ideia de uma natureza dada e posta e restando, assim, o enfrentamento das construções sociais e tecnológicas operadas sobre as subjetividades, individualidades e populações. Se o “humano” não é dado, mas construído por meio de relações de discursividade e de poder, moldado a práticas e disciplinas, restam os desafios de seu reestabelecimento constante, por um lado, e o da responsabilidade infinita diante de algo pelo qual se influencia decisivamente, por outro. Uma investigação sobre o pós-humano não pode prescindir deste problema básico, que não é pensado como uma decisão definitiva, mas como uma questão em aberto cuja reflexão pode reencaminhar – como o fez com os humanismos críticos – à investigação de outras linhagens.

§ Condição humana. A “condição humana”³⁵, como delimitação de um campo de sujeições inevitáveis da existência humana, assim como a “natureza humana” (essencial), é um importante referencial e marcador para uma outra dimensão de práticas sociais: a “condição pós-humana”³⁶. Se a condição humana demarca uma série de submissões

³³ O emprego as naturalizações, no Direito, possuem um efeito importante, ao olhar crítico, na construção normativa: “16ª Lição. Em uma metodologia jurídica atenta à racionalidade, as noções de ‘tipo’ e de ‘série de tipos’ são utilizadas apenas para a exposição e a ordenação. Sim, do mesmo modo que ‘a natureza das coisas’, são transformados em conceitos normativos dos quais se retiram normas jurídicas, não apresentando mais do que pseudojustificativas para a criação de normas pelo aplicador do direito”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 230.

³⁴ “15ª Lição. Quem argumenta com a natureza ou deduz a partir dela a essência de uma coisa ou de uma instituição camufla suas verdadeiras razões e aparenta fundamentos científicos objetivos ali onde não os há de modo algum”. Também, demonstrando a vagueza substancial de alguns usos das formas jurídicas: “6ª Lição. Quando como fundamento do qual se extraem consequências jurídicas se invocam coisas tal como ‘ideia de direito’, o ‘espírito’ ou a ‘unidade’ do direito, o que aparece não são tais espíritos ou ideias invocados, senão o espírito e as ideias de seus invocadores ou de sua ideologia”. RÜTHERS, *ibidem*, p. 228-229.

³⁵ “Esse homem futuro, que segundo os cientistas será produzido em menos de um século, parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como nos foi dada – um dom gratuito vindo do nada (secularmente falando), que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. Não há razão para duvidar de que sejamos capazes de realizar essa troca, tal como não há motivo para duvidar de nossa atual capacidade de destruir toda a vida orgânica da Terra. A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico – e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos: é uma questão política de primeira grandeza, e portanto não deve ser decidida por cientistas profissionais nem por políticos profissionais”. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 10-11. Também sobre o tema: ELIAS, Norbert. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. MARTINS, Hermínio. **Experimentum humanum**: civilização tecnológica e condição humana. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

³⁶ A reflexão sobre a condição pós-humana comporta uma série de cenários especulativos de um futuro altamente tecnológico, em que se reestruturam todas as questões da condição humana pelo atravessamento, desenho e constituição das altas tecnologias. ALLENBY, Braden; SAREWITZ, Daniel. **The techno-human condition**. Londres: MIT Press, 2011. HAUSKELLER, Michael. **Sex and the posthuman condition**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014. PEPPERELL, Robert. **The posthuman condition**: consciousness beyond the brain. Oregon: Intellect, 2003. LIPPERT-RASMUSSEN, Kasper; THOMSEN, Mads Rosendahl; WAMBERG, Jacob. **The Posthuman Condition**: Ethics, Aesthetics and Politics of

condicionantes postas ao “humano” tal como convencionalmente se tende a concebê-lo, pelo simples fato de este existir e ter de sobreviver em conjunto e nas condições de um planeta e seus ecossistemas – tendo a vida perpassada por condicionantes físicos, químicos, biológicos, matemáticos, sociais, ambientais etc. –, ao mesmo tempo esta “condição humana”, ela mesma, também pode ser usada como critério de assujeitamento e de normatividade³⁷, que podem redundar em exclusão, dominação, extinção de indivíduos e populações, ao mesmo tempo em que podem ser um índice do “afirmativo”: condições a serem atendidas pela atuação política, por exemplo. Assim como a ruptura da “natureza humana” hipernormativa é necessária para se aproximar ao pós-humano, ao mesmo tempo um questionamento intenso sobre a “condição humana” é campo fértil de reflexão sobre o que se pretende enfrentar, ultrapassar, transformar, ou sobre aquilo que insistentemente se tem buscado manter estável, natural, inevitável. Mais do que uma questão a se resolver, a “condição humana” é um elemento de contexto e cenário constantemente desafiador, que não pode ser desconsiderado em cada reflexão sobre as variações do humano, do inumano, do desumano. Se, como dizia Arendt, “a Terra é a condição humana”, o modo como se relacionam as diferentes formas de vida e ecologias³⁸ no contexto da condição humana também é um pensamento maior sobre o ambiente, os animais, os inanimados.

Biotechnological Challenges. Copenhagen: Aarhus University Press, 2012. MANZOCCO, Roberto. **Transhumanism**: Engineering the Human Condition: History, Philosophy and Current Status. Nova Iorque: Springer International Publishing, 2019. DOMINGUES, Ivan [Ed.]. **Biotechnologies and the human condition**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

³⁷ Em todo o debate temático, considera-se a seguinte ponderação de Judith Butler o ponto focal de toda a investigação proposta: “De resto, para além dos tons drásticos que a versão polêmica do meu discurso assume, estou certa de uma coisa: que nem a mim nem a você interessa uma reflexão sobre a ‘natureza humana’ que seja um mero exercício intelectual – disposto a usar o léxico filosófico mais do que o psicanalítico – e não uma oportunidade para repensar a ética e, sobretudo, a política. Para isso, interessamos analisar a violência, ou melhor, interessa-nos pôr à prova a produtividade política da condição humana de vulnerabilidade num contexto de uma época de guerra e destruição, quando, mesmo morrendo em massa, se morre sempre um de cada vez, um a um. Não está já aqui o outro, de quem dependo ou que depende de mim – assimetricamente conforme acontece entre uma pluralidade de seres únicos, obviamente ignorantes dos teoremas abstratos sobre a igualdade?”. CAVARERO, Adriana; BUTLER, Judith. Condição humana contra “natureza”. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 650-662, dez. 2007. Outro debate muito importante neste contexto é o de Noam Chomsky e Michel Foucault: CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, Michel. **Natureza humana: justiça vs. Poder**. O debate entre Chomsky e Foucault. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2014. SOUTO, Caio. A articulação saber-poder no debate entre Chomsky e Foucault. **Anais do seminário dos estudantes de pós-graduação em filosofia da UFSCar**, 2014, 10a edição. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/8-Caio-Souto.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

³⁸ Neste ponto é importante refletir sobre os efeitos epistemológicos das relações ecológicas: “A questão da outridade da natureza ganha uma qualidade no paradigma das epistemologias ecológicas que não é a da diferença que situa o outro num mundo fechado. O ponto de partida para o conhecimento não é mais o distanciamento e os dispositivos da evitação, mas, ao contrário, o engajamento do sujeito no mundo e no coração da matéria por meio da participação e do compartilhamento de uma experiência comum que atravessa os seres e as coisas que habitam a mesma atmosfera. O que muda fundamentalmente, para dizer em termos psicanalíticos, é a natureza do laço narcísico. Os sujeitos humanos passam a identificar-se com todos os seres portadores de vida, para além de uma comunidade específica de humanos com direitos específicos”. STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 163-183, abr. 2014. p. 182. Também: MARRAS, Stelio. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 69, p. 250-266, abr. 2018. SUSSEKIND, Felipe. Sobre a vida multiespécie. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 69, p. 159-178, abr. 2018.

§ Antropologia Filosófica e o problema do Homem. A Antropologia Filosófica³⁹ consiste em um campo de estudos e de especulação filosófica que pretende, a partir de diversos recortes e de acumulações teóricas, que abrangem um grande espectro de variedades filosóficas, depreender uma imagem do “homem”. Um “homem” entendido como essência, como escultura definitiva do perfil do “humano”, expressa por diferentes retratos, mas sob uma mesma pretensão de alcançar um personagem geral a partir de diferentes atuações, segundo uma mesma expectativa de convergência e de unidade. A Antropologia Filosófica, dispersa em diversos discursos e muitas vezes conjugada com uma Antropologia Social⁴⁰, fornece os elementos do estabelecimento da “natureza humana”, da “condição humana” e, assim, embasa um conjunto de antropologias que antecederia discursos científicos e, ainda, senão firma, permite identificar “criptoantropologias” em torno das quais se desenvolvem diversos meios de intervenção técnica social. A Antropologia Filosófica é um fio do “único” que planifica toda a diversidade e toda a diferença em torno de uma mesma expectativa de assemblagem naturalizante e, em especial, estabelece e permite identificar as criptoantropologias instaladas em diferentes discursos. A noção das “criptoantropologias”⁴¹ consiste em uma advertência epistemológica às Ciências Humanas e Sociais, a partir da qual se percebe que, por dentre os conceitos construídos nestas ciências, residem imagens

³⁹ Pode-se mencionar a disciplina da Antropologia Filosófica, desenvolvida por pensadores como Max Scheler, Helmut Plessner, Arnold Gehlen e Ernst Cassirer. Ao exemplo do trabalho de Mondin, toma-se nesta disciplina, como referência, a pergunta: “o homem, quem é ele?”. Em torno desta questão, busca-se uma ampla tipologia humana a partir da “fenomenologia do homem” e da “metafísica do homem”, conjunto de figuras pelo qual se poderia alcançar uma “essência” ou um “ser” próprio do humano – ou seja, a identidade de sua natureza expressa em conceitos universais sucessivamente reunidos em várias frentes. MONDIN, Battista. **O homem, quem é ele?** Elementos de Antropologia Filosófica. Tradução de R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Paulus, 1980.

⁴⁰ CARRASCO M, Iván. La antropología poética como mutación disciplinaria. **Estud. filol.**, Valdivia, n. 38, p. 7-17, 2003. CASTRO, Eduardo Viveiros de. Filiação intensiva e aliança demoníaca. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 91-126, mar. 2007. MAYBURY-LEWIS, David. A antropologia numa era de confusão. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 15-23, out. 2002.

⁴¹ “Como quer que se veja a questão, a antropologia filosófica representa uma importante chave hermenêutica nas configurações e interpretações das ciências sociais, chave da qual muitas vezes não estão conscientes os próprios cientistas. Desentranhar dos discursos teóricos que orientam as práticas das ciências sociais as antropologias e criptoantropologias presentes constitui, como se pode apreciar do demonstrado neste trabalho, uma tarefa de esclarecimento epistemológico, ético e político, ao qual não se pode renunciar, ao menos, é claro, que haja uma vontade de ocultamento e esquecimento muito questionável (Nietzsche) por parte do cientista social. Desvelar as antropologias consiste, finalmente, em um trabalho ético e político, eis que as concepções sobre o humano têm consequências tanto às pessoas de carne e osso como para as instituições sociais, econômicas culturais e políticas. Este desvelar põe em marcha uma ética da responsabilidade do cientista social (Weber) contra a cega convicção de que desconhecem os efeitos de suas ações. Nesse sentido, a teoria já é, ela mesma, prática”. Tradução livre de: “Como quiera que se vea la cuestión, la antropología filosófica resulta una importante clave hermenéutica en la configuración e interpretación de la teoría social y las producciones de las ciencias sociales, clave de la que muchas veces no están conscientes los propios científicos. Desentrañar de los discursos teóricos que orientan las prácticas de las ciencias sociales las antropologías y criptoantropologías presentes constituye, como se puede apreciar por lo dicho en este trabajo, una tarea de ilustración epistemológica, ética y política a la que no cabe renunciar, a menos, por supuesto, que haya una muy cuestionable voluntad de ocultamiento y olvido (Nietzsche) por parte del científico social. Develar las antropologías constituye, finalmente, una labor ética y política, toda vez que las concepciones sobre lo humano tienen consecuencias tanto para las personas de carne y hueso como para las instituciones sociales, económicas, culturales y políticas. Este develar pone en marcha una ética de la responsabilidad del científico social (Weber) en contra de la ciega convicción que desconoce los efectos de su acción. En este sentido, la teoría es ya práctica”. SEOANE C, Javier B. Antropología filosófica y teoría social. **Episteme**, Caracas, v. 27, n. 2, dez. 2007. Nesse sentido, ainda é importante considerar o papel da Antropologia de campo na formação do conhecimento jurídico: ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito**. Antropologia jurídica da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

fantasmagóricas do “humano”, mais ou menos conscientes, expressas, apropriadas e adotadas, delimitando-se, assim, as modulações e abrangências do alcance dos objetos de pesquisa, seus objetivos, metodologias e viabilidade e aceitabilidade de uns ou outros conhecimentos. Esta pergunta sobre a antropologia oculta em determinada epistemologia representa um movimento a mais de inversão e de contraponto no sentido das práticas do pós-humano, uma vez que permite investigar o espaço de pressupostos que orientam a compreensão e os recortes efetuados em determinada técnica de produção e de intervenção social. A pergunta sobre a antropologia subjacente, então, se apresenta como uma chave hermenêutica⁴² categórica, de modo que o desentranhar destas antropologias é um compromisso ético e político de responsabilidade científica, pois esta compreensão interna produz efeitos constantes das teorias e das práticas. A pergunta sobre “o que se compreende por ‘humano’ nesta engrenagem?” é indicativa dos limites da apreensão, das proposituras, as fronteiras de exclusão e os interesses promovidos por determinadas abordagens.

§ O Anti-Humanismo Pós-Estruturalista. O Anti-Humanismo Pós-Estruturalista pode ser tomado, do grande corpo de forças de influências que permitem a emergência do Pós-Humanismo e, em especial, do Pós-Humanismo Crítico, como um dos pontos de inflexão mais severos e decisivos sobre os modos de interpretação e de valoração teóricos, com profundos efeitos sobre uma série de desdobramentos teóricos posteriores. Pode-se dizer, por sua qualidade ética e teórica, que a inflexão do anti-humanismo pós-estruturalista se afirma como uma dobra de discernimento severa e decisiva ao raciocínio ético e moral, seja em qual campo ou esfera do conhecimento e da prática social possa vir a ocorrer. Sendo o seu ponto de foco o “homem” construído no contexto das Ciências Humanas, atinge diretamente o senso comum da natureza, essência e condição humanas, assim como a Antropologia Filosófica e o teor das criptoantropologias. É a partir destes atingimentos⁴³ que se podem articular as diferentes dimensões de desconstrução de variados modelos binários de dominação e inaugurar novas sutilezas respectivas às práticas de assujeitamento e, também, estratégias de resistência e de afirmação e cuidado de si⁴⁴.

⁴² GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução por Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método II**. Complementos e indicações. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução por Márcia Sá Cavalcante-Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

⁴³ Diante da polissemia do “Pós-Humanismo”, que o pesquisador Ashley Woodward entende como corrente intelectual, haveria basicamente dois sentidos à expressão, a partir de um ponto de partida comum de Pós-Humanismo como “além do humanismo”: um sentido de quase identidade com o “transhumanismo”; e outro de “anti-humanismo” enquanto corrente das humanidades na contemporaneidade. Nesse ponto, o autor destaca o Anti-Humanismo Pós-Estruturalista como a identificação, por Foucault, do “homem” como conceito epistemológico: o duplo empírico-transcendental, imagem do homem e fundamento de todo o conhecimento. A transição da “episteme” moderna para a contemporânea teria na morte do homem, assim, o fim desta imagem central, mudando-se o foco epistemológico à linguagem, e não ao fundamento do homem. O humano como base unificadora do conhecimento, como origem do sentido e do significado, assim, é afastado nesta posição do Pós-Humanismo, característica que seria comum também ao Estruturalismo e à filosofia afirmativa de Nietzsche, pelo Super-Homem, criador dos novos valores afirmadores da vida. WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanismo**. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 278-310.

⁴⁴ CANDIOTTO, Cesar. Cuidado da vida e cuidado de si. Sobre a individualização biopolítica contemporânea. **Dissertatio**, Pelotas, p. 469-491, 2011. CANDIOTTO, Cesar. Ética e política em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 33, n. 2, p. 157-175, 2010. VANDRESEN, Daniel Salésio; GELAMO, Rodrigo Pelloso. O ensino de filosofia e a criação dos modos de vida. **Nômadias**, Bogotá, n. 46, p. 47-63, jun. 2017.

§ A morte do Homem. A “morte do Homem”, interdição à crença no humano universal, objeto-ideal de uma antropologia e das Ciências Humanas, é a queda de uma figura erigida, a partir de cujo dismantelamento ergue-se o novo, o possível, a potência, a diferença, o outro infinito. Portanto, a possibilidade aberta após a sua declaração é tão ameaçadora quanto libertadora. É a face, da “morte de Deus”⁴⁵, ao humanismo tradicional em sua metafísica⁴⁶ de fundação forjada. É o fim da humanidade; o fim de uma humanidade, de um homem, de um humanismo e de tudo o que gravitar em torno a este centro de normatividade suprema e crença embasadora de conhecimentos. Tal como veio a ser a “morte do Autor”⁴⁷ é a falência de um centro absoluto de sentido, uma âncora do Ser, em contrapartida às aberturas da emergência e das instanciações, dos centros de encontro e de fuga, das dinâmicas de constante transformação. É a diferença da pedra para a carne; da escultura para o corpo. Conforme enunciado por Foucault em “As Palavras e as Coisas”:

O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo. Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico — então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia⁴⁸.

Trata-se de referência clássica aos pós-humanismos e aos transhumanismos, como uma liberação para se tomar a Forma-Homem como substrato de elaboração simbólica e

⁴⁵ “Devemos de ora em diante esperar uma longa sequência, uma longa abundância de demolições, de destruições, de ruínas e de subversões: quem poderá adivinhá-la o suficiente a partir de hoje para ensinar essa enorme lógica, tornar-se o profeta desses imensos terrores, dessas trevas, desse eclipse de Sol que a Terra ainda jamais conheceu sem dúvida alguma?... Nós próprios, decifradores de enigmas, nós, adivinhos natos, que esperamos por assim dizer no alto dos montes, postos entre ontem e amanhã, e contraditoriamente presos entre os dois, nós primonados, prematuros do século a vir, que deveríamos ter já percebido as sombras com que não tardará a envolver-se a Europa, de onde vem que esperamos a ascensão dessa vaga negra sem interesse verdadeiro, sobretudo sem temor e sem inquietação por nós? Será que ainda estaremos demasiado dominados pela influência das primeiras consequências deste acontecimento? Porque as primeiras consequências, as que teve para nós, não têm nada de sombrio nem de deprimente, contrariamente ao que se podia esperar; aparecem, muito pelo contrário, como uma nova espécie, difícil de descrever, de luz, de felicidade, de alívio, uma forma de serenidade, de encorajamento e de aurora... De facto, nós outros, filósofos, ‘livres espíritos’, sabendo que o ‘antigo Deus está morto’, sentimo-nos iluminados como por uma nova aurora; o nosso coração transborda de gratidão, de espanto, de pressentimento e de expectativa... eis que enfim, mesmo se não está claro, o horizonte novo parece livre, eis que enfim os nossos barcos podem voltar a partir e vogar diante de todos os perigos; voltar a ser permitida ao pioneiro qualquer tentativa de conhecimento; o mar, o ‘nosso’ mar, de novo, volta a abrir-nos todas as suas extensões; talvez mesmo nunca tivesse havido um mar tão ‘pleno’”. NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Alfredo Margarido. Lisboa: Guimarães Editores, 2000. p. 222.

⁴⁶ MARTINS, André; SANTIAGO, Homero; OLIVA, Luís César [Org.]. **As ilusões do eu**. Spinoza e Nietzsche. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

⁴⁷ “[...] para devolver à escrita o seu devir, é preciso inverter o seu mito: o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor”. BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 65-70. p. 70.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 536.

material. Com isso, a morte do homem é o sacrilégio ao humanismo daquele outro sacrilégio absoluto da morte de Deus: é o confronto com o mar, nunca antes tão pleno.

§ Forma-Homem. Para Deleuze⁴⁹, a manifestação de uma “forma” é a expressão de um composto de relações de forças⁵⁰, de modo que seria, então, de se perguntar: dadas forças determinadas, com quais forças de fora elas entram em relação e, desta interação, qual a forma resultante? Para o pensador, são forças no homem faculdades tais como as de imaginar, recordar, conceber, querer. Porém, aí, seria necessário observar que a manifestação destas forças não pressupõe o Homem dado como uma Forma posta. Isto porque “[...] as forças, no homem, supõem apenas lugares, pontos de aplicação, uma região do existente. O mesmo vale para as forças do animal⁵¹ (mobilidade, irritabilidade) que não pressupõem ainda nenhuma forma determinada”⁵². Deste modo, um questionamento antropológico se daria, ao invés de recair na definição de uma natureza humana, no sentido de “[...] saber com quais outras forças [além daquelas de imaginar, recordar etc.] as forças no homem entram em relação, numa ou noutra formação histórica, e que forma resulta neste composto de forças”⁵³. O *insight* deleuziano ao pós-humano, poder-se-ia dizer, se dá justamente na medida de uma negação deste humano estável e posto a partir do qual se poderia supor uma posteridade. Nesse sentido, pode-se até considerar que, a partir das constatações da leitura foucaultiana de Deleuze, não haveria um sentido ontológico em se falar de pós-humanismo, apenas um sentido pragmático e histórico em se investigar e debater tal possibilidade teórica. Isto fica patente quando se

⁴⁹ DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Carla Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2013. p. 142.

⁵⁰ “Eis o princípio geral de Foucault: toda forma é um composto de relações de forças. Estando dadas forças, perguntar-se-á então primeiramente com que forças de fora elas entram em relação e, em seguida, qual a forma resultante. Consideram-se forças no homem: força de imaginar, de recordar, de conceber, de querer... objetar-se-á que tais forças supõem, já, o homem; mas não é verdade, como forma. As forças, no homem, supõem apenas lugares, pontos de aplicação, uma região do existente. O mesmo vale para as forças no animal (mobilidade, irritabilidade), que não pressupõem ainda nenhuma forma determinada. Trata-se de saber com quais outras forças as forças no homem entram em relação, numa ou noutra formação histórica, e que forma resulta desse composto de forças. Pode-se já prever que as forças, no homem, não entram necessariamente na composição de uma forma-Homem, mas podem investir-se de outra maneira, num outro composto, numa outra forma: mesmo se considerarmos um curto período, o Homem não existiu sempre, e não existirá para sempre. Para que a forma-Homem apareça ou desapareça é preciso que as forças, no homem, entrem em relação com forças de fora muito especiais”. DELEUZE, *ibidem*, p.132.

⁵¹ DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. (A seguir). Tradução de Fábio Landa. São Paulo: UNESP, 2002. FERREYRA, Julián. Hegel y Deleuze: filosofías de la naturaleza. **Arete**, Lima, v. 29, n. 1, p. 91-123, 2017. CHERNIAVSK, Axel. La filosofía como rama de la literatura: entre Borges y Deleuze. **Tópicos**, Santa Fe, n. 24, p. 1-21, dez. 2012. ABADI, Florencia. Henri Michaux: animalidad y conciencia. **Aisthesis**, Santiago, n. 50, p. 92-109, dez. 2011. CAGUENAS ROZO, Diego. Tras el animal: dos persecuciones ontológicas. **CS**, Cali, n. 7, p. 377-408, jun. 2011. TOLENTINO, Eliana da Conceição; OLIVEIRA, Laís Maria de. Despindo a narrativa: uma poética felina (apontamentos acerca da alteridade). **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 56, 2019. FEIL, Gabriel Sausen. Comunicação: condição ou impossibilidade humana? **Galáxia**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 48-59, dez. 2013.

⁵² DELEUZE, *op. cit.*, p. 132. Aqui assume relevância o devir-animal deleuziano, em que o animal solitário se contrapõe à matilha, ao bando, à alcateia e ao enxame, que detêm o traço da “multidão”. O devir-animal é desterritorialização e anti-domesticação, funcionando na lógica rizomática da extrapolação e da realização de alianças, das redes disseminadas e da multiplicidade, porta de acesso ao estranho, ao não colonizado, ao não sacrificado no familismo e na imitação, eis que inspirado, então, pelo nomadismo, pela anomalia do bando, pela lógica da dispersão viral, pelo extravasamento da vida. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Sueli Rolnik. São Paulo, SP: Ed. 34, 2002. V. 4.

⁵³ DELEUZE, *ibidem*, p. 132.

identifica que “[...] as forças, no homem, não entram necessariamente na composição de uma forma-Homem, mas podem investir-se de outra maneira, num outro composto, numa outra forma: mesmo se considerarmos um curto período, o Homem não existiu sempre, e não existirá para sempre”⁵⁴. O “homem” contemporâneo – e, novamente, a expressão é apenas um modo de se comunicar, pois o que Deleuze reflete é sobre uma formação do futuro – então, poderia ser pensado nesta relação de forças e formas:

As forças no homem entram em relação com forças de fora, as do silício, que se vingam do carbono, as dos compostos genéticos, que se vingam do organismo, as dos agramaticais que se vingam do significante. Em todos esses aspectos, seria preciso estudar as operações de superdobra, da qual a ‘dupla hélice’ é o exemplo mais conhecido. O que é o super-homem? É o composto formal das forças no homem com essas novas forças. É a forma que decorre de uma nova relação de forças. O homem tende a liberar ‘dentro de si’ a vida, o trabalho e a linguagem. O super-homem é, segundo a fórmula de Rimbaud, o homem carregado dos próprios animais (um código que pode capturar fragmentos de outros códigos, como nos novos esquemas de evolução lateral ou retrógrada). É o homem carregado das próprias rochas, ou do inorgânico (lá onde reina o silício). É o homem carregado do ser da linguagem (dessa ‘região informe, muda, não significante, onde a linguagem pode liberar-se’, até mesmo daquilo que ela tem a dizer). Como diria Foucault, o super-homem é muito menos que o desaparecimento dos homens existentes e muito mais que a mudança de um conceito: é o surgimento de uma nova forma, nem Deus, nem o homem, a qual, esperamos, não será pior que as duas precedentes⁵⁵.

Deleuze, a partir de Foucault, especifica três tipos de formações históricas em que, pelos modos de interações, ter-se-iam tanto mecanismos operatórios nas relações entre as forças quanto formas resultantes a partir de diferentes movimentos. Seriam a “formação histórica clássica”, a “formação histórica no século XIX” e “rumo a uma formação do futuro”. À formação clássica corresponderia uma relação constante com o “infinito”, nos quais as coisas se definiriam e expressariam por meio de uma limitação deste infinito, cujo grau mais baixo seria o do “indefinido”. Conforme exemplifica a leitura de Foucault das ciências gerais do Século XVII, não havia biologia, mas história natural, nem economia política, mas análise das riquezas, nem filologia ou linguística, mas uma gramática geral, o que evidenciaria o desenvolvimento dos infinitos por meio de “desdobramentos” de limitações. Na questão antropológica “[...] as forças do homem entram em relação com as forças de elevação ao infinito. Estas são, justamente, forças de fora, já que o homem é limitado e não pode dar conta dessa potência mais perfeita que o atravessa”⁵⁶. A forma resultante desta relação seria a forma-Deus. A formação clássica, assim, seria marcada pela operação referenciada pelo infinito-limitação, em que o *desdobramento* é o movimento principal. A formação histórica no Século XIX, por sua vez, teria a mutação da dinâmica da relação das forças do homem com as forças exteriores: “essas forças são a Vida, o Trabalho e a Linguagem: tripla raiz da finitude, que vai provocar o nascimento da biologia, da economia política e da linguística”⁵⁷. O “infinito originário” se distinguiria da “finitude constituinte” e o pensamento sobre a morte se operaria em outro registro. A figura da forma-Homem, então, se apresentaria “[...] só quando as forças no homem entram em relação com forças de finitude vindas de

⁵⁴ DELEUZE, *ibidem*, p. 132.

⁵⁵ DELEUZE, *ibidem*, p. 142.

⁵⁶ DELEUZE, *ibidem*, p. 133.

⁵⁷ DELEUZE, *ibidem*, p. 135.

fora, só então, o conjunto das forças compõem a forma-Homem (e não mais a forma-Deus). *Incipit Homo*”⁵⁸. Teria se passado, então, da imagem do “desdobramento” para a da “dobra”: “as forças do homem se rebatem ou se dobram sobre esta nova dimensão de finitude em profundidade, que se torna então a finitude do próprio homem”⁵⁹. Nesse sentido, o nascimento da biologia seria fortemente exemplificativo de tal mudança: “as ramificações ou planos de organização colocam em jogo eixos, orientações, dinamismos, segundo os quais o ser vivo se dobra de tal ou qual maneira”⁶⁰. Nesse sentido, destaca-se:

Se a dobra e o desdobramento não inspiram só as concepções de Foucault, mas o seu próprio estilo, é porque constituem uma arqueologia do pensamento. [...] Segundo Foucault, trata-se de uma relação de forças, em que as forças regionais enfrentam ora forças de elevação ao infinito (desdobramento), de maneira a constituir uma forma-Deus, ora forças de finitude (dobra), de maneira a constituir uma forma-Homem. É uma história mais nietzscheana do que heideggeriana, uma história entregue a Nietzsche, ou à *vida*.⁶¹

Deleuze enfatiza que toda forma é “precária e provisória”⁶². A partir desta constatação, o filósofo francês destaca que, em verdade por mais que popularmente conhecido pela “morte de Deus”, Nietzsche⁶³ deveria ser visto em suas projeções acerca da “morte do Homem”, no dizer de Deleuze:

[...] o que lhe interessa é a morte do homem. Enquanto Deus existe, isto é, enquanto funciona a forma-Deus, o homem ainda não existe. Mas, quando a forma-Homem, ela, necessariamente, já compreende a morte do homem, de três maneiras pelo menos. Por um lado, onde o homem poderia encontrar o fiador de uma identidade, na ausência de Deus? Por outro lado, a própria forma-Homem só se constitui nas dobras da finitude: ela coloca a morte dentro do homem [...]. Enfim, as próprias forças da finitude fazem com que o homem só exista através da disseminação dos planos de organização da vida, da dispersão das línguas, da disparidade dos modos de produção, que implicam

⁵⁸ DELEUZE, *ibidem*, p. 135.

⁵⁹ DELEUZE, *ibidem*, p. 136.

⁶⁰ DELEUZE, *ibidem*, p. 137.

⁶¹ DELEUZE, *ibidem*, p. 138.

⁶² DELEUZE, *ibidem*, p. 139.

⁶³ Conforme Ashley Woodward, em capítulo intitulado “Nietzsche e pós-humanismo”, Nietzsche, no contexto do Pós-Humanismo, teria se tornado “[...] tanto uma influência como um dos principais objetos de debate” WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanismo**. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 278-310. As extensões e a profundidade desta influência é fruto de diversos debates acadêmicos, que dependem do sentido dado ao Pós-Humanismo e ao Transhumanismo, assim como ao significado do “Além-do-Homem” e a “morte de Deus” nietzscheanos. Um ponto importante, embora não seja o objeto deste trabalho, é o de não se identificar o anseio tecnológico pós-humano como uma realização do ideário nietzscheano, vendo no pós-humano transicional uma efetivação do além-do-homem. Uma discussão consistente sobre o assunto necessariamente pontua conceitos tais como o “Além-da-humanidade”, o “inhumano” a “transvalorização”, a “vontade de potência” “processo de superação” e o significado destas práticas em no autor e suas relações com os projetos transhumanistas e pós-humanistas, em sua polissemia. ANSELL-PEARSON, Keith. **Viroid life: Perspectives on Nietzsche and the transhuman condition**. Londres: Routledge, 1997. HAUSKELLER, Michael. Nietzsche, the Overhuman and the Posthuman: A Reply to Stefan Sorgner. **Journal of Evolution and Technology**, v.21, p. 5-8, jan. 2010. Disponível em: <<http://jetpress.org/hauskeller.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2015. SORNGNER, Stefan Lorenz. Nietzsche, the Overhuman, and Transhumanism. **Journal of Evolution and Technology**, v. 20, p. 29-42, mar. 2009. Disponível em: <<http://jetpress.org/v20/sorgner.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

que a única ‘crítica do conhecimento’ seja uma ‘ontologia do aniquilamento dos seres’ (não só a paleontologia, mas também a etnologia)⁶⁴.

Assim, para Nietzsche, segundo Deleuze, a morte do homem coincidiria com o aparecimento da forma-Homem, pois esta forma coloca dentro do homem a morte por meio das forças externas da finitude. Com o choque das forças emerge a forma-Homem (“*Incipit Homo*”), mas, ao mesmo tempo, a internalização destas forças da finitude na forma-Homem acarreta a morte deste – que, para existir, depende do suporte dos planos de organização da vida. Contudo, a constatação não acarretaria um pesar, não haveria, nos termos de Foucault, porque se “chorar a morte do homem”, até porque se poderia questionar a forma-Homem: “com efeito, essa forma tem sido boa? Será que ela soube enriquecer ou mesmo preservar as forças no homem, a força de viver, a força de falar, a força de trabalhar? Será que ela poupou aos homens existentes a morte violenta?”⁶⁵. Na linha de compreensão da leitura de Deleuze, o que caberia seria uma nova pergunta: com quais novas forças externas, então, passaria o homem (correria o risco) a entrar em contato?⁶⁶. Este questionamento traria ao cenário da reflexão a figura do “super-homem”, de modo que, no entender de Deleuze:

A questão sempre retomada é, então, esta: se as forças no homem só compõem uma forma entrando em relação com as forças do lado de fora, com quais novas forças elas correm o risco de entrar em relação agora, e que nova forma poderia advir que não seja mais nem Deus nem o Homem? Esta é a colocação correta do problema que Nietzsche chamava ‘o super-homem’⁶⁷.

Deleuze destaca que, para Nietzsche, se o homem moderno aprisionou a vida, o “super-homem” libertaria a vida de dentro do homem, emergindo então uma nova forma. Contudo, esta nova forma dependeria de um novo mecanismo operatório, que não fosse nem mais o movimento clássico nem o da formação do Século XIX, do que emerge a referência da “superdobra” pela articulação do finito-ilimitado (a qual, ademais, remeteria ao Eterno Retorno nietzscheano).

Quais seriam as forças em jogo, com as quais as forças do homem entrariam então em relação? Não seria mais a elevação ao infinito, nem a finitude, mas um finito-ilimitado, se dermos esse nome a toda situação de força em que um número finito de componentes produz uma diversidade praticamente ilimitada de combinações. Não seria nem dobra nem o desdobramento que constituiriam o mecanismo operatório, mas algo como *superdobra*, que vemos nas dobras características das cadeias do código genético, nas potencialidades do silício nas máquinas de terceira geração, assim como nos contornos da frase na literatura moderna, quanto à linguagem ‘nada resta senão recurvar-se num perpétuo retorno sobre si’. [...] E o finito-ilimitado, ou a superdobra, não é o que Nietzsche já delineava sob o nome de eterno retorno?⁶⁸

⁶⁴ DELEUZE, *ibidem*, p. 139.

⁶⁵ DELEUZE, *ibidem*, p. 140.

⁶⁶ DELEUZE, *ibidem*, p. 139.

⁶⁷ DELEUZE, *ibidem*, p. 140.

⁶⁸ DELEUZE, *ibidem*, p. 141.

Deleuze enfatiza que as formações do futuro trariam um novo cenário de interação de forças, as já citadas forças do silício, da genética e dos agramaticais – os quais, inclusive, podem se conjugar com as leituras biopolíticas do impessoal e do impolítico. A figura do super-homem nietzscheana, então, seria um recurso conceitual necessário. Este futuro, contudo, não guarda qualquer garantia ética, política, jurídica, ou de qualquer outra normatividade que não dependa, igualmente, da historicidade de sua afirmação.

Como diria Foucault, o super-homem é muito menos que o desaparecimento dos homens existentes e muito mais que a mudança de um conceito: é o surgimento de uma nova forma, nem Deus, nem o homem, a qual, esperamos, não será pior que as duas precedentes.⁶⁹

A Forma-Homem é a plasticidade inevitável dada pela “morte do Homem”: é a evidência de uma queda, de uma demolição – que só pode ser pensada a partir do erigir – e, concomitantemente, o sinal de um porvir. Se o que costumamos compreender como “homem” não é a hipostasiação divina ou a encarnação de um ser permanente, nem tampouco apresenta uma natureza histórica imutável e permanente ou, ainda, expressa a execução de um projeto pré-estabelecido, com destino traçado, então é na dinâmica das formas que assume que pode ser compreendido, segundo mudanças no curso das quais não se buscam permanências e constâncias, mas que se reconhecem convenções de entendimento e conjunções de forças específicas que fazem inteligível uma ou outra imagem, uma ou outra formação, com as quais se acostumou nominar e reconhecer.

§ Desumanização. A desumanização não encontra sentido imediato no escoamento dos sentidos do humanismo tradicional e, ao mesmo tempo, entender o anti-humanismo como um pró desumanização seria um erro ético⁷⁰. O termo pode ser tomado com um signo tênue, próximo à linhagem do “impolítico”, conceito explorado no segundo capítulo. Assim como o “impolítico” não é antipolítica – até porque opera fora da chave dual e dialética que induziria a tal conclusão – o “anti-humanismo” não pode ser compreendido como a promoção da violência, das violações de preceitos éticos, políticos ou jurídicos – em sentido amplo – ou como uma contrariedade e oposição ao “humano” (como uma espécie de “misantropia”), sendo, sim, uma oposição àquilo que o “humanismo” – como ideologia, isto é, conjunto de ideias – e os discursos em torno de si podem promover enquanto práticas e regras desumanizantes. Neste sentido, o anti-humanismo possui um caráter ético e político muito intenso, que desgarrar o “humano” do “humanismo”, em um descolamento, frisa-se, não definitivo ou estável, porque o “humano” ainda se sujeita à problematização, do que se pode falar em “humanismo crítico”, como que se pairasse uma responsabilidade ética em usos renovados, redimensionados ou apenas distintos do humanismo ante o humanismo tradicional normativo, dirigindo-se a crítica àquilo que de desumano pode haver nas formas humanistas de exclusão. O espectro de reprovações éticas envolvidas neste contexto da desumanização⁷¹, tal como a humilhação, a exploração, a vulnerabilização, a instrumentalização, a degradação, as práticas de

⁶⁹ DELEUZE, *ibidem*, p. 142.

⁷⁰ Tanto que se pode falar em um “humanismo democrático”, inclusivo, cosmopolita, anti-excludente, anti-violento. SAID, Edward Wadie. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁷¹ KAUFMANN, Paulus; KUCH, Hannes; NEUHÄUSER, Christian; WEBSTER, Elaine. [Ed.]. **Humiliation, degradation, dehumanization**. Human dignity violated. Nova Iorque: Springer, 2011.

violação da dignidade humana – sem se problematizar a fundo a extensão desta “dignidade – não integram um campo de promoção no anti-humanismo. Mais do que os jogos de palavras e prefixos, e para além das polissemias, estão envolvidos conteúdos densos de significação, prescrição e conteúdo valorativo. Desumanização, assim, não coincide com anti-humanismo e, em alguma medida e sentidos, anti-humanismo pode ser muito mais humanizado do que o humanismo tradicional, profundamente desumanizante, porque excludente do “humano” e legitimador de variadas violências. Porém, ao anti-humanismo pouco importa a qualificação de humanista ou não, pois opera para fora deste espectro de valoração – o qual, diante de um mundo repleto de “desumanidades” e “desumanizações”, de tratamentos cruéis, degradantes e desumanos, de preconceitos e discriminações, parece ser um contraponto ainda relevante.

§ Animalidade e Inumano. Há, no contexto das questões da natureza e da condição humana, assim como do humanismo, um profundo interrelacionamento do problema da conformação histórica do Homem com as conceitualizações do animal e os sentidos da “hominização”⁷² (emergência evolutiva do animal biológico) e da “humanização” (axiológico) – sem desconsiderar os problemas intrínsecos a este processo de “humanização” em suas dimensões éticas, assim como os da “hominização” em termos da humanização do animal no plano social e cultural. As linhas de corte da humanidade e da animalidade⁷³, a exaltação da humanidade como instância e como valor⁷⁴, e a hierarquização destas formas em infra-humanas (incluindo humanos neste espectro), por si, aponta para a relação ético-política e jurídica destes elementos externos de justificação e de fundamentação. Neste ponto, em que as formas de vidas são distintamente hierarquizadas e valoradas⁷⁵, também passam a ser proeminentes as éticas da vida e o

⁷² VINOLO, Stéphane. **René Girard**: do mimetismo à hominização. Tradução de Rosane Pereira e Bruna Beffart. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.

⁷³ INGOLD, Tim. Humanity and Animality. In: INGOLD, Tim. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1994. p. 14-32.

⁷⁴ O aporte crítico do pensador argentino Fabian Romandini permite estabelecer diferentes relações entre humanismo, transhumanismo e pós-humanismo: em tradução livre: “o tão proclamado fim do humanismo e o anúncio da chegada do pós-humanismo são, em verdade, um grande equívoco. Como vimos, todo o movimento transhumanista está baseado amplamente em um princípio antrópico hostil à animalidade (‘animalita’) constitutiva do ser vivo que somos. Os transhumanistas buscam, na verdade, produzir pela primeira vez um ser humano livre de sua animalidade substancial, mesmo que isto implique em definir o humano como simples padrão de informações. A partir desta perspectiva, então, o chamado ‘póshumanismo’ é, em realidade, a forma mais sutil e a mais recente representação e metamorfose do ‘humanismo’ e, mais propriamente, deveria se falar, sim, em um movimento pós-animalista. Assim, não existe, verdadeiramente, o ‘fim do homem’, no pós-humanismo, mas, sim, apenas o ‘fim do animal’ e um primordial nascimento do ‘humano’”. No original: “[...] el tan proclamado fin del humanismo y el anuncio de la llegada del post-humanismo resultan, en el fondo, un gran equívoco. Como hemos visto, todo el movimiento transhumanista está ampliamente basado en un principio antrópico hostil a la animalitas constitutiva del viviente que somos. Los trans-humanistas buscan, en realidad, fabricar por primera vez un humano libre de su animalidad sustancial, incluso si esto implica definir lo humano como un simple patrón de información. Desde esta perspectiva, entonces, el llamado post-humanismo es, en realidad, la forma más sutil y el último avatar del humanismo y, con toda propiedad, debería hablarse, más bien, de un movimiento post-animalista. Así, no existe verdaderamente ningún ‘fin del hombre’ en el posthumanismo, sino sólo un ‘fin del animal’ y un primordial nacimiento de lo humano.”. LUDUEÑA ROMADINI, Fabian. **La comunidad de los espectros**. Antropotecnica. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010. p. 214.

⁷⁵ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Direito dos Animais⁷⁶ como proeminentes expressões do pós-humanismo no sentido de superação de um centro de moral e atribuição de direitos em torno ao “humano”. As potências do inumano⁷⁷, neste mesmo contexto, inconfundíveis com as forças de desumanização e concernentes àquilo pelo qual se contrasta e diferencia “o humano”, podem apontar às expectativas similares às do “impolítico”, do “impessoal” e às da maleabilidade da forma-Homem e de todas as libertações decorrentes da “morte do Homem”: não se tratam de negativas gerais, mas, antes, acuidade em relação aos efeitos de noções e de conceitos fundantes e centrais e seus regimes normativos respectivos. Do mesmo modo que o impolítico abre uma nova perspectiva da política sem significar sua extinção, o impessoal revela um outro campo de forças às pessoalidades e personalismos, uma nova visão sobre um campo de forças em curso, novas possibilidades de arranjos, organizações, linhas de conflito e de tensão, dissidências e harmonias, mesmo impacto que o inumano gera.

1.1.2 Perspectivas críticas ao humanismo tradicional

Esta subseção se dedica a identificar como diferentes correntes do chamado “Humanismo Crítico”⁷⁸, críticas ao Humanismo Tradicional, engendraram pressupostos que viabilizam um “Pós-Humanismo Crítico”.

§ Humanismo Tradicional. O humanismo tradicional, formado pela imagem do homem duplo empírico-transcendental e que é o foco da “morte do Homem”, pode, ainda hoje, por sua veiculação em diversos discursos religiosos e mesmo jurídicos, funcionar como um indicador e um estandarte de apreensões da realidade que se assentam em uma noção de humano universal, normativo, determinante de uma ordem de coisas e explicativo de uma série de relações. Neste sentido, pensar o humanismo tradicional é identificar um regime, um corpo de regras, um conjunto de pressupostos explicativos do mundo e que se voltam a este enquanto um recorte do possível e uma ordem de valorações. Mais do que a sistematização de teorias em torno ao seu rótulo, pode ser um termômetro de tendências teóricas, de frequências e de sintonias pelas quais se encaminham e em que se fundamentam apreensões, podendo ser mais ou menos explícito, mas sempre identificável a partir do questionamento das criptoantropologias. A Antropologia Filosófica, por força de sua pergunta central sobre “quem é o homem?”, tende a agrupar diferentes leituras sobre o humanismo tradicional, ou, mais especificamente, tende a induzir, sob seu crivo, uma leitura que objetiva encontrar, nos meandros das criptoantropologias, argumentos que venham a demonstrar e a fortalecer a viabilidade de se falar em uma natureza humana depreendida de uma diversidade de construções filosóficas e científicas.

⁷⁶ OLIVEIRA, Joelson [Org.]. **Filosofia animal**. Humano, animal, animalidade. Curitiba: PUCPress, 2016. FRANCYONE, Gary. **Introdução aos direitos animais**. Tradução de Regina Rehda. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

⁷⁷ LYOTARD, Jean-François. **O inumano** - considerações sobre o tempo. Lisboa: Editorial Estampa, 1990. TESTER, Keith. **The inhuman condition**. Londres: Routledge, 1995. COHEN, Jeffrey Jerome [Ed.]. **Inhuman nature**. Washington: Oliphaunt, 2014.

⁷⁸ Classificação proposta por: NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

§ Humanismos Críticos. O sentido de um “humanismo crítico” é o de não prescindir de pretensões de ordem antropológica ou que se debrucem sobre um momento histórico de apresentação da forma-Homem, recaindo seu foco na desconstrução de pressupostos fortes do humanismo tradicional, ainda que partindo de referenciais identitários – mas já contendo o germe e o desenvolvimento pós-identitário – e visando à destruição de categorias binárias, dialéticas e centralizantes-gravitacionais. É esta proximidade antropológica dos temas – ainda que enfraquecidas ou ausentes pretensões antropocêntricas – que tende a permitir uma classificação possível neste nível de oposição do conteúdo (humanismo tradicional *versus* crítico), sendo, apenas, um modo plausível de organização do conhecimento, sob tal rotulamento. Tais classificações são somente referenciais para se localizarem e diferenciarem alguns corpos de discussão, sem, com isso, se obstar que as permeabilidades dos ditos “humanismos críticos” venham a se imiscuir em toda a trama da discussão dos Pós-Humanismos, por exemplo, ou, ainda, que nada guardem de humanismo tradicional em si. Os humanismos críticos – a despeito das linhas de tensão contidas na expressão conjunta – são delimitações de campos de pesquisa, orientações gerais de pesquisa cujo enfoque por si revela a mudança de objetos de pesquisa e de metodologias, sendo que este deslocamento de interesses é significativo do potencial de temas, recortes, abordagens e viabilidades de produção do conhecimento. Nesse sentido, os humanismos críticos podem ser considerados como antecedentes epistemológicos a partir dos quais são possíveis formular e modelar realidades, interpretações e valorações, sistemas de representação e construção de concepções. Uma estratégia comum, em diferentes medidas, acaba sendo a desconstrução, como meio de descentramento temático do fundamento de autoridade de uma percepção. Os “Estudos” críticos consistem em manifestações de pontos nodais de esforço destas desconstruções, e, por isso, neste foco, são tomados em sua amplitude, com o propósito específico de se contextualizar o campo de possibilidades que permitiram a emergência do pós-humanismo como convergência aproximada de diferentes aportes. Com isso, não se nega nem a diversidade de cada um dos rumos, nem tampouco suas diferenças internas e, mesmo, a impossibilidade de agrupamento de estudos sob o mesmo rótulo e sob rótulos maiores (como o são o próprio “humanismo crítico” ou, ainda, o “pós-humanismo”). A intenção destes agrupamentos, portanto, mais do que definir prateleiras de conhecimentos, é indicar nuvens de condensação mutante, conjunções possíveis de apreensões e pontos de preocupação teórica. Nesse sentido, o caráter é mais indicativo do que icônico. Compõem os Humanismos Críticos: os Estudos Feministas e de Gênero⁷⁹, que operam na desconstrução dos centros de divisão sexual biológica do social; os Estudos Tecnocientíficos⁸⁰, cuja desconstrução realiza a problematização do natural e do

⁷⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. v.20, n.2, jul./dez. 1995. p. 71-99.

⁸⁰ Os Estudos Tecnocientíficos Feministas podem ser destacados como um caso especial de intersecção entre os Estudos Tecnocientíficos e os Estudos Feministas, sendo que do seu desenvolvimento emerge uma das figuras mais importantes para os desdobramentos teóricos do Transhumanismo e do Pós-Humanismo: o ciborgue. O “Manifesto Ciborgue”, de Donna Haraway, publicado em 1985, é um dos documentos mais significativos em termos de ruptura das dicotomias centralizadoras – em especial homem-mulher – e busca de potenciais críticos e criativos, utilizando-se da figura do ciborgue, híbrida, um referencial para o desprendimento dos binarismos na sexualidade. Criatura de realidade social e de ficção, de máquina e de organismo, do real e do imaginário, o ciborgue desafia as classificações tradicionais de homem-mulher, humano-máquina-animal, dissolve fronteiras, impede assimilações, apropriações e incorporações, exigindo novas formas de pensar a ética e a política. “Significa tanto construir quanto destruir máquinas, identidades, categorias, relações, narrativas espaciais. Embora estejam envolvidas, ambas, numa dança em espiral, prefiro ser uma ciborgue a uma deusa” HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118. p. 99.

cultural; os Estudos Descoloniais e os Estudos Raciais e Étnicos Críticos, com a desconstrução do binarismo especialmente significativa em termos de dominação e de opressão cultural e territorialidades, geopolíticas e multiplicidades macropolíticas; os Estudos Raciais e Étnicos Críticos, na desconstrução de um dos pressupostos mais deletérios em termos de tanatopolítica, que é justamente o racismo no cerne da construção de um projeto político e jurídico mortífero, inclusive, por força do poder soberano, e que desconsidera as forças do multiculturalismo; e os Estudos Literários⁸¹.

§ Desconstrução. No contexto dos Estudos Críticos⁸² a “desconstrução” pode ser destacada como uma postura presente em diversas abordagens, na medida em que grandes estandartes e blocos de sentido da filosofia ocidental são vistos, então, a partir de uma perspectiva decompositiva, descentralizadora, retirando-se do núcleo do sistema visado

⁸¹ A relevância dos Estudos Literários para a formação do pensamento pós-humano e o estabelecimento de frentes críticas ao humanismo se revela em diferentes dimensões, já indicadas a partir do cerne linguístico da desconstrução. Um dos grandes pontos se localiza, também, justamente na presença da linguagem como elemento diferenciador do humano racional em face a outras formas de vida e os diferentes graus de criatividade estabelecida em torno ao potencial de criação literária como definidor das formas mais altas de cultura e de humanização. Este nó humanista é retomado até mesmo em discussões mais contemporâneas no confronto da relação humano e tecnologia, quando se substitui o critério de humanização da capacidade linguístico-literária-narrativa para a aptidão a se inserir em sistemas tecnológicos não necessariamente verbais e lineares – uma relação especialmente aberta na “antropotecnologia” de Sloterdijk e a Carta sobre o Humanismo de Heidegger. Ao mesmo tempo, os Estudos Literários fornecerão um importante ponto de inflexão e descentramento que é justamente a problematização de centralizações literárias, como a figura do Autor – ao que se pode pensar também a respectiva “morte do Autor”, segundo Barthes. Além desta presença da Literatura na definição mesma do “humano” a partir do domínio e exercício de faculdades mentais exclusivas, e, ainda, a descentralização do “autor” ante o texto, os Estudos Literários também são especialmente significativos em razão dos estudos em Ficção Científica, gênero especialmente abordado pelo Pós-Humanismo Crítico e que vai culminar com mais uma frente de ataque à naturalização da representação do real e da mimese como funções do discurso – o que estremece uma das grandes funções da noção de “Verdade”.

⁸² O campo dos Estudos Culturais é determinante na viabilidade do Pós-Humanismo como conjunto teórico. Esta possibilidade decorre da articulação interdisciplinar e da oposição interna a alguns reducionismos de outras escolas de abordagem, que tendam a leituras muito pautadas pela Economia, ou pela Metafísica, enfatizando-se, nos Estudos Culturais Críticos, dinâmicas simbólicas mais amplas em interação, somando-se a esta crítica não extirpatória a adição de pretensões de intervenção nos objetos de estudo, o que lhes confere uma direta função política. Questionam-se, nesse sentido, hierarquizações culturais, verificando-se como culturas vividas podem ser vistas em suas autonomia e complexidade simbólicas, obrigatoriamente perpassadas por diversos fios de apreensão que não recortes precisos disciplinares individuais e exclusivos, atravessados pela dinâmica comunicacional e da recepção (relações dos meios e da audiência). Este ponto de partida dos Estudos Culturais Críticos não significa uma convivência harmoniosa e impassível de conflitos com os outros campos de estudos (ao exemplo da consideração dos estudos descoloniais, que veem uma dimensão imperialista nos estudos culturais, por exemplo), sendo que o que une tais estudos ou permite agrupá-los como um estopim ao conhecimento pós-humano é justamente a linha de arranque de confronto ao humanismo tradicional e seus obstáculos epistemológicos, o que concorre a uma dinâmica geral de oposição aos centramentos tradicionais dos diferentes tipos de conhecimento. Outro elemento de conjunção é a estima pelas diferentes determinações e distinções, o que é exaltado, por exemplo, pelos estudos interseccionais. O agrupamento de pesquisas em “estudos”, também, é indicativo de um campo geral de atuações distintas, cuja “diferença” é o indício da aproximação das diferentes linhas possíveis, cuja pretensão não é apenas descritiva, explicativa ou compreensiva, mas também conectada com práticas de intervenção e de transformação das realidades analisadas. AGGER, Ben. **Cultural Studies as Critical Theory**. Washington: Falmer Press, 1992. BLUNDELL, Valda; SHEPHERD, John; TAYLOR, Ian [Ed.]. **Relocating Cultural Studies**. Londres: Routledge, 1993. HALL, Stuart. **Cultural studies: two paradigms**. In: STOREY, John [Ed.]. **What is Cultural Studies? A reader**. Londres: Arnold, 1996. p. 31-48. SILVA, Tomaz Tadeu [Org.]. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. DURING, Simon. **Cultural Studies: A Critical Introduction**. Londres: Routledge, 2005.

de ideias aquele elemento que seria tido por âncora, referência, ponto gravitacional – e que garantiria uma série de efeitos homogeneizadores a que a desconstrução produz profundo abalo. Como efeitos deste movimento compreensivo, em que jogos são abertos com maior liberdade e opostos dialéticos e binários são – senão cancelados, despotencializados em sua extensão e determinância, por força de sua suspensão (quase-conceitos), diferença e diferimento – inevitavelmente alcançam-se alguns entendimentos decorrentes da quebra de hierarquias, desideologização de conceitos, exposição de contradições constitutivas, visualização de infraestruturas intensas, deflagração de desigualdades profundas de agentes em ciclos de poder e, principalmente, acesso a micropolíticas. A desconstrução⁸³, portanto, pode ser tomada em seu sentido crítico da racionalidade política, científica e filosófica ocidental, quando assentada no logocentrismo, na prevalência dada à comunicação verbal acima do processo comunicacional, da significação como corpo de sentidos não literais e da complexidade interrelacional dos signos e suas referências recíprocas não contidas na díade significante-significado – que, antes, é uma interpelação recíproca entre sinais e fenômenos. A hierarquização logocêntrica, que é uma codificação de estrutura de valores a partir de uma codificação também de sistema linguístico, demonstraria, assim, por meio da língua, que a obsessão do *logos* – para Derrida, instituída pelo alfabeto grego e pela metafísica fundadora da filosofia e da ciência – é a obsessão das oposições binárias na cultura ocidental. E estas obsessões, por sua vez, engendram a violência ínsita ao apagamento das diferenças, uma violência de conceituação das coisas por meio dos fechamentos logocêntricos da metáfora, da teologia e da metafísica – ao que apenas a escritura⁸⁴, como dinâmica do texto liberado dos significados transcendentais, enquanto rastro, marcação e vestígio, poderia se opor. A desconstrução assim, a partir do problema da linguagem⁸⁵, é apta a demonstrar toda a problemática decorrente das estruturas binárias, da violência conceitual destes enquadramentos, da necessidade de se articular tais tensionamentos e das implicações éticas e políticas das estruturas de pensamento e de comunicação.

§ Interseccionalidades múltiplas. Talvez uma abordagem útil dos Humanismos Críticos, hoje, e a despeito deste rótulo teórico, assim como ao Pós-Humanismo Crítico, possa se dar na interseccionalidade⁸⁶ das diferentes frentes de centralização e de

⁸³ DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

⁸⁴ SOLORZANO ESQUEDA, Lilia. Escritura y esquizofrenia. **Valenciana**, Valenciana, v. 6, n. 11, p. 276-280, jun. 2013. ALTAMIRANO, Carlos. La lección de escritura. **Prismas**, Bernal, v. 10, n. 2, p. 177-180, dez. 2006. BUBNOVA, Tatiana. Sujeto: enunciación y escritura. **Acta poét**, México, v. 33, n. 2, p. 239-245, dez. 2012. MARTINEZ RUIZ, Xicoténcatl. La escritura académica: revuelta y representación. **Innov. educ.**, México, v. 14, n. 65, p. 11-15, ago. 2014. VALENZUELA ECHEVERRI, Carlos Eduardo. Semblanza de una escritura hecha "presencia". **Nómadas**, Bogotá, n. 39, p. 247-256, jul. 2013. PULIDO-CORTES, Oscar; GOMEZ-GOMEZ, Leonor. Sobre la escritura como experiencia. **Prax. Saber**, Tunja, v. 8, n. 16, p. 9-13, abr. 2017. FRANT, Adriana Bolite. O povo que falta, nós já tínhamos: sobre escrita e perspectivismo. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 53, p. 329-341, abr. 2018. TRUJILLO, Iván. La soberanía más allá de la instancia del poder y del dominio en torno a la bio-política de Jacques Derrida. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 73-94, jun. 2018. CRESPO ARRIOLA, María Fernanda. Rosaura Martínez Ruiz, Freud y Derrida: Escritura y psique. **Diánoia**, México, v. 61, n. 76, p. 185-188, maio 2016. REINHARDT, Bruno Mafra Ney; PEREZ, Léa Freitas. Da Lição de Escritura. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 233-254, dez. 2004.

⁸⁵ FAYE, Jean-Pierre. **Introdução às linguagens totalitárias**. Teoria e transformação do relato. São Paulo: Perspectiva, 2009. KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009.

⁸⁶ ALMENDRA, Javier Cubillos. La importancia de la investigación feminista. **Oxímora**, Revista Internacional de Ética y Política, Barcelona, n. 7, p. 119-137, 2015. O autor recomenda que o

descentralização que tais campos de pesquisa, dos ditos “Humanismos Críticos” são capazes de destacar, estremecer e articular, em soma aos referenciais críticos da raça, do gênero e da classe, atendendo-se à complexidade das capilaridades micropolíticas, dos corpos e dos espaços, ou seja, das singularidades, por um lado, e dos direitos subjetivos (fundamentais e humanos), por outro, em um plano de racionalidade de técnica jurídica. Se o senso comum, e mesmo o saber científico, filosófico, artístico e teológico são profundamente ainda perpassados e mesmo fundamentados pelos centros de significação, é possível ver, na conjugação das diferentes frentes de enfrentamento – sejam as acima mencionadas pelos Estudos Críticos, sejam aquelas que podem ser adicionadas a este contexto por outras frentes, como estudos sociológicos e estéticos – diferentes arranjos para a visualização de camadas de subjugação e, conseqüentemente, para a formação de campos estratégicos de resistência e de afirmação das formas de vida negadas pela persistência das formas de subjugação humanista.

1.2 TRANSHUMANISMO E CRÍTICAS AO TRANSHUMANISMO

O objetivo desta subseção é o de diferenciar um cerne de pontos enfocados pelo Transhumanismo para distingui-lo do campo maior do Pós-Humanismo e, assim, delimitar o objeto do trabalho – no caso, por um recorte subtrativo do universo de foco e atenção. Também são abordadas algumas linhas de crítica ao transhumanismo e, de um modo mais amplo, às práticas, aos riscos e às expectativas das sociedades tecnológicas, em que este aporte teórico encontra força ideológica.

1.2.1 Transhumanismos

Nesta subseção são verificados aportes básicos do Transhumanismo e as principais críticas que recebe, especialmente na medida em que reproduz e intensifica normatividades do Humanismo Tradicional.

A finalidade desta incursão, primeiro, é a de desidentificar Pós-Humanismo e Transhumanismo, o que faz o corte principal das expectativas do melhoramento humano tecnológico, permitindo assim verificar a característica precípua do Pós-Humanismo Crítico enquanto instância epistemológica, foco do trabalho.

§ Transhumanismo. O Transhumanismo é um grande termo para diferentes manifestações éticas e políticas em que se compreende a corporalidade do humano como completamente disponível à intervenção tecnológica. Sem estabelecer fronteiras ou

encaminhamento metodológico da apreensão articule as diferentes dimensões de dominação em determinado contexto particular, verificando-se as dinâmicas de exclusão a partir de marcadores eventualmente menos explorados naquela realidade, tais como idade, religião etc. Diante da dificuldade de se estabelecer uma listagem apriorística da análise interseccional, assim, o importante seria focar como diferentes critérios estabelecem relevância e hierarquia específicos no engendramento da institucionalização dos discursos e das práticas na produção de subjetividades subalternizadas em diferentes sistemas de poder.

limites do “sagrado do corpo”⁸⁷ e estabelecendo uma série de ressalvas aos grandes sistemas de interdição, tais como a Bioética, o Direito e o Biodireito⁸⁸, por exemplo, o Transhumanismo opera uma espécie de exaltação humanista-iluminista, de olhar futurista, crente no progresso das altas tecnologias como meio de intervenção racional, principalmente, nos processos de adoecimento e de degeneração do corpo, cujo ápice encontra na morte sua derradeira derrota. Ciência, Tecnologia, Tecnociência são grandes aliados do pensamento transhumanista ao propor um mundo em que o desenvolvimento e a expansão das faculdades humanas chegaria a um grau de aperfeiçoamento tal que se poderá falar em um mundo “pós-humano”, do qual o transhumano é um movimento de transição do humano tal como o concebemos comumente e aquela forma outra cujos esforços mais avançados permitiram produzir. Neste sentido, o Pós-Humanismo como ápice da transição transhumanista assume um conceito muito preciso e distinto daquele do Pós-Humanismo Crítico: ele se afirma como um modelo de humano e de sociedade que não é centrado no critério das formas de vida, nem tampouco muito preocupado com questões de desigualdade e mesmo de diferença individuais ou coletivas, pois todos os esforços são concentrados na construção de um humano ideal, superior, com as faculdades estendidas por meios de altas tecnologias e tecnologias emergentes, pouco importando, em certo sentido, os antigos caminhos da formação pedagógica e literária do humano. Desta maneira, o Transhumanismo fica especialmente vulnerável a críticas diversas, a despeito de seus potenciais de promoção de bem-estar, saúde e outros valores, inclusive, tido por democráticos. Sua tendência totalizante da tecnologia, igualmente, é um ponto vulnerável da teoria. Comumente são apontados como vertentes transhumanistas⁸⁹ o Extropianismo, o Singulitarianismo, o Transhumanismo

⁸⁷ Aqui é possível distinguir bioconservadores e transhumanistas, debate diante do qual algumas posições são recomendadas: “Concluimos que cabe contestar uma espécie de ‘pessimismo protecionista’, haja vista seu poder de conservar inalterada uma condição humana que impinge dor e sofrimento que poderiam ser evitados. Porém, concomitantemente, é razoável recomendar um otimismo prudente e crítico sobre as biotecnologias, pois não devemos subestimar sua capacidade de produzir males ainda maiores do que aqueles genuinamente capazes de combater”. VILACA, Murilo Mariano; DIAS, Maria Clara Marques. Transumanismo e o futuro (pós-)humano. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 341-362, 2014. p. 362. Também: “[...] a biotecnologia está avançando tão rapidamente, que necessitamos de sabedoria, que nasce do diálogo respeitoso das diferenças, para discernir entre as intervenções e transformações evolutivas que são salutares, daquelas que são destrutivas e que comprometem irremediavelmente a dignidade do ser humano e o futuro da vida no planeta”. PESSINI, Léo. Bioética e o futuro pós-humano: ideologia ou utopia, ameaça ou esperança? **Encontros Tecnológicos**, n. 67, a. 29, 2014, p. 128. Em mesmo sentido: OLIVEIRA JR, Wagner Lafaiete de. **Bioconservadorismo e transhumanismo: a questão do melhoramento humano através das biotecnologias** - Uberlândia. 2018. 98f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

⁸⁸ Nesta tese, pela opção em Filosofia do Direito e Biopolítica, não se elegeu o Biodireito como referência maior do trabalho, embora inegavelmente haja muitos pontos de contato e de expectativas. “Com o reconhecimento do respeito à dignidade humana, a bioética e o biodireito passam a ter um sentido humanista, estabelecendo um vínculo com a justiça. Os direitos humanos, decorrentes da condição humana e das necessidades fundamentais de toda pessoa humana, referem-se à preservação da integridade da dignidade dos seres humanos e à plena realização de sua personalidade. A bioética e o biodireito andam necessariamente juntos com os direitos humanos, não podendo, por isso, obstinar-se em não ver as tentativas da biologia molecular, ou da tecnociência de manterem injustiças contra a pessoa humana sob a máscara modernizante de que buscam o progresso científico em prol da humanidade”. DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 44.

⁸⁹ Reconhece-se haver uma tipologia política: Transhumanismo Libertário; Transhumanismo Democrático e Extropianismo; e uma tipologia objetiva: Transhumanismo Biotransformativo; Transhumanismo Biogenerativo e Transhumanismo Mimético. GLADDEN, Matthew. A typology of posthumanism: a framework for differentiating analytic, synthetic, theoretical, and practical posthumanisms. In: GLADDEN, Matthew. **Sapient circuits and digitalized flesh: the organization as locus of technological posthumanization**. Indianapolis: Defragmenter Media, 2018. p. 31-91. WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanism**. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016. FERRANDO,

Democrático, o Transhumanismo Sobrevivencialista e o Ultrahumanismo, que são diferentes dosagens e intensidades dos valores transhumanistas e dos graus de intensidade das transformações tecnológicas.

§ Valores Transhumanistas. O Transhumanismo é um complexo teórico perpassado por profundas questões éticas e bioéticas. Para o filósofo sueco Nick Bostrom⁹⁰, a interrelação de engenharia genética, tecnologia da informação, nanotecnologia molecular e inteligência artificial confere ao campo de pesquisa profundas relações interdisciplinares. A fundamentação filosófica deste movimento também é composta por diferentes aportes e a verificação dos seus valores é um referente para seu conhecimento. Deste modo, Bostrom enfatiza que um dos pressupostos transhumanistas é o da disponibilidade da natureza humana à remodelação voluntária por meio de uma política tecnológica que promova bem-estar, longevidade, saúde e controle vital elevado. Baseado no humanismo secular, o transhumanismo representa uma radicalidade ante os meios tradicionais de aprimoramento e refinamento humanos, como a educação e a cultura, valendo-se da intervenção direta sobre os limites biológicos básicos. Partindo-se das limitações humanas básicas (tempo de vida, capacidade intelectual, funções corporais, capacidades sensoriais, estados afetivos e emocionais) o transhumanismo seria um passaporte ao reino Pós-Humano, que seria justamente o momento de superação das limitações impostas pela natureza e pela condição humanas. O projeto transhumanista, assim, dependeria de condições propícias para seu implemento político, tais como segurança global, progresso tecnológico e amplo acesso. Seus valores, então, neste cenário, seriam os do não-conservadorismo ou postura reacionária ante a modificação da natureza humana, assim como a ênfase na liberdade morfológica de si, a paz, a cooperação internacional e a anti-proliferação de armas de destruição em massa, a melhoria do entendimento do mundo, por meio do fomento da investigação científica e do debate público, a discussão aberta do futuro por meio do pensamento crítico e da abertura de espírito. Também são valores o estímulo ao desenvolvimento da inteligência (individual, coletiva e artificial), a assunção do falibilismo filosófico – disposição ao reexame de pressupostos adotados em sistemas morais – o pragmatismo da atuação, com uma mistura de posturas da engenharia, da ciência e do empreendedorismo, assim como a preocupação com o bem-estar de toda forma de vida senciente e a tônica da intervenção em processos vitais, tais como o prolongamento da vida, o antienvelhecimento e a pesquisa e preservação criogênicas. Os valores transhumanistas também dariam sustentação à viabilidade de uma “dignidade pós-humana”⁹¹ que, então, permitiria a convivência dos humanos do futuro com os humanos tradicionais. Os valores transhumanistas permitem, assim, verificar tanto a intensificação dos pressupostos humanistas tradicionais, tal como enfatizado por Bostrom ao verificar a continuidade deste pensamento em um humanismo secular, bem como suas relações com valores democráticos e republicanos, inclusive, positivados em textos constitucionais, tais como o bem-estar, ainda que em magnitude muito inferior àquela pretendida pelos transhumanistas.

Francesca. Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms. Differences and Relations. *Existenz*, California, n. 2, v. 8, 2013, p. 26-32.

⁹⁰ BOSTROM, Nick. Transhumanist values. *Review of Contemporary Philosophy*, v. 4, maio 2005, p. 3-14.

⁹¹ BOSTROM, Nick. **Em defesa da dignidade pós-humana**. Tradução de Lucas Machado, Gustavo Rosa e Lauro Edison. Disponível em: < <http://www.nickbostrom.com/translations/Dignidade.pdf> >. Acesso em: 18 julho 2019.

1.2.1.1 Críticas aos Transhumanismos

Ao mesmo tempo em que o Transhumanismo pode ser compreendido em uma esteira de pensamento crítico, ele também pode ser uma aceleração e uma exaltação de valores e princípios daquela mesma forma de Humanismo Tradicional sobre a qual o pensamento crítico recai – basta se pensar em um exacerbado ideal de progresso científico humanístico decorrente das tecnologias.

Deste modo, a verificação de algumas críticas ao Transhumanismo – ou críticas aos valores, práticas e pretensões envoltos no imaginário transumano – pode auxiliar no pensamento sobre o Pós-Humanismo e, sobretudo, visualizar parcela do campo de questões envolvidas nos juízos de suspensão, desconstrução e negação envolvidos na análise dos temas do Humanismo.

§ Arrogância do humanismo. A “arrogância do humanismo” é uma espécie de denúncia crítica elaborada pelo biólogo inglês David Ehrenfeld⁹² sobre alguns pressupostos “humanistas” que estabeleceriam a compreensão da disponibilidade das formas de vida à manipulação tecnológica e à vontade humana incontida por qualquer moral superior. Sua base é a crítica ao desencantamento do mundo coligado à exaltação da racionalidade técnica, da laicidade e da manipulação sem limites dos recursos ambientais, humanos e sociais do planeta, degradando-se sistemas de vida naturais e antrópicos. Para Ehrenfeld, a crença humanista, de valores iluministas, no progresso sem limites e na obrigatoriedade do avanço do domínio sobre a vida de interesse antropocêntrico seria, em último grau, autodestrutiva, na medida em que se perderia a dimensão das interrelações dos sistemas de vida e se efetivaria sua subjugação aos centros de poder que se nutririam desta expropriação vital.

§ Filosofia Crítica da Tecnologia. A Filosofia Crítica da Tecnologia⁹³ exerce uma relevante função no jogo humano e pós-humano na medida em que atua diretamente sobre os objetos tidos por naturais e as técnicas desvinculadas de suas construções tecnológicas, partindo-se do pressuposto de que a ação técnica é um exercício de poder⁹⁴. Trata-se de uma abordagem contemporânea dos problemas das sociedades profundamente constituídas por meio da técnica e das tecnologias, enfocando-se bem-estar e avaliação de riscos sociais, éticos, ambientais, entre outros, a partir de uma crença ponderada das liberdades e dos progressos que o desenvolvimento tecnológico possa proporcionar às

⁹² EHRENFELD, David. **A arrogância do humanismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

⁹³ FEENBERG, Andrew. **What Is Philosophy of Technology?** Disponível em: <https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/125221/mod_resource/content/1/textos/coletanea_feen_ingles.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018. p. 5-7.

⁹⁴ Conforme Feenberg, a ação técnica é um exercício de poder. “[...] technical action is an exercise of power”. FEENBERG, Andrew. **Critical Theory of Technology: An Overview**. Disponível em: <<https://www.sfu.ca/~andrewf/books/critbio.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2018. p. 49. Também: STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Philosophy of Technology. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2013, ZALTA, Edward N. (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/technology/>>.

comunidades de vida. O controle das tecnologias por meio de instituições sociais democráticas constituídas para este fim específico é um dos motes da apreensão crítica, assim como a submissão das técnicas aos controles democráticos de “design” e de desenvolvimento é uma das principais referências da Filosofia Crítica da Tecnologia, que se apresenta, então, como uma ética da responsabilidade diante do afã muitas vezes inconsequente das racionalidades instrumentais e do estupor e fascínio tecnológico. Ao mesmo tempo, uma oposição ao mito da neutralidade científica e tecnológica (e que aproveita à explosiva junção no mundo tecnocientífico) é marcante, procurando-se nos valores próprios da tecnologia (eficiência, controle e poder, por exemplo) a identificação das linhas de outros valores interligados em um estilo tecnológico de vida, constituindo-se modos específicos de vida com distintas mediações tecnológicas, das quais, inclusive, emergem compreensões novas do humano nestas interações. A denúncia do mito da neutralidade revela a desconexão dos meios e fins entre tecnologia e sociedade, firmando-se uma negligência que tolhe o potencial política – ou, mais propriamente, o coordena em um sentido antidemocrático – eis que se reduzem espaços de luta por melhores condições de vida e reconhecimento de direitos. As tecnologias, na percepção da Filosofia Crítica da Tecnologia, não seriam meramente instrumentais ou apenas ferramentas, mas verdadeiras estruturas para estilos e projetos de vida, de modo que haveria uma prudência democrática em se reconhecer esta dimensão profunda. O controle democrático, assim, se exerceria não a partir do princípio majoritário, mas por meio de uma dinâmica procedimental e material de produção de soluções segundo conformações de valores, direitos, práticas, expectativas e necessidades, sem se adotarem os valores tecnocientífico como linha de corte de outros direitos e interesses envolvidos nas situações de apreço desta Filosofia. O importante é que as diferentes populações implicadas pelas tecnologias sejam contempladas, por meio de uma esfera pública de efetiva audição e atuação, nas estruturas tecnológicas, que incluem sistemas políticos, econômicos e jurídicos, sendo que os designers necessitam levar em conta as demandas destas mesmas populações quando dos seus desenhos técnicos. A produção e os usos tecnológicos, assim, devem guardar relação com potenciais humanos, sociais, econômicos e ambientais vistos de modo relacional, com significação real e concreta aferida para além dos reducionismos aos valores tecnológicos e da neutralidade, que, em termos muito práticos, podem vir a se tornar vetores de opressão, dominação, alienação e violação de direitos. A Filosofia Crítica da Tecnologia, assim, é um campo de oposição à Tecnocracia e ao Tecnopólio, permitindo visualizar novas formas e espaços de resistência diante de designs fora de contexto e projetos, ao final, prejudiciais aos usuários, porque estabelecidos sob finalidades antidemocráticas. Neste sentido, resistências estratégicas e táticas – ante a gerência de sistemas e designs descontextualizados – deveriam ser pensadas pelos subordinados-controlados em dimensões micropolíticas. A partir da Filosofia Crítica da Tecnologia abre-se, portanto, um potencial democrático de resistência ante os mitos da neutralidade científica e tecnológica, capilarizados em dispositivos pós e transhumanistas, assim como ante os danos da razão meramente instrumental, recuperando-se a necessidade de sondagem dos horizontes de valoração, controle e possibilidades de escolhas humanas que não redundem no exercício da arrogância do humanismo. Trata-se, assim, de um referencial crítico e social das tecnologias, incluindo aquelas políticas e jurídicas, que tem se evadido de tais urgentes preocupações – mas que, por seus objetos e técnicas, estão completamente envolvidas na produção da exclusão social – a despeito de seus mais nobres discursos e discursividades.

§ **Pós-Humanismo como utopia contemporânea.** Para o filósofo francês Francis Wolff⁹⁵ o Pós-Humanismo, assim como o Animalismo e a Cosmopolítica⁹⁶, comporia o cenário de utopias da contemporaneidade. O Pós-Humanismo, entendido como Transhumanismo, seria aquele que receberia o maior incentivo econômico, financeiro e tecnológico, por meio do implemento das novas tecnologias biológicas, informáticas e da informação, visando a criação de uma nova espécie de seres, os “pós-humanos”⁹⁷. Para o

⁹⁵ WOLFF, Francis. **Três utopias contemporâneas**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Unesp, 2018. p. 25-43.

⁹⁶ A “cosmopolítica” (Isabelle Stengers) do Pós-Humanismo Crítico define a questão de possíveis modos não-hierárquicos de coexistência por meio de um conjunto de invenções de não-equivalência (assunção da diferença e da incomparação), com a possibilidade de valores e obrigações divergentes e, sobretudo, por meio do qual as existências enredadas sejam afirmadas – aqui, novamente, vê-se não apenas uma aproximação biopolítica como, propriamente, da ordem da “biopolítica afirmativa”. Estas existências enredadas são “emaranhadas” e não dizem respeito a origens, fronteiras ou qualquer noção de “pureza”; o jogo pós-humanista crítico depende justamente desta sua composição. A partilha de consciência e sistemas nervosos, de corpos e pensamentos, da possibilidade de comunidades vindouras em que as fronteiras individuais se quebram em cada unidade, em nome da conexão, e se integram, assim, à comunidade, é uma das marcas do movimento de vida visado pelo Pós-Humanismo Crítico. É uma passagem da xenofobia à xenofilia – o Outro já nos habita. Esta política de vida Pós-Humanista Crítica baseada no jogo esfumado do Mesmo e do Outro, novamente, já se pode destacar e antecipar, entra no roteiro biopolítico a partir da proposta imunizatória de Roberto Esposito. O “cosmopolitismo das espécies” pensado por Nayar, como modo de ser político e ético do Pós-Humanismo Crítico, rejeita binarismos de todas as sortes (de gênero, de formas de vida, de elementos de composição), vendo espécies como “nós” de interseções ao longo de continuidades, com esfumadas características, genes e comportamentos. O “humano”, assim, é mais um “nó” de uma rede. A dinâmica das relações e das transições é enfocada; as origens evolutivas e o futuro são igualmente incertos, múltiplos e diversos, e esta pluralidade demarca uma nova responsabilidade entre as espécies, envolvendo uma nova ética do cuidado e suas potencialidades de vida. Esta política do “cosmopolitismo das espécies”, que demarca a nova Cidadania Biológica do Pós-Humanismo Crítico (ou enquanto expressão ético política de seus pressupostos epistemológicos) rejeita a autonomia em prol da conexão, encara a diferença sem xenofobia, prefere a pluralidade aos binarismos. A Cidadania Biológica está embarcada em um ambiente e demanda interfaces com os fluxos de informação deste ambiente para que possa assumir, então, uma rede de significação ético-política. O “único” e as “unidades” das espécies são expressões de adaptações de múltiplas referências e fontes, assim como a consciência, a inteligência e a percepção humanas evoluíram em razão de séculos de negociação com ecossistemas. A subjetividade, que também é um “momento”, uma “emergência”, e não uma essência, forjada nestes contextos, se expressa como uma constante dinâmica de conectividade, a partir do referencial de uma nova Cidadania Biológica em que o “bíos” seja apreendido por diferentes categorias de não-exclusão e extinção, possibilitando uma nova ética do cuidado não baseada nos preconceitos entre espécies, o que repercute diretamente em toda a esfera de exclusão engendrada pelo humanismo tradicional. Considerando a centralidade do fenômeno “vida” e sua apreensão no pensamento do Pós-Humanismo Crítico, Nayar enfatiza a importância dos Estudos Animais Críticos para se pensar o problema da “vida” e da “vida normal” – uma reflexão que se relaciona diretamente com os escopos dos Estudos da Deficiência e os Estudos da Monstruosidade. A “vida humana”, em específico, para Nayar, seria aquela manifestação que não pode ser separada de redes materiais (incluindo outras formas orgânicas, animais, e plantas, e formas inorgânicas), bem como sistemas e redes de informação. Também, uma forma de vida consciente da dependência destas redes, na qual não é o agente dominante, nem tampouco um ente em separado, constituindo uma interface constituída também pela tecnologia, pelos fluxos de informação, pelo corpo que não se distingue dos elementos considerados protéticos. Por fim, uma forma de vida que não apenas compartilha estágios evolucionários com outras formas de vida, mas também a vulnerabilidade e a mortalidade, conjugando-se com estas formas em estruturas de poder e de discurso que produzem materialidades e significação. A vida humana, assim, é atravessada e incorporada em fluxos de vida que, por sua vez, são atravessamentos entre espécies, formas de vida e objetos inanimados. A subjetividade humana, assim, é inextricavelmente conectada a tais dinâmicas de evolução. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

⁹⁷ Uma das maiores críticas ao Transhumanismo, e a algumas modalidades do Pós-Humanismo na medida em que se conectam às pretensões de melhoramento humano, é justamente o da sua manifestação como prática contemporânea de eugenia, mais ou menos declarada, atingindo-se, assim, um dos pontos tenebrosos da tanatopolítica racista, que é justamente o da contraface à extinção de formas de vida por meio promoção de uma humanidade melhorada. Nesse sentido se aproxima especialmente o problema da antropotecnologia,

autor, haveria uma permanência de representação cultural do homem desde o Iluminismo, ou seja, o humanismo iluminista teria permanecido na formação do horizonte pós-humano, com o retrato do homem como um herói que domina a natureza e a si mesmo por meio da técnica e da razão. A constatação humanista do progresso tecnocientífico, assim, seria o pressuposto do pós-humanismo na feição transhumanistas. Para Wolff, ainda, a revolução anti-humanista, ao invés de seu aspecto crítico, teria sido absorvida no ideário transhumanistas a partir: da libertação da animalidade do homem, cujo nascimento, doenças, enfermidades, envelhecimento e morte teriam sido delegados às técnicas; da humanização da máquina, no dispositivo antropomórfico da singularidade; e da maquinização do humano, em que a medicina não é mais reparadora ou terapêutica, apenas, mas voltada aos desenvolvimento e melhoramentos do corpo, com a saúde contendo não apenas conceitos descritivos, mas também normativos. Para Wolff, o contexto de formação da utopia transhumanistas envolveria o progresso biotecnológico no ideário da modernidade, somado ao hedonismo, à cultura de ênfase nos direitos individuais, o ateísmo, a filosofia e ideologia libertárias e liberais, com a nova econômica tecnológica libertariana, bem como pelo destronamento da física pela biologia (molecular, genética e evolucionista) na explicação do mundo, com um monismo materialista somado à concepção mecanicista da vida. Para o autor, ainda, o imaginário transhumanistas envolveria três reducionismos: da humanidade à animalidade (consciência, linguagem e inteligência); da animalidade ao biótico (objeto das biotecnologias) e do biótico ao mecânico (a fábrica tecnológica do Transhumanismo seria o melhoramento e o pós-humano seria a figura da plena superação). O construtivismo tecnológico decorrente destes reducionismos, assim, se afirmaria por meio da criação de um vivente por meio do mecânico; a criação da animalidade com o substrato biótico; e a simulação do humano dado por meio da informática emulando a linguagem, a inteligência artificial, a inteligência, e as neurociências, a consciência. Este processo, ainda para Wolff, levaria, então, a dúvidas sobre a perda de controle das máquinas e sobre a substituição dos cérebros por computadores. Contudo, rememora o autor a relação mente e corpo, por meio da encarnação, de modo que os reducionismos transhumanistas seriam falhos justamente por não reconhecer esta interação, de sorte que a inteligência é dada pela situação, e não por uma habilidade abstrata de cálculo, do mesmo modo que a razão é uma disposição dialógica com o outro, e não uma capacidade lógica isolada. Para Wolff, somos seres racionais porque somos animais vivos: não somos máquinas e nossa humanidade é uma função da nossa animalidade, que é um conjunto de funções de vida e do vivente enquanto tal. Por isso, Wolff insiste que o pensamento é um modo de relação

grau extremo de antropomorfismo existencial, desregulação antrópica e denúncia da obsolescência humana, ou seja, a construção do “humano” por meio de tecnologias, em especial, as biotecnologias e a manipulação genética, o que levou a um profundo debate ético sobre o futuro da natureza humana – assumindo-se um substrato humano natural sobre o qual o agir humano de manipulação se despregaria dos fundamentos biológicos e naturais dados rumo a uma construção completa, não sem dilemas e questões morais, éticos e jurídicos envolvidos. Se, tradicionalmente, os mecanismos de construção do humano se deram pela inserção literária no plano da linguagem e da cultura – sejam eruditas ou populares – haveria na contemporaneidade uma mudança destes mecanismos, que seriam inserções em sistemas tecnológicos, e, mais do que inserção, verdadeira produção do “humano”, já não mais tão “humano”. AGAR, Nicholas. **Liberal Eugenics**. In defense of human enhancement. Oxford: Blackwell, 2004. AGAR, Nicholas. **Humanity’s End**. Why we should reject radical enhancement. Mit Press: Massachusetts, 2010. AGAR, Nicholas. **Truly Human Enhancement**. A philosophical defense of limits. Mit Press: Massachusetts, 2014. BRUSEKE, Franz J.. Uma vida de exercícios: a antropotécnica de Peter Sloterdijk. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 163-174, fev. 2011. CASTRO-GOMEZ, Santiago. Sobre el concepto de antropotécnica en Peter Sloterdijk. **rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 43, p. 63-73, ago. 2012. NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. La formación como “antropotécnica”. Aproximación al concepto de Peter Sloterdijk. **Pedagogía y Saberes**, Bogotá, n. 47, p. 23-30, dez. 2017.

com o mundo (ele não existe sem o cérebro, mas não está “no” cérebro), a cognição é uma encarnação, a consciência é fenomenal, um sentir em primeira pessoa, do mesmo modo que a experiência é fenomenal, um conjunto de estados mentais, então a consciência animal é o que ela sente, é situada em mim, no outro, no contexto, razão pela qual Wolff conclui que, possivelmente, as máquinas nunca se humanizarão propriamente.

§ Pós-Humanismo e ética. No plano ético, Wolff compreende que o Pós-Humanismo transhumanistas se assentaria em uma ética de primeira pessoa, em razão de suas pretensões libertárias de salvaguardas de si sem um projeto comunitário evidente. Os progressos visados da medicina, por exemplo, são individualistas na medida em que os que tiverem acesso a recursos estarão aptos aos melhoramentos, não havendo preocupações com a preservação e promoção da comunidade política, nem com qualquer outra forma de comunidade. O poder dos poderosos seria amplificado, o aumento das desigualdades, do ressentimento e do sentimento de justiça também seriam proporcionalmente amplificados à amplitude dos avanços. Outro risco inerente vislumbrado por Wolff seria o da separação do homem em raças, as dos super-homens e as dos sub-homens, semideuses dominadores e animais humanos submissos. A corrente política dominante do Pós-Humanismo transhumanistas, assim, seria a do libertarianismo, defendendo os programas da medicina melhorativa e se opondo a quaisquer indícios do que se entenda por regulamentação liberticida dos Estados. Como proposta, Wolff contrapõe, à ética em primeira pessoa do projeto pós-humanista transhumanistas, o recurso às éticas de terceira pessoa⁹⁸, em que a ação moral é pensada ante a comunidade em seu conjunto e a terceiros não envolvidos na relação enfocada, segundo pretensões de neutralidade e de imparcialidade. Assim, para Wolff, o programa humanista para melhoramento infinito da humanidade, para romper com sua utopia, necessitaria ser repensado em outra dimensão ética, assim como pautado em seus trilhos por certos limites, firmando-se como emancipador à humanidade, e não a apenas poucos indivíduos, bem como pensada no progresso tecnocientífico e biomédico enquanto melhoria das condições da vida humana em todos os cantos do mundo, visando-se a imortalidade da humanidade, e não a dos animais humanos. Apenas assim haveria uma comunidade moral da humanidade futura, e a localização de uma razão de viver na realização do desejo sem fim de desejar.

§ O Anti-Humanismo do Pós-Humanismo como crítica ao Transhumanismo do Pós-Humanismo. Para Woodward⁹⁹, na polissemia do Pós-Humanismo (que indica ao Anti-Humanismo e ao Transhumanismo), o Anti-Humanismo do Pós-Humanismo seria o elemento crítico do Transhumanismo do Pós-Humanismo. A transcendência da condição humana pelo implemento tecnológico proposto pelo Transhumanismo guardaria elementos humanistas inaceitáveis ao Anti-Humanismo. Woodward compõe o entendimento com auxílio dos aportes de Keith Anselm-Pearson¹⁰⁰: o Transhumanismo instituiria uma nova metanarrativa; o Transhumanismo funcionaria como suporte ideológico ao capitalismo e ao imperialismo; o Transhumanismo utilizaria dualismos que

⁹⁸ Aqui há uma aproximação com as políticas do impessoal e com o território do impolítico, em Esposito.

⁹⁹ WOODWARD, Ashley. *Nietzscheanism*. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 278-310.

¹⁰⁰ ANSELL-PEARSON, Keith. *Viroid life: Perspectives on Nietzsche and the transhuman condition*. Londres: Routledge, 1997.

o pensamento de Nietzsche¹⁰¹ aborda de modo complexo e sofisticado, tais como “homem” e “natureza”, “passado” e “futuro”, “orgânico” e “tecnológico”; o Transhumanismo seria inconscientemente antropomórfico; o Transhumanismo exaltaria o ideal ascético. Estas posturas transhumanistas, adotadas em visões simplificadas da teoria – uma vez que o autor não é crítico do ideário como um todo genérico – vão completamente de encontro às acepções de Pearson sobre o “humano” como local de contaminação e abdução por forças estranhas, do “humano” como polivalente e polissêmico.

1.3 PÓS-HUMANISMOS, CRÍTICAS E PÓS-HUMANISMO CRÍTICO

Esta subseção se dedica a identificar algumas características do corpo teórico do Pós-Humanismo Crítico, que é uma expressão filosófica do Pós-Humanismo. Para tanto, são pontuadas diferenças de outras vertentes e a justificação de sua seleção e de seu enfoque.

Inicialmente, considera-se relevante uma contextualização do Pós-Humanismo dentro de uma periodização da história da filosofia contemporânea ocidental, compreendida após a segunda metade do Século XX.

Para o pesquisador australiano Paul Sheehan¹⁰², o Pós-Humanismo filosófico se afirmaria diretamente a partir de um certo esgotamento da Filosofia Pós-Moderna.

Para Sheehan, o pensamento pós-moderno teria uma especial suspeita de explicações segundo noções de “origem” como causas primeiras, fundações e bases transcendentais a que todos os fenômenos subsequentes deveriam uma obediência causal. A noção de origem, ademais, remeteria justamente ao espaço de crenças supostamente derrotado pela “morte de Deus” enquanto derrocada de um certo padrão de pensamento dependente de estruturas centrais em torno das quais se desfiariam os sentidos.

Esta resistência à noção de origem seria acompanhada de uma outra obsessão dita também pós-moderna, quase inevitável, com o “fim” – os fins, “endisms”¹⁰³, não no sentido de finalidade, mas de extinção, encerramento, o esvair de linhagens de ideias.

Tal obsessão, espinhosa e recalcitrante, teria realocado instrumentos do pensamento para fora de seus limites tradicionais, deflagrando-se muitos deles se mostrando falaciosos, insustentáveis e inviáveis ao longo do tempo. O “fim da Filosofia” poderia ser o passo

¹⁰¹ NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. Um livro para todos e para ninguém. Tradução de Carlos Duarte e Anna Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2012. NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. Um livro para espíritos livres. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁰² SHEEHAN, Paul. Postmodernism and Philosophy. In: CONNOR, Steven [Ed.]. **The Cambridge Companion to Postmodernism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 20-42.

¹⁰³ Como exemplos da proposta de Sheehan sobre os “fins” (“encerramentos”): o giro linguístico teria promovido o fim da metafísica; a desregulação das subjetividades, o fim do Homem; a legitimação local e plural das práticas, bem como as políticas sem apelos transcendentais, o fim das narrativas; o hiper-real, o fim do mundo; as crises dos grandes blocos identitários e o combate ao “falologocentrismo” (Kristeva), o fim do “homem” (como gênero dominante). Após os “fins” estaria o devir pós-humano. Aqui, é importante considerar: “21ª Lição. Estado e Direito se assentam em uma base irrenunciável de crenças ‘metafísicas’ (ideologia, religião, filosofia social transcendental)”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 230.

inicial da identificação do fenômeno, constituindo-se praticamente, na interpretação de Sheehan, em uma abordagem suicida.

Neste contexto, é justamente “para além” dos finalismos pós-modernos (“endings”) que Sheehan indica a direção do devir do pós-humano.

A partir de constatações de Jean Baudrillard (“Illusion of the end”), Sheehan destaca que ao se falar do “fim” – em especial, do “fim da história” – estar-se-ia justamente diante da necessidade de se tratar o que estaria para além do “fim” e, ainda, estar-se-ia diante da impossibilidade mesma da finalização dos conceitos aniquilados pelos finalismos, que continuam sendo tratados em alguma gradação no registro daquilo a que se referem – algo como que pensar o fim da filosofia é filosofar. Ou seja, para Sheehan, o discurso do finalismo levaria à aporia da ligação “fim-prorrogação”.

Referida situação dos encerramentos não estaria mais na pauta do dia em razão de os finalismos, em grande parte, terem eles mesmos já terminado. Sheehan destaca o argumento de Jacques Derrida (“On a newly arisen apocalyptic tone in philosophy”) que, em um “anti-finalismo”, em 1983, criticou a pretensa tese do “fim da filosofia”, demonstrando que a postura do finalismo (postura apocalíptica) já poderia ser identificada, por exemplo, no pensamento de Kant – postura esta que viria acompanhada de uma libertação de novos discursos escatológicos em sua filosofia própria. Isto levaria, portanto, os esforços a uma circularidade improdutiva, quando o caçar reafirma ainda mais a caça.

Na leitura histórica de Sheehan, a virada do pensamento do finalismo ocorreria com a passagem do antihumanismo teórico e filosófico, cujos dogmas teriam sido estabelecidos em 1968, ao chamado “pós-humanismo tecnológico”.

O Pós-Humanismo Tecnológico, na proposta de Sheehan, seria marcado pelo desenvolvimento da Cibernética, a partir dos anos 1960, cujo esforço teria focado a desfiguração da natureza física integrada do ser humano, passando-se da obsessão pelos fins para um novo fôlego de renovações.

Para os pensadores do pós-humano, o ponto discutível focado seria o da obsolescência (ou não) do humano, assim como se seria possível falar no aprimoramento tecnológico deste, e mais, se este ser humano sucessor, avidamente perseguido, se justificaria diante das evoluções do “modelo antigo” de humanidade.

A investigação filosófica, neste contexto filosófico, implementaria um poderoso paradigma metafórico para esta condição de um devir sem-fim, no qual as origens e os fins seriam renegados por força de um processo de perpetuidade sem resultado final.

No contexto de formulação do pensamento do pós-humano, ainda para Sheehan, a filosofia feminista estaria na base da reflexão, em decorrência de algumas de suas características centrais: a ênfase no corpo, a transgressão de limites tradicionais e o rompimento de identidades consolidadas, que seriam frentes centrais do feminismo na definição do pós-humano, por via de aproximações.

Neste cenário, Sheehan¹⁰⁴ destaca tanto o pensamento de Luce Irigaray¹⁰⁵, cuja *praxis* feminista se assentaria na noção de que o objetivo de vida mais valioso seria prosseguir

¹⁰⁴ SHEEHAN, *op. cit.*, p. 36.

¹⁰⁵ “A meu ver, é afirmando a diferença que a mulher pode libertar-se da dominação sobre ela de uma cultura no masculino. Para cultivar esta diferença, deve definir as mediações próprias a seu gênero: em nível da linguagem, do direito, da religião, da genealogia, etc. Após haver conquistado uma subjetividade

em um “tornar-se” indefinidamente, quanto de Judith Butler, para quem “mulher”, em si, seria termo em processo, um devir, uma construção que não pode, a rigor, ser atribuída a uma origem ou a um fim.

A referência filosófica precípua destas autoras, por sua vez, seria o pensamento de Nietzsche, em especial nas influências de Hegel, para quem o “devir” (“becoming”) decorreria de uma unidade do ser e do nada, e também de Heráclito, pelo entendimento da existência não como uma ordem estável, mas como fruto de um processo contínuo de conflitos e de mudanças.

Nesse sentido, no cosmos nietzscheano se compreenderia a realidade como um incessante devir, sem objetivos, conquistas, progressos ou destinos. Pelo motivo de o devir dever ser justificado a cada momento, o “tornar-se” das coisas se mostra em eterno retorno – tudo vem e retorna eternamente – e em decorrência de uma vontade de potência.

Para Sheehan, Deleuze, por sua vez, nesta linha de compreensão, veria na “criatividade” o meio de ruptura da unidade temporal, sendo ela mesma o traço característico do devir: o criativo seria o movimento de fuga do presente e de suas demarcações do antes e do depois, do passado e do futuro. O devir faria parte da geografia, eis que existem apenas orientações, direções, entradas e saídas.

O modelo do rizoma, então, ilustraria este entendimento: pontos espacialmente distribuídos ligam-se uns aos outros, em contraste ao modo de organização por arborescência e seu método estrutural fundamentado na contiguidade conectada. O devir, pela via do rizoma, se expressa por meio de uma linha ou bloco sem começo ou fim, origem ou destino: a linha do devir é unicamente uma média, é sempre única e nunca duas, nunca a relação entre duas, é sempre por dentre, “in-between”.

O devir deleuziano, assim, desafiaria qualquer noção de estabilidade, seja física, conceitual, espaço-temporal: seria um platô de pensamento que objetiva libertar uma força de pura transgressão para realizar uma permanente revolução nas relações sociais (“becoming-evolutionary”). Para tanto, o fundamento não seria a semelhança, a imitação ou a identificação, nem tampouco correspondência ou filiação, mas, apenas, por meio de alianças.

A filosofia do devir, assim, ainda na leitura de Sheehan, seria pré-condição para o pensamento do pós-humano.

Nesse sentido o “ciborgue” seria exemplar do “vir a ser”, uma vez que não é nem humano, nem pós-humano, nem corpo biológico, nem máquina, mas sim limiar entre as qualificações que se pretenda impor sobre si: o meio de apagamento de todas as dicotomias tradicionais que normatizam o humano ou aqueles outros aos quais se contrasta este.

Esta figura do “ciborgue” seria aquela decorrente do trabalho de Donna Haraway, no Manifesto Ciborgue, ao problematizar as divisões simplistas entre humano e natural, assim como as relações e fusões do humano com máquinas e com animais.

livre e autônoma, a mulher deve aprender a entrar em relação com o homem como outro, um outro diferente, mas não hierarquicamente superior ou inferior”. IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Labrys**, estudos feministas. Tradução de Tania Navarro Swain. n. 1-2, jul.-dez. 2002. p. 1.

Para Haraway, na leitura de Sheehan, o ciborgue seria uma figura irônica, criatura perversa, para além do gênero e da origem – do mito fundador da unidade e da completude.

O ciborgue seria um recurso imaginativo da ficção científica fruto do sonho pós-moderno de hibridação da fantasia tecnocultural. O ciborgue, assim, forneceria uma estratégia múltipla de rompimento de categorias e de identidades e, tal como o devir deleuziano, assentar-se-ia na forma da aliança: “uma é pouco, duas é muito”, o que, igualmente, reforça o caráter do “por-dentre” (“in-between”). Divisões entre físico e não-físico (virtual), por exemplo, não podem ser mantidas, ao mesmo tempo em que os ciborgues não existem como tais, são éter, quintessências, o que lhes confere realidade, do que conclui a pensadora que “somos todos ciborgues”.

Ainda para Sheehan¹⁰⁶ as questões de Haraway dialogariam implicitamente com o prognóstico distópico do filósofo francês Paul Virilio. O esforço filosófico deste pensador, no jogo entre finalismo e renovação, focaria mais o finalismo. Na obra “Open Sky” o pensador debate a convergência do humano e do maquínico em termos de uma alienação teletecnológica (ação à distância) e de invasão nanotecnológica (inserção de micromecanismos no metabolismo humano).

Na leitura de Virilio por Sheehan, haveria, portanto, uma poluição tecnológica incidente nas dimensões dos espaços da vida, violando-se as distâncias que organizam as relações humanas com os outros e com os sentidos e o mundo empírico. A absoluta velocidade, a instantaneidade e a imediaticidade provocariam o esmaecimento de sujeito e objeto, uma forma de personificação tecnológica que é mau presságio para a autorrealização individual. “Interatividade”, pois, conforme adverte Virilio, seria tão perigosa ao bem-estar humano quanto “radioatividade”.

Ainda conforme Virilio, segundo Sheehan, a mais sombria das implicações das novas tecnologias seria o fato de que elas fabricam meios interativos destinados a extinguir a temporalidade.

O tema central da filosofia de Virilio, nesse sentido, seria a noção do “acidente” (“general accident”), cujo conceito envolve a ocorrência abrangente que, sem precedentes, promoveria uma quebra temporal. O tempo irá se romper, a duração será congelada e haverá apenas um presente perpétuo. Por meio do “acidente”, Virilio propõe uma narrativa que recai sobre o “fim das narrativas” e na qual a diferença temporal é liquidada e o tempo se torna autoidêntico.

Tal entendimento escatológico é precedido por uma compreensão anterior do filósofo: o de “velocidade absoluta”. Este conceito se insere em um panorama mais amplo de ideias do pensador: o papel do “último veículo”, cujo viajante não viaja e o passageiro não transita, seria o último “estranho”, um desertor de si mesmo, um exilado do mundo exterior (o espaço real da extensão geofísica em desaparecimento) e do mundo interior, alienado de seu corpo animal, cuja massa seria tão frágil quanto o corpo do planeta, destinado à exterminação. Calamidades ecológicas e a auto alienação humanas estariam integradas na percepção de Virilio, e o “acidente” seria a antecipação da extinção da narrativa e a suspensão da história.

Diante do panorama de teorias envolvidas com o pós-humano, conclui Sheehan que se apresenta uma descrição da humanidade completamente despreparada para o advento do

¹⁰⁶ SHEEHAN, *op. cit.*, p. 37.

pós-humano – vê-se, aí, um grande sentido dos temas abarcados, desde a relação com as tecnologias quanto a interação com demais formas de vida. Os cenários apocalípticos de Virilio podem ser lidos como um metacomentário da filosofia do finalismo ela mesma, propõe Sheehan.

O colapso da distância – em que o hiperreal e o ciborgue são preditos e a ânsia por imanência – o desejo de dissolução, rompimento e desintegração, enquanto condições para um espaço em que a hierarquia e a identidade não possam mais prevalecer, figurariam como prospecções desoladoras e distópicas, na avaliação de Sheehan.

Mesmo esquemas ecológicos, como a proposta de Michel Serres¹⁰⁷, em que as preocupações são deslocadas do local para o global, apresentar-se-iam sem solução factível; é a velocidade das comunicações globais que produziriam o torpor psicossocial do “polar inertia” – a inércia polar, ou seja, à perda da noção de tempo em razão da aceleração absoluta de um sistema – em primeiro lugar.

Para Sheehan, Virilio poderia ser considerado o último pensador dos finalismos pós-modernidades, recuperando as mais permanentes preocupações desta persepctiva filosófica, assim como mostrando suas determinações sinistras e as consequências potencialmente perigosas, do pós-humanismo tecnológico, para a vida no Século XXI.

Desta maneira, o recurso à análise de Sheehan é importante, primeiro, para se verificar a presença do Pós-Humanismo como contexto de reunião de teorias e aportes em torno às condições de vida no final do Século XX e seus macrodesafios pós-industriais, identitários e conceituais. Ao mesmo tempo, a localização do Pós-Humanismo em uma linhagem de pensamento permite balizar as expectativas e potenciais envolvidos

1.3.1 Pós-Humanismos

O objetivo desta subseção é de localizar algumas das principais orientações teóricas que adjetivam a expressão Pós-Humanismo. A despeito do maior desenvolvimento conceitual e de produções especializadas nos anos 1990, sobretudo com as discussões do Transhumanismo¹⁰⁸, é de 1977 o artigo de Ihab Hassan, “Prometheus as Performer: Toward a Posthumanist Culture”¹⁰⁹, tido como um dos primeiros a empregar a expressão “pós-humanismo”.

O mote do Pós-Humanismo, então, seria a necessidade de reexame conceitual e partir das mudanças da “forma Homem”, no sentido da transformação do sujeito pós-humano (fruto da conjunção de imaginação e de ciência, de mito e de tecnologia), possibilidade aberta pela “morte do Homem” anunciada em Foucault.

§ Pós-Humanismos. Para uma abordagem do Pós-Humanismo, mais propriamente, dos diversos Pós-Humanismos que se podem identificar em torno ao nome, o primeiro passo é estabelecer um recorte, para que se possa identificar formas mais ou menos precisas que

¹⁰⁷ SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

¹⁰⁸ WOODWARD, Ashley. **Nietzscheanism**. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 279.

¹⁰⁹ HASSAN, Ihab. Prometheus as Performer: Toward a Posthuman Culture? Performance in Postmodern Culture. **The Georgia Review**, 1977, p. 830-850.

se debruçam sobre diferentes questões em linha de maior ou menor comunicação entre si. Nesse sentido, fala-se¹¹⁰ em Pós-Humanismo Sociológico, Pós-Humanismo Popular (Comercial), Pós-Humanismo de Ficção Científica, Pós-Humanismo de Tecnoidealismo, Pós-Humanismo Organizacional, Hiperhumanismo, Metahumanismo, Neohumanismo, Pós-Humanidades. No universo de classificações teóricas ora abordadas, a noção de pós-humanidades se relaciona com o cenário crítico das Ciências Humanas após a morte do homem e, assim, é uma referência aos Humanismos Críticos e, em especial, aos Pós-Humanismos Críticos. As Pós-Humanidades são o campo da hibridação das tecnologias e das disciplinas tradicionais, dos trânsitos, das mesclagens, das interferências e interpenetrações temáticas, metodológicas, de objetos e assuntos de interesse na pluralidade de abordagens, semqualquer noção de “ciência pura” e de “ciência neutra” como pressupostos da pesquisa científica. Há, também o Pós-Humanismo Biopolítico, em que se estabelece o debate sobre o bioconservadorismo e Transhumanismo. A delimitação do chamado “Pós-Humanismo Biopolítico” é importante ao objeto desta tese uma vez que se articula a aproximação do Pós-Humanismo Crítico à Biopolítica – em especial, à filosofia do bíos a partir da conjugação muito específica com a dimensão das formas de vida no Pós-Humanismo Crítico. Nesse sentido, trata-se de um importante ponto de diferenciação do âmbito de problema da tese em relação a uma linhagem do Pós-Humanismo em que se estabelece o debate entre o Bioconservadorismo e o Transhumanismo, fazendo referência às preocupações da eugenia e centrando-se na manipulação genética e biotecnológica das formas de vida.

§ Novos Materialismos Feministas. As abordagens dos Pós-Humanismos trazem consigo associadas a consideração dos novos materialismos feministas. Uma das premissas dos feminismos contemporâneos seria o da reflexão sobre o “humano” de modo a considerá-lo do modo mais amplo possível a multiplicidade de suas expressões assim como a oposição à naturalização dos conteúdos e das formas identitárias. Nesse sentido, desconstruir o sujeito tradicional e hegemônico da Filosofia ocidental – cartesiano, na medida em que centrado na razão soberana, e kantiano, enquanto centro de autonormatização livre e categórica – e que foi projetado ao campo do político seria um movimento intelectual primeiro para devolver o humano àquela cisão entre natureza e cultura, seguindo-se as linhas do pensamento pós-estruturalista e sua oposição ao sujeito autoidentificado, pretensamente coerente, substancializado e imutável ao longo do tempo. Nesse sentido, a oposição materialista à metafísica racionalista da constituição dos sujeitos seria um dos pontos nodais para se pensar as encarnações das subjetividades singulares em multiplicidades. Na linha de pensamento de Espinosa, o “humano” visto no mesmo contexto que o “natural”, como forma de vida, retiraria o caráter sobrenatural conferido a este mesmo “humano” lançado acima por meio das especulações metafísicas. Esta devolução do “humano”, uma renaturalização de si, assim, representaria a ruptura dos binarismos e dualismos. O pensamento pós-estruturalista, assim, seria uma linha de corte das categorias identitárias do sujeito soberano, reintegrando-se a constituição do

¹¹⁰ Uma das mais extensas e detalhadas classificações contemporâneas pode ser encontrada em: GLADDEN, Matthew. A typology of posthumanism: a framework for differentiating analytic, synthetic, theoretical, and practical posthumanisms. In: GLADDEN, Matthew. **Sapient circuits and digitalized flesh: the organization as locus of technological posthumanization**. Indianapolis: Defragmenter Media, 2018. p. 31-91. O autor se refere e analisa também as seguintes formas: Pós-Humanismo Analítico, Pós-Humanismo Sintético, Pós-Humanismo Teórico, Pós-Humanismo Prático, Pós-Humanismos Híbridos (Pós-Humanismo de Crítica, Pós-Humanismo de Imaginação, Pós-Humanismo de Inversão, Pós-Humanismo de Controle, Pós-Humanismo de Produção).

sujeito às redes de relação de poder que o conformam, segundo a hermenêutica foucaultiana, a partir de uma história cultural e linguística. Neste contexto, os novos materialismos feministas¹¹¹, por meio de autoras como Elisabeth Grosz¹¹² e Karen Barad¹¹³, seriam feminismos anti-humanistas, assim como os feminismos pós-estruturalistas, mas sua reivindicação específica seriam a oposição ao enfoque centrado na história, cultura e linguagem a despeito do foco nos processos temporais de materialização, o que levaria a uma reintegração perceptiva do corpo à natureza e à cultura, indistinguíveis entre si. Pensar o sujeito, então, seria pensar um momento e uma expressão momentânea de infinitas possibilidades da natureza enquanto multiplicidade, dinamismo irrefreável, mutação incontível, autodiferenciação constante, força ativa. A política dos novos materialismos feministas, assim, seria uma política de forças, desejos e afetos em interação, para além de políticas de reconhecimento de políticas pessoais em representações no espaço público, enfocando-se a ampliação dos poderes e das liberdades em comunidade segundo políticas impessoais, imperceptíveis, invisíveis, que não seguiriam o padrão de visibilização, legitimação social, reconhecimento, normalização e inclusão na cultura dominante, que seria almejado pelas políticas identitárias, reforçando-se justamente os dualismos dos quais se pretende afastar na produção do político. O trabalho teórico, assim, seria o de ruptura dos enquadramentos identitários e das formas de representação esclerosadas: nova linguagem, novos problemas, novas formas de pensar, novos imaginários, novas performatividades, novos acontecimentos¹¹⁴, novas éticas e modos de fazer política seriam os anseios destes novos materialismos feministas por novos sujeitos, novas potências, novas formas de comunidade e de convivência¹¹⁵.

§ As formas do Pós-Humanismo Filosófico e o Pós-Humanismo Crítico. Na investigação das manifestações dos Pós-Humanismos, o Pós-Humanismo Filosófico é um dos que mais podem ser aproximados ao problema da tese, em especial por força da reflexão no campo da Filosofia Contemporânea do Direito. Esta forma contém, em si, uma comunicação muito estreita com o Pós-Humanismo em sua forma crítica. O Pós-Humanismo Crítico é mais uma das formas possíveis, sendo a forma central ao problema da tese. Seu conteúdo é discutido com maior profundidade na subseção 1.3.1.2 deste

¹¹¹ ABADÍA, Mónica Cano. Nuevos materialismos: hacia feminismos no dualistas. **Oxímora**, Revista Internacional de Ética y Política, Barcelona, n. 7, p. 34-47, 2015.

¹¹² GROSZ, Elisabeth. **Volatile bodies**: toward a corporeal feminism. Bloomington: Indiana University Press, 1999. GROSZ, Elisabeth. Darwin and feminism: preliminary investigations for a possible alliance. **Australian Feminist Studies**, n. 14, v. 29, p. 31-45, 1999. GROSZ, Elisabeth. A politics of imperceptibility: a response to 'anti-racism, multiculturalism, and an ethics of identification. **Philosophy & Social Criticism**, v. 21, n.4, p. 463-472, 2002. GROSZ, Elisabeth. **The nick of time**: politics, evolution and the untimely. Durham: Duke University Press, 2004.

¹¹³ BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward a understanding of how matter comes to matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, 28, n. 3, 2003, p. 801-831.

¹¹⁴ CASTRO, Edgardo. Dispositivo y veridicción: Sobre la interpretación deleuziana de Foucault. **Rev. latinoam. filos.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 42, n. 2, p. 195-216, nov. 2016. VIESENTEINER, Jorge Luiz. Nietzsche e Deleuze: sobre a arte de transfigurar. **Discus.Filos**, Manizales, v. 12, n. 18, p. 187-204, jul. 2011. CARDOSO JR, Hélio Rebello. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 28, n. 2, p. 105-116, 2005. FERREYRA, Julián. Esferas y pliegues: la aplicabilidad de la biopolítica de Fichte a Deleuze. **Estud.filos**, Medellín, n. 57, p. 95-117, jun. 2018. BARBOSA, Mariana de Toledo. Um corpo que experimenta e avalia: a ética em Deleuze à luz da “grande identidade” Spinoza-Nietzsche. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 59, n. 141, p. 867-890, set. 2018. SALES, Alessandro Carvalho. Deleuze e A lógica do sentido: o problema da estrutura. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 29, n. 2, p. 219-239, 2006.

¹¹⁵ GAMMELGAARD, Signe Leth. Repartir lo sensible. Política rancieriëriana desde uma perspectiva posthumanista. **Artnodes**. Revista de arte, ciencia y tecnologia, Barcelona, n. 14.

trabalho. Sua criticidade advém do apreço não entusiasta pelas altas tecnologias e suas forças de transformação do humano, devolvendo a discussão, nas linhas da Filosofia Crítica da Tecnologia e da avaliação de Wolff, às preocupações éticas.

1.3.1.1 Críticas aos Pós-Humanismos

O objetivo desta subseção é a de identificar alguns tipos de crítica que as formas de adjetivação do Pós-Humanismo recebem, seguindo-se uma linha de comunicação com as críticas ao Transhumanismo, englobando também alguns dos fundamentos teóricos destes dois movimentos.

§ Críticas aos Estudos Críticos. De um modo geral, as críticas ao Pós-Humanismo têm conteúdos muito próximos às críticas recebidas pelos diversos pontos de toque que o Pós-Humanismo contém com outros “Pós”: Pós-Estruturalismo e Pós-Modernidade são os principais. Nesta mesma esteira, os denominados Estudos Críticos, assim como os Estudos Culturais, logicamente, também tem sido objeto de elaborações críticas sobre si, não obstante sejam construções destinadas à realização da crítica teórica ou social. Esta ponderação é importante para se considerar o cenário teórico em apreço a partir da leitura de uma perspectiva externa, de modo que alguns pontuamento podem servir para uma ponderação analítica dos possíveis limites e extensões da abrangência e das funções destes tipos de Estudos que, declaradamente, adotam posições éticas e políticas, em diferenciação a uma postura científica ou filosófica que se pretenda neutra ou descritiva e explicativa, distanciada de juízos interpretativos e de valoração. Para o pesquisador Joseph Heath¹¹⁶, os Estudos Críticos se afirmariam por um compromisso emancipatório contra a objetividade e ausência de valores da ciência social positivista. Nesse sentido, o autor relata a diferenciação entre produção científica que pretende “apresentar ao leitor os fatos sobre o mundo” daquela que tem “o desejo de fazer avançar objetivos normativos – tipicamente, combater alguma forma de opressão”. Para o autor, seria necessário que a ciência social crítica – e os estudos críticos, em geral – tivesse não apenas comprometimentos normativos (sobre os quais parece consenso sempre haver), mas que os tornassem explícitos e os defendessem racionalmente (evitando-se, assim, os “criptonormativismos”, ou seja, um subterfúgio de que não haveria defesa de valores na defesa de causas específicas). É, então, que o autor aborda o problema do uso vago do neoliberalismo¹¹⁷ como objeto de crítica direta nos estudos críticos de diversas linhagens,

¹¹⁶ HEATH, Joseph. **O problema dos estudos “críticos”**. Disponível em: <<https://criticanarede.com/estudoscriticos.html>>. Original disponível em: <<http://induecourse.ca/the-problem-with-critical-studies/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

¹¹⁷ “[...] notei há muito tempo que o termo “neoliberal” funciona como a peça mais importante do vocabulário criptonormativo nos estudos críticos. Para quem não sabe, o problema básico com o ‘neoliberalismo’ é o seguinte: se trata de uma coisa inventada. É apenas uma palavra que Foucault popularizou para falar sobre ideias econômicas que não entendia. Não há um grupo de pessoas por aí que efetivamente se descrevam como neoliberais. Por conta disso, não há limites para o que o termo pode referir, e não há ninguém para responder a qualquer das críticas que lhe são feitas. Compare-se isso com termos como ‘conservador’ ou ‘libertário’. Porque há pessoas reais que se auto-intitulam ‘libertárias’, se você escrever algo que critica o libertarismo, um libertário de verdade pode escrever de volta e contestar o que você disse. No caso do ‘neoliberalismo’, por outro lado, você pode dizer o que quiser sem medo de que um neoliberal da vida real escreva de volta e conteste as suas alegações — porque não há qualquer um. Como resultado, as pessoas que usam esse termo na sua escrita estão basicamente anunciando, de antemão, que a

sem se delimitar um conteúdo ao termo, assim como o problema da conversão dogmática destes estudos¹¹⁸ críticos em novos dogmatismos. Estas críticas, certamente, podem abarcar diversos aportes pós-humanistas. Neoliberalismo e capitalismo¹¹⁹ contemporâneo abrem, ainda, uma importante interface com a questão biopolítica. Por isso, na primeira subseção do capítulo 2 trata-se o problema do neoliberalismo e a partir de uma compreensão que se julgou útil à coordenação tanto da crítica aos Estudos Críticos quanto, igualmente, na abertura do problema da relação biopolítica-neoliberalismo.

§ Críticas ao Anti-Humanismo Pós-Estruturalista. No Anti-Humanismo Pós-Estruturalista radica um dos fundamentos mais decisivos dos Pós-Humanismo em geral e do Pós-Humanismo Crítico. As críticas ao Pós-Estruturalismo também se comunicam com as críticas à Pós-Modernidade ou ao Pós-Modernismo. A repulsa ao caráter excludente do “humano” funda o projeto ético do anti-humanismo que, longe de ser uma postura de promoção da desumanização e da violência ou da exclusão – aliás, seus objetivos são precisamente o contrário –, objetiva denunciar justamente a violência ínsita a processos sociais geralmente tidos por estáveis e livres de qualquer suspeita. De um modo geral, as críticas ao pensamento pós-estruturalista¹²⁰ se assentam na denúncia de sua vagueza diante do que se acreditam sólidos conceitos estruturados das teorias a que se poderia opor a dinâmica pós-estruturalista, de modo que o problema de fundo é uma questão epistemológica, assim como o ressentimento a alguns conceitos que, em algumas teorias, podem ser ancorados na dogmática do embate da “verdade”, seja ela epistemológica, seja ela histórica ou social. Além disso, há uma série de ruídos em torno à polissemia do “humanismo” que parecem ser desconsiderados na apreensão de que o anti-humanismo legitimaria práticas sociais eticamente reprováveis – quando, ao que tudo indica, o anti-humanismo parece elevar à máxima potência a responsabilidade sobre as decisões que se tomam na vida individual e coletiva, tendo em vistas seu combate ante o caráter excludente dos dualismos metafísicos.

sua audiência pretendida é a câmara de eco da esquerda acadêmica. Afinal de contas, se quisessem se engajar em debates com as pessoas fora dessa câmara, teriam que se direcionar a uma ou mais das ideologias que são efetiva e conscientemente adotadas por pessoas exteriores a ela. (A este respeito, as pessoas que criticam o neoliberalismo são os leões covardes da academia. Se você acha que tem coragem, por que não sair e encontrar alguém verdadeiramente de direita para debater?).” HEATH, *op. cit.*

¹¹⁸ “A ironia, é claro, é que, porque os seus praticantes não parecem saber como elaborar argumentos normativos, os estudos ‘críticos’ acabam por ser incrivelmente dogmáticos. Os estudantes devem considerá-las completamente desconcertantes. Embora supostamente estejam sendo ensinados a “pensar criticamente” sobre o mundo, são muito enfaticamente desencorajados de pensar criticamente sobre o que está sendo dito nos livros que se propõem a ensiná-los a pensar criticamente sobre o mundo”. HEATH, *op. cit.*

¹¹⁹ ZIZEK, Slavoj. **Like a Thief in Broad Daylight**. Power in the Era of Post-Human Capitalism. Londres: Penguin Books, 2018. O autor aborda o progresso tecnocientífico – do que considera o capitalismo pós-humano – e seus avanços, que produzem mudanças de feições conhecidas e transformações do mundo que se aproxima, a cada onda de inovação, ao “big tech”, com a automação do trabalho, a virtualização do dinheiro, a dissipação de comunidades de classe, a emergência do trabalho imaterial, a queda do capitalismo global, diante do que não se poderiam esperar grandes triunfos sociais – solapados pela ideia de revolução como um ladrão à luz do dia.

¹²⁰ FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Ensaio, 1988. COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

§ Críticas à Desconstrução. Um dos opositores teóricos à desconstrução seria justamente a defesa do logocentrismo¹²¹, objeto da crítica derridiana. Alega-se que Derrida generalizaria incorretamente a tradição metafísica e os preceitos da lógica, de modo que o problema não se reduziria à abordagem linguística ou semiótica, mas aos seus efeitos sobre os outros campos, como um todo, pelo prejuízo do descentramento dos sistemas de referência conceitual. Haveria, então, em uma imagem, uma espécie de distorção compreensiva sobre o estabelecimento de condições de entendimento em laboratório e o seu confronto na aplicação prática, da qual as estimativas de projeto e laboratório nunca seriam um retrato fiel, mas que, pelo controle, seriam o parâmetro de centralidade atingível para se controlar uma intervenção na realidade em movimento.

1.3.1.2 Pós-Humanismo Crítico

O objetivo desta subseção é o de verificar algumas das orientações teóricas da linhagem do Pós-Humanismo Crítico e Filosófico, assim como suas características principais. O “Pós-Humanismo Crítico”¹²² representa mais um potencial de desenvolvimento do pensamento crítico, o que o insere em uma tradição vasta e diversa de aportes teóricos, pressupostos, pontos de partida e finalidades de abordagens¹²³.

Com isso, parece não negar esforços em, ao invés de se colocar como mais uma afirmação de metanarrativa de produção da verdade peremptória instituinte de novos dogmas, entregar-se como um referente de questionamento sobre ordens postas, normatividades instituídas, práticas consagradas ou tomadas em seu curso, revisão de entendimentos e ressignificação de dados tidos por postos.

Não que deva, diante disso, ser tomado como uma nova escola ou movimento, muitas vezes inclusive questionado enquanto modismo intelectual, mas, antes, pode ser visto como uma somatória de esforços diante do crescente número de forças antidemocráticas, antipluralistas, unificantes, unitaristas, totalizantes, repetitivas, contrárias à construção de modos de vida e de esferas de liberdade segundo linhas de corte muito pontualmente estabelecidas por meio de sistemas precisos de regramento social.

¹²¹ FINCHER, Warren. Logocentrism. In: RITZER, G.[Ed.]. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781405165518.wbeosl055>>. Acesso em: 18 mar. 2019. STROUD-DRINKWATER, Clive. Defending logocentrism. **Philosophy and literature**, a. 25, n. 1, p. 75-86, 2001.

¹²² NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014. BRAIDOTTI, Rosi. Posthuman critical theory. In: BANERJI, Debashish; PARANJAPE, Makarand R. **Critical posthumanism and planetary futures**. Nova Déli: Springer, 2016. p. 13-32. FERRANDO, Francesca. Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms. Differences and Relations. **Existenz**, California, n. 2, v. 8, 2013, p. 26-32.

¹²³ Como campos especialmente afetos ao Pós-Humanismo Crítico, na tipologia de Nayar, podem-se destacar os Estudos da Deficiência, os Estudos Animais Críticos e os Estudos da Monstruosidade. A diferenciação destes Estudos daqueles dos Humanismos Críticos não é facilmente localizável, sendo o mais importante a reunião dos aportes desconstrutivos em torno à crítica ao humanismo tradicional e seus efeitos excludentes. Alguns conceitos-base do Pós-Humanismo Crítico podem ser especialmente destacados para a compreensão deste aporte teórico: “forma de vida” e “cidadania multiespécies” parecem ser dois vetores relevantes, assim como uma relação com a “personalidade” e com a “bioética” permitem uma especial discussão em face aos campos da Biopolítica e da Filosofia do Direito. A Cidadania Multiespécies, a Biocidadania, o Biovalor, o Biocapitalismo, a Biopirataria a Neocibernética e a Cosmopolítica são conceitos importantes nesse sentido.

Isto confere ao Pós-Humanismo Crítico uma dimensão filosófica estratégica, a qual se expande no tecido próprio de suas compreensões, tributário das suas ligações com os Estudos Culturais e das suas ecologias de diversas linhas e fluxos desconstrutivos.

Mais do que uma metodologia, uma abordagem, um conjunto de teorias e aportes, o Pós-Humanismo Crítico pode ser pensado também como um potencial de referenciais de questionamento, com possibilidade de promover, também, problemas no plano da Filosofia do Direito, assim como auxiliar racionalidades e processos de compreensão de temas do pós-humanismo no contexto da hermenêutica e da argumentação jurídicas, seja na formação de pré-compreensões, seja na identificação das justificações morais.

Assim, a partir da linha de entendimento geral da expressão, proposta por Stefan Herbrechter¹²⁴, traçam-se as principais características do “Pós-Humanismo Crítico”, conjugando-se interpretações e propostas de Pramod Nayar e Rosi Braidotti¹²⁵ sobre o Pós-Humanismo Crítico, assim como de Francesca Ferrando¹²⁶.

¹²⁴ HERBRECHTER, Stefan. **Critical posthumanism**. Critical posthumanism: genealogy of posthumanism. Disponível em: <<http://criticalposthumanism.net/critical-posthumanism/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

¹²⁵ BRAIDOTTI, Rosi. Critical posthuman knowledges. **South Atlantic Quarterly**, v. 116, p. 83–96, jan. 2017. Para a autora, a soma do pós-antropocentrismo e do antiespecismo permitiria a emergência de novas epistemologias pelas quais conhecimentos pós-humanistas (as Pós-Humanidades ou o pensamento pós-humanístico) seriam possíveis. Na proposta da autora, o pensamento crítico se afirmaria como uma cartografia das operações imanentes do poder nos processos de subjetivação circulantes na ordem sociopolítica, inspirando-se na correlação da epistemologia feminista com a filosofia neomaterialista segundo a percepção de que o pensamento permite abrir modos de relação e afetações por meio de tensões criativas e mudanças qualitativas. Deste modo, para Braidotti, os conhecimentos pós-humanistas seriam marcados, a partir deste lance criativo e crítico, pela atualização de relações virtuais, habitadas por memórias vitalistas e multidirecionais que operam em transposições, em polinizações generativas cruzadas e em interconexões nômades. Para a autora, o pós-humanismo seria mais do que um conceito, seria uma “persona conceitual” por meio da qual se teria um potencial de navegação teórica diante das complexidades do presente, especialmente marcado pela sobrelevação tecnológica e pelos abismos de desumanidade e de desigualdade de acesso a recursos vitais, razão pela qual o poder seria compreendido em seu contexto tanto como “potestas” como quanto “potentia”, como captura e enclausuramento e como potencial de realização virtual. Para Braidotti, assim, os conhecimentos do pós-humanismo crítico seriam transdisciplinares, porque pós-disciplinares, demandando energias metadiscursivas e também rizomáticas e marcadas pelo nomadismo das humanidades, decorrente do nomadismo dos sujeitos. A consciência da porosidade epistêmica das fronteiras institucionais do conhecimento, assim como dos seus corações epistemológicos, seria um pressuposto desta posição, demandando-se uma sensibilidade supradisciplinar que pusesse em movimento de ação diferentes campos de produção do conhecimento. De modo concorrente, haveria a atenção às desterritorializações das epistemologias feministas, queer, migrantes, pobres, descoloniais, diaspóricas, deficientes, doentes, das pessoas esquecidas e perdidas do neoliberalismo contemporâneo e suas práticas de subjetivação e capitalização da vida, o que produziria um metapadrão distinto de conhecimento. Braidotti destaca que este movimento levaria a uma não linearidade e desfamiliarização que demandaria, então, diferentes dinâmicas e velocidades de reterritorialização marcadas por uma ética afirmativa de forças gerativas nômades. Segundo potenciais da memória e da imaginação, das forças ecosófica e geocentradas, do apreço pela zoé, o que demandaria uma rearticulação dos padrões de ciência (da ciência oficial e dos conhecimentos dispersos das pessoas esquecidas – “royal science” e “minor science”), formando-se novas assemblagens e múltiplas conexões híbridas políticas. O caráter afirmativo desta ética científica, assim, estaria diretamente ligado à formação de alianças com as vidas negadas.

¹²⁶ Para Ferrando, o Pós-Humanismo Crítico se caracteriza por uma postura afim ao Pós-Antropocentrismo e ao contexto Pós-Humanístico. Assim, é “anti-exclusivista” na medida em que se opõe à naturalização de critérios de exclusão e “anti-excepcionalista” na medida em que é antiespecista; “anti-centralista”, porque desconstrutivo. Também é anti-hierarquista e opera segundo cadeias de compreensão e de inclusão, buscando refletir segundo multicamadas de significação. Opera, ainda, segundo pós-dualismos e entende pela insuficiência da dialética. FERRANDO, Francesca. Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms. **Differences and Relations. Existenz**, California, n. 2, v. 8, 2013, p. 26-32.

De um modo geral, os autores referidos analisam as várias vertentes que se pode encampar no Pós-Humanismo para, então, encaminhar suas propostas à leitura crítica deste: tanto no sentido das críticas que esta forma de pensamento pode receber, quanto o corpo de critérios críticos que o próprio Pós-Humanismo pode fornecer enquanto uma perspectiva filosófica de articulação de campos de reflexão.

Segundo Herbrechter o Pós-Humanismo Crítico é uma abordagem de mapeamento teórico que expressa, nos termos de Neil Badmington¹²⁷, a desconstrução, em curso, do humanismo tradicional.

Nesse sentido, diferenciam-se “o pós-humano” – e seus avatares, tais como os ciborgues, os monstros, os zumbis, os fantasmas, os anjos etc. – e o “pós-humanismo”, este um discurso social em que se questiona o significado de se “ser humano” sob as condições da globalização, da tecnociência, do capitalismo tardio e das mudanças climáticas, contexto em que se ofuscam as distinções entre ficção científica e fatos científicos.

Para Herbrechter, o prefixo “pós” (em possível analogia com a discussão do pós-moderno e da pós-modernidade) teria dois sentidos: expressar o desejo ou a necessidade de se ir “além” do “humanismo” ou do “humano”; e, também, considerando que o prefixo mantém presente a palavra e o conceito prefixados, haveria a consciência de que nem o “humanismo”, nem o “humano” sejam noções que podem propriamente ser superadas em algum sentido dialético ou histórico direto (no sentido, por exemplo, de que após o “humano” adviria, pura e simplesmente, o “pós-humano”).

O adjetivo “Crítico” na expressão “Pós-Humanismo Crítico”, indicaria, para Herbrechter, uma série de relações mais complexas e não dialéticas entre “humano” e “pós-humano”, bem como as respectivas dependências destas formas em relação ao “não-humano”.

O Pós-Humanismo Crítico, assim, significaria, então, no entendimento de Herbrechter, uma anamnese e uma reescrita do humano e do humanismo (ao exemplo da ideia de Lyotard de reescrita da modernidade).

O Pós-Humanismo Crítico levaria a questionamentos com maiores considerações conceituais recíprocas e relacionais, por exemplo: como viemos a nos pensar enquanto humanos? O que exatamente significa ser “humano”, especialmente quando alguns humanos aparentemente decidiram que estão se tornando ou se tornaram pós-humanos? Quais as motivações da pós-humanização e quando este processo se iniciou? Quais as implicações das mudanças conceituais dos limites do humano aos outros não-humanos, os animais, as máquinas, os deuses, o meio ambiente?

O adjetivo “Crítico” na expressão “Pós-Humanismo Crítico”, ainda, teria dois significados relevantes: o primeiro, de diferenciação ante formas acríticas ou de senso comum, veiculadas, por exemplo, em filmes de ficção ou revistas de divulgação científica, ou seja, na cultura popular. O segundo sentido seria o da afirmação de uma postura filosófica e reflexiva que investiga o desejo pós-antropocêntrico.

Este “desejo pós-antropocêntrico” articularia, por um lado, a vontade de transcendência da condição humana, especialmente por meio dos cenários de desencarnação (ao exemplo das propostas do transhumanismo), e, por outro, um certo escapismo dos impactos da

¹²⁷ BADMINGTON, Neil. **Posthumanism**. Nova Iorque: Palgrave, 2000. BADMINGTON, Neil. **Alien chic**. Posthumanism and the other within. Nova Iorque: Routledge, 2004.

civilização no Antropoceno e mudanças climáticas, os quais, por sua vez, demandam justamente a ação humana urgente e responsável.

O adjetivo “crítico”, ainda, significaria a defesa da possibilidade de reinvenção de valores e metodologias humanistas, principalmente diante do contexto das transformações provocadas pela digitalização e da onipresença da computação e mídias sociais nos processos de vida e relações sociais. Aqueles valores e metodologias, assim, parecem ter se tornado obsoletos, ou necessitarem de uma urgente revisão – especialmente as habilidades e metodologias críticas relacionadas às formas tradicionais de instrução, leitura e pensamento.

A questão se tornaria, assim, como permanecer “crítico”. Esta postura crítica é entendida enquanto aptidão para desenvolver técnicas de leitura, formas de conceptualização e formação de subjetividades ao mesmo tempo autorreflexivas e conscientes de suas próprias genealogias.

Tais subjetividades, pós-humanistas críticas, assim, seriam aptas a permanecer criticamente conectadas com as tradições humanistas de abordagens literais, literárias e textuais, articulando-nas com os novos cenários tecnológicos.

Herbrechter destaca que os Estudos Literários do Século XXI têm questionado os efeitos da ideia de que a literatura seria ultrapassada pelos processos de digitalização, globalização e predomínio tecnocientífico nas relações sociais.

O momento supostamente “pós-literário” e contratextual, diante de uma abordagem pós-humanista crítica, seria apreendido de modo cauteloso diante dos desejos de se abandonar o aparato humanista de instrução e sua instituição central, a literatura, com todas as suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais, seus regimes de poder e de estética.

Herbrechter empenha-se, ainda, em demonstrar que o Pós-Humanismo não consiste em modismo teórico. Para o pensador, um questionamento importante nesse sentido é o de se identificar como o Pós-Estruturalismo e a Desconstrução anteciparam formulações pós-humanistas, sobretudo, a partir das críticas à subjetividade. Este contexto seria especialmente significativo para a discussão atual sobre a relevância, o papel e o futuro das Ciências Humanas.

Os primeiros estudos expressamente pós-humanistas, datados dos anos 1990 e 2000 (publicações de Neil Badmington, Rosi Braidotti, Elaine L. Graham, N. Katherine Hayles, Cary Wolfe, entre outros), fundamentavam-se, basicamente, em perspectivas do Pós-Humanismo segundo referências Pós-Estruturalistas ou desconstrutivistas, segundo duas questões determinantes: a reflexão sobre a tecnologia e sobre o futuro das Humanidades.

Herbrechter destaca que uma parte crescente das pesquisas em Humanidades têm adotado a postura de, diante dos novos contextos, formar alianças interdisciplinares com demais ciências e estudos críticos da ciência (por exemplo, com a teoria dos atores em rede, de Bruno Latour, ou o Realismo Especulativo, ou o Novo Materialismo Feminista).

Nestas perspectivas, uma das principais questões passou a ser a redefinição das relações entre os humanos e as tecnologias, ou as funções da história da técnica na evolução humana e na não-humana.

Herbrechter destaca, nesse sentido, o pensamento de Donna Haraway, principalmente os estudos dos anos 1980 sobre o ciborgues, assim como os esforços para se pensar o aspecto ontológico da tecnologia e o papel político do determinismo tecnológico.

Também, as posturas de exame de filosofias da tecnologia anteriores, tais como as de Martin Heidegger, Jacques Ellul, Gilbert Simondon e, principalmente, Bernard Stiegler.

Ainda seria uma postura do Pós-Humanismo Crítico no plano epistemológico a recuperação cultural da prática científica e o diálogo entre Ciências e Humanidades (ou as novas Pós-Humanidades). Herbrechter enfatiza, contudo, que tais movimentações epistêmicas se dariam em um cenário adverso, pela base material do capitalismo avançado e neoliberal, cada vez mais globalizado, com a transição rápida do “analógico” (humanista, “letrado”, baseado em livros e em textos) para o “digital” (pós-humanista, “código”, baseado em dados ou informações) enquanto signos de sociedades, culturas e economias.

As Pós-Humanidades emergentes, assim, precisariam manejar constantemente os aspectos positivos, os aspectos problemáticos e o potencial transformador do diálogo interdisciplinar, das alianças e dos sentidos da relação das Humanidades com as Ciências.

Herbrechter destaca que o foco no pós-humano como objeto discursivo, no Pós-Humanismo como discurso social e na pós-humanização como processo histórico e ontológico contínuo permitiria ambas as comunidades de conhecimento, das Humanidades e das Ciências, criar novos encontros e testar novas hipóteses que poderiam levar a maiores níveis de consciência ética e política acerca dos lugares do humano, do não-humano e dos ambientes, especialmente em momento de questões urgentes tais como a mudança climática, o esgotamento de recursos naturais, a destruição da biodiversidade, os fluxos migratórios globais, o terrorismo e a insegurança, a biopolítica, etc.

Coloca-se em jogo, assim, na abordagem do Pós-Humanismo Crítico, o repensar, sob uma perspectiva pós-antropocêntrica ou não-antropocêntrica, a relação dos seres humanos e suas possibilidades de ação, o papel da tecnologia e os fatores ambientais e culturais.

As Pós-Humanidades Pós-Antropocêntricas, assim, ainda têm por objeto os seres humanos e os conhecimentos das Humanidades, contudo, há um redimensionamento do cenário em que são percebidos, passando a ser vistos em interação dentro de uma imagem ecológica maior, razão pela qual se fala, então, em “humanidades médicas”, “humanidades ambientais” e “humanidades digitais”.

O que entra em jogo, especialmente, é o modo como Ciências e Humanidades, inter-relacionadas entre si, se comunicam com o papel das novas mídias convergentes e suas implicações sociais e culturais, no contexto da proliferação de realidades digitais e virtuais e suas dimensões biopolíticas (novas formas de vigilância, mercantilização, novas subjetividades e *biomedias*).

Herbrechter conclui que o Pós-Humanismo Crítico reúne vários aspectos constitutivos da “cosmologia” do Século XXI, vinculando-no às pré-figurações dentro do próprio humanismo ao qual se opõe e com o qual abre diferentes jogos.

§ Pós-Humanismo como hospitalidade. Para o pesquisador italiano Roberto Marchesini¹²⁸ o paradigma pós-humanístico seria marcado por um entendimento não-antropocêntrico, pelo qual a tecnociência não se reduziria a uma “celebração do homem”, mas um meio para uma maior apreciação daquilo que se entende pelo “não humano”. Conhecimento e responsabilidade operativa seriam meios para se aumentar o vínculo do humano com o mundo, e não a ampliação predatória do domínio do homem – o qual, autocentrado, se julgaria a medida da realidade, separado dos demais seres vivos, autossuficiente, autorreferido, totipotente, solitário, autárquico, com poder sobre todo o destino das coisas e destinado a purificação de si pela expurgação da diferença. Para Marchesini, a lógica pós-humana não seria aquela de constante busca de superação do homem, mas a de construção de relações e qualidades com o “não-humano”, valorizando-se as alteridades e fazendo-se existir a partir delas. O conhecimento científico, neste contexto, visto enquanto experiência formativo-educativa, seria um importante meio para afastar o homem dos preconceitos e da visão do real por meio de projeções antropomórficas de si – o que incluiria reducionismos da religiosidade – operando-se uma “descentralização”. Esta, por sua vez, influenciaria diretamente as concepções de identidade humana – cuja formação, para Marchesini, se daria pelo encontro e acolhimento do outro, e não da sua exclusão. A descentralização de Marchesini é concorrente a um processo de declinação: cada ato de conhecimento é acompanhado de uma hospedagem da alteridade no qual o humano absoluto se declina. A cumulação deste processo permitiria ao homem produzir novas percepções sobre si, que podem, pelas altas tecnologias, serem reforçadas em torno à codependência, à conexão, à expressão multiforme da pessoa, emergindo-se então, ao invés do indivíduo, o “multivíduo”, entidade múltipla e mutante, cujos roteiros são informados pelo “não-humano”. O homem pós-humano, assim, se identificaria justamente no hibridismo, no acolhimento dos outros que o faz existir, no tornar-se animal e na consciência da não externalidade das máquinas, o que envolveria, assim, uma ética própria heteroreferida, descentrada, simpática, contaminada. O homem pós-humano se reconheceria naquilo que lhe invadiu pela alteridade, e não em uma realização solipsista; ir além do homem não seria uma medida de destruição, mas de reencontro relacional, um ato de amor e de hospitalidade ao invés de medida de se elevar sobre os outros. Contra os mitos puristas e as formas de submissão, o pós-humanismo como hospitalidade seria, então, a compreensão de que o homem não seria nem medida do mundo, nem de si mesmo.

§ Metodologia da pesquisa pós-humanista crítica¹²⁹. A metodologia da pesquisa pós-humanista crítica representa uma maneira de evidenciar os modos da produção do conhecimento segundo pressupostos do Pós-Humanismo Crítico e seus referentes, resultando, assim, em diferentes efeitos de formação de visão de mundo por meio tanto de procedimentos epistemológicos quanto pedagógicos estruturados em recomendações de metodologia, o que leva à produção de resultados de conhecimento arranjados segundo providências outras que não as da Metodologia Científica em seus moldes modernos – esta mesma, também, objeto de diversos questionamentos a partir do mito da neutralidade

¹²⁸ MARCHESINI, Roberto. O pós-humanismo como ato de amor e hospitalidade. Entrevista IHU online, **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/494-roberto-marchesini-1> >. Acesso em: 22 jul. 2019. MARCHESINI, Roberto. **Il tramonto dell'uomo: la prospettiva post-umanista**. Bari: Dedalo, 2009. MARCHESINI, Roberto. **Post-human**. Verso i nuovi modelli di esistenza. Turim: Bollati Boringhieri, 2002.

¹²⁹ FERRANDO, Francesca. Towards a Posthumanist Methodology: a Statement. **Frame Journal For Literary Studies**, Utrecht, n. 25, p. 9-18, maio 2012.

científica e das críticas ao seu modo de estruturação valorativa. A metodologia da pesquisa pós-humanista, assim, pode aproximar as dimensões filosóficas e científicas envolvidas nos problemas do pós-humano, permitindo assim as inserções éticas e políticas na trama dos conhecimentos.

§ Emergência do pós-humanismo crítico e anti-essencialismo. Para Ferrando¹³⁰, a emergência do campo dos Estudos Pós-Humanistas e mesmo o possível significado de um giro de paradigma pós-humanista levariam à reflexão sobre as relações de teoria e prática, de modo que a reflexão sobre a metodologia destes estudos seria inevitável, inclusive, para se verificarem os lapsos epistemológicos entre a teoria pós-humanista e sua eventual práxis. Ferrando destaca que o maior risco epistemológico envolvido no Pós-Humanismo seria o do recurso a “essencialismos” (hegemônicos ou de resistência), sendo que a adoção de uma metodologia pós-humanista teria impactos diretos no campo da filosofia aplicada e da ética normativa¹³¹. Por isso, a primeira diferenciação conceitual necessária seria a de “pós-humanista”, enquanto referente a uma virada de paradigma humanístico em seus traços e cosmovisão antropocêntricos, e “pós-humano”, que seria referência a campo de estudos envolvendo Robótica, Nanotecnologia e Bioética. Para a autora, o Pós-Humanismo, que não se confunde com o Transhumanismo, seria uma crítica ao humanismo antropocêntrico e uma abertura às formas não-humanas de vida: dos animais à inteligência artificial, dos *aliens* aos entes hipotéticos habitantes do multiverso; a multiplicidade da vida é posta em foco. Por isso, a experiência não-humana é compreendida, também, como potencial conhecimento. O Pós-Humanismo, assim, passaria a se comunicar diretamente com o Ambientalismo, a Ecologia Profunda, os Direitos dos Animais, as Éticas Robóticas. Nestas transversalidades evidenciar-se-iam tanto aquilo que os outros campos trazem de centrismo humanista quanto o próprio humanismo ínsito ao Pós-Humanismo, que é produzido por seres humanos e entre estes comunicado, segundo intencionalidades e interesses de conhecimento e de atuação. Esta evidência humanista persistente levaria, então, à necessidade de constante revisão de práticas culturais (tais como o onivorismo acrítico ou a tendência ao esgotamento de recursos naturais) e, também, a postura constante em um nível empático de atuação humana. O Pós-Humanismo se preocuparia, neste contexto, com a sustentabilidade do humano e não diluiria a significação relevante da sobrevivência humana no cenário da apreensão das outras formas de vida, eis que não se trata de um anti-humanismo no sentido de se ser em absoluto contra o “humano”, mas sim contra suas tendências excludentes e subjugadoras a partir de padrões específicos identitários do “humano”. O Pós-Humanismo, assim, se diferenciaria do Anti-Humanismo porque conteria em si as potências do “pós”, do “meta” e do “trans”. Para Ferrando, pelo Pós-Humanismo Crítico não se negligenciariam as metanarrativas ou as metafísicas, mas se reconheceriam seus usos instrumentais para investigações existenciais. As metanarrativas seriam negociáveis e as metafísicas alocadas na perseverança agnóstica ante os desafios tanto antirrealistas quanto anti-essencialistas. Além disso, o Pós-Humanismo Crítico marcaria uma revisão do “ser” enquanto imanência transcendente, rompendo, assim, com bases do pensamento ocidental dualista, tais como: corpo e mente, sujeito e objeto, eu e outro, masculino e feminino, humano e animal, humano e robô, humano e *alien* etc. Ao Pós-Humanismo seriam admissíveis, portanto, possibilidades ontológicas inconcebíveis em outros paradigmas (como o humanista, por exemplo), em razão da assunção de uma cosmologia

¹³⁰ FERRANDO, *Idem*.

¹³¹ Esta referência é importante considerando-se que, ao capítulo terceiro, faz-se uma relação da Filosofia do Direito com enfoque às metaéticas e à justificação moral.

do universo em expansão e, assim, do questionamento, também, de perspectiva universocêntrica. O Pós-Humanismo questionaria, também, o biocentrismo e a noção de vida ela mesma, tornando difusas as fronteiras entre o animado e o inanimado. Ainda segundo Ferrando, a noção de Pós-Humanismo Crítico, em princípio, seria incompatível às noções de método e de metodologia, na esteira de suas vinculações rizomáticas pós-modernas e a crítica ao conhecimento objetivo e à verdade absoluta como referentes epistêmicos. Ao Pós-Humanismo Crítico não se teriam, assim, caminhos definitivos, mas sim percursos dinâmicos, cambiantes, mutáveis, e o conhecimento do “estado das coisas” é referência para localizar sua mutabilidade constante, suas trajetórias diversas, seus desafios e aberturas de possibilidades; os valores, pois, são entendidos enquanto transicionais e contingentes. Ferrando defende que a ideia de uma “metodologia pós-humanista” – que, em seu discurso, assume mais a feição de um conjunto de advertências epistemológicas – seja adaptável e sensível; complacente em sua própria semiótica, hermenêutica, pragmática, metalinguística, conscientizando-se das possíveis consequências que seus pressupostos poderão acarretar nos níveis político, social, cultural e ecológico. Estes efeitos se baseariam, portanto, no que o Pós-Humanismo sustenta teoricamente: como expressa suas narrativas, como se situa em diversas tradições, por qual linguagem expressa suas contribuições.

§ Postura metodológica do pós-humanismo crítico. Para Ferrando¹³², a postura Pós-Humanista crítica não reconhece qualquer primazia ao texto escrito e dado; é consciente dos múltiplos modos pelos quais sua performance pode se realizar, enredando-se na fusão dos significados. Etnografias de múltiplos territórios e multi-situadas, de tempo-espço difuso e performance autoetnográfica, assim, seriam inspirações aos Pós-Humanistas, eis que veículos de realocação do “Eu” e do Corpo na reflexão acadêmica. No mesmo sentido, admitir-se-iam diferentes formas de transmissão das tradições e do conhecimento, bem como se fomentariam meios amplos de divulgação e de distribuição das pesquisas, por licenças criativas e compartilhamento, por exemplo, além de redes sociais e meios de comunicação contemporâneos. Ainda para Ferrando, nas características de formação histórica do Pós-Humanismo estariam indícios de suas justificativas metodológicas atuais. Para a autora, o Pós-Humanismo teria se originado com a desconstrução radical da noção de “humano” nos anos 1960, tornando-se projeto acadêmico nos anos 1970 e assumido vias de abordagem epistêmica nos anos 1990. Pela primeira vez na história humana registrada um número considerável de pessoas, cujas existências haviam sido sufragadas por uma identidade bem delimitada (masculina, branca, ocidental, heterossexual, fisicamente apta etc.), formularam suas próprias narrativas subjetivas, o que redundou na produção de uma multiplicação efusiva de discursos. A extensa inclusividade do Pós-Humanismo, que lhe confere a característica do perspectivismo, abarca, potencialmente, desde pontos de vista animais até formas de vida ainda desconhecidas, assentando-se, historicamente, na consciência de que “o humano”, ele mesmo, se apreendido fora da figura abstraída, é profundamente perpassado pela diferença, com todas as suas variedades de gêneros, etnias, sociedades e individualidades. O Pós-Humanismo Crítico seria descentralizado e não empregaria, portanto, estratégias de representatividade democrática: nenhum tipo humano específico poderia encarnar simbolicamente a Humanidade como um todo, e espécie alguma de forma inteligente poderia pretender deter uma primazia epistemológica. O Pós-Humanismo Crítico, ainda, seria consciente do papel estratégico da academia no

¹³² FERRANDO, *Ibidem*.

desenvolvimento de práticas culturais de produção do conhecimento, histórica e tradicionalmente realizados por meio de esquemas elitistas e metodologias “ad hoc”.

§ Riscos e advertências da metodologia da pesquisa pós-humanista crítica¹³³. Na práxis da metodologia pós-humanista, adverte Ferrando, haveria muitos riscos de achatamento das diferenças e, também, dificuldades de inclusão das vozes não-humanas. Os pontos de vista não-humanos, atualmente, seriam os de mais difícil captação, dependendo, para sua mínima viabilidade, tanto de posturas empáticas quanto de inferências, limitações epistêmicas estas que, futuramente, poderão ser saneadas por novas tecnologias decorrentes do avanço da inteligência artificial e da robótica voltadas à biologia. Deste modo, formas não-humanas poderiam, então, expressar sua percepção fenomênica da existência em uma mensagem compreensível aos humanos, minimizando-se, assim, a supremacia solipsista humana no domínio intelectual. Além da abordagem das formas não-humanas, Ferrando compreende que as formas humanas necessitariam ser vistas em todo o seu espectro com um igual respeito e consideração. A referência e a citação de diferentes pensadores, de diferentes disciplinas, conhecimentos, experiências e formações, com múltiplos pontos de vista e metodologias, seria recomendável em termos de metodologia pós-humanista, abarcando-se, então, o que historicamente fora enquadrado nas margens do humano e, também, em seu centro, demandando-se, portanto, uma abordagem interseccional. Para Ferrando, a perda da abertura e da inclusividade do Pós-Humanismo Crítico seria a maior das falácias no debate e na literatura pós-humanistas atuais, de modo que a referência estrita a tradições hegemônicas demandaria a precaução (da escolha das fontes, referências e aportes) ante os riscos teóricos e metodológicos desta abordagem. Ferrando prescreve, assim, que a metodologia do Pós-Humanismo Crítico não redunde nem no “Essencialismo Hegemônico”¹³⁴, nem tampouco no “Essencialismo de Resistência”¹³⁵, sob pena de se perder, justamente, aquilo que de

¹³³ FERRANDO, *Ibidem*.

¹³⁴ O risco do “Essencialismo Hegemônico” consistiria no hábito de se referenciar unicamente pensadores, artistas e teóricos que pertencem às hegemonias culturais de qualquer campo. Um texto sobre Pós-Humanismo, nesse sentido, ou seja, que adotasse exclusivamente tais referências, poderia ser pós-humanista em termos temáticos, mas não realizaria, propriamente, o Pós-Humanismo na práxis. Embora se pretenda crítico ao humanismo, ao mesmo tempo segue os preceitos metodológicos deste, evitando o pluralismo metodológico e, sobretudo, epistemológico. Ferrando destaca que a referência a intelectuais, homens e brancos, seria o modo mais comum de incidência deste essencialismo. A falta de situação e mesmo de clareza, pelo autor hipotético deste ponto de vista, é apresentada (até porque muitas vezes nem chega ao plano da consciência) como uma postura “neutra” ou mesmo “universal”. Para a pensadora, o “Essencialismo Hegemônico” veicularia consigo uma não-declarada metodologia racista e sexista – ou, ainda, qualquer outra forma de exclusão –, afirmando, sutil e tacitamente, que nem mulheres, nem negros, nem mulheres negras, por exemplo, seriam relevantes à investigação do tema estudado. Ferrando enfatiza, ainda, que não se trata de se ser “politicamente correto” ou de realizar uma “ação afirmativa” na pesquisa, mas, antes, uma advertência e uma escolha sobre o sentido metodológico pós-humanista de manejo de fontes da pesquisa e de construção da compreensão e dos discursos. Ou seja, diz respeito a um cuidado metodológico e a um modo de se fazer pesquisa coerente com o próprio horizonte das propostas pós-humanistas e de um futuro pós-humano, estimado, em que os limites da compreensão humana seriam expandidos. Em último caso, na intensificação e generalização de seus pressupostos epistemológicos, o Pós-Humanismo Crítico migraria de uma teoria acadêmica para um modo de vida. FERRANDO, *ibidem*.

¹³⁵ O segundo grande risco da metodologia pós-humanista, apontado por Ferrando, seria o do “Essencialismo de Resistência”, menos comum do que o “Essencialismo Hegemônico”, mas, igualmente, problemático em termos de delimitação e de definição dos marcos epistemológicos das pesquisas. Este essencialismo se comunicaria diretamente com a radical desconstrução do humanismo proposta pelo Pós-Humanismo e com as filosofias que o antecederam, dando esta tônica estratégica. Grupos tradicionalmente segregados do conhecimento e do poder, tais como mulheres, etnias marginalizadas, negros, gays, lésbicas, pessoas com diferentes habilidades e outros “outsiders”, teriam retirado seus discursos das “portas dos

original a experiência da pesquisa de Estudos Pós-Humanistas pode oferecer e se diferenciar. Promover a abertura dinâmica e a inclusividade epistemológica, que reflitam a busca intelectual e existencial, seria um dos objetivos distintivos da postura consciente do Pós-Humanismo Crítico. Se os pesquisadores do pós-humano estiverem realmente comprometidos com os cenários do futuro e com os pressupostos do Pós-Humanismo Crítico em toda sua significação potencial, assim como, principalmente, com a práxis pós-humanista e sua aplicação cotidiana e prática, precisarão ter em conta que o futuro é, ele mesmo, expressão no presente, e que quaisquer vieses cognitivos levarão a pesquisa e o discurso a retrocessos e a visões menos acuradas, tendo por referencial os pressupostos e propósitos do próprio campo da pesquisa.

§ **Antiessencialismo.** Ferrando¹³⁶ pondera, dos dois campos de essencialismos (o hegemônico e o de resistência), que ambos não contêm os mesmos riscos teóricos e metodológicos. Os “Essencialismos de Resistência”, na cultura ocidental, seriam mais recentes, tendo sido oficialmente reconhecidos desde meados dos anos 1970. Ferrando recomenda que, pela posição estratégica enquanto resposta ao universalismo das abordagens, se tenha consciência elevada dos discursos hegemônicos aos quais se resiste, na postura proposta por Sandra Harding como “objetividade forte”. Os essencialistas de resistência teriam dado forma às ferramentas críticas que permitiriam a desconstrução do “humano” pelos estudos pós-humanistas. A abordagem pós-humanista, por sua vez, poderia, então, levar o essencialismo de resistência a sair do lugar seguro, ainda que marginalizado, da resistência, de modo a se encontrarem ambientes teóricos que não incluam as “vozes marginalizadas” por razões conservadoras ou para proteção do apagamento e do desprezo destas identidades. Estimam-se, antes, ambientes teóricos com os quais se mesclam perspectivas “com” e “por dentro” as apreensões hegemônicas, assumindo-se os aportes do Pós-Humanismo Crítico a significação de investigações únicas e necessárias para se oferecer narrativas e pesquisas científicas e filosóficas mais profundas, mais conscientes e menos parciais em suas concepções e recortes. Os “Essencialismos Hegemônicos”, diferentemente dos de resistência, concentrados majoritariamente na forma simbólica do homem branco ocidental, apresentaram seus discursos como “verdades objetivas” ao longo da tradição do conhecimento ocidental. Por este assentamento nas mentalidades, suas proposituras recuperam-se rapidamente e retornam com força ante às desconstruções e às críticas fundacionais que eventualmente recebam. Deste modo, preferencialmente, tais abordagens essencialistas precisam ser evitadas justamente pela velocidade elástica de sua restituição. O essencialismo hegemônico, da verdade objetiva, do discurso do homem branco, ainda hoje produz uma falsa sensação de conforto teórico; contudo, neste conforto, perde-se o desafio do

fundos”, das “margens”, do “armário” e, neste movimento de assunção da resistência como meio para se sobreviver ontologicamente e obter a validação da própria existência, acabou-se por produzir, também, alguns outros essencialismos, também exclusivistas, de identidades específicas. Em alguns casos do “Essencialismo de Resistência”, por exemplo, se teria banido a inteira produção de autores de referência no tema da pesquisa, por se ter compreendido que haviam contribuído com a hierarquia epistêmica. Ao mesmo tempo, entre os próprios “novos sujeitos”, estabeleceram-se segregações (“woman only”, “black only”). Ferrando pondera que, a despeito deste risco, há uma atitude de liberdade de crítica (ou uma liberdade do respeito acrílico pelos nomes consagrados) aos grandes nomes que pode se revelar verdadeiramente criativa e libertadora à voz dos novos sujeitos – ao exemplo do trabalho de Carla Lonzi sobre Hegel, como que uma antecipação, no campo teórico feminista, do espírito *punk* contestatório anti-autoritário. FERRANDO, *ibidem*.

¹³⁶ FERRANDO, *op. cit.* p. 16.

conhecimento pós-humanista e, sobretudo, tudo aquilo de novo e de transformador que poderia propiciar.

§ O limite e a vida. Seja na apreensão de Nayar, seja na de Braidotti e mesmo na de Ferrando, pode-se identificar que o Pós-Humanismo Crítico estabelece uma sensível e problematizante relação com a noção de “vida” e seus campos semânticos. Esta noção é especialmente posta em relação com a política e a ética no campo da Biopolítica e, em torno ao problema da tese, desenvolve-se uma abordagem da Biopolítica no capítulo subsequente.



“Uma semana após o terremoto, pessoas ainda ouviam os gritos de centenas de soterrados, provenientes daqueles mesmos escombros. O funcionário da administração municipal, no entanto, mandou isolar a área em torno do hotel, até que lhe informassem que nada mais se movia ali e que mais nenhum som provinha dos destroços”¹³⁷.

2 BIOPOLÍTICA AFIRMATIVA

O Pós-Humanismo Crítico recorre, em suas principais problemáticas, a instâncias de interesse tanto ao Direito quanto à Biopolítica, ou, ainda: estes três campos apresentam elementos em comum suficientes para que se possa apreciá-los em um mesmo cenário teórico a partir de determinada conjunção. A importância de categorias como as “formas de vida”, a “personalidade”, a “cidadania multiespécies” e a “bioética” revelam gânglios temáticos em que as diferentes perspectivas podem convergir em sentidos múltiplos.

Com isso, o Pós-Humanismo pode ser amplificado em sua dimensão biopolítica, o que demanda, neste seu posicionamento específico “entre” dois conhecimentos, uma conexão com a Filosofia do Direito, o que se faz justamente pela apreensão das “formas de vida” pela política – ou, visto de outra maneira, as “formas de vida”, em suas dinâmicas hierárquicas, como verdadeiro combustível aos sistemas de produção da política e da reprodução de outras formas de vida. É dentro do parêntesis Biopolítica e Filosofia do Direito que se pode alocar o Pós-Humanismo Crítico, investigando-se as questões que podem emergir por dentro esta coocorrência.

O objetivo deste capítulo, assim, é o de selecionar um referencial no conhecimento da Biopolítica pelo qual se possa conectar o debate do Pós-Humanismo Crítico à Filosofia Contemporânea do Direito, considerando que os problemas de Pós-Humanismo sejam arranjos de questões sobre vida, poder e tecnologia.

Por isso, foram providências básicas do trabalho deste capítulo o de investigar algumas linhagens teóricas e questões precípuas da Biopolítica, a partir do que se pôde, então, selecionar aquela que, motivadamente, foi possível considerar com melhor potencial de formação do problema da tese, levando-se em conta as restrições do pensamento, em termos éticos e políticos, em decorrência de contexto de seu desenvolvimento em Filosofia do Direito – ou seja, tratou-se de considerar as interrelações impostas pelas interconexões do fenômeno jurídico com as esferas ético-políticas, que demandam interfaces hermenêutico-argumentativas e consciência do universo de justificativas morais.

Como percurso e corpo de premissas deste capítulo partiu-se da íntima conexão verificada entre as questões do Pós-Humanismo Crítico e da discussão sobre a “vida” e “formas de vida”, e seus efeitos éticos e políticos, chegando-se à Biopolítica como campo indispensável para se articular o problema no Direito – que contém em sua tessitura constituinte tanto dimensões intensamente demandadas em Ética quanto em Política, e, também, porque constitui o espaço teórico próprio de produção desta tese.

¹³⁷ BERNHARD, Thomas. **O imitador de vozes**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 126-127.

Analisaram-se, ainda, alguns indícios e jogos conceituais biopolíticos como campo de estudo acerca das diferentes intensidades, rumos e articulações e relações entre noções de “vida” e de “política”.

Dentro do cenário pensado, adotou-se a “Biopolítica Afirmativa”, conforme proposta pelo filósofo italiano Roberto Esposito, principalmente, além de suas qualidades próprias em termos de profundidade teórica e densidade ética, por ser uma posição temperada – e epistemologicamente frutífera em termos de Filosofia do Direito – entre as abordagens da biopolítica negativa, ao estilo do pensador italiano Giorgio Agamben, e da biopolítica afirmativa do filósofo também italiano Antonio Negri, assim como, ainda, por referida abordagem de Esposito representar uma qualificação do debate foucaultiano sobre a “resistência da vida”.

Nesse sentido, compreendeu-se que a “Biopolítica Afirmativa” permite não apenas articular as questões do Pós-Humanismo Crítico como também criar um contexto de aproximação à Filosofia Contemporânea do Direito. Sobretudo, trata-se de uma categoria reflexiva e interpretativa deixada em aberto por seu próprio criador, o que reforça o potencial de exploração, criativo e de pensamento desta linha de orientação não apenas no trabalho da tese propriamente dito, mas como um vetor para se pensar política e Direito em universos mais amplos e mais cotidianos de interações – muito afim, portanto, às noções de “ontologia do presente” posteriormente referenciadas na tese.

O pensamento de Esposito e as diversas operações de desconstrução construtiva que opera na “teologia política” das categorias políticas modernas – e, assim, basicamente, no cerne dos institutos jurídicos – é intensamente desafiador à Filosofia do Direito, à Bioética e às racionalidades normativas em geral.

Seja por força do impolítico, seja pelo impessoal, os paradigmas adotados pelo autor abalam profundamente as estruturas do pensamento político. Contudo, o autor não recai em uma destruição, em pessimismos ou em vazios, e a virtude do seu pensamento está justamente nos movimentos que permite estabelecer, seja como crítica, seja como pensamento radical de toda a matéria-prima da reflexão jurídica – no cerne dos furacões ético-políticos que balançam todas as nossas estruturas de vida.

2.1 PERSPECTIVAS DAS BIOPOLÍTICAS

O objetivo geral desta seção é o de estabelecer brevemente um espectro de referências do pensamento biopolítico, seus elementos e pontos de enfoque na tensão da vida e da política.

A partir desta abordagem mais ampla dos sentidos básicos da discussão biopolítica é que se pretende especificar o enfoque em uma forma própria de configuração teórica e interpretativa, por meio da “Biopolítica Afirmativa” proposta por Roberto Esposito, cujo contexto de produção teórica é igualmente investigado em busca do contexto de formação e produção de sentidos.

Segundo a cartografia da biopolítica proposta pelos pesquisadores Martinez Posada e Guarín Salazar¹³⁸, a análise dos diferentes autores da biopolítica evidenciaria alguns elementos comuns gerais de abordagem.

O olhar sobre as formas de controle sobre a vida da população e dos indivíduos, materializada no corpo seria um traço comum, interpretado de diferentes modos (poder disciplinar, controle biológico, invasão dos indivíduos, transnacionalização do poder), havendo, contudo, uma linha mestra do poder soberano e das políticas de Estado para a vigilância e o controle como elementos da planificação que permitem as formas biopolíticas e bioéticas.

Para os autores, outro traço comum seria uma noção de contraponto e de distinção entre as “políticas sobre a vida”, ou seja, o conjunto de dispositivos de controle, e as “políticas da vida”, em que se identifica que a vida, ao mesmo tempo em que pertence ao poder, é alheia a este como potência criativa, preenchendo toda a existência e, mesmo quando captada pelo poder, o absorve em suas dobras infinitas.

Deste modo, desde as bases foucaultianas, o jogo biopolítico se estabeleceria nesta relação entre o poder absoluto sobre a vida e o poder absoluto da vida.

Nas sociedades globalizadas os eventos biopolíticos se tornariam mais visíveis, assumindo-se, ainda, uma não exclusividade de sua ocorrência no poder soberano, mas também às forças do mercado e aos ditames da sociedade de controle. Deste modo, a biopolítica seria um registro compreensivo das dinâmicas de produção de transformações sociais e, sobretudo, dos sujeitos que são produzidos ao curso delas.

Para Thomas Lemke¹³⁹ a biopolítica é um termo em expansão que abarca um número considerável de diferentes problemáticas políticas, abarcando desde uma referência a organização racional e democrática das condições de vida até questões de eutanásia, eugenia e racismo em diferentes posicionamentos políticos.

A despeito desta expansão semântica e de usos, Lemke destaca haver um caráter conceitual no termo: “a política que se ocupa da vida” seria o primeiro sentido da biopolítica. A partir disso, o autor questiona se não seria tal sentido um tanto óbvio (a política sempre se ocuparia da vida), ou se seria um marco de início do político (a política começa onde se encerra a vida biológica). Biopolítica, então, em um primeiro olhar, seria um oxímoro.

Desta maneira, estabelece que a biopolítica se refere a um campo teórico e empírico que ultrapassa especificidades e alude a uma divisão de tarefas acadêmicas e intelectuais, comportando diferentes conceitos, processos, estruturas, racionalidades, tecnologias, épocas e lapsos.

Cada potencial biopolítico, no entendimento de Lemke, comportaria uma perspectiva e, assim, conteria potenciais analíticos e críticos, bem como pontos cegos, propostas interpretativas fortes e fracas, espaços vazios.

¹³⁸ MARTINEZ POSADA, Jorge Eliécer; GUARIN SALAZAR, Yudy Alejandra. Aproximación a una cartografía conceptual de la biopolítica. **Rev. Latinoam. Bioet.**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 100-117, jul. 2014.

¹³⁹ LEMKE, Thomas. **Introducción a la biopolítica**. Tradução de Lidia Tirado Zedillo. México: FCE, 2017. p. 13-20.

Como primeiro corte, Lemke apresenta a reunião de “vida” e “política” no cerne da “biopolítica”, considerando que uma tônica a um ou outro componente conferiria o caráter de uma ou outra abordagem¹⁴⁰.

As concepções naturalistas entenderiam a vida como fundamento da política (a vida por debaixo da política), considerando os processos de vida como objetos da política, o que permitira, por exemplo, a existência de concepções organicistas do Estado, padrões racistas de argumentação e enfoques biológicos na leitura política.

As concepções políticas, por sua vez, entendem a biopolítica como campo de ação ou ramo da política que regula a consolidação dos processos de vida (a política por cima da vida), sendo uma posição afirmada a partir dos anos 1960 na forma de uma “biopolítica ecológica” – com objetivos conservadores e defensivos dos meios naturais – e uma variante de “biopolítica tecnológica”, com ênfase na dinâmica do desenvolvimento e ampliação econômico-produtiva, com ênfase na inovação biotecnológica.

Para Lemke, ambas tendências seriam superficiais, considerando-se que os processos biopolíticos apresentam, mais do que sobreposições, fronteiras instáveis entre vida e política, indicando-se uma dupla negação: os processos vitais não possuem uma normatividade encerrada ao mesmo tempo em que não se sujeitam por absoluto à política, podendo, inclusive, vir a estimulá-lo.

Sendo assim, a biopolítica diz respeito, mais do que ao soberano por si, aos processos de gestão, regulação e processos de vida populacionais; mais com sujeitos de direito como seres vivos do que como figura abstrata; às ações humanas não como causa e efeito apenas, mas como embrenhadas em formas de conhecimento, estruturas de comunicação e modos de subjetivação¹⁴¹.

Por isso, Lemke argumenta por uma compreensão foucaultiana e relacional da biopolítica, em que a vida integra o limite da política, não lhe sendo nem objeto nem fundamento, demarcando um corte, feito pelos atributos biológicos, na ordem das técnicas políticas, a partir de cuja abstração não singular se podem depreender normas, estandartes, valores, a partir dos quais a vida enquanto realidade coletiva pode ser repensada por seres vivos concretos e singulares, com particularidades de vida individuais. A compreensão foucaultiana, assim, assinala o governo dos seres vivos como evidência biopolítica, com a figura da população sob controle por meio de normas disciplinares, corretivas e normalizadoras¹⁴².

Agamben, Negri e Hardt, para Lemke, teriam tido um importante papel na história da biopolítica, ao atualizar o conceito foucaultiano. Segundo Lemke, as teorias dos autores teria um papel estratégico na delimitação e dissolução de limites: Agamben, ao analisar a separação da “vida nua” (funções biológicas) e vida afirmada na existência jurídica, enquanto Negri e Hardt analisariam a nova etapa da socialização capitalista com a dissolução das fronteiras de economia e política, reprodução e produção¹⁴³.

Além disso, Lemke destaca outros aportes relevantes, mais ou menos vinculados ao conceito foucaultiano: os trabalhos de Agnes Heller e Ferenc Fehér; a política da vida de Anthony Giddens; a biolegitimidade de Didier Fassin, as ideias de política molecular, de tanatopolítica, de antropolítica, de biossociabilidade (Paul Rabinow) e de etopolítica

¹⁴⁰ LEMKE, *op. cit.* p. 15-16.

¹⁴¹ LEMKE, *op. cit.* p. 17.

¹⁴² LEMKE, *op. cit.* p. 17-18.

¹⁴³ LEMKE, *op. cit.* p. 18-19.

(Nikolas Rose). No mesmo sentido, as investigações sobre a politização da vida e sua economização, a política vital, a teoria do capital humano e a bioeconomia. O autor, insiste, ainda, na distinção da Biopolítica e Bioética.

Uma analítica da biopolítica, para Lemke, revelaria novas dimensões do oxímoro: corpo, vida, racionalidades e tecnologias biopolíticas seriam continuidades. É, então, que se abrem os jogos ao invés dos exercícios de controles autoritários: pode-se ordenar e proibir, ou excitar e estimular; pode-se regulamentar e disciplinar, ou ativar e autonomizar; moralizar e normalizar, ou estimular e direcionar¹⁴⁴.

Tendo por compreensão a biologização da política e a politização da biologia, Lemke enfatiza o entendimento da rede dinâmica de relações na biopolítica, sem entidades externas e independentes – mesma compreensão sobre o corpo na biopolítica, visto, para além de uma máquina anatômica ou um substrato físico, como uma rede informativa. Este modo de apreender o problema biopolítico levaria, então, às preocupações com a análise das formas de subjetivação¹⁴⁵ e como estas atuam nos modos de regulação dos processos de vida dos atores individuais e coletivos.

Esta perspectiva de investigação biopolítica, sintetizada por Lemke, envolveria, então, três pressupostos¹⁴⁶: o conhecimento sistemático da “vida” e do “ser vivo” (delimitação de sujeitos e objetos de intervenção biopolítica); o problema do regime da verdade, de seletividade do conhecimento, de vocabulário, disciplinas, conceitos e discursos, bem como do poder e autoridade sobre a vida (análise de estruturas de desigualdade, hierarquia, assimetrias, valorações, crises, padecimentos, benefícios etc.)¹⁴⁷; e as

¹⁴⁴ LEMKE, *op. cit.* p. 145.

¹⁴⁵ CASSIANO, Marcella; FURLAN, Reinaldo. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 373-378, 2013. PIRES, Eduardo Weinhardt. A crise do capitalismo como crise de subjetividade. **Galáxia**, São Paulo, n. 30, p. 191-196, dez. 2015. PALOMBINI, Analice de Lima. Lacan, Deleuze e Guattari: escritas que se falam. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. spe, p. 39-42, 2009. MAGALHAES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Ling. (dis)curso (Impr.)**, Tubarão, v. 10, n. 2, p. 391-408, ago. 2010. PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Sujeição e singularidade nos processos de subjetivação. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 23-38, jan. 2004. CABRAL, Beatriz Ângela Vieira. Presença e Processos de Subjetivação. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 107-120, jun. 2011. SILVA, Alyne Alvarez; MELLO, Ricardo Pimentel. Subjetivação e governamentalidade: questões para a psicologia. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 367-387, ago. 2011. FERREIRA, João Batista de Oliveira. Sobrevivências, clandestinidades, lampejos: o trabalho vivo da criação literária. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. spe, p. 715-728, 2014. STUBS, Roberta; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; PERES, Wiliam Siqueira. A potência do cyborg no agenciamento de modos de subjetivação pós-identitários: conexões parciais entre arte, psicologia e gênero. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 785-801, dez. 2014. BIRMAN, Joel. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1267-1282, dez. 2015.

¹⁴⁶ LEMKE, *op. cit.* p. 146-150.

¹⁴⁷ “O problema do regime de verdade não pode ser separado do poder. Assim se estabelece uma segunda pergunta: como as estratégias de poder mobilizam o conhecimento da vida (e como os processos de poder produzem e difundem formas de conhecimento). Deste modo, podem-se analisar as estruturas de desigualdade, hierarquias de valor e assimetrias que (re)produzem algumas práticas biopolíticas: quais formas de vida são observadas socialmente como valiosas e quais como ‘sem valor de vida’; que crise existencial, quais padecimentos físicos e psíquicos recebem atenção política, médica, científica e social e são consideradas como aceitáveis, relevantes para a investigação e que necessitam de terapia, e quais são descuidados e ignorados; como se inscrevem nos corpos as formas de dominação e os mecanismos de exclusão, experiências de racismo e sexismo e como os transformam (em relação ao estado de saúde, expectativa de vida, aspecto etc.). Também é relevante a ‘economia’ da política da vida: quem se beneficia em qual forma da regularização e otimização dos processos de vida (ganhos financeiros, influência política, reputação científica, prestígio social etc.); quem se encarrega dos custos e por estes sofre (pobreza,

maneiras de subjetivação que se praticam – a existência como modo de elaboração prática sob o jugo de múltiplas autoridades¹⁴⁸.

Lemke destaca que a análise biopolítica permite empiricamente relacionar áreas separadas por critérios disciplinares, administrativos e cognitivos. No contexto biopolítico, separar “vida” e “morte”, “natureza” e “cultura”, “corpo” e “mente” não faz sentido, senão sob compreensão interdisciplinar, contextual, de vários limites, que podem ser explicados historicamente e superados ou deslocados em perspectiva¹⁴⁹.

Lemke enfatiza, ainda, que a análise biopolítica é estrita e crucialmente crítica: “mostra que os fenômenos biopolíticos não são o resultado de impulsos antropológicamente ancorados, de lei evolutivas ou forças políticas universais, senão que apenas podem ser explicados tomando-se por base ações sociais e processos políticos de decisão”¹⁵⁰. Referidos processos não seguem uma lógica universal e necessária, estando sujeitos a racionalidades específicas, preferências institucionais e posições normativas de valor.

Diante disso, “a tarefa de uma analítica da biopolítica é fazer visíveis e patentes as restrições e contingências, exigências e coações inerentes a estes processos”. O momento crítico, assim, se apresenta como o de percepção de novos horizontes por formas de discussão e análise, com uma crítica produtiva e transformativa, não apenas negativa e, tampouco, destrutiva. Para além do uso autoritário da ciência, a análise biopolítica se baseia em posições ético-políticas, em um “ethos” da ontologia crítica de nós mesmo¹⁵¹.

Para além da trivialização e dramatização biopolíticas, seria necessária a constante busca da descrição empírica ante preferências normativas gerais.

Por fim, é a partir do “ethos” crítico da biopolítica que Lemke situa sua relação com a Bioética, uma vez que esta, na avaliação de Lemke, teria dominância institucional e discursiva sobre as relações biopolíticas¹⁵².

enfermidades, doenças, morte prematura etc.); quais formas de exploração e aproveitamento da vida humana e não humana podem ser observadas”. LEMKE, *op. cit.* p. 148.

¹⁴⁸ “[...] o modo como os sujeitos, sob a direção de autoridades científicas, médicas, morais, religiosas e outras sobre a base de ordens corporais e de gênero socialmente efetivas, conceitos de saúde e enfermidade, fazem de sua própria existência o objeto de elaboração prática. Também aqui se estabelece um complexo de questionamentos que novamente abarca apenas uma parte dos temas relevantes: como ocorre o chamado de seres humanos a se comportar de determinada maneira (no caso extremo de, inclusive, morrer para conseguir tais objetivos), em nome da vida (individual e coletiva) e da saúde (a própria, ou da família, do povo, da raça etc.) e ante objetivos definidos (melhora da saúde, prolongação da vida, elevação da qualidade de vida, melhoria genética, crescimento populacional etc.); como são levados a experimentar sua própria vida como ‘valiosa’ ou ‘não valiosa’; como são chamados como membros de uma raça ‘superior’ ou ‘inferior’, um sexo ‘forte’ ou ‘fraco’, um povo ‘florescente’ ou ‘degradado’; como os sujeitos adotam e modificam os modelos científicos de interpretação da ‘vida’ para a própria direção da vida e se compreendem, por exemplo, como organismos regulados por genes, como máquinas neurobiológicas, como corpos compostos cujas partes orgânicas são por princípio substituíveis; como se pode compreender este processo como uma apropriação obstinado-ativa e, justamente, não como uma aceitação receptivo-passiva.” LEMKE, *op. cit.* p. 148-149.

¹⁴⁹ LEMKE, *op. cit.* p. 150.

¹⁵⁰ LEMKE, *op. cit.* p. 150.

¹⁵¹ LEMKE, *op. cit.* p. 150-151.

¹⁵² “Esta [a bioética] contribuiu decisivamente à restrição da discussão pública sobre a relação da vida e da política, já que é conduzida sobretudo por conceitos éticos e como discussão de valores. Se uma análise da biopolítica torna visível a complexidade de uma rede de relações, o discurso bioético suprime regularmente, em sentido contrário, a gênese histórica e o contexto social das inovações biotecnológicas e biomédicas a favor da apresentação de alternativas de decisão. As bases epistemológicas e tecnológicas dos processos de vida restam desatendidas, assim como sua integração às estratégias de poder e às formas de subjetivação.

No centro da bioética se encontra a pergunta: ‘o que devemos fazer?’ Esta reduz os problemas a alternativas que podem ser tratadas e decididas para dar respostas a ‘perguntas posteriores’, enquanto a análise biopolítica lança questionamentos sobre ‘perguntas prévias’. Torna, assim, o olhar agudo para todos aqueles contextos históricos e sistemáticos que ficam fora do marco bioético e suas alternativas pró e contra, inaugurando novos horizontes de perguntas e possibilidades de pensamento, omitindo limites disciplinares e políticos estabelecidos. Uma analítica da biopolítica é um trabalho criativo que problematiza, relaciona o diagnóstico do presente e a orientação do futuro ao desconcertar modelos aparentemente naturais ou evidentes de pensamento e ação e, ainda, convida a outras formas de viver e a viver de outra forma. Neste sentido, uma analítica da biopolítica possui uma dimensão especulativa e experimental: não é a afirmação daquilo que é, mas uma antecipação do que poderia ser de outra maneira¹⁵³.

Deste modo, pode-se considerar que a biopolítica, como função crítica, é especialmente relevante à Filosofia do Direito, especialmente quando, no cerne do Direito, podem-se operar variados dispositivos bioéticos, além da regulação própria da vida decorrente das formas jurídicas e sua regulação social.

2.1.1 Índícios e jogos conceituais biopolíticos

O objetivo específico desta subseção é o de localizar indícios e jogos conceituais do debate biopolítico no contexto da filosofia política contemporânea, para então se localizar a biopolítica afirmativa no cenário.

§ Michel Foucault e o “Nascimento da Biopolítica”. Uma aproximação pertinente ao universo da biopolítica pode se dar por meio da apreensão da linha mestra das elaborações postas por Michel Foucault no conjunto de aulas agrupadas em “Nascimento da Biopolítica” (1978-1979), em especial pela identificação do regime do liberalismo moderno, e sua racionalidade governamental¹⁵⁴ – cuja arte é a de governar com menos governo para conferir maior eficiência – e, ainda, suas práticas de poder neoliberais como modo próprio de conduzir um espectro amplo de relações humanas, incluindo dinâmicas

O acento da bioética se encontra sobre as opções de decisões abstratas, sem que se analise quem submete quais dimensões dos recursos materiais e intelectuais para realmente se utilizar de determinadas ofertas médico-tecnológicas, e a quais coações sociais e expectativas institucionais estão sujeitos os indivíduos no momento de se perceberem as opções disponíveis”. LEMKE, *op. cit.* p. 151.

¹⁵³ LEMKE, *op. cit.* p. 152.

¹⁵⁴ Conforme conceito básico delimitado pelo filósofo francês, o domínio da tecnologia do poder parte de um domínio sobre a vida: “[...] eu entendia por isso a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje” FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 431. Posteriormente, estudos como o de Agamben deflagraram explicitamente, a partir da análise da permanência do paradigma do campo (típico da experiência totalitária nazista) uma dimensão de gestão não apenas da vida, mas, sua contraface concorrente, uma gestão da morte (tanatopolítica), o que também tem fomentado, com ainda mais força, as reflexões na teoria dos Direitos dos Animais.

não econômicas, como delimitação de um modo de governamentalidade, referente à analítica do poder. O biopoder, neste cenário, manifesta-se como tecnologia do poder cujas técnicas incidem em populações (poder *sobre* a vida), deflagrando uma mudança no modo de produção política, passando-se da disciplina no indivíduo, e o poder de morte sobre ele, para o poder sobre conjuntos de indivíduos tomados como processos de vida. A gestão da vida em seus processos mais íntimos, do nascimento, da morte, da reprodução, da saúde etc., tornando-se esta gestão objeto de estruturação de instituições, práticas, discursos, todos incidentes sobre populações, realizando-se o controle por dispositivos de segurança, com calço em discursos científicos, principalmente a medicina e a economia política¹⁵⁵. A inserção dos “problemas específicos da vida e da população” no interior de uma “tecnologia de governo”¹⁵⁶ (liberal) passa a ser o indicativo do problema biopolítico. A governamentalidade¹⁵⁷, assim, assume uma dimensão maior do que a do sistema econômico estrito¹⁵⁸, diante das quais se abrem as preocupações de uma ética do cuidado de si como resistência aos dispositivos de captação e construção das subjetividades na ordem neoliberal¹⁵⁹. Há um importante jogo entre poder soberano e

¹⁵⁵ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 277-293.

¹⁵⁶ “O que deveria ser estudado agora é a maneira como os problemas específicos da vida e da população foram postos no interior de uma tecnologia de governo que, sem ter sempre sido liberal, longe disso, não parou de ser acossada desde o fim do século XVIII pela questão do liberalismo”. FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 439.

¹⁵⁷ “[...] ela [governamentalidade] facultou tratar num mesmo plano de imanência a genealogia da racionalidade política estatal moderna e a constituição ética do indivíduo, a macropolítica e a micropolítica, o governo dos outros e o governo de si mesmo”. CANDIOTTO, César. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, n.1, v.11, p. 33-43, jan.-abr. 2010. p. 43.

¹⁵⁸ “Uma consequência não prevista de uma mudança da governamentalidade para uma análise topológica é a de que ela pode clarear um espaço para uma renovada atenção ao próprio neoliberalismo, o qual, ironicamente, foi obscurecido pelo foco sobre governamentalidade. Afinal de contas, o que é o neoliberalismo na descrição de Foucault? Não é uma forma de conhecimento-poder ou uma espécie de governamentalidade que estabelece as “condições de possibilidade” para pensar e agir de certa maneira. Não é um diagrama de poder ou uma congêrie de elementos técnicos. Ao invés disso, é uma forma de pensar, um tipo de reflexão que visa criticar e remediar mentalités e práticas de governo que se tornaram incertas ou problemáticas. Isso é tornado abundantemente claro pelas análises de Foucault nas conferências de 1978-79, focalizadas predominantemente em pensadores específicos conforme responderam a problemas historicamente situados. À luz dessa constatação, é chocante que, por um lado, muito pouca produção acadêmica ‘foucaultiana’ sobre o neoliberalismo tenha feito do pensamento – como entendido pelo último Foucault – um objeto de análise, e que, por outro lado, a gama de pensadores neoliberais examinada nessa produção tenha sido absurdamente limitada. O fato não surpreende. Como o trabalho “foucaultiano” sobre o neoliberalismo tem sido dominado por um conceito de governamentalidade focalizado sobre as “condições de possibilidade”, o pensamento, per se, aparece como algo passivo e, portanto, talvez como uma coisa não particularmente interessante. Mas, no quadro de uma análise topológica, é precisamente a atividade específica do pensamento que teria de ser examinada para entender o processo de recombinação e reproblemática através do qual o governo contemporâneo – para além do ‘liberalismo avançado’ – está sendo reconfigurado”. COLLIER, Stephen J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da ‘governamentalidade’. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 245-284, jul. 2011. p. 284.

¹⁵⁹ “É na política que a ética e a estética se esboçam e são inventadas, no mesmo instante em que são constituídas as tentativas de nos governarem com sujeições securitárias e medicalizantes. Se querem nos anestesiarem com tecnologias de segurança disciplinares e biopolíticas, será e nos entremeios dessas mesmas linhas que provocamos deslocamentos e tensões acirradas com vistas a criar campos de possibilidades outros de vivermos de outras maneiras. Assim, gostaríamos de finalizar afirmando que a ampliação das leis, das punições e das penalidades mais duras não assegura governos de si e dos outros éticos, apenas responde ao apelo para a vingança e sustenta os afetos reativos dos ressentidos, os quais buscam judicializar tudo e atuar com um direito retributivo legalista e nem sempre ético e/ou como garantia da vida ética pelo campo do Direito”. LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 332-340, ago. 2015. p. 340.

biopolítica¹⁶⁰, especialmente por meio do confronto à microfísica do poder, que impõe uma especial advertência dinâmica ao Direito e ao seu, em termos dworkinianos, Império. Isto não elimina as influências das formas jurídicas do Direito Positivo, mas, ao mesmo tempo, produz uma profunda percepção diferenciada acerca de suas extensões, incidências, capacidade de produzir influências sobre o real, em uma dimensão pouco aferível em sua totalidade, senão por apreensões muito recortadas e controladas de variáveis pontuais sobre uma população ou identidade. Ainda assim, o jogo biopolítico devolve o poder soberano às suas circunscrições menos megalomaniacas em face às suas mais altas abstrações – ainda que potencialmente cogentes – de vigência e produção de efeitos, a maior parte das vezes não realizado em termos de efetividade. Biopolítica, biopoder, biopotência e soberania¹⁶¹ são tópicos de linhas e condensações de forças que orientam não apenas a constituição do poder jurídico quanto, igualmente, os demais feixes de questionamento, renovação, reconstrução e destruição do Direito que, livre de suas amarras metafísicas, pode ser pensado em suas dinâmicas históricas e políticas, assim como em sua dimensão filosófica e axiológica.

§ Política sobre a vida e política da vida. A distinção entre “política sobre a vida” (biopoder) e “política da vida” (biopolítica afirmativa) parece fornecer um dos contrastes mais relevantes não em torno à conformação do problema biopolítico, que está contido em ambas as expressões, mas sobre a sua qualidade propriamente dita em uma dinâmica ou outra de apreensão de relações de forças em curso e que envolvam o fenômeno vida em suas agendas. As práticas de gestão, competência, legitimidade, finalidade e uma série

¹⁶⁰ TRUJILLO, Iván. La soberanía más allá de la instancia del poder y del dominio en torno a la bio-política de Jacques Derrida. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 73-94, jun. 2018.

¹⁶¹ “[...] ao poder sobre a vida, biopoder, responde a potência da vida, biopotência. Ao biopoder responde a biopotência, ao poder sobre a vida responde a potência da vida. Mas esse ‘responde’ não quer dizer uma reação, já que a potência se revela como o avesso mais íntimo, imanente e coextensivo ao próprio poder. Daí a dificuldade hoje de separar o joio do trigo, de saber de que lado estamos. Isso significa, talvez, que a própria vitalidade social, quando dominada pelos poderes que a vampirizam, aparece subitamente como uma potência que já estava lá desde sempre, potência primeira que o poder persegue e sobre a qual ele se constrói e se ancora. Potência primeira, esta da vida, que goza virtualmente de uma força soberana, constitutiva, inaugural e indomável. Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital ou reduzido à mera passividade, ou seja, a vida, aparece nessa segunda leitura como um capital, como a fonte maior de valor, como reservatório inesgotável de sentido, de formas de existência, de direções que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos que pensavam pilotá-la, mesmo quando esses poderes se exercem nas suas modalidades mais acentradas, rizomáticas, imanentes”. PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... **Saude soc.**, São Paulo, v. 24, p. 19-26, jun. 2015. p. 21. Uma análise específica sobre a resistência pode ser vista no caso das escolas colombianas ao recrutamento forçado de crianças, sob o questionamento: “Como resistem estas escolas às políticas da morte y como elas são reconstruídas em circunstâncias de exceção?”. “A escola, ao menos cada um dos professores, pode ser um lugar de ânimo à vida. Uma escola de jogo, aberta, que ressignifica a relação consigo mesmo, com os outros e com o território, em uma ideia muito próxima da ideia filosófica de potência, esta que teriam os sujeitos para aliviar a dor diante do prazer, expressar sua vontade para intervir na regulação de sua própria vida e para restabelecer uma cultura de vida à uma ‘cultura de morte’”; tradução livre de: “La escuela, por lo menos la de cada uno de estos maestros, puede ser un lugar de animación a la vida. Una escuela de juego, abierta, que ressignifica la relación consigo mismo, con los otros y con el territorio, en una idea muy cercana a la idea filosófica de potencia, esa que tendrían los sujetos para relevar el dolor por el goce, expresar su voluntad para intervenir en la regulación de su propia vida y que le apuesta a construir una cultura de la vida para reemplazar la ‘cultura de la muerte’”. CORTES SALCEDO, Amanda; HERNANDO PEREZ, Tito; GUERRA, Luis Francisco. La escuela colombiana: entre la nuda vida y la biopotencia. **Rev. colomb. educ.**, Bogotá, n. 71, p. 383-397, dez. 2016. p. 390.

de outros mecanismos se comporta de um modo quando se pensam em políticas “sobre” a vida e de outro modo em termos de políticas “da” vida.

§ Tecnopolítica¹⁶². O aporte da tecnopolítica é importante pelo enfoque sobre o papel das redes tecnológicas na afirmação das redes de poder¹⁶³. As mentes coletivas, as redes mentais individuais unidas, assim como as redes de poder econômico, financeiro, empresarial, cultural etc. e os trânsitos dos indivíduos por essas redes são objeto de estudo. A supremacia e o funcionamento destas redes, por regras próprias autônomas, pode originar dinâmicas do político descolado de suas vocações democráticas, produzindo-se sistemas tecnocráticos tão elevados que instituem tecnopólios de devoção da vida e do trabalho humanos. O Tecnopólio informa um movimento de passagem das ferramentas à tecnocracia, da tecnocracia ao tecnopólio como possível referencial para análise ideológica, histórica e social do avanço tecnológico nas sociedades. Nesse sentido, para Neil Postman, em muitos momentos se poderia perceber uma ascendência da tecnologia sobre o homem, invertendo-se a expectativa de que as ferramentas serviriam aos interesses humanos. Nesse sentido, no tecnopólio as pessoas estariam alienadas aos meios tecnológicos de modo que não mais perceberiam as mitologias da tecnologia, inserindo-se, então, como simples autômatos de continuidade mecânica das técnicas e, assim, assujeitadas à manipulação por grupos de interesse que dominem a produção e disseminação de tais tecnologias, especialmente da informação e comunicação. O tecnopólio, assim, concorreria com a tecnocracia (ciência e tecnologia como forças determinantes do conhecimento e da verdade), associando-se às telecomunicações em uma avalanche informacional. Por isso, o autor recomenda que se mantenha uma postura crítica diante deste movimento cultural sob o critério da humanização da máquina ou da maquinização do homem, devendo-se perguntar pela tendência ideológica e visão de mundo que o meio tecnológico a que se estiver sujeito contém. A busca do elo humano, a coerência na solução de problemas existenciais e práticos, as vinculações das informações às teorias, propósitos, enfim, o questionamento sobre a informação em sua natureza e finalidade, seria uma medida de resistência ao Tecnopólio, que hoje se afirma também ciberpolítico.

§ Zoopolítica¹⁶⁴. Muitas são as linhas coerentes ao Pós-Humanismo como orquestração de arranjos de Vida, Poder e Tecnologia que podem ser pensados, e que colocam elementos em linha de definição das práticas políticas cujos atravessamentos dizem respeito a um tipo de complexidade especialmente significativa em termos de Pós-Humanismo Crítico. O confronto destas outras abordagens sobre o fenômeno político e seu campo de forças e interações permite visualizar como a política pode se perpassar por diferentes orientações, incidindo sobre diferentes campos e se manifestando por

¹⁶² CUPANI, Alberto. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. *Sci. stud.* [online]. 2004, vol.2, n.4, p. 493-518. CASTELLS, Manuel. *Redes de indignacion y esperanza: los movimientos sociales en la era de internet*. Madrid: Alianza, 2012. CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza, 2009. POSTMAN, Neil. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994. SANTOS, Laymert Garcia. Demasiadamente pós-humano. *Revista Novos estudos*, n. 72, CEBRAP, jul. 2005. p. 161-175.

¹⁶³ FELICE, Massimo Di; PIREDDU, Mario. [Org.]. *Pós-humanismo*. As relações entre o humano e a técnica na época das redes. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

¹⁶⁴ VACCARO, Salvo. Biopolítica e zoopolítica. In: *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 37, n. 2, 2011. p. 41-58.

diferentes aparatos tecnológicos, incluindo aqueles simbólicos, percorrendo e inscrevendo-se, assim, nos corpos, expressando concepções e valorações da vida nestes sistemas. O autor compreende que a questão biopolítica leva ao extremo as investigações sobre os vínculos entre a animalidade¹⁶⁵ e a condição humana, manifestando-se, assim, o liame da vida e da política, de sorte a se estabelecer um precedente ao pós-humanismo: uma consideração zoopolítica antecede qualquer consideração pós-humanista. Em suma, para o autor, a relação entre vida e política – desnaturalização e afirmação ontológica – se dá pela determinação, pela política, da forma de vida possível, por meio do controle, da formatação e da domesticação da vida, em um claro posicionamento hierárquico homem-animal, segundo o princípio de que “[...] o poder *da* vida sempre propenso a declinar-se em poder *sobre* a vida”. O rumo da biopolítica, assim, na análise de Foucault acerca das mudanças da soberania medieval à moderna, seria do poder de causar a morte ou deixar viver ao poder de causar a vida ou devolver à morte, por meio da tecnologia do biopoder e governamentalidade típica da passagem do Estado absolutista ao liberal, mas também expressas enquanto biopolíticas genocídrias no dito terceiro mundo, o que indica haver uma tanatopolítica. A animalidade e sua problemática ético-jurídica, assim, emergiria da cisão cartesiana de pessoa e corpo, assim como a divisão contemporânea do animal interior ao humano, inconsciente, em confronto ao cerebral-racional, o que permitiria, na própria humanidade, um julgamento animal-humano – o “não passa de um animal” é primeiro passo da barbárie. Biopolítica, assim, se torna bioeconomia, ou seja, determinação política de qual vida é valorizada por meio de técnicas gerenciais de integração, com o efeito decorrente de os homens se dominarem entre si, por meio de medidas de valor e de elevação de uns sobre os outros, em níveis de animalização do outro. O debate, assim, passa, na modernidade, por Descartes, com a referida cisão corpo e pessoa, bem como destaca Vaccaro, Tomas Hobbes, para quem seria o humano impossível, enunciável apenas a partir da sua animalidade, ao compasso de Kant ter destacado que impossível seria o animal, posta a superioridade absoluta da razão, ao cabo do que Vaccaro destaca o argumento de Derrida, para quem a socialização da cultura seria justamente a domesticação do animal humano, razão pela qual a política pressuporia o rebanho, o que se intensificaria nas práticas do zoológico (tratamento do humano ao animal) e da clínica psiquiátrica, noção essencial para a definição de soberania, ao exemplo da imagem cristã do poder pastoral, então secularizado no Estado moderno. Ainda segundo leitura de Vaccaro a disciplina, internalização da biopolítica, a obediência voluntária e desejada da domesticação no exercício antropológico, razão pela qual destaca o pensador alemão Peter Sloterdijk¹⁶⁶, mencionando, em especial, o livro “Regras para o parque humano”, de 1999, este parque pensado como espaço societário de exercício do poder e autoridade, domesticação do ser, a partir do corte platônico dos seres pensantes (animais que adestram, com superioridade decorrente de sua razão) e dos não-

¹⁶⁵ HARAWAY, Donna. **The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

¹⁶⁶ Conforme destacou Sloterdijk, ter-se-ia passado, inevitavelmente, da formação humanista pela leitura, ao exemplo da linguagem nas Cartas sobre o Humanismo de Heidegger, marca do projeto humanista republicano platônico que, ademais, a despeito de seu louvor pela cultura, educação e literatura, não obistou a colonização, a escravidão, a violência bruta, o genocídio – um fracasso do humanismo, portanto, e das técnicas de domesticação do animal do humano, uma inconciliação de “humanitas” e “animalitas” – para o mecanismo de seleção genética, o que gerou, por exemplo, a oposição de Habermas (para quem qualquer exaltação da manipulação genética deveria ser balizada pela advertência histórica do aterrorizante passado nazista naquele país). HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. São Paulo: Centauro, 2005. SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta a carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Estação Liberdade, 2000. HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**. A caminho da eugenia liberal? Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004. FUKUYAMA, Francis. **Nosso futuro pós-humano**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

pensantes (animais que não-adestram), imposta pela violência e aculturação. A relação, assim, de animalidade e humanidade, dar-se-ia ao adestramento e domaço pelas vias da educação, capturando-se o vivo, para a política, com a finalidade de torná-lo disponível. Neste contexto, Vaccaro destaca o entendimento de Roberto Esposito, dando sequência à noção nietzscheana de vontade de potência, apontando para o princípio do devir da vontade de potência, de modo que a potencialização da vida leva à uma dinâmica de ultrapassagem, ampliando-se drasticamente seus próprios limites e potenciais, em um constante escapar de seus limites de vínculo, objetivação e substanciação. Finaliza Vaccaro que “[...] a conexão e desconexão dos laços societários tornam-se com isso a dinâmica móvel das relações de forças em um contexto de associação que excede qualquer forma-de-vida social dada e, por conseguinte, com mais razão, toda organização estatal num momento político”, compreendendo que uma visão zoopolítica necessita integrar “séries infinitas de heterotopias”, de modo que seja possível a afirmação do múltiplo, da diferença, das infinitas combinações do possível, sendo assim factível ao vivo exercer-se na contingência ampla, forças em constantes novas alianças precárias, destituindo-se o Uno e a Unidade do político ao qual o zoopolítico tem servido.

§ “Neoliberalismo” e “Capitalismo”. O conceito de “neoliberalismo” é um dos elementos principais da crítica aos Estudos Críticos, sobretudo pela alegação de uma polissemia e de uma fluidez nos usos da expressão como ponto focal de oposição dos Estudos Críticos. Embora o recorte interseccional, que é recorrente neste tipo de Estudos, seja da ordem identitária e pós-identitária e não se reduza à apreensão do elemento “classe” exclusivamente, ou tome este conflito sobre demais conflitos de ordem identitária e, ainda, não aceitando explicações estruturais da dinâmica cultural a partir de critérios econômicos exclusivamente, tem-se que a questão do neoliberalismo e do capitalismo¹⁶⁷ contemporâneo atravesse em vários momentos os objetos e os sentidos das

¹⁶⁷ OLIVIER, Bert. The subject: Deleuze-Guattari and/or Lacan (in the time of capitalism)? **Phronimon**, Pretoria, v. 15, n. 1, p. 46-66, jan. 2014. ROSSI, Luis Sebastián Ramón. Deleuze: cartografia genealógica del capitalismo contemporáneo. **Cienc. docencia tecnol.**, Concepción del Uruguay, n. 55, p. 195-201, nov. 2017. MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-146, jan. 2018. GRACIDA, Elsa. Las grandes crisis del capitalismo contemporáneo. **Am. Lat. Hist. Econ**, México, n. 36, p. 238-242, dez. 2011. ROJAS, David. El TLC: poder y representación en el capitalismo contemporáneo. **Colomb.Int.**, Bogotá, n. 61, p. 116-133, jan. 2005. LAZZARATO, Mauricio. El funcionamiento de los signos y de las semióticas en el capitalismo contemporáneo. **Palabra Clave**, Chia, v. 15, n. 3, p. 713-725, dez. 2012. SOTELO VALENCIA, Adrián. El capitalismo contemporáneo en el horizonte de la teoría de la dependencia. **Argumentos (Méx.)**, México, v. 26, n. 72, p. 77-95, ago. 2013. SANTOS, Reginaldo Souza [et al]. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1011-1034, dez. 2016. MADARIAGA, Aldo. Variedades de capitalismo y sus contribuciones al estudio del desarrollo en América Latina. **Polít. gob**, México, v. 25, n. 2, p. 441-468, dez. 2018. RAQUEL, Fernanda. Dormir, talvez sonhar: temporalidade, percepção e resistência. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, n. 32, p. 201-205, ago. 2016. FAIR, Hernán. La elusión del síntoma social del capitalismo contemporáneo. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 14, n. 46, p. 83-99, set. 2009. GARCÉS V., Fernando. Herramientas para pensar la globalización, el capitalismo y la cultura sin morir en el intento. **Punto Cero**, Cochabamba, v. 11, n. 12, p. 43-58, jan. 2006. MELO, Rúion. Crítica e contradição: qual herança marxista? **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 90, p. 21-32, jul. 2011. MARQUEZ COVARRUBIAS, Humberto. La gran crisis del capitalismo neoliberal. **Andamios**, México, v. 7, n. 13, p. 57-84, ago. 2010. KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 240-249, 2010. CAMPOS, Celia Maria Sivalli; VIANA, Nildo; SOARES, Cassia Baldini. Mudanças no capitalismo contemporâneo e seu impacto sobre as políticas estatais: o SUS em debate. **Saude soc.**, São Paulo, v. 24, p. 82-91, jun. 2015. ANDRADE, Thales Novaes de. Diferentes enfoques sobre o controle e a autonomia da atividade tecnológica no capitalismo atual. **Soc. estado.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 829-861, dez.

pesquisas, críticas e apreensões. O neoliberalismo, contudo, e suas influências em termos de uma normatividade que ultrapassa os limites de uma compreensão de teoria econômica se apresenta de modo decisivo em outros campos de regramento social, no que se pode destacar a demanda identitária e também a normatividade jurídica. Nesse sentido, o neoliberalismo como indicativo polissêmico de uma pauta de prioridades da ordem política, do poder soberano e do Direito, assim como de uma estrutura de valores socialmente partilhada, apresenta-se como um dos pontos centrais aos problemas dos Estudos Críticos e, neste contexto, ao Pós-Humanismo Crítico. A microfísica do poder, igualmente, é perpassada por estes fios da “ideologia” neoliberal, assim como o poder soberano costura suas estratégias, mas em ambas as esferas de normatividades, inegavelmente, se podem abrir pontos de resistência e oposição. Não se trata, portanto, de abrir uma linha de confronto entre modelos econômicos (pense-se em Socialismo, Comunismo, Capitalismo ou afins, e que contemporaneamente são utilizados para obnubilar os contextos de discussão) que, nos cenários biopolíticos, indubitavelmente assumem a feição não apenas de modos de produção e de estabelecimento de classes, mas também de assujeitamento¹⁶⁸, de formação das subjetividades¹⁶⁹, de hierarquização, padronização e normatização de modos de vida. Neste cerne biopolítico, o problema neoliberal assume uma dimensão que, inclusive, toca o interesse democrático em razão

2009. NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, p. 14-20, 2007. WOLF, Paulo José Whitaker; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Econ. soc.**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 661-694, dez. 2016. ACCO, MARCO ANTONIO. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. **Brazil. J. Polit. Econ.**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 708-730, out. 2018. FIORI, José Luiz. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, p. 129-147, 1997.

¹⁶⁸ “A inesgotável capacidade da máquina capitalista de se renovar, de operar como superfície de registro, conformação e controle das práticas subversivas coloca a todo o tempo o risco de esvaziamento das resistências. É preciso um trabalho constante de mapeamento das linhas do biopoder, e de seus efeitos sobre os corpos e as possibilidades de existência. Nesse sentido, acredito que a construção de práticas educativas potentes, na atualidade, demanda repensarmos os modos como lidamos com o corpo, o tempo, a informação e o trabalho. Os modos como favorecemos e permitimos, através de nossas escolhas e renúncias, que experiências intensas e potentes aconteçam. Os modos como resistimos ao que nos é apresentado como único (ou melhor) jeito de fazer e saber, como aprendemos e assumimos corajosamente lugares que são também de negação das lógicas instituídas. Certamente, há ainda outras tantas formas biopolíticas que nos convém identificar e examinar, bem como estratégias a se inventar, nesse movimento contínuo que é a produção da existência. E, no caso da educação, a tarefa adicional de atentar para o risco de enrijecimento das práticas e para as formas de assujeitamento que elas implicam. Independente do corpo que se ocupe - corpo docente, discente, técnico e administrativo - atentar para não acabar reforçando o negativo, abarrotar as outras pessoas com demandas, prazos e modos de fazer que digam respeito não a aprender e criar potência, mas a servir de correia de transmissão que responde obediente à máquina burocrática, cumprindo o papel de bom funcionário ou bom estudante. Aprender a dizer não para as engrenagens do biopoder, a expurgar de si mesmo a culpa, a vontade e a cobrança de seguir os modelos de sucesso. Aprender a reconstruir a relação com o tempo vivido, a desacelerar o tempo, ponderar-lhe as utilidades, a racionalidade e a linearidade; restituir-lhe a duração e as intensidades. Cultivar o inútil. Aprender devagar, a partir da experiência. Buscar a singularidade, dar passagem aos afetos, buscar respostas próprias aos problemas que devem, também, ser colocados com formas próprias”. MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1537-1554, out. 2018. p. 1554.

¹⁶⁹ “A medicina emerge como um exemplo imemorable para revelar o caráter técnico da subjetividade. O melhor testemunho disto é tangível nos corpos da atualidade”. Tradução livre de: “La medicina deviene como un ejemplo inmejorable para revelar el carácter técnico de la subjetividad. El mejor testimonio de ello se hace tangible en los cuerpos de la actualidad.”. ESTRADA MESA, Diego Alejandro. La medicina como producción de subjetividad. Una aproximación a Michel Foucault. **Escritos - Fac. Filos. Let. Univ. Pontif. Bolívar.**, Bogotá, v. 23, n. 51, p. 331-355, dez. 2015. p. 355.

do totalitarismo do mercado e sua dinâmica normativa formal muito distinta do regime jurídico de Direito Público¹⁷⁰, por exemplo, o qual informa, limita e, mais do que isso, determina a racionalidade pública em sentido tanto formal quanto material, por força da hierarquia de fontes e das relações normativas substanciais – o que, ademais, toca a esfera privada por meio de teorias como a eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Ao mesmo tempo, esta inserção no plano de reflexão devolve ao pensamento sobre o Direito o sentido de regras e princípios vigentes, assim como o próprio modelo constitucional, de um Estado Social e Democrático de Direito que não se opõe à Economia de Mercado¹⁷¹, tensionando tanto direitos individuais quanto direitos econômicos, sociais e culturais em torno a um mesmo ordenamento.

§ Neoliberalismo global. Para o pesquisador Quinn Slobodian¹⁷² o neoliberalismo seria marcado por uma ruptura institucional, visível na atuação de políticos como Ronald Reagan, Deng Xiaoping, Augusto Pinochet e Margaret Thatcher, entre outros, com o consenso social-democrata pós-1945, o sindicalismo e a ideia de justiça distributiva, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. A orientação política desta formação do poder se daria, então, em uma visão distinta do Estado, não mais vinculado à condução econômica, à busca do emprego seguro, à proteção dos direitos dos trabalhadores e a busca de igualdade material. A questão se cingiria à construção de políticas de flexibilização do emprego e dos direitos trabalhistas, da promoção dos direitos empresariais e da assunção natural da desigualdade material como inevitável, abrindo-se dramas como “esquerda” versus “direita”, “capitalismo autoritário” versus “capitalismo-providência”, com especial interveniência de entes como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Para Slobodian, os pensadores neoliberais começam com o projeto-mundo muito antes de se pensar realidades locais. O neoliberalismo dos anos 1930 seria aquele Pós Revolução Russa, pós Crise da Bolsa de 1929 e Grande Depressão, de modo que o temor era o da interrupção da interdependência global em razão de projetos nacionais e tentativas de autossuficiência locais. Nos anos 1950 e 1960, ao seu turno, o temor teórico era o da segmentação da economia internacional por meio da proteção interna das econômicas das nações pós-coloniais, criando-se indústrias próprias e sustentabilidade interna, o que levaria o discurso neoliberal a buscar a proteção dos direitos do capital e a salvaguarda das condições de livre comércio e o menor número de

¹⁷⁰ “Em mais um editorial de primeira página do ‘Die Zeit’, Assheuer afirma que as vagas metáforas de genética que Sloterdijk alinha em nome de um acerto de contas com o ‘Humanismo’ derogado não são outra coisa senão a expressão acabada da legitimação da injustiça social que se segue ao desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social. Com o fim dessa medida de justiça, os mais fracos serão e já estão sendo de fato exterminados pela economia global. Se o humanismo está liquidado, se no lugar da ideologia e da política temos a genética, então o desemprego em massa não é mais um escândalo, e, portanto, Sloterdijk teria finalmente dado forma mental à Nova República Berlimense”. GALISI FILHO, José. O escândalo do nazismo de cara nova. Caderno Mais, **Folha de São Paulo**, Domingo, 10 de outubro de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1010199908.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

¹⁷¹ “Mais do que nunca, o poder econômico parece ter se tornado poder político, enquanto os cidadãos parecem estar quase inteiramente despojados de suas defesas democráticas e de sua capacidade de imprimir à economia interesses e demandas que são incomparáveis com os dos detentores de capital. De fato, levando em conta a sucessão das crises do capitalismo democrático desde os anos 1970, parece haver uma possibilidade real de um novo arranjo - mesmo que temporário - do conflito social no capitalismo avançado, desta vez inteiramente a favor das classes proprietárias ora firmemente entrincheiradas em sua fortaleza politicamente indevassável: a indústria financeira internacional”. STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 35-56, mar. 2012. p. 56.

¹⁷² SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: the End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Londres: Harvard University Press, 2018

entraves na escala global, por meio de entidades como a Organização Mundial do Comércio e a Organização Internacional do Trabalho. O neoliberalismo, assim, na teoria de Slobodian, seria um projeto desde o início global, cuja preocupação central fora a proteção das condições de interdependência da economia global, após o fim dos Impérios coloniais e das Guerras Mundiais, cuja descolonização ameaçaria a existência econômica constitutiva do neoliberalismo. Slobodian destaca a polissemia do “neoliberalismo” (e suas diferentes agendas, por exemplo, pelas Escola de Virgínia, Escola de Chicago, Escola de Genebra) e os conflitos valorativos utilizados em seu uso. Nesse sentido, o autor prefere compreender o termo não como negação radical da regulação econômica, mas como uma forma de regulação econômica entre outras, não sendo, ademais, a única variedade do capitalismo, derradeira e definitiva, havendo muitos arranjos possíveis de economia política, in comportáveis em expressões como “era neoliberal” ou “idade neoliberal”. Relacionando “neoliberalismo” e “democracia”, Slobodian destaca a relevância da legitimidade democrática como componente institucional indispensável para conferir força às instituições destinadas ao relacionamento e regulação econômicos, o que se apresentaria em processo de “despolitização” das relações políticas e econômicas. O autor enfatiza a tendência atual de os líderes políticos mundiais não prestarem obediência e referência aos direitos humanos, ao Estado de Direito, aos princípios de livre mercado, rompendo-se, assim, inclusive com valores do próprio neoliberalismo naquilo que lhes garantia o projeto global, qual seja, o compromisso com instituições supranacionais, com o comércio livre, com a liberdade de investimentos, com a falta de intenção de dissociar o mundo privado do público, o *dominium* do *imperium*. Nesse sentido, haveria espaços para programas progressistas ou mesmo de esquerda dentro de um universo neoliberal, até porque o autor reconhece avanços, no plano das instituições internacionais, em torno a direitos do trabalho e de proteção ambiental, sendo que a situação destes direitos seria uma questão de veículo político para defesa de tais direitos, razão pela qual o autor-pesquisador revela uma postura de otimismo melancólico quanto ao manejo destes direitos, cuja historicidade não se explica por deducionismos e está aberta à novidade do futuro. O neoliberalismo enquanto projeto global, assim, ainda, se assentaria no federalismo competitivo, cujo direito central é o de partir (e não o de ficar), de sorte que a garantia que se busca ao capital é o direito de partir, abrir espaços de competição evolucionária, paraísos fiscais, zonas de escape, zonas econômicas especiais, o que induziria à negação de uma ordem econômica legal internacional. Para Slobodian, “globalização” e “liberalismo”, em suas formas, incluindo aquelas marcadas pelo “neo”, não seriam processos inseparáveis, de modo que se poderia pensar em “globalização iliberal ou não liberal”, por exemplo, do mesmo modo que uma sociedade global não democrática de direito privada também seria pensável, com a eliminação do governo representativo e a arbitragem universal, ou o “capitalismo de Estado” chinês, com a coligação dos interesses privados e do Estado, em forma, inclusive, compatível com o comércio globalizado. Para o autor, nestes arranjos possíveis, contudo, a eliminação da “democracia” representaria um problema não à globalização, mas ao liberalismo (risco que os modelos libertário radical e de capitalismo de estado radical estariam dispostos a correr), pois ao liberalismo, por mais que dispositivos daquela sejam problemáticos, seriam necessários pontos de esteio democráticos. O interesse do neoliberalismo global teria se tornado, então, como se obter benefícios do capitalismo controlando-se o potencial disruptivo da democracia, colocando os mercados a funcionarem, de modo que o desafio intelectual do neoliberalismo global no Século XXI seria justamente o da sua relação com a democracia, ou seja, como se equalizam forças de mercado e forças democráticas. Para Slobodian, a atual ordem do neoliberalismo

mundial¹⁷³ estaria envolta em fantasmas que se acreditavam esquecidos e o futuro com sua presença se torna um tanto incerta em termos da condução dos princípios da justiça social, dos direitos dos trabalhadores, da dignidade do trabalho, da proteção da livre circulação de bens.

§ Totalitarismos de Estado e de Mercado. Nas Críticas ao Pós-Humanismo verificou-se o ponto da compreensão do conceito e entendimento do “neoliberalismo”¹⁷⁴ como um dos elementos tanto da crítica feita aos Estudos Críticos quanto da crítica social elaborada pelos Estudos Críticos em torno às formas de governamentalidade e assujeitamento. No contexto biopolítico e na Filosofia Política, nota-se uma tensão constante entre “totalitarismo” e “democracia” – seja em qual dimensão se possam utilizar estes conceitos interpretativos – que é patente, também, nas diferentes abordagens biopolíticas, nas quais parece assumir relevante e distinta significação pela inclusão do elemento da “vida” no equacionamento da análise do campo de forças da política. A governamentalidade de partido e a governamentalidade de mercado, enquanto noções sobre a extensão e a apropriação de formas de vida por meio de políticas estruturadas, tornam-se confusas (ou identificadas) em seus propósitos e atuações quando suas normatividades apreendem o fenômeno da vida a tal ponto em que o indivíduo, o sujeito ou a expressão singular de cada um ficam apreendidos e revestidos no corpo de regras a tal ponto que não restam muitas saídas senão a existência em movimentos de inclusão e de exclusão mais ou menos severos e mortíferos, seja no Estado de Direito, seja no mercado governo.

¹⁷³ Entrevista de Quinn Slobodian. A mais eficiente crítica ao globalismo neoliberal não veio da esquerda mas da direita. **Público PT**. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2018/09/02/mundo/entrevista/a-mais-eficiente-critica-ao-globalismo-neoliberal-nao-veio-da-esquerda-mas-da-direita-1842596>>. Acesso em: 15 maio 2019.

¹⁷⁴ Outro elemento pode ser destacado, em linha semelhante de compreensão, acaso se adote o conceito de “pós-neoliberalismo”. Para os autores que adotam esta terminologia, haveria uma importante presença, neste contexto, da forma-empresa como mecanismo hegemônico de organização social, com relevância ao trabalho identitário dos sujeitos, interpelados pelo discurso da forma-empresa e seus significantes, no intento de produzir experiências estáveis que, contudo, são destinadas a tropeços e cujos recursos simbólicos não encaixam, sobretudo pela sobreposição dos discursos da empresa na prática estatal. A hibridez da utilização de formas burocráticas para visar fins pós-burocráticos emergem como metáfora do próprio processo subjetivo. O sujeito-empresário e o sujeito-servidor-público, assim, assentam-se em uma constante produção inconsistente da identidade, da vigência de si e da trajetória própria. VALENZUELA, Francisco; SANCHEZ, Gustavo. Una interpretación lacaniana del trabajo identitario en el Estado emprendedor: El caso de Chile. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 17, n. 3, p. 64-74, nov. 2018. p. 73-74. Também: FERNANDEZ, Víctor Ramiro; SEILER, Cristhian Rubén. Procesos de acumulación, industria y Pyme: El caso argentino y los límites del neodesarrollismo. **Soc. Econ.**, Cali, n. 30, p. 225-253, jan. 2016. NERCESIAN, Inés. Debates en torno a los gobiernos posneoliberales: Un estado de la cuestión. **Rev. Pilquen. secc. cienc. soc.**, Viedma, v. 20, n. 3, p. 1-18, set. 2017. BELLONI, Paula; WAINER, Andrés. El rol del capital extranjero y su inserción en la América del Sur posneoliberal. **Prob. Des**, México, v. 45, n. 177, p. 87-112, jun. 2014. BELLONI, Paula; PEINADO, Guillermo. Inserción externa, capitales transnacionales e intercambio ecológicamente desigual en la América del Sur posneoliberal. **Soc. Econ.**, Cali, n. 25, p. 15-38, dez. 2013. SORIANO HERNANDEZ, Silvia. La democracia disciplinaria: El proyecto posneoliberal para América Latina. **Latinoamérica**, México, n. 55, p. 316-322, dez. 2012. VECINDAY, Laura. La orientación de la política social en el ciclo de recuperación "posneoliberal" en Uruguay (2005-2015). **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 245-264, ago. 2017. MARQUEZ COVARRUBIAS, Humberto. La gran crisis del capitalismo neoliberal. **Andamios**, México, v. 7, n. 13, p. 57-84, ago. 2010.

2.2 DO IMPOLÍTICO À FILOSOFIA DO BÍOS

O objetivo geral desta subseção é o de analisar brevemente alguns momentos do pensamento político de Roberto Esposito, envolvendo-se principais conceitos, temas, motes e paradigmas relacionados ao recorte da pesquisa.

Nesse sentido, pretende-se destacar a construção estética e teórica do autor, com movimentos de torsão e inversão de conceitos, sem redundar em movimentos dialéticos de tese, síntese e antítese, assim como a sua peculiar construção modular das ideias, que permitem leituras originais e nova propostas sobre conceitos consagrados na Filosofia Política ocidental.

O foco finalístico desta abordagem é o de se aproximar à noção espositiana de “biopolítica afirmativa” que, sendo uma referência ainda em aberto, permite articular diferentes especulações relevantes, inclusive, em movimento da Filosofia do Direito.

2.2.1 O pensamento político de Roberto Esposito

Esta subseção se dedica ao pensamento político de Roberto Esposito e seus principais conceitos, em especial aqueles que se relacionam diretamente aos fundamentos da noção de “Biopolítica Afirmativa”. Para o filósofo italiano, o fio biopolítico perpassa todas as categorias da política moderna, sendo que tais conceitos não estariam fadados ao desaparecimento, apesar de seus novos arranjos contemporâneos. Ao exemplo dos direitos humanos, cuja fonte de validação é a determinação dos sujeitos jurídicos com referência aos indivíduos definidos por sua condição de ser vivente, ou o dispositivo biopolítico da soberania, estaria a política atual perpassada pela semântica moderna, o que demandaria novas construções filosóficas e práticas aptas ao enfrentamento destes novos cenários.

§ Impolítico. A categoria de filosofia política do “impolítico” pode ser compreendida, no pensamento de Esposito¹⁷⁵, como um movimento de identificação da inevitabilidade da política na vida social, chegando-se a um grau elevado de realismo, seguido de uma postura de esvaziamento da Teologia Política acoplada na mimese criativa desta realidade. Tal Teologia Política se apresenta na Filosofia Política moderna – e também na política – por meio de um léxico que foi se esvaziando na experiência histórica e que, hoje, encontra-se igualmente ainda sob suspeita, demandando novos olhares que operem o descentramento das pretensões de ordem e ordenação – dado essencial ao pensamento jurídico – para um aprofundamento nas questões de fundo, em torno à conflituosidade. Este enfoque no “conflito” demarca o espaço democrático em seu campo tensional, arrastando consigo o questionamento da forma do sujeito, da subjetividade¹⁷⁶ e do

¹⁷⁵ ESPOSITO, Roberto. *Categorie dell'impolitico*. 2. ed. Bologna: Mulino, 1999.

¹⁷⁶ A ideia de subjetividade é repensada pelo Pós-Humanismo Crítico, encarando-se a possível subjetividade humana como uma assemblagem de máquina e animal. No mesmo sentido, expande-se a definição da vida, assim como a responsabilidade ética e moral é amplificada em relação às formas de vida não-humanas, em que as espécies se embarçam e se misturam. O Pós-Humanismo Crítico também informa a esfera da política, principalmente por questionar a ordem hierárquica cultural dos sistemas de vida, o que envolve uma ordem de explorações e de erradicações de formas de vida. O entrecruzamento de

impróprio decorrente das estruturas de sujeição antecedentes às singularidades. Mais do que formas, portanto, pensa-se em correntes de forças pensadas fora da devoção e enaltecimento obsessivo dos conceitos políticos modernos. Trata-se o “impolítico”, portanto, de um lance de abertura pelo qual se nega o jogo dialético e dual da antipolítica e da política como opostos negativos e reciprocamente excludentes, emergindo o impolítico – ao contrário do que pode sugerir o prefixo “im-” como negação – com um sentido próprio de descentramento do político da busca de um fundamento interno ou externo que não a sua dinâmica mesmo de dissenso constante – o que contrasta cabalmente com todas as filosofias da ordem e da harmonia. A apolítica como desinteresse e indiferença e a despolitização reforçam o sentido do campo de forças do impolítico, independente de fundamentações metafísicas, míticas, ideológicas ou quaisquer outros recursos teóricos empregados pela filosofia política em busca de legitimação, incluindo o Direito. Esta ruptura da linguagem como teologia e como dogmática, assim, opera na desativação dos dispositivos do pensamento e das naturalizações e acelerações dos conceitos, desobstruindo o derradeiro enfrentamento do inevitável choque, da contestação, da divergência, da dissensão. É justamente nesta postura do impolítico, de não destruição, mas de desconstrução construtiva, que se pode coligar Pós-Humanismo Crítico e os tensionamentos biopolítico-bioético no cerne da racionalidade jurídica, a partir de uma advertência e de um cuidado de tradução e ressignificação, que pode se dar no plano hermenêutico-compreensivo, argumentativo e comunicacional. A compreensão de Esposito será perpassada pelas filosofias de Simone Weil e Georges Bataille. A crítica à teologia tradicional política se dará pela descrença da concretização do bem por meio da política, ou da eleição do bem como um valor político, porque pertencente ao plano da imanência e, assim, imoldável, inconformável, intangível, valendo o mesmo para a verdade, cuja identidade na política se reduz à idolatria e misticismo. Deste modo, o impolítico recai sobre o sujeito que, ciente da inação, se dissolve na comunidade. A imediação e a irrepresentação são o sinal da origem aporética da política no confronto com a comunidade¹⁷⁷.

subjetividade e política, assim, na ordem do Pós-Humanismo Crítico, implicam no questionamento e escrutínio da normatividade das subjetividades, que representa a fundamentação de um processo de gestão de vida, a partir do momento em que a categorização de formas de vida em “animal”, “planta” e “humano” fixa políticas de exclusão. Estas estratégias humanistas de exclusão, relacionam-se às discriminações múltiplas, das mulheres, dos grupos étnicos, dos animais, das formas de vida que, por regimes normativos, são destinadas à provisão de carne, de entretenimento e de trabalho. É no cerne das políticas de exclusão decorrentes do regime do “humano” que se pode localizar a lógica de múltiplas práticas excludentes, tais como o sexismo e o racismo. O Pós-Humanismo Crítico, assim, se diferencia radicalmente do Transhumanismo, porque, mais do que pretender superar a forma humana, o Pós-Humanismo Crítico não procura negar o corpo ou a encarnação e incorporação humanos. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

¹⁷⁷ LIMA, Deyvison Rodrigues. Do impolitico ao das Politische: notas sobre um diálogo ausente entre Roberto Esposito e Carl Schmitt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 95-118, jun. 2018. HERNANDEZ MARTINEZ, Efrén Vicente. La biopolítica-impolítica de Roberto Esposito. **Andamios**, México, v. 15, n. 37, p. 213-236, ago. 2018. “[...] em Esposito [...] nos encontramos diante da intenção de possibilitar um retorno aberto do político – impolítico, aqui – e que em sua potência [sic] reclama para si sua realidade primitiva: homem, técnica, política; a ferida que abre ao homem entre seus semelhantes um horizonte que não pode mais do que ser feito e tornar-se. Isto é: é a existência quem guarda a essência da técnica e esta se manifesta no primitivo habitar político daquela”. “[...] en Esposito [...] nos encontramos ante el intento de posibilitar un retorno abierto de lo político -impolítico aquí- y que en su potencia [sic] reclama para sí su realidad primigenia: hombre, técnica, política; la herida que abre al hombre entre sus congéneres un horizonte que no puede más que hacerse y devenir. Esto es: es la existencia quien guarda la esencia de la técnica y ésta se manifiesta en el político primigenio habitar de aquella”. LOBOS ZUZUNAGA, Miguel. El origen de lo político dentro de lo impolítico espositoiano: comentário

§ *Munus*. § *Communitas*. § *Immunitas*. “Imunidade”¹⁷⁸ e “Comunidade”¹⁷⁹ são dois temas explorados por Esposito e centrais à compreensão das dinâmicas das políticas de vida e morte. A partir do termo partilhado do “*múnus*”, significativo de uma obrigação de dar, um dever e um encargo, Esposito explora como a “comunidade” é constituída, mais do que por algo comum, coletivo ou partilhado, por uma relação de cercamento e por um débito, ou seja, por uma negatividade e não uma positividade afirmativa na relação dos sujeitos ante a comunidade, vinculando-nos. Esposito enfoca, especialmente, a apreensão de Hobbes de desconfiança da comunidade, partindo da constante tensão de destruição recíproca dos homens uns diante dos outros: se o corpo político se afirma pela união dos homens, o contrato social não pode figurar senão como uma ficção política, de modo que a afirmação do Estado é, por si, a elisão comunitária corporal. O dispositivo imunitário, então, emerge da necessária relação de destruição dos vínculos constitutivos, que são, no pressuposto hobbesiano, essencialmente destrutivos. O drama moderno se instituiria, então, nesta leitura, justamente neste aparente paradoxo da comunidade e da instituição política. O aporte de Georges Bataille, então, será decisivo para a compreensão da comunidade como zona limítrofe da experimentação das dessubjetivações¹⁸⁰ sem que, com isso, o sujeito se perca por completo – o que faz a temática tocar, então, o caráter do impessoal, nas limitações da vida e da morte. É nesta tensão do sujeito com a comunidade, a qual está sempre sujeitado para existir e vivenciar, que a imunidade emerge como indicativo das possibilidades de imposição da morte ao sujeito individual – justificativa, portanto, ao emprego da violência – e processo pelo qual se lhe isenta da dívida comunitária constitutiva. A imunização, assim, se coloca no controle da potência de expansão da vida, cumprindo à interdição legal um dos papéis deste controle, o que faz retornar o problema comunitário de como se proceder neste objetivo quando ele traz, em si, um sentenciamento inevitável e primevo, no espírito precisamente captado por Kafka em “O Processo”. A dose de violência inoculada na comunidade, assim, a prepararia para intensidades maiores, de modo que um dispositivo imunitário não anula o conflito, mas, antes, resolve as situações por meio da conflituosidade, sem cancelar sua existência inevitável, por meio da proteção negativa da vida comunitária¹⁸¹, que é uma antecipação

clarificador de la política como técnica en Roberto Espósito. *Rev. filos.*, Santiago, v. 74, p. 109-118, nov. 2018.

¹⁷⁸ ESPOSITO, Roberto. *Immunitas*: protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

¹⁷⁹ ESPOSITO, Roberto. *Communitas*: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

¹⁸⁰ “Se para alguns ser arrastado para fora de si (como sugere a experiência comunitária) soa como algo negativo (sobretudo para aqueles que desejam preservar-se como indivíduo in-munizado); para outros pode significar a oportunidade única de uma vida repleta de vitalidade. Pois, extraviar-se ou perder o controle de si, abre-se como possibilidade de irrupção do novo, de uma nova vida inorgânica, de um encontro inesperado”. YAMAMOTO, Eduardo Yuji. A comunidade dos contemporâneos. *Galáxia (São Paulo)*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 60-71, dez. 2013. Também: VEGA, Facundo. El Schmitt de Esposito. ¿Amigo o enemigo de la Communitas? *Postdata*, Buenos Aires, v. 22, n. 1, p. 1-40, jun. 2017.

¹⁸¹ “[...] que a comunidade contenha de maneira intrínseca um paradoxo não constitui nem uma falta nem um defeito a ser superado, sendo mais propriamente um signo mesmo do ser em comum, em sua marca constitutiva: apenas assumindo-se tal caráter paradoxal, a vida em comunidade pode ser realizável. Em um mundo no qual a crise da comunidade penetra todas as ordens da vida, em que nossas esferas e bolhas são cada vez mais estreitas, mais empobrecidas, mais imunitárias; é onde a multiplicação de parques e campos combate nossa ágorafobia intrínseca; é onde desenhemos trajes de astronauta mais próximos à pele; neste mundo refratário a qualquer tipo de exposição, se percebe a necessidade de uma maneira distinta de conceber a comunidade, uma que admita sua vulnerabilidade constitutiva, seu caráter finito, inacabado, que admita que uma vida verdadeiramente ética apenas pode ter lugar sendo ao mesmo tempo própria e imprópria, sendo *tal qual*, sem destino nem fatalidade, abertos a outra maneira de ser, habitante este ‘entre’, esse limite sem interior que nos constitui”. Tradução livre de: “[...] que la comunidad contenga de manera intrínseca una paradoja no constituye ni una falta ni un defecto a superar, es más bien el signo mismo del

de riscos. É justamente nesta configuração imunitária que se encontra o diferencial de Esposito e, assim, permite localizá-lo em potência e significação distinta de outros autores da biopolítica: se o poder soberano pode, então, decidir sobre vida e morte, o que importa é o uso imunitário destinado deste poder ante às formas de vida, uma vez que pela própria instituição do espaço político soberano, algo já se perdeu – ou seja, a proteção negativa da vida já se afirmou e, com isso, a contradição originária já captou a destinação da violência.

§ Filosofia do Impessoal. Um dos elementos relevantes do pensamento político abordados por Esposito é o da categoria da “pessoa”¹⁸², categoria esta que concorre ao humano na cisão com o natural e o animal – tensionado pela Antropologia e pela Zoologia – na constituição dos dualismos ocidentais normativos e excludentes, assim como no estabelecimento de bases tanto jurídicas quanto bioéticas. Esposito, assim, aborda um plexo largo de referências históricas, especialmente pela costura legal da “pessoa” em uma complexa genealogia na Roma Antiga, nas bases do Cristianismo, nos processos de secularização e de modernidade. Segundo o mesmo movimento do impolítico, Esposito reconhece que a argumentação cristã e a secular se identificam em torno a uma mesma concepção de sacralidade da vida humana que se assenta no revestimento da “pessoa” conferido, o que, por sua vez, reforça o caráter imunitário da construção – a unicidade e singularidade da vida humana, descolada de suas relações, encontra na “pessoa” um meio de proteção, inclusive, contra a própria humanidade ela mesma. A classificação em “pessoa” e “não pessoa”, assim, seria mais uma linha de corte excludente – instrumentalizando aquela linha severa do “humano” e do “não-humano” – diatópica, capaz de fundamentar práticas zoopolíticas, de domesticação, de escravização e de subjugação racista. A máscara da personalização do indivíduo sobre o bíos, o domínio sobre o animal, a filosofia da pessoa e do personalismo, assim, nada mais do que seriam dispositivos imunitários disponíveis para a proteção negativa da vida e a instituição de práticas tanatopolíticas pelas vias da “despersonalização”, modos de operação que transformam o que seria qualificável como pessoa em “massa”, “coisa”, zoé, raça inferior, animal, vida precária, vida disponível a qualquer outro interesse material ou simbólico que se pretenda justificar sob qualquer instituição. A esta constatação, Esposito confronta, com base em pensadores tais como Simone Weil, Georges Bataille, Gilles Deleuze, uma filosofia do impessoal, fonte de potencialidades filosóficas e políticas, situado, nos termos de Esposito, fora do horizonte da pessoa, nos confins do pessoal, nas linhas de resistência. Apenas uma movente e dinâmica perspectiva do impessoal pode prevenir as ativações tanatopolíticas e reificadoras do dispositivo da pessoa e das subseqüentes exclusões

ser en común, es su marca constitutiva: solo asumiendo tal carácter paradójico, la vida en comunidad puede ser realizable. En un mundo donde la crisis de la comunidad penetra todos los órdenes de la vida, donde nuestras esferas o pompas de jabón se hacen cada vez más estrechas, más pobres, más necesitadas de inmunidad; en donde la multiplicación de parques y campos trata de hacer frente a nuestra agorafobia intrínseca; en donde nos diseñamos trajes de astronauta cada vez más ceñidos a la piel; en este mundo refractario a cualquier tipo de exposición, se percibe la necesidad de una manera distinta de concebir la comunidad, una que admita su vulnerabilidad constitutiva, su carácter finito, no acabado, que admita que una vida verdaderamente ética solo puede tener lugar siendo al mismo tiempo propia e impropia, siendo tal cual, sin destino ni fatalidad, abiertos a ser de otra manera, habitando ese entre, ese límite sin interior que nos constituye”. PEREZ BERNAL, Ángeles Ma. del Rosario; BACARLETT PEREZ, María Luisa. De la crisis de la comunidad a la comunidad de la crisis: algunas paradojas del estar en común. *Arete*, Lima, v. 25, n. 2, p. 307-335, 2013. p. 335.

¹⁸² ESPOSITO, Roberto. **Tercera Persona**. Política de la vida y Filosofía de lo impersonal. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

implicadas pela personalização. A busca do impessoal¹⁸³ no humano, o anônimo, o não identificado, anterior à personalização subjetiva, seria o trabalho de instituição da “terceira pessoa”. Esta, que não é nem desconstrução nem destruição da “pessoa”, mas um trabalho conceitual¹⁸⁴, é o recurso estratégico para coordenação de forças para fora das fronteiras lógicas e gramaticais da constituição pessoal dos humanos, o que remete diretamente à gramática e leitura da vida decorrente do olhar atento à corporalidade da normatividade da vida e à vitalidade prazerosa da dessubjetivação, que arranca o sujeito daquilo que o faz, de si, daquele conjunto de significações e acumulações que permitem se afirmar – recurso este indispensável para que, então, se possa pensar em justiça e, mais, para que se possa identificar o que pode haver de biopotencialidade disponível em uma comunidade que se possa, então, pensar “política” – e não apenas mais uma das tantas formas de tanatopolítica, zoopolítica, tecnopolítica e seus respectivos monopólios da vida.

§ Filosofia do Bíos. A filosofia do bíos é uma construção especial na filosofia de Roberto Esposito, justamente pela pertinência de seu questionamento central ante ao elemento político, lançado por Foucault, da noção clássica do poder biopolítico soberano de “deixar morrer, fazer viver”, encaminhando o problema da biopolítica no sentido da questão mais severa sobre como poderia uma política pretensamente de preservação da vida, na orientação da governamentalidade, permitir a produção do seu extermínio, ao exemplo cabal da morte em massa, racional e institucionalmente promovida, no Século XX? É justamente nesta insuficiência semântica da tradição biopolítica que Esposito compreende a relação comunitária e imunitária como significativa para enfrentar tal problema, uma vez que políticas da vida, biopolíticas, estão o tempo todo a espreita de se converterem em políticas de morte, tanatopolíticas, em razão de este dualismo “vida e morte” ser mais um dispositivo dual de uma abstração que não consegue conter justamente aquela ligação da

¹⁸³ A desconfiança sobre o valor unificante da ideia de pessoa é lançada por várias razões: o fundamento personalista, a possibilidade de despersonalização, as zonas de indistinção, o uso do dispositivo da pessoa como linha de corte homem-humano e homem-animal. O pensamento do impessoal se basearia, então, em três horizontes de sentido: da justiça (Simone Weil), da escritura (Maurice Blanchot) e da vida (Foucault e Deleuze). O impessoal de Weil se afirma pela localização privatística da pessoa, afirmada no paradigma normativo em potência seletiva e excludente; “apenas desativando o dispositivo da pessoa o ser humano será finalmente pensado enquanto tal” – por aquilo que há, ao mesmo tempo, de singular e de absolutamente geral [...] O impessoal [...] é aquilo que no interior da pessoa bloqueia o mecanismo de discriminação e de separação em relação a todos que não são ainda, que não são mais e que não foram nunca declarados pessoa”. ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. ESPOSITO, Roberto. **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Tradução de Angela Couto Machado Fonseca, João Paulo Arrosi, Luiz Ernani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: Editora UFPR, 2017. p. 203-213. p. 211. Em Blanchot, no regime da escritura, o impessoal resulta da ligação entre primeira e segunda pessoa, o descentramento da voz da própria narrativa, um deslocamento do campo da perspectiva. A impessoalidade, a exclusão do nome próprio, a fala da própria verdade e a reputação nominal, a despersonalização da escritura seria também experimentação política, remetendo ao coletivo e ao comum. O impessoal da vida, por Foucault e Deleuze, seria afirmado pela desconstrução do paradigma da pessoa: a potência do impessoal destitui chama a terceira pessoa que destitui a pessoa, emergindo o murmúrio anônimo, o múltiplo, o singular, a forma de vida, “uma” vida: “[...] a vida, mesmo sendo comum a todos que vivem, não é jamais genérica, mas sempre de alguém” “A vida, antes de qualquer subjetivação jurídica, constitui o ponto indivisível onde o ser homem é perfeitamente coincidente com o seu modo, em cuja a forma – exatamente de vida – é forma de seu próprio conteúdo. [...] O ‘devir animal’ do homem e no homem significa – e requer – o derretimento do nó metafísico ligado pela ideia e pela prática de pessoa a favor de um modo de ser homem não mais em trânsito na direção da coisa, mas, finalmente, coincidente apenas consigo mesmo”. ESPOSITO, *op. cit.* p. 213.

¹⁸⁴ STAGL, Jakob. Domani l'impersonale sarà il genere umano? **Rev. estud. hist.-juríd.**, Valparaíso, n. 38, p. 377-391, ago. 2016. STAGL, Jakob. El concepto jurídico de persona y la filosofía del "impersonal". **Pers.Bioét.**, Chia, v. 19, n. 2, p. 278-289, jul. 2015.

biopolítica com a modernidade da qual eclode o grande dispositivo imunitário racial da tanatopolítica nazi. Salvar a vida coletiva considerada individualmente em torno a um conceito agrupador (raça, nação etc.), opositor ao múnus comunitário, institui o dispositivo imunitário de defesa social que, em último caso, conforme a representação adotada, redundaria na legitimação da produção da morte como pressuposto para se salvar (uma) forma muito específica de vida – portanto, uma legitimação da produção de morte. A absolutização do biológico no político, ou a biologização, constatada na genealogia de Esposito no cenário político moderno do Século XX – e a afirmação de um corpo social que espiritualiza a vida nua e que biologiza o espírito pela raça, ilustra esta constituição imunológica que permite, então, conceitualmente, a construção de uma filosofia do bíos. A “vida”, então, ocupa a centralidade do fazer político, a que se sujeitam os conceitos clássicos da Teologia Política e seus instrumentos, tais como o Estado, a soberania, a metafísica. A corporalidade da filosofia do bíos, como dinâmica social e política, insere a resistência como contraponto ao poder no movimento mesmo da afirmação da vida, sua expansão, sua potencialidade determinante, inclusive, para a ocorrência da morte, e que se encontra na vigia da Lei e da imunização como expectativas de controle. A biopolítica afirmativa, como produto de uma cuidadosa filosofia do bíos construída na inspiração de filósofos como Espinoza, Simondon e Deleuze, afirma a vitalidade e a corporalidade da existência, o que inevitavelmente implica em uma oposição aos poderes pastorais, disciplinares ou de controle, ou seja, a biopolítica afirmativa aponta para que não se convertam os biopoderes em novas formas de governamentalidade, o que não pode acontecer sem a crítica total às normatividades reducionistas, metafísicas e transcendentais, ou que pretendem se sobrepor à vida – incluindo, a toda evidência, as soberanas e, portanto, o Direito –, movimento este que devolve a quem pensar o problema sobre a qualidade daqueles sistemas normativos a que se vincula e quais posturas se pode manter diante do que é, então, assim deflagrado.

§ Desconstrução Construtiva. Há um elemento do procedimento filosófico de Esposito que o diferencia de demais autores da biopolítica, assim como que pode ser recuperado em face às construções teóricas envolvidas no contexto dos Estudos Culturais Críticos e do Pós-Humanismo Crítico¹⁸⁵, tal como abordado em item próprio do primeiro capítulo.

¹⁸⁵ O conceito de Pós-Humanismo Crítico em Nayar envolve uma visão do humano como constituído e constitutivo de múltiplas formas de vida e máquinas, em arranjo simbiótico, como um ponto de instanciação e de interação de fatores múltiplos de vida e de substrato energético e material. Seria na trama de relações da vida que se tornariam possíveis as formas de ética e de política, que dependeriam, contudo, do modo como as multiplicidades são ou não compreendidas, decodificadas, valoradas e estruturadas em projetos de significação e poder. A vida, neste contexto, se apresentaria como uma interação, hibridização e socialização constante de substratos materiais, corpos orgânicos e inorgânicos, recursos imateriais, códigos, fluxos de informação genética e memória, sem possuir propriamente um lugar determinado de identificação e de autoafirmação, sendo, antes, um perpassar constante de modificações químicas, biológicas e tecnológicas entre diversos seres – que expressam, justamente, diferentes cortes de significação que cindem esta manifestação conjunta e interdependente. Esta visão da vida repercute diretamente na imagem do “humano” e do “homem” como orquestradores e controladores da natureza, em um controle posto sob suspeita, o que coloca em jogo, portanto, o grande pressuposto do “humanismo tradicional”. O biovalor e a cidadania biológica, então, indicariam para a construção da diferença, da materialidade e da discursividade dos corpos, das interações de aparatos, das ações constituintes de subjetividades, rompendo-se quaisquer afirmações de sujeitos unitários e autossuficientes, bastantes em si e definitivos. A vida seria, assim, um fenômeno de embarcamentos, sujeitada, captada e sustentada aos e por dispositivos da tecnociência, do capitalismo, das corporações, dos Estados, dos poderes constituídos e daqueles espontaneamente em influxo de trocas. Os agentes morais, as estruturas de biovalorações, as diferenças dos graus de instanciação, os conglomerados de espécies e as ordens morais dos genocídios, etnocídios e políticas de extermínio da vida passariam, então, a assumir uma dimensão não setorializada, sem possibilidade

A “desconstrução construtiva”, em Esposito, pode ser compreendida como um movimento – no sentido de ato – compreensivo, uma verdadeira dobradura da imagem-conceito manejados pelo filósofo. A reconversão da Biopolítica Afirmativa dos dispositivos tanatopolíticos nazi, do corpo em carne, da lei em norma, da nação em nascimento, sinteticamente, são as rugas teóricas pelas quais se opera a desconstrução construtiva biopolítica do autor. Este movimento de desdobramento e redobradura, verdadeiro origami conceitual, perpassa os atos de descentramento e de reversão em contrários e opostos, de modo que os paradigmas revelam novas imagens a partir da oposição de um “outro” a qualquer “próprio” constituinte. Nesse sentido, uma das mais fortes oposições se estabelece, desde as bases foucaultianas, entre o poder soberano, poder estatal e da identidade jurídica dos sujeitos, e o poder biopolítico, mas não compreendidos como dualidades dialéticas destinados a uma síntese, mas talvez marcadores no espaço de formas em constante interpenetração e que podem ser reciprocamente significadas por meio de sua inserção em uma mesma linha de observação, desconstrução de elementos e recomposição compreensiva por meio de novas construções semânticas atentas às ontologias do presente e seus sentidos de urgência e de emergência. Por fim, este modo de pensamento e de realização filosóficos pode ser inspirador a práticas filosóficas, inclusive, em Filosofia do Direito. A relação entre negatividade e afirmação¹⁸⁶, assim,

de se apartar a vida em categorias inertes; o ataque ao outro seria, portanto, um ataque a si mesmo. A visão sobre o que seria o “humano”, então, seria redimensionada em uma rede da vida, destronando-se a figura humana do centro e de toda a cadeia de justificações que esta posição permitiu fundamentar. O “humano” como agente autônomo, individual, cuja vontade é por si determinada, expressão de forma única e superior de vida, excepcional, vocacionado ao controle e domínio do mundo e daquilo que foge ao humano, o chamado “excepcionalismo humanista”, então, encontrar-se-ia sob profunda suspeita do Pós-Humanismo Crítico, que prefere ver no “humano” uma assemblagem, um co-envolvimento com outras formas de vida, enredado ao meio ambiente e aos dispositivos tecnológicos. O “humano” incorporaria em si mesmo a diferença de outros elementos de DNA, espécies e formas de vida, sendo a unicidade e a exclusividade existenciais humanas, se não uma simplificação, um mito injustificável, inclusive, em termos científicos evolucionistas. Ainda na compreensão de Nayar, a característica do “humano” como instanciiação descentrada repercutiria em uma dimensão afetiva do Pós-Humanismo, em que as demandas de sobrevivência e de vulnerabilidade assumem nova dimensão comunitária de ligação entre espécies, com o cosmopolitismo entre espécies e ecossistemas em uma consciência biológica. Diante disso, o capacitismo do humanismo tradicional seria rejeitado pelo Pós-Humanismo Crítico, incluindo-se variações corporais, diferentes capacidades e, também, o corpo animal. Diante disso, o enfoque maior se dá na vulnerabilidade compartilhada e no interrelacionamento das formas de vida, muito mais do que sobre os níveis de capacidade e de agência individuais, repensando-se a unicidade das espécies e as limitações do humano, bem como as normatividades do humano e as relações entre não-humano e humano, não normal e anormal, humano e vida. Deste modo, uma postura teórica e filosófica de desconstrução verificaria discursos, representações, teorias e críticas do humanismo tradicional e como estes sentidos produzem diferentes hierarquias e marginalizações do “outro” do humano, dos corpos infra-humanos e dos não-humanos. Os Estudos da Deficiência, os Estudos Animais Críticos, os Estudos da Monstruosidade, assim como os Estudos da Cibernética e da Consciência, das Ciências Cognitivas, da Biomedicina, da Genética, todos estes discursos contribuem com o aporte do Pós-Humanismo Crítico na medida em que problematizam, questionam e redefinem as hierarquias binárias do humano/não-humano, humano/máquina, humano/inumano. Humanos especistas tendem a tratar formas de vida não-humanas como descartáveis, assim como estabelecer raças no cerne da própria humanidade, legitimando práticas como genocídios, racismos e escravidão. Excluir da categoria do “humano” justifica a descartabilidade. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

¹⁸⁶ A resposta de Esposito em entrevista é exemplar deste movimento, sobretudo ao propor a compreensão de “instituição” como verbo, e não substantivo: “O senhor entende que a filosofia deveria trabalhar por uma nova ideia de democracia, por uma biopolítica democrática ou uma democracia biopolítica, devendo para tanto, renunciar aos léxicos de soberania, representação e direitos individuais, e construir uma nova linguagem, em termos filosóficos e políticos, correto? Como se daria tal nova linguagem? Agradeceria se puder dar maiores detalhes. Poderia ser por meio das artes, na forma de uma biopolítica afirmativa, sem contudo se politizar a arte? R. Mesmo neste caso, para eliminar com um só golpe, um léxico que tenha alguns séculos de vida – o da soberania, da representação, dos direitos individuais – não seria possível. Se

assume a tônica do pensamento de Esposito e sua desconstrução construtiva é basilar para se compreender o movimento intelectual envolvido na compreensão da biopolítica afirmativa¹⁸⁷.

2.3 BIOPOLÍTICA AFIRMATIVA E DEMOCRACIA BIOPOLÍTICA

O objetivo desta subseção é o de relacionar os aportes sobre “biopolítica afirmativa” em um conceito de discussão democrática no contexto do pensamento de Esposito, enfocando-se, então, as ideias de “democracia biopolítica” e “biopolítica democrática”, estabelecendo relações com outros pensadores da temática.

2.3.1 Biopolítica afirmativa, “democracia biopolítica” e “biopolítica democrática”

Considerando o nascedouro da noção de “Biopolítica Afirmativa” nas análises realizadas na “Filosofia do Bíos” proposta por Esposito, esta subseção enfoca as características constitutivas da “política da vida” nos termos propostos pelo pensador italiano.

quisermos ser realistas, assim como radicais, devemos seguir outro caminho, que passa pelas mesmas instituições que queremos mudar. Devemos nos acostumar a pensar no conceito de “instituição”, como um verbo – para estabelecer o novo – mais do que como um substantivo. A relação entre o instituído e o instituinte é semelhante àquela entre negativa e afirmativa, como eu a descrevo em ‘Política e Negação’. O poder institucional, criativo e inovador (do qual o jovem Deleuze também fala, e depois abandona essa brilhante intuição) não vem do nada, mas sempre de outras instituições. O passado – isto é, a instituição atual – não deve ser cancelado, mas convertido em uma renovação redentora. Nesse caso, permanecemos sempre no nível do direito e da política, mas passamos de um conceito de direito como imposição para um conceito de jurisprudência, no sentido de conhecimento produzido sobre o direito, como uma adaptação das instituições às necessidades sociais, que estão em constante mudança”. CANTARINI, Paola. Entrevista com o filósofo italiano Roberto Esposito por Paola Cantarini. **Estado de Direito**. Informação formando opinião. Tradução de Paola Cantarini em 02.2019. Disponível em: <<http://estadodedireito.com.br/entrevista-com-o-filosofo-italiano-roberto-esposito/>>. Acesso em: 22 jun. 2019. Ainda: ESPOSITO, Roberto. **Politica e negazione**. Per una filosofia affermativa. Turim: Einaudi, 2018.

¹⁸⁷ Aqui a relação do modo de pensar é direta com uma própria concepção da democracia: enquanto técnica, é um modo de definição de formas, métodos e procedimentos, contudo, não se reduz a esta dimensão na medida em que deve se declarar pelo que é, e não pelo que não pode ser, de modo que deve respeitar os confins do poder, do saber, da lei e conhecê-los como tais. A democracia, para Esposito, não deve abrir um espaço sempre mais amplo de comunicação, mas, antes, defender as zonas últimas de incomunicação. “Suportar o incomunicável, salvaguardar os singulares do excesso de transparência que ininterruptamente os arrasta a uma comunicação sem fim. Baixar a voz, apagar as luzes, fazer silêncio. Enquanto o silêncio da democracia permanecer coberto pela voz do seu mito, esta permanecerá por preencher: ainda proclamará o seu valor e se tentará, pela enésima vez, o seu cumprimento”. Tradução livre de: “Sostenere l’incomunicabile, salvare i singoli da quell’eccesso di trasparenza che ininterrottamente li trascina in una comunicazione senza fine. Abbassare la voce, spegnere le luci, produrre silenzio. Fin quando il silenzio della democrazia sarà coperto dalla voce del suo mito essa rimarrà inevasa: anche se proclamerà ancora il suo valore e tenterà per l’ennesima volta il suo compimento. O forse proprio per questo”. ESPOSITO, Roberto. **Dieci pensieri sulla politica**. Bolonha: Mulino, 2011. p. 89. Também: RUSSELL, Matheson. The Politics of the Third Person, Esposito’s Third Person and Rancière’s Disagreement, **Critical Horizons**, v. 15, n. 3, p. 211-230, 2015.

§ Filosofia do Bíos. A filosofia do bíos¹⁸⁸, no pensamento de Esposito, pode ser compreendida como grande proposta de reconversão afirmativa dos dispositivos imunitários nazi, indo-se desde um paradigma biopolítico negativo e mortífero, tanatopolítico, à construção filosófica de um paradigma biopolítico afirmativo, produtivo, da política da vida, e não do reducionismo da política sobre a vida com intenções de reduzi-la à morte. É importante destacar que Esposito não desassocia Filosofia e Política, ao mesmo tempo em que não compreende a Filosofia como meio para construção de modelos institucionais ou de usos da biopolítica como manifesto ou revolução – por isso a filosofia do bíos ou a biopolítica afirmativa não são projetos ou modelos, assim como a democracia biopolítica ou a biopolítica democrática não são um arranjo de elementos da noção clássica de democracia ou uma nova vertente de democracia. O esforço filosófico, antes, em Esposito, seria o da construção conceitual, o que redundaria, então, nos modos de se pensar a relação entre a política e a vida seguindo-se um rumo pelo qual não se submete-se, imediatamente, a vida nos quadrantes da política, sendo possível um movimento reverso de inserção da política na potência da vida. Esta forma de conceituar e compreender é obtida por Esposito por meio da verificação dos “signos invertidos de uma política diferente da vida”, que é justamente o conjunto de chaves e paradigmas que podem reverter uma prática política em tanatopolítica ou biopolítica afirmativa, uma vez que a expressão “biopolítica” remeterá a uma ambiguidade indissociável da apreensão da vida no político, seja pela produção da vida ou da morte. Há, assim, uma linguagem da vida ao ser decodificada no desafio filosófico lançado por Esposito.

§ Tanatopolítica. No movimento analítico de Esposito, os pressupostos bio-tanatológicos nazi são tomados como ponto de partida para se penetrar em seu interior e voltar do avesso, desconstruindo-se e invertendo-se os preceitos quanto aos resultados mortíferos, do que se podem procurar os traços de uma biopolítica afirmativa. As categorias do corpo, da vida e do nascimento seriam os grandes motes tanatopolíticos, e Esposito se propõe a converter a sua declinação imunitária, autonegativa, numa direção aberta ao sentido mais originário e intenso de *communitas*. Os três dispositivos imunitários tanatopolíticos, assim, foram a normativização da vida, a dupla clausura do corpo e a supressão antecipada do nascimento, por meio dos quais se construíram os dispositivos de morte justificados. A tanatopolítica pode ser compreendida como uma conversão de biopolítica, ou seja, de uma política de gestão e administração da vida, em produção de morte¹⁸⁹. A tanatopolítica, assim, não é uma produção direta e deliberada da morte, como o seria a necropolítica, mas, antes, é intermediada por um raciocínio vitalista e, basicamente, imunitário, na medida em que se acredita haver uma vida maior a ser preservada e que justifica a extinção de uma forma de vida que, então, passa a ser subjugada e desvalorada, a partir de um critério centralizador, no caso nazi o racista, mas que também pode ser o gênero¹⁹⁰ ou qualquer outro elemento das desconstruções, como

¹⁸⁸ ESPOSITO, Roberto. **Bíos**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 224.

¹⁸⁹ A morte como técnica de governamentalidade não apenas elimina indivíduos e grupos como estrutura novos modelos de conduta e arranjos institucionais. CRISCIONE, Giacomo. La muerte como técnica de gobierno en los tiempos de la Seguridad Democrática. **Nómadas**, Bogotá, n. 45, p. 59-73, dez. 2016.

¹⁹⁰ “Nesse mesmo âmbito e articulados de maneiras e em proporções variadas, consideramos que a performatividade e a impossibilidade de sair do discurso binário da normativa sexual, corporal, genérica e erótica - que engloba os mecanismos restritivos e estandardizadores como métodos de singularização e de classificação entre os seres humanos - são os que permitem compreender e até justificar a necropolítica trans e, consequentemente, os atos de violência, discriminação, suicídios, tortura e morte contra da alteridade”. CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto contexto** -

o próprio não-humano, o colonizado, o animal etc. O exemplo de Esposito é claro nesse sentido: “Quando foi perguntado ao médico nazi Fritz Klein como tinha podido conciliar o que fizera com o juramento de Hipócrates, ele respondeu: ‘sou médico e obviamente desejo conservar a vida. É por respeito pela vida humana que farei a ablação de um apêndice gangrenado de um corpo doente. O judeu é o apêndice gangrenado do corpo da humanidade’”¹⁹¹. A necropolítica¹⁹² é uma viabilidade da biopolítica que decorre especialmente de uma intensidade de processos de violência que permitem identificar políticas deliberadas cujo objetivo central não é propriamente o da regulação da vida, mas, especialmente, o da produção estruturada de mortes, com o estabelecimento de inimigos aos quais se destinam as máquinas de guerra¹⁹³. Se o biopoder delimita uma política sobre a vida, o necropoder é afirmação da morte mesma, a despeito dos sistemas legais e da regulação internacional.

§ Norma de vida¹⁹⁴. O dispositivo da normatização absoluta da vida se deu pela conjugação extrema da máquina biopolítica e a construção do seu maior efeito mortífero

enferm., Florianópolis, v. 27, n. 2, 2018. Ainda sobre necropolítica: OLIVEIRA, João Manuel de. A necropolítica e as sombras na teoria feminista. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 29, p. 69-82, 2014. BELLO RAMIREZ, Jei Alanis; PARRA GALLEGÓ, Germán. Cárceles de la muerte: necropolítica y sistema carcelario en Colombia. **Univ.Humanist.**, Bogotá, n. 82, p. 365-391, dez. 2016. ESTEVEZ, Ariadna. Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos?. **Espiral (Guadalaj.)**, Guadalajara, v. 25, n. 73, p. 9-43, dez. 2018.

¹⁹¹ ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 204.

¹⁹² MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Espanha: Melusina, 2011.

¹⁹³ “10ª Lição. Junto às cláusulas legais gerais, os tribunais podem também desenvolver cláusulas gerais extralegais. Assim ocorre quando o aplicador fornece uma fórmula que não figura na lei, mas que resulta como útil enquanto pauta valorativa desejada e que se apresenta como manejável na prática judicial para além do caso concreto que se resolve. As cláusulas gerais extralegais são especialmente aptas como ferramentas para o desenvolvimento judicial do direito (exemplo: ‘adequação social’) e como ‘cláusulas de guerra’ para relegar leis consideradas obsoletas (exemplo: ‘são sentimento popular’, ‘posição jurídica de membro da comunidade popular’, contra parágrafo 1 do BGB)”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 228.

¹⁹⁴ Esposito enfatiza a filosofia da biologia em Canguilhem, opondo-na à biologia programática e antifilosófica do nazismo. A vida, no autor, é pensada filosoficamente, tornada o horizonte de pertinência, subtraída do paradigma objetivista de pretensa cientificidade e posto em sua dimensão “dramaticamente subjetiva”, de contestação da simples matéria, do estado bruto, da saúde, sendo vista como “unidade espontânea das condições de exercício de vida”; “o pensamento daquilo que vive deve assumir do viver a ideia dele”. A subjetividade é realocada na dimensão biológica e o vivente é o que excede os parâmetros objetivos da vida, que é única e irrepetível e a quem a norma se apresenta como padrão descritivo e normativo, de avaliação e de comportamento, mas que necessitaria ser recuperada em seu sentido puro de estado do vivente. A saúde e a doença são normas que exprimem uma situação específica da vida: “aquilo que é definido como anormal não só está incluído dentro da norma, embora com uma sua determinada caracterização, como se torna na condição da sua cognoscibilidade e, primeiro ainda, da sua existência.”. A doença, então, deflagra, negativamente, as potencialidades fisiológicas do organismo, de modo que a plena saúde não é sentida como tal, e o anormal é o antecedente lógico. “[...] A norma de vida de um organismo é dada pelo próprio organismo, contida na sua existência, a norma de um organismo humano é a sua coincidência consigo mesmo”. A norma é aberta à imprevisibilidade da vida: “contra a ideia nazi de que exista um tipo de vida desde o princípio pertencente à morte, Canguilhem lembra que a própria morte é um fenômeno da vida”. ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 268. Aqui é importante uma relação com a “normatividade da vida”, ou seja, um contraponto das forças originariamente afirmativas de vida e forças afirmativas do poder. A noção de “normatividade da vida” é aquela em que se entende que os processos vitais do organismo vivo precedem a fixação normativa de si a partir da atividade própria ao longo do tempo (encontros e interações com ambiente vital), sendo polaridade em relação às suas condições de existência. CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Trata-se, portanto, de uma

por meio da dupla determinação de poderes médicos e jurídicos, em que biologia e direito (valendo-se de formas pervertidas de direito natural para a biologização do direito e juridificação da vida), vida e norma, se mesclaram na produção tanatopolítica, encerrando em si as normas de vida e, portanto, abrindo o espaço para as práticas da produção de morte. Colocando a bíos da comunidade alemã como direito supremo, todos os direitos e liberdades estariam subjugados a este, incluindo a subtração do direito à existência quando não se estivesse enquadrado no critério racial. As vidas, assim, estariam de antemão decididas, de modo que o direito apenas constitui um critério por natural para sua própria aplicação. Trata-se da inversão do primeiro dispositivo tanatopolítico, o da “normatização absoluta da vida”¹⁹⁵, segundo o qual a vida é normatizada a tal ponto que não lhe resta qualquer espaço de significação semântica que não esteja previamente decodificado, contido, descrito, valorado e destinado senão a partir de uma normatividade de muitos braços. Bíos é encarcerada e cercada de significação a tal ponto dentro da norma que sua destruição se apresenta inevitável diante da saturação que lhe é conferida, pois totalmente captada e cooptada pela regulamentação que inviabiliza qualquer movimento afirmativo de si ou mesmo ato de criatividade. Apenas o recurso à “norma de vida” pode elidir o dispositivo da normatização absoluta, uma vez que é esta normatividade que permite a produção criativa da vida em conformidade à imanência e à singularidade das formas de vida consideradas em sua multiplicidade. Imanente aos corpos, a norma de vida não é uma imposição do exterior ao interior.

§ Carne. A Filosofia da Carne é o contraponto ao dispositivo da dupla clausura do corpo, ou seja, aquele dispositivo imunitário tanatopolítico pelo qual um povo é encerrado duplamente na dinâmica suicida e homicida segundo o gabarito racista da purificação racial de um corpo. A carne rompe com o fechamento do corpo político coeso e unificado, autoidentificado e fortalecido, abrindo-se a multiplicidade e a pluralidade e permitindo a localização da singularidade. Na tanatopolítica nazi, a existência humana é valorada sem vida¹⁹⁶, com o predomínio da categoria da vida sobre a da existência, em uma estrutura soberana de biopoder localizada na possibilidade de submeter qualquer vida ao crivo da morte justificada, o que se fortalece com a distinção entre humano e animal, reforçada pela máscara da pessoa, em que o animal é a parte não humana do homem e disponível à morte legitimada. A questão filosófica da carne¹⁹⁷ e da encarnação, distinta do corpo e da

visão crítica aos modelos mecanicistas e vitalistas, reconhecendo-se a emergência da atividade do ser vivo, manifestação de escolhas e de intenções conscientes referentes a partir dos processos internos e sua interação ambiental. PUTTINI, Rodolfo Franco; PEREIRA JUNIOR, Alfredo. Além do mecanicismo e do vitalismo: a “normatividade da vida” em Georges Canguilhem. **Physis**. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 3, v. 17, p. 451-464, 2017.

¹⁹⁵ A normatização absoluta da vida encontra nas formas jurídicas uma abrangência dada pela teoria jurídica em face a conteúdos compreensivos anteriores, que podem, aliás, ser condensados em ideologias tanatopolíticas: “12ª Lição. Todas as bases institucionais, que para a fundamentação do direito nos fornecem tanto o pensamento de ordem concreta quanto os conceitos concretos-abstratos, têm como característica a de que ‘todas’ as ordens, ‘tipos’ e relações vitais recebem seu verdadeiro sentido, seu propósito, sua ‘essência’ e as pautas ao processo judicial pela remissão de um marco ideológico pré-determinado”. Igualmente: “13ª Lição. A ideologia respectivamente dominante (ou aquela a que o aplicador do direito, que argumenta institucionalmente, prefere) determina o conteúdo ‘institucional’ do direito”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 229.

¹⁹⁶ “A existência sem vida é a carne que não coincide com o corpo”. ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 226.

¹⁹⁷ Para o Pós-Humanismo Crítico a encarnação é essencial para a construção do meio ambiente em que cada sistema orgânico existe; e cada encarnação é sempre encarnação embarcada, em que o corpo humano

incorporação, se apresenta quando o Estado moderno se erige como o fechamento de um corpo político a partir de um modelo organicista de unificação. O corpo político, assim, se soma ao corpo¹⁹⁸ da carne singular pela qual se participa do mundo, pelo que a carne se corporiza.

é localizado e ambientado em um espaço constituído por plantas, animais e máquinas. Com a adaptação das pesquisas em Ciências Cognitivas, Biologia e Filosofia, o Pós-Humanismo Crítico reconhece a complexidade do sistema humano, sua ímpar capacidade de cognição e processamento perceptivo, reconhecendo, contudo, nesta complexidade, a evidência da imersão do humano, sua organização e operações, como consequência da abertura e comunicação com o meio ambiente. Os sistemas, incluindo o ser humano, estão em “estado de emergência” constante e não em “estado do ser” definitivos, uma vez que o sistema é, então, atravessado por fluxos de informação e trocas do ambiente. Por isso, o auto-contido corpo humano do humanismo é posto em cheque pela constatação da relação de dependência das bactérias ou pelas características evolucionárias enquanto respostas a interações com outros organismos. Deste modo, o sistema humano é visto como um “tornar-se com” outras formas de vida. O “humano” expressaria um conglomerado de vida cuja origem é multiespécie e cuja sobrevivência se baseia e depende de numerosas relações simbióticas que perpassam numerosas formas de vida por todo o planeta. Por isso, o Pós-Humanismo Crítico insiste na coevolução, na simbiose, nos processos de “feedback” e nas respostas de comunicação, muito mais do que em noções de autonomia, competição, auto-contenção e isolamento do “humano”. A experiência humana, os modos de percepção e as estruturas afetivas decorrem, por derivação, das influências, na formação, de uma relação sensorial com outros seres de vida, tornando-se processos autopoieticos posteriormente. Os processos biológicos humanos seriam, como demonstrado pelas pesquisas de Lynn Margulis, processos de absorção do ambiente pelo corpo, de bactérias e organelas, ao longo de séculos de evolução. O que se costuma compreender como um humano único é consequência de hibridizações e intercâmbios do material e do imaterial (informações, tal como os códigos genéticos) por dentro as espécies, peles e funções desempenhadas por animais, plantas e humanos. O “humano”, nesse contexto de compreensão, só pode ser visto enquanto uma figura “híbrido-dinâmica” composta por diferentes elementos ontológicos. Por esta razão, o enfoque do Pós-Humanismo Crítico recai, mais do que sobre o estabelecimento de fronteiras e limites, na identificação de conduítes e caminhos; mais do que na contenção, nas fugas, vazamentos e escapes; não em estáticas, mas em movimentos de corpos, informações e partículas localizados em sistemas maiores. Sob a influência da Neocibernética, o Pós-Humanismo Crítico se interessa menos pelo “grande sujeito humano”, enfocando-no mais como um sistema situado em um ambiente e uma instanciação de redes de informação, como DNA e memórias, e redes materiais, como formas bacterianas e virais, em trocas de sistemas e ambientes. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

¹⁹⁸ O tema do corpo apresenta, no contexto da biopolítica, especial relevância com a projeção do Pós-Humanismo Crítico. Na percepção de Nayar, na época de intensas modificações corporais, de corpos em redes, de xenotransplantes, de clonagem, de formas avançadas de inteligência artificial, de biobancos e da “cidadania genética”, e outras condições sociais e científicas, as fronteiras compreensivas tradicionais do “humano”, por si, neste contexto, vão se complicando, mesclando e fundindo-se às demais formas de vida e ao próprio “status” da “vida” e do “vivente”. Assim, são conceitos sob disputa. Corpos, personalidades (melhoradas, modificadas, interconectadas) distinguem-se intensamente das compreensões tradicionais da “pessoa” – o sujeito dos debates filosóficos e políticos dos direitos humanos – e que, igualmente, se encontra sob disputa, revisão, reescrita. A própria Bioética e os sistemas legais coligados aos seus preceitos são demandados nesse mesmo movimento de reconstrução, considerando-se os tráfegos biológicos e a circulação de biomaterial nas trocas capitalistas. A governança e a vigilância do material genético demanda novas regulamentações e novos preceitos, do mesmo modo que novos conceitos de corpos e de sociabilidade seriam necessários, profundamente transformados que se encontram pelos processos de transplante e de hibridação cada dia mais corriqueiros, demandando que se desapegue da compreensão do corpo híbrido como um desvio ou ameaça à integridade do corpo da espécie, ou que se rejeite o reducionismo da monstruosidade, aceitando-se o “desnaturado” em sua diferença, justamente por não existir um “natural” dado. Distancia-se, assim, do sujeito-corpo atomizado para o sujeito-corpo co-envolto, em rede e em relação, em que a consciência e a vida humana são instâncias co-evolutivas às demais formas de vida em interação, configurações, tecnologias, outros corpos, sistemas e ambientes de vida e de ação. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

§ Nascimento. Trata-se da inversão do dispositivo da “supressão antecipada do nascimento”, pela qual se cancela a vida desde o seu surgimento, assegurando que sequer haja a emergência da forma de vida e sua viabilidade. Uma política do nascimento se afirma como a produção contínua da diferença – pois não há um liame identitário que suporta a linha do corte da supressão da emergência da forma de vida – e da possibilidade de toda prática identitária, manifesta na singularidade. O nascimento é a revelação de uma nova forma de vida, a aparição da singularidade. Se a supressão antecipada do nascimento se justificava por uma interconectividade da nação e corpo, a autopertença e a indivisibilidade identificam nascimento e nação, pois o Estado é o corpo dos habitantes – com a consanguinidade relacionado a pátria e a fraternidade em uma mesma pertença nacional. Esposito enfatiza em Arendt¹⁹⁹ a compreensão da politicidade originária do nascimento a partir do impulso originário da potência nova, do agir político e da faculdade de agir que se contrapõe ao medo da morte que instaura políticas conservadoras. As linhas de vida que se iniciam abrem pluralidades diferenciais em que a repetição da renovação é constante – se a biopolítica se refere à vida humana como gênero, a ontologia política se volta à vida individual enquanto distinção do ciclo biológico natural. Além disso, o nascimento marca uma interseção do homem e do animal do animal e do vegetal, do vegetal e do objeto, para além da apreensão dos antropologismos e das filosofias ontológicas, marcando a individuação do vivente em que nascem o somático e o psíquico, entrelaçando-se a singularidade e a plauralidade em um nó biopolítico em que o coletivo não neutraliza o indivíduo, sendo uma forma de individuação mais elaborada.

§ Biopolítica afirmativa e “Imanência: uma Vida”. A decodificação de uma linguagem da vida sugerida por Esposito na filosofia do bíos passa por uma sensibilidade à imanência da vida, conforme expresso em derradeiro texto de Deleuze.

O que é uma imanência? Uma vida... Ninguém melhor do que Dickens narrou o que é *uma* vida, ao considerar o artigo indefinido como índice do transcendental. Um canalha, um mau sujeito, desprezado por todos, está para morrer e eis que aqueles que cuidam dele manifestam uma espécie de solicitude, de respeito, de amor pelo menor sinal de vida do moribundo. Todos se aprestam a salvá-lo, a tal ponto que no mais profundo de seu coma o homem mau sente, até ele, alguma coisa de terno penetrá-lo. Mas à medida que ele volta à vida, seus salvadores se tornam mais frios, e ele recobra toda sua grosseria, toda sua maldade. Entre sua vida e sua morte, há um momento que não é mais do que aquele de uma vida jogando com a morte²⁰⁰.

Em Esposito, na leitura que faz de Deleuze, a imanência²⁰¹ da vida expressa a “confluência de todos os fios sob o signo da biopolítica afirmativa”. Para Deleuze, um

¹⁹⁹ “Como o nazismo fez do nascimento o mecanismo biopolítico de recondução de qualquer forma vital à vida nua, assim Arendt procurou nele a chave ontopolítica para dar à vida uma forma coincidente com a sua mesma condição de existência”. ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 252.

²⁰⁰ DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... **Educação e Realidade**, São Paulo, tradução de Tomaz Tadeu, n. 27, a. 2, p. 10-18. jul.-dez. 2002. p. 12.

²⁰¹ SEBASTIAN ANTONELLI, Marcelo. Pensar la inmanencia: Gilles Deleuze y Francois Jullien*. **Eidos**, Barranquilla, n. 19, p. 81-106, jul. 2013. CARVALHO, Jairo Dias. A imanência, apresentação de um roteiro de estudo sobre Gilles Deleuze. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 28, n. 1, p. 119-132, 2005. RAMIREZ, Mario Teodoro. Devenir inmortal. La crítica de Quentin Meillassoux a la filosofía de la inmanencia de Gilles Deleuze. **Sig. Fil**, México, v. 18, n. 35, p. 32-51, jun. 2016.

campo transcendental abre um fluxo, potenciador ou despotenciador, em que se passa de uma sensação para outra e, contra a “consciência”, apresenta-se como plano de imanência absoluta: refere-se a si próprio, de modo que “uma vida” é potência e beatitude completas. Trata-se de “uma” vida, não “da” vida, distinção que marca a ruptura com a metafísica e a conexão da vida à consciência. A suspensão entre a vida e a morte rompe o tempo e abre a força absoluta do acontecimento, a subjetividade individual se apresenta na simples definição biológica e a nua facticidade vital é revelada. A singularidade absoluta que se apresenta, então, não é mais individuável ou remessível ao indivíduo, mas pertence a um gênero, um dado do impessoal: morre-se, cedo ou tarde, seja de modo for, é um dado impessoal. Esta impropriedade, portanto, cuja diferença só se define em se diferir.

§ Singularidade Impessoal. O ponto preciso de olhar que Esposito orienta, a partir da apreensão de Deleuze, pode se dar, inclusive, para além da própria “normatividade da vida”, como ponto mais distante desta Filosofia da Vida que eclode na singularidade, e que faz ver dentro da vida, ou a partir dela ou em torno de si, uma profusão de virtualidades, de acontecimentos e singularidades. Uma reflexão distinta sobre a vida parece se colocar neste ponto, justamente porque intensifica o universo do impolítico e do impessoal em torno à vida, em torno àquilo que na vida mesmo supera a noção de normatividade, ou mais, que torna a normatividade instrumental, assistente, subordinada, ao contrário do domínio absoluto da vida pretendido pelas políticas sobre a vida e, ainda mais, pelas políticas de morte, que não visam apenas o domínio absoluto e totalizante, sob diferentes intensidades, como também a derradeira aniquilação, mais ou menos diferida no tempo. “uma singularidade impessoal, ou uma singular impessoalidade, a qual em lugar de se fazer aprisionar nas fronteiras do indivíduo as abre a um movimento excêntrico ‘que percorre quer os homens, quer as plantas, quer os animais’²⁰²,

²⁰² Os Estudos Animais Críticos têm destacado que as distinções entre humanos e animais não-humanos decorreram de séculos de uma visão especista que sustentava, inclusive, a supremacia do humano, sendo que, hoje, cientificamente, as categorias humano e não-humano não se sustentam, assim como do humano, da máquina e do animal. A “natureza” da “vida” é, então, insistentemente discutida em termos morais, éticos e legais. Nesse sentido, vidas humana e animal, combatidas em suas cisões conceituais, fundamentam a crítica pós-humanista ao “humano” por meio do ataque à constituição do “humano” como contrário do “animal”, do “mutante”, do “deformado”, do “monstro” e da “máquina”. Integram, assim, o escopo crítico pós-humano, a consciência do ataque humanista ao “animal do humano”, por meio de práticas rigorosas de socialização, sanitização e coerção, expelindo-se do “humano essencial” aquilo que seria animalesco. Ainda, o pressuposto de que, a este “humano essencial” é dada a prerrogativa de dominação, controle, domesticação e extermínio de demais formas de vida animais. Também, a universalização deste “humano essencial”. Assim, a questão do Pós-Humanismo Crítico sobre esta forma do humano se dá justamente em sua pretensão de catalogação da vida e, com isto, a gestão das pertencas e dos espaços de vida. Esta conjunção compreensiva da “vida humana” no humanismo tradicional redundaria em um princípio universal de identidade, que fundamentaria um projeto ético igualmente universal, com todas as autorizações e vedações que viriam a legitimar e justificar formas de extinção, exploração, aniquilação, opressão e outras formas de gestão de vidas não englobadas no universo delimitado destes projetos – em que a “humanidade” é linha de corte político. Os limites entre as espécies e a percepção humana sobre a materialidade dos animais humanos e não-humanos são mediadas por narrativas e representações sobre os entes. Estas representações envolveriam um regime ético no qual os humanos intervêm na vida animal, sendo a Modernidade marcada pela extração do que possa significar vida selvagem da vida humana, representando os meios tecnológicos fontes de uma virada do animal ao humano. Assim, os espaços virtuais de representação linguística, instaurados pelos meios de comunicação, cindiriam as experiências possíveis do animal e do humano. As transformações materiais produziram transformações da ordem simbólica, que, por sua vez, influenciam diretamente as interações possíveis. A questão animal, portanto, ultrapassa em muito problemas como a crueldade com animais em abatedouros, ou circos e laboratórios; a investigação tenderia, então, a se verificar as representações dos animais em narrativas, arte, literatura, ou seja, sua significação cultural e inscrições diversas. A história da distinção humano-animal e o trato organizacional

independentemente das matérias da sua individuação e da forma da sua personalidade”²⁰³. A singularidade, assim, marca a diferença, mas não no plano individual, e sim no da impessoalidade, porque a singularidade não é nem uma afirmação do indivíduo, nem da pessoa, é a coincidência da imanência e transcendência do corpo, preservado o potencial da normatividade de vida que produz e reproduz este inominável em que o orgânico e o inorgânico, o sujeito e o objeto, o interior e o exterior são os limites do vivente. As noções filosóficas do impessoal, em suas múltiplas dimensões, podem vir a redimensionar as múltiplas noções de identidades que formam os pleitos minoritários – mas também os majoritários, pela mesma formação de identidades específicas em grandes esquemas de dominação e subjugação – assim como o modo próprio de funcionamento da racionalidade jurídica em sua apreensão, por meio do manejo de figuras muitas vezes quando não abstratas, veículos de estereótipos, que se reforçam pelos modos próprios de funcionamento das máquinas jurídicas por meio dos poderes soberanos. É claro o modo que o Direito funciona a despeito das sutilezas existenciais envolvidas em todo o cuidado delineador exposto por Deleuze – e, evidentemente, não se exigiria que a realidade funcionasse conforme a estética de um pensador. Mas também é evidente como o filósofo pode despertar ou orientar em torno aos entalhes destes costumes mesmo, e o papel da Filosofia do Direito pode ser exaltado neste movimento mesmo de audição de alertas e exercício da crítica como repensar, reinterpretar e revalorar (ou transvalorar) aquilo que se convencionou e se apreende como o real e as nossas técnicas²⁰⁴ de intervenção e de reprodução destes cenários.

humano desta divisão, por meio da institucionalização do discurso especista, seria, então, uma das principais frentes dos Estudos Animais Críticos, principalmente na medida em que este dualismo é tido por natural. Os animais como forma de representação (literatura, filmes, discursos, apreensões científicas) e em suas materialidades (como trabalho, como sujeitos de experimentações, como carne para consumo) são enfocados neste contexto de dominação acrítica, deflagrada em seu aspecto de construção social de uma categoria semântica e política. Os direitos animais, assim, no Pós-Humanismo Crítico, são colocados de frente pretensões humanas, o que é especialmente afetado pela concepção da “singularidade” do humano enquanto legitimação das dominações e exclusões. Com isso, passa-se a pensar problematizadamente como os humanos percebem e representam outras espécies não-humanas, como ignoram similitudes, como estabelecem hierarquias e ascendências, como se codificam as diferenças das espécies. Por isso, os Estudos Animais Críticos se voltam da passagem do foco da produção da morte animal (matança), ou seja, a realização de sua mortalidade a partir da ação humana, para a natalidade, isto é, a criação planejada de animais por humanos. Economias, mecanismos institucionais e ideologias ofereceriam, para cada cenário de práticas, diferentes ontologias para humanos e para animais. O Pós-Humanismo Crítico seria, assim, anti-especista, por força da própria compreensão de vida humana que assume. Desta maneira, objetaria as formas naturalizadas de controle, domesticação, opressão, exploração, guarda e manejo das vidas animais. O especismo é um discurso social sustentado por diversas formas de representação, instituições e práticas que naturalizam e corroboram a exploração. O Pós-Humanismo Crítico teria o papel de desfazer tais discursos, especialmente por meio da visão do entrecruzamento das espécies, a hibridação das formas de vida, a dependência mútua e a co-evolução. Central à crítica anti-especista, assim, seria justamente à crítica ao antropocentrismo humanista, com base em argumentos morais tais como os da liberação animal (Peter Singer). Para o pensador, o racismo seria ele mesmo uma forma de especismo, ambas discriminações sem qualquer escopo em termos biológicos ou genéticos, o que se soma ao fato de juízos morais e prescrições serem deontológicos sobre como se devem tratar formas de vida, e não descritivos das relações que efetivamente se realizam – o que leva o autor a propor a posição moral de um tratamento igualitário às formas de vida, sem considerações sobre inteligência, capacidade moral, força física etc. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

²⁰³ ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 272.

²⁰⁴ O trabalho da escrita pode ser um espaço importante de localização da singularidade: “Quando o papel-imprensa se torna capaz de uma escrita-vida, liberta um tempo em que os seres-objetos do mundo, a vida, não estão no papel, representados no papel; afirma que o papel não comunica conteúdos, informa códigos, não é uma mera expressão das ciências, do mundo, da vida e torna possível o desaparecimento do ‘Eu’ que correspondia aos sentidos. Desviando do comunicar, informar, mediar para um *entrar em*

§ Biopolítica Afirmativa. A “biopolítica afirmativa” pode ser compreendida como uma proposta filosófica específica de Roberto Esposito em torno à análise dos pressupostos biotanatopolíticos nazi, de modo que, pela penetração no cerne destes pressupostos, seja possível a volta ao avesso para a inversão dos resultados mortíferos, do que se poderiam buscar traços de uma biopolítica, então, afirmativa, como visto em subseção precedente. Tomando-se os dispositivos imunitários da “normatização da vida”, da “dupla clausura do corpo” e da “supressão antecipada do nascimento” como formas de produção política da morte, Esposito²⁰⁵ propôs, então, a “vitalização da norma” como contraponto à “normatização da vida”, a “carne” à “dupla clausura do corpo” e o “nascimento” à “supressão antecipada do nascimento”. Destas inversões tanatopolíticas emergem a diferença, a singularidade e a pluralidade como possíveis afirmáveis pela normatividade da vida, abrindo-se o possível para além do normatizado, do dado como poder sobre a vida, como expressão do mais amplo múltiplo. Conforme o autor, “[...] se aquela dobra impessoal que atravessa a vida em seu conjunto se vincular também com a infinita multiplicidade de cada uma das formas de vida, então algo como uma biopolítica afirmativa pode aparecer no horizonte”²⁰⁶.

Entrevê-se neste passo qualquer coisa que, se não chega ainda a delinear a figura de uma biopolítica afirmativa, a antecipa em mais de um aspecto. Se o lermos em sobreimpressão com as páginas de Dickens a que já se fez referência, percebemos que esses caracteres emergem mais uma vez no reverso da tanatopolítica nazi: a vida que qualifica, despersonalizando-a, a experiência de Riderhood está, como no laboratório nazi, em contacto directo com a morte. Aquilo a que se chama ‘carapaça externa’, ou ‘massa flácida de matéria mortal’, tem tão pouco a ver com ‘casas vazias’ e ‘a vida sem valor’ de Binding a Hocke – com a carne de forno de Treblinka. Mas com uma diferença de fundo que respeita à direcção da marcha – já não da vida aparenta para a morte, mas sim da morte aparente para a vida para a qual Riderhood desperta. Quando Deleuze fala de uma ‘espécie de beatitude’ como de uma condição que está para além da distinção entre o bem e o mal porque precede, ou talvez siga, o sujeito normativo que lhe dá o ser, alude também ele a uma ‘norma de vida’ que não subordine a vida à transcendência da norma, mas faça da norma o

*comunicação com o mundo, no próprio papel. Não revelando um conteúdo que estaria escondido, antes multiplicando, esfacelando e dispersando mundos. Avizinhando partes dispersas transversalmente. Dissolvendo mundos. Explodindo conteúdos. Comunicações virulentas no próprio papel, que geram canais de passagens, propagação de signos de vida. Tempo de caos e multiplicidade. A comunicação deixa de ser um princípio do papel-imprensa e passa a resultar do jogo das máquinas, das peças, dos fragmentos incomunicáveis. Numa efetuação que não é da ordem das interpretações, explicações, desenvolvimentos e analogias. Trata-se de uma busca distinta: da criação. Uma criação inútil, catastrófica, improdutiva e bizarra. Sem reminiscências, essências e equivalentes espirituais na vida, sem leis gerais e totalizações. Sem exterioridade, órfã, sem ninguém dentro, nem fora. Uma potência do papel de libertar uma verdade nebulosa, turva, onde a indiscernibilidade entre realidade e ficção, e a indecidibilidade entre verdadeiro e falso, tornam-se potentes. Se há morte, se há um querer morrer, na criação, é de um modo muito distinto do que na descoberta, revelação e interpretação. Talvez se aproxime da sensação de ‘um beijo no rosto morto’ (LISPECTOR, 1978)”. DIAS, Susana Oliveira. Papel, vida e acontecimento... **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 11, n. 3, p. 649-664, dez. 2011.*

²⁰⁵ ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 224.

²⁰⁶ Tradução livre de: “Si aquel pliegue impersonal que atraviesa la vida en su conjunto, se vincula también con la infinita multiplicidad de cada una de las formas de vida, entonces puede asomarse en el horizonte algo como una biopolítica afirmativa”. ESPOSITO, Roberto. Biopolítica y Filosofía: (Entrevistado por Vanessa Lemm y Miguel Vatter). **Revista de Ciencia Política**, Santiago v. 29, n. 1, 2009. Disponível em: < http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2009000100007>. Acesso em: 30 ago. 2017.

impulso imanente da vida. A referência ao impessoal, como único modo vital do singular, não é alheia à superação de uma semântica da pessoa representada desde as origens da nossa cultura no seu estatuto jurídico – pelo menos enquanto o direito seja, e continue a ser, instrumento de individualidade intangível da pessoa. É este nó biojurídico entre vida e norma que Deleuze convida a desatar de uma forma que, em vez de separá-las, reconheça uma na outra, encontre na vida a sua norma imanente e devolva à norma a potência em devir da vida. Que um único processo atravessasse sem solução de continuidade toda a extensão do vivente – que seja qual for o vivente deva ser pensado na unidade da vida – significa que nenhuma parte dela possa ser destruída em benefício de outra: qualquer vida é forma de vida e qualquer forma se refere à vida. Não é este o conteúdo nem o sentido último da biopolítica. Mas é pelo menos o seu pressuposto: se mais uma vez vai ser renegado numa política de morte, ou vai ser afirmado numa política de vida, dependerá também do modo como o pensamento contemporâneo siga as suas pegadas²⁰⁷.

A biopolítica afirmativa nasce do esforço intelectual de tornar a lógica tanatopolítica em uma política de vida. Esposito identificou o excesso de normatização e o excesso de naturalização por meio de uma sobreposição da norma à natureza e da natureza como antecedente da norma, o que permitiu, então, a constituição de uma “norma de vida” absoluta. O movimento compreensivo, então, proposto por Esposito, seria justamente o de restituição dos termos, “vida” e “norma”, aos seus significados não cooptados nesta estrutura tanatopolítica. Para isso, Esposito propõe uma vitalização da norma como contraponto à normatização da vida, ao que as grandes filosofias do direito e da norma²⁰⁸ não têm respostas: nem o positivismo, nem o naturalismo, nem o decisionismo, nem o normativismo. Para Esposito, assim, Kelsen, Schmitt, Hobbes ou Kant seriam inutilizáveis para o pensamento afirmativo da biopolítica, razão pela qual recorre, então, a Espinosa. Na leitura de Esposito sobre Espinosa, neste autor se poderia identificar uma relação da norma e da natureza, da vida e do direito, substituindo-se a lógica comum da pressuposição por outra, uma lógica de imanência recíproca. Norma e vida, nesse sentido, não se pressupõe entre si, porque integram uma mesma e única dimensão em permanente devir. O poder de viver e de agir, assim, teria em sua potência a carga de direito e de poder atribuídos, de modo que normas de vida se enunciam ao invés de se buscarem pressupostos, estando fundidas em um mesmo movimento em que a vida é regulada desde sempre e a norma traz em si o conteúdo vital. Os direitos e os deveres, o lícito e o proibido, não são assignados exteriormente aos sujeitos de fora, tal como prescreve a técnica do transcendentalismo moderno, mas sim a expressão da modalidade intrínseca da vida, na expressão da incontível potência de existir. A vida se dá, na leitura espinosiana de Esposito, a regra imanente necessária para que atinja o máximo da sua expansão²⁰⁹, o que vai em sentido contrário às filosofias imunitárias que conferem à transcendência da norma o imperativo de preservação da vida e a sujeição normativa. A norma, portanto, assume a dimensão de um princípio pelo qual se verifica a equivalência ilimitada de todas, e de

²⁰⁷ ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 273.

²⁰⁸ “9ª Lição. O direito estatal e legislado expressa uma vontade política que se plasma no processo legislativo, é política ‘solidificada’, duradoura e capaz de se impor. A respectiva teoria e metodologia do direito não podem negar ou olvidar o fato básico de que as normas jurídicas servem a fins e metas de caráter político, sob pena de perderem seu objeto ou, como consequência disto, errar sobre a realidade do direito e de sua execução”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 228.

²⁰⁹ “[...] qualquer forma de existência, mesmo desviante ou defeituosa de um ponto de vista mais limitado, tem a mesma legitimidade de viver segundo as suas possibilidades no conjunto das relações em que se insere”. ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 262.

cada uma, expressões de formas de vida singulares, perdendo-se o sentido de norma como medida de direito à vida ou dever de morte. Para Esposito, a Filosofia do Direito seria um espaço com resistência para se pensar a norma ao mesmo tempo em que a vida, tendo assimilado poucos reflexos, por exemplo, da reflexão de Espinosa²¹⁰ sobre a norma, sem abordagens, portanto, do movimento normativo em que o desenvolvimento individual e coletivo se deem em tradução constante um no outro e, ainda, a norma pensada na vida, nem sobre, nem a partir dela. Esposito destaca, assim, a concepção de Simondon de “transindividual”, em que os indivíduos são modos infinitos de uma substância que exprime a multiplicidade, o que se soma à compreensão de Espinosa em que as individuações e as constantes reproduções elidem a imagem do indivíduo estável e homogêneo e a de Nietzsche em que o corpo individual é composto por fragmentos de outros indivíduos e em trânsito a outros, em intensidade e frequência de intercâmbio sem identidade originária. Uma tendência à eternidade, assim, seria a expressão da consciência do relativo, em que não se pretende deter o devir, absolutizar uma origem, privilegiar uma estrutura, mas conhecer uma metaestabilidade de normas. Para Esposito²¹¹, Espinosa e Simondon inserem a constituição das normas no interior do movimento da vida e fazem da vida a fonte primária de instituição das normas.

O conceito de “biopolítica afirmativa” é complexo, não é exemplar ou um modelo hermenêutico, e, também, possui um amplo e inmensurável potencial interpretativo. Como afirmou o pensador em entrevista²¹²:

Com os nacionalismos e os racismos de Estado este efeito destrutivo se radicalizou, transformando a biopolítica em uma autêntica tanatopolítica. Desde o momento em que se proclama que a vida de um determinado povo constitui o valor máximo e absoluto, pode-se-lhe sacrificar a vida de qualquer outro povo que pareça lhe infectar desde seu interior ou de seu exterior. Como consabido, o resultado desta obsessão bio-tanatopolítica foram os cinquenta milhões de mortos na Segunda Guerra Mundial e todos os genocídios a esta precedentes e subsequentes. Isto dito, creio que hoje não seja mais possível sair do horizonte, simbólico e material, da vida; que a vida seja, em todo caso, transcendental – isto é, a categoria constitutiva da qual resultam as demais –

²¹⁰ “[...] mais do que enquanto aparelho imunitário de auto-conservação, a ordem jurídica configura-se então em Espinosa como um sistema metastizável de contaminações recíprocas em que a norma jurídica radica na biológica, reproduzindo as suas mutações”. ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 264.

²¹¹ “[...] para que a normatividade de um sistema de normas seja completa impõe-se que no seu interior já esteja prefigurada a sua destruição enquanto sistema, bem como a sua possível tradução num outro sistema segundo uma ordem transdutiva” ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 264.

²¹² Tradução livre de: “Con los nacionalismos y los racismos este efecto destructivo se ha radicalizado, transformando la biopolítica en una auténtica tanatopolítica. Desde el momento en que se proclama que la vida de un determinado pueblo constituye el valor máximo y absoluto, se le puede sacrificar a dicho pueblo la vida de cualquier otro que parezca infectarla desde el interior o desde el exterior. Como es bien sabido, el resultado de esta obsesión bio-tanatopolítica han sido los cincuenta millones de muertos de la Segunda Guerra Mundial y todos los genocidios que la han precedido y seguido. Una vez dicho esto, creo que hoy ya no es posible salir del horizonte, simbólico y material, de la vida; que la vida es, en todo caso, el trascendental –es decir, la categoría constitutiva de la que resultan todas las demás– de nuestro tiempo. Por supuesto hay que tratar de cambiarle completamente el sentido. Eso es lo que pretendo hacer con la expresión de «biopolítica afirmativa», o también con la de «política de la vida» en tanto que contrapuesta a la de «política sobre la vida». Cuál pueda ser el sentido de esta expresión no es algo que pueda decirse en pocas líneas. Ni siquiera es concebible que pueda emerger en el trabajo de un solo autor. Se trata de una tarea, quizás de la tarea filosófica de nuestra generación”. CÍRCULO DE BELLAS ARTES. Una biopolítica afirmativa. Entrevista con Roberto Esposito. Antonio Valdecantos. Disponível em: <<http://www.circulobellasartes.com/revistaminerva/articulo.php?id=356>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

do nosso tempo. É claro que sob um sentido diferente. É o que pretendo realizar com a expressão ‘biopolítica afirmativa’, ou também com ‘política da vida’ em contraponto a ‘política sobre a vida’. **Qual poderia ser o sentido desta expressão não é algo que se possa dizer em poucas linhas. Nem sequer que poderia advir do trabalho de um único autor. Trata-se de uma tarefa, talvez a tarefa filosófica de nossa geração**²¹³. [grifou-se].

Diante desta abertura reflexiva proporcionada pela ideia da biopolítica afirmativa, poder-se-ia então estabelecer uma linha reflexão em torno das pretensões da responsabilidade socioambiental contemporânea e o que ela pode significar em termos de uma política que não seja incidente sobre a vida, mas que permita a emergência das multiplicidades da vida (poder da vida). Igualmente, está em jogo uma profunda interpretação²¹⁴ a ser dada aos sentidos dos direitos subjetivos e em que medida eles podem cumprir sua função de intermediar e, mais gravemente, garantir espaços possíveis de ocorrência das multiplicidades, sob pena de o direito (ou, algumas formas de direito cuja juridicidade pode ser questionada) se reduzir a instrumento de homogeneização, opressão e exclusão da diversidade das formas de vida.

Qual seria a proposta concreta de uma biopolítica afirmativa, de uma política da vida, em contraposição a uma política sobre a vida?

R. É a questão que é sempre endereçada a mim. **É difícil dar uma resposta que vá além da situação e do contexto em que nos encontramos.** Uma biopolítica afirmativa na Europa seria a que reconstituísse o bem-estar que as políticas neoliberais derrubaram. Nos Estados Unidos, elas onde nunca houveram, devem ser construídas. Na África, seria algo muito mais radical, em termos de sobrevivência humana e ambiental. Se apenas as patentes das empresas farmacêuticas, que elevam excessivamente o preço dos medicamentos, fossem eliminadas, uma boa parte das doenças endêmicas seria erradicada. Aqui, temos já um exemplo concreto de biopolítica afirmativa²¹⁵. [grifou-se].

Trata-se, assim, de um jogo de normatizações²¹⁶ e sobre como as multiplicidades da vida podem ou não prosseguir em suas realizações efetivas, compreendendo-se, portanto, diferentes arranjos possíveis.

²¹³ CÍRCULO DE BELLAS ARTES, *idem*, online.

²¹⁴ O exemplo dos usos tanatopolíticos do Direito nazi permitiu afirmar o papel da interpretação no Direito: “1ª Lição. É possível contornar todo um ordenamento jurídico senão pela via interpretativa”. Igualmente: “4ª Lição. A mudança de sistema em 1933 mostra muito claramente, com o exemplo radical da alteração constitucional e de todos os valores políticos (certamente, em um caso extremo), com quais instrumentos de técnica jurídica um ordenamento jurídico (legal) herdado pode ser “remodelado” mediante interpretação e posto a serviço de novos valores sociais e políticos”. Também: “14ª Lição. Bem vista, a tese da força normativa das ‘instituições’ acaba em uma transferência das competências normativas do legislador às instâncias aplicadoras do direito. Pode-se reduzir à seguinte fórmula: todo o poder normativo aos intérpretes”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 226-229.

²¹⁵ CANTARINI, Paola. Entrevista com o filósofo italiano Roberto Esposito por Paola Cantarini. **Estado de Direito**. Informação formando opinião. Tradução de Paola Cantarini em 02.2019. Disponível em: <<http://estadodedireito.com.br/entrevista-com-o-filosofo-italiano-roberto-esposito/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

²¹⁶ A “norma” é o ponto máximo da desconstrução do paradigma imunitário: “[...] é plenamente normal não aquele que corresponde a um protótipo pré-fixado mas o indivíduo que conserva intacta a sua potência normativa e esta é a capacidade de criar continuamente novas normas”, propõe, então, Esposito; “o homem normal é o homem normativo, o ser em condições de instituir novas normas”. A normalidade biológica não está na capacidade de impedir variações, ou até doenças, do organismo, mas na de as integrar no tecido

§ Biopolítica Afirmativa e Pós-Humanismo – um direito a vida ao invés de um direito sobre a vida. Para a pesquisadora Vanessa Lemm²¹⁷ a preocupação central da biopolítica afirmativa não se reduziria à identificação da estabilização, da crítica, da transformação ou da revolução das instituições políticas. O foco, para a autora, seria a pergunta sobre a significação de se “ser humano”, o que, na conjugação de Nietzsche e Foucault, resultaria como uma política do reconhecimento da animalidade do ser humano, animal em cuja política a condição de vivente está posta. Lemm rememora a defesa de Esposito da Grande Política de Nietzsche, na qual o sentido do humano seria central enquanto espécie humana, continuidade e contraste de outras formas de vida orgânica e inorgânica – e a grande paisagem da vida total, humana, animal, vegetal, suas relações de dependência e seus efeitos recíprocos. Lemm considera, assim, que, neste sentido da vida, Nietzsche seria um pós-humanista: a preocupação com o homem futuro e a necessidade da superação do humano, para além das concepções morais, racionais e políticas, obsoletas e ociosas em torno à forja do homem moderno. A biopolítica afirmativa e pós-humanista de Nietzsche não seria uma obsessão pela exterminação da vida degenerada ou parasitária, mas a afirmação de toda vida. A afirmação, ao seu turno, em Esposito, na leitura de Lemm, seria justamente a liberação das forças positivas, produto da autosupressão da negação mesma, e não um resultado e síntese de uma dupla negação. O negativo, assim, é afirmado como parte essencial da vida. Por isso, Lemm enfatiza que a biopolítica afirmativa pensa a unidade, a continuidade e a totalidade da vida, em que as formas se referem umas às outras, não se podendo suprimir uma em nome da outra. Na visão pós-antropocêntrica e de conjunto da vida de Nietzsche, Lemm destaca que a totalidade da vida emerge como o mundo inteiro de animais e plantas que, sem hierarquias, concorre simultaneamente, dominando-se, confundindo-se, enfrentando-se, de modo que as formas de vida se interrelacionam radicalmente, não se dissolvendo em qualquer progressão material ou temporal – o que levaria Nietzsche a desprezar evolucionismos e individualismos em nome de trânsitos e transições contínuas, incluindo-se uma repulsa pela distinção do orgânico e do inorgânico (este teria sua própria dinâmica de vontade de poder e de atração e afastamento). Influenciados por esta concepção, Deleuze teria enfatizado o “devir animal do homem”, conjunto este que, por sua vez, permitiria a Braidotti propor o “sujeito nômade”, constituindo-se formas não lineares, não fixas e não unitárias de composição da subjetividade, eis que a percepção se dá pela multiplicação de multiplicidades de identidades deslocadas. No humano, assim, sobreviveriam o animal e o vegetal, sendo aquele incompreensível senão na trama maior da vida, de modo que o homem nunca é individual, vivente de alguma linha de uma totalidade orgânica, o que Braidotti qualifica como interconexão e cadeia de conexões, transgênicas e transespécie, governadas pela zoé, que é a força geradora da vida não humana, em que os sujeitos, então, aparecem como não unitários, encarnados e de múltiplos pertencimentos. A história do mundo orgânico, para Nietzsche, conforme Lemm, seria a ativação dos modos como o ser humano se relaciona com o mundo e esta totalidade de vida, ecoando a totalidade dos tempos, o passado dos seres sensíveis (que continuam poetizando, amando,

normativo”. A vida é interpretada, então, em uma perspectiva não dominada pelo instinto de conservação – lei de uma vida retirada que se reserva dos riscos de afrontar novos riscos. “O organismo saudável procura menos manter-se no seu estado e no seu ambiente presentes do que realizar a sua natureza. Ora, isto requer que o organismo, enfrentando riscos, aceite a eventualidade de reações catastróficas [...]”; deste modo, “[...] é contra a normalização imunitária da vida que a lógica do vivente pode injectar também na norma jurídica uma potência semântica capaz de a impelir para além da sua definição habitual”. ESPOSITO, Roberto. **Bios. Biopolítica e filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 269.

²¹⁷ LEMM, Vanessa. Nietzsche y la biopolítica: cuatro lecturas de nietzsche como pensador biopolítico. **Ideas y Valores**, Bogotá, v. 64, n. 158, p. 223-248, maio 2015.

odiando, concluindo). Para Lemm, a afirmação da interrelação e interconexão das formas de vida, compreendidas sem hierarquias, é uma postura imprescindível à biopolítica afirmativa em razão de sua oposição tanto ao racismo quanto ao especismo²¹⁸, bases da tanatopolítica. A biopolítica afirmativa é oposição à biopolítica fascista, reagindo às classificações entre espécies e de raças dentro do humano, afirmando, assim, a continuidade do humano, do animal e das outras formas de vida. A biopolítica afirmativa, nesse sentido, na leitura de Lemm sobre o caráter biopolítico afirmativo pós-humano, contribui para uma pluralização das formas de existência singulares, superando-se as fronteiras que a civilização ocidental estabeleceu entre o humano e as outras formas de vida. Nesse sentido, seriam dois os grandes aspectos do projeto filosófico de Nietzsche: a criação de valor tendo por fonte a vida ela mesma, e não o homem, o que confere a normatividade da vida, em relação a outros valores; e, também, a superação das fronteiras entre as formas de vida humana, animal, vegetal, inorgânica, desfazendo-se a dominação biopolítica da natureza, dentro e fora do humano, em suas apreensões de representação. A relação afirmativa com a natureza, assim, seria uma prioridade, sem o enquadramento

²¹⁸ Nayar enfatiza a compreensão de Cary Wolfe sobre o especismo, em contraste à cidadania multiespécies proposta pelo Pós-Humanismo Crítico. Enquanto a estrutura de subjetivação segundo padrões de humanismo especista permanecerem, estará garantido o direito institucional de exploração sistemática e direito de morte sobre os animais não-humanos pelo simples fator da espécie. Este mesmo discurso humanista, que modula o “humano” como baliza de justificações, estará disponível para abrir frentes de humanos contra humanos, um mesmo semblante de violência que se estende ao gênero, à etnia, à classe, à diferenciação sexual etc. Esta fundamentação valorativa, normativa, interpretativa e de secessão, destaca-se no objeto desta tese, não raro assume a característica de embasamento de tanatopolíticas, desde os abatedouros até os campos de morte. Esta sensibilidade à intrínseca conexão entre o humanismo especista e a postura discriminatória, como o racismo e o sexismo, estão no cerne de um “novo humanismo” contido no horizonte do Pós-Humanismo Crítico. Por isso, o Pós-Humanismo não se reduz a uma composição de humanos com próteses e implantes destinados ao melhoramento das qualidades e habilidades humanas – como seria na visão do Pós-Humanismo Popular. O Pós-Humanismo Crítico exalta, assim, as especificidades de habilidades, qualidades e consciência do humano, mas as coloca em evolução conjunta com outras formas de vida, tecnologias e ecossistemas. O Pós-Humanismo Crítico não admite o “humano” como centro de todas as coisas, mas vê o “humano” como uma instanciiação em uma rede e entrelaçamento de conexões, trocas, ligações, entrecruzamentos de múltiplas formas de vida. Esta visão integrada do Pós-Humanismo Crítico decorre da contraposição aos modelos científicos e filosóficos de descrição e atribuição da diferença e da categorização com base em referências humano/não-humano, humano/máquina, humano/inumano, e que estabeleceram a figura do “Humano” como uma categoria que, ao final, se demonstrou altamente excludente. O Pós-Humanismo Crítico, assim, vincula-se aos projetos teórico-críticos (do Pós-Estruturalismo, do Feminismo e dos Estudos Tecnocientíficos) que se opõem à construção de quaisquer sistemas excludentes, segregatórios, de distinção, pureza, coerência e separação de corpos, subjetividades e identidades, seja em Biologia, Literatura, Filosofia ou Política. Por outro lado, valorizam-se os modelos que operem segundo lógicas de mistura, assemblagens, assimilações, contaminações, “loops” de “feedbacks”, trocas de informações e fusões. Contrapondo-se ao padrão identitário especista do humanismo tradicional (único e autocontido), o Pós-Humanismo Crítico enfatiza as identidades interespécies, buscando-se os limiares do “humano”, a figura que expressa que a evolução humana é menos baseada no “Ser” e mais no “Tornando-se com”, em expressão de Donna Haraway. As concepções do Pós-Humanismo Crítico, assim, seriam mais integradas e avançadas do que as considerações pontuais dos Humanismos Críticos (Estudos Raciais, Anti-Humanismo Pós-Estruturalista, Estudos Tecnocientíficos, Estudos Feministas), até porque o Pós-Humanismo Crítico se assenta em resultados das múltiplas desconstruções destes outros campos de estudo. O “humano”, então, é visto como co-envolto em ecossistemas, processos de vida, materiais genéticos, animais e outras formas de vida, assim como a tecnologia não é entendida como protética ao humano, mas constituinte deste de modo integral. Assim, pelo Pós-Humanismo Crítico se destacaria os modos pelos quais máquinas, corpos orgânicos, humanos e outras formas de vida são mais ou menos articulados, mutualmente dependentes e em coevolução. Posiciona-se criticamente à centralidade dada pelo Humanismo Tradicional e pelo Transhumanismo à razão e à racionalidade, com suas fantasias de desencarnação, oferecendo uma compreensão mais ética e inclusiva dos processos de vida. No lugar do sujeito soberano, o Pós-Humanismo Crítico enfatiza o “sujeito não-unitário” – conceito de Luce Irigaray. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

em uma relação de objeto e sujeito ou de dominação e sem o recurso a um conceito em detrimento da imagem. A biopolítica afirmativa pós-humana desespecifica a vida animal, o que passa pela desconstrução da cultura e distinção do humano, do inerentemente humano. Ao afirmar a vida como força intrinsecamente cultural, Nietzsche localizaria que a vinculação do ser humano às outras formas de vida se dá pela criatividade²¹⁹ inerente à normatividade da vida. Deste modo, Lemm conclui que uma leitura via biopolítica afirmativa produz um resultado distinto daquele por meio da leitura imunitária: para esta, tratam-se das concepções imunitárias, negadoras da vida, por priorização da segurança e da proteção ante nós mesmos e aos outros. Para a biopolítica afirmativa, e como saída de seu binarismo com a tanatopolítica, estar-se-ia diante do desafio de criar marcos jurídicos

²¹⁹ Biopolítica e Literatura, na leitura de Julieta Yelin, seriam dois campos em constante aproximação. Para a pesquisadora, do diálogo entre biopolítica e estudos literários emergiria a “biopoética”, perspectiva de estudo do pensamento literário da vida. A biopoética, em uma vertente ficcional e crítica, problematizaria a relação entre escritura e vida, interagindo literatura, filosofia e política na forma textual. A autora propõe, ainda, que a biopoética seja enlaçada à biopolítica afirmativa de Esposito. “Se é possível afirmar que a filosofia chega depois, isto é, que a literatura pode prenunciar certas transformações por meio da imaginação conceitual, esta afirmação tem que se vincular, necessariamente, com a capacidade do dizer literário para pensar a linguagem a partir da linguagem. Nisto se detêm vez ou outra os filósofos leitores de literatura a que acabamos de aludir [Deleuze leitor de Dickens; Agamben leitor de Melville; Esposito leitor de Kafka]; e esta reflexão parece apontar de modo insistente ao ocaso da metafísica humanista como paradigma do pensamento e o surgimento de formas de teorização sensíveis aos jogos de poder e de saber, dos quais as ‘verdades’ são efeito. Biopoetizar é pensar em termos de uma vida e não nos da vida, experimentar com novas formas de vida que, por sua vez, colaboram na construção de novos conceitos políticos por meio da geração de contrastes, resistências, conflitos, em um diálogo que afeta a ambas esferas, por igual. Não há, pois, como desvincular as formas de vida das formas de pensamento – assim como é impossível discernir, nesta mesma perspectiva, entre linguagem e experiência. O pensamento literário constitui, portanto, uma fonte conceitual de enorme riqueza: ao propor formas de conhecimento que excedem, como dito, a esfera racional, a escritura entra em contato direto com a natureza sensível, ambígua, instável da linguagem. Deste contato nascem também biopolíticas de interpretação, um horizonte crítico pelo qual se pensa o dizer literário a contrapelo das valorizações imperecíveis da estética”. Tradução livre de: “Si es posible afirmar que la filosofía llega después, es decir, que la literatura puede preanunciar ciertas transformaciones a través de la imaginación conceptual, esto tiene que vincularse necesariamente a la capacidad del decir literario para pensar el lenguaje desde el lenguaje. En eso se detienen una y otra vez los filósofos lectores de literatura a los que acabamos de aludir; y esa reflexión parece señalar de modo insistente el ocaso de la metafísica humanista como paradigma de pensamiento y el surgimiento de formas de teorización sensibles a los juegos de poder y de saber, de los que las “verdades” son efecto. Biopoetizar es pensar en términos de una vida y no en los de la vida, experimentar con nuevas formas de vida que, a su vez, colaborarán en la construcción de nuevos conceptos políticos a través de la generación de contrastes, resistencias, conflictos, en un diálogo que afecta a ambas esferas por igual. Pues no hay modo de deslindar las formas de vida de las formas de pensamiento -así como es imposible discernir, desde esta misma perspectiva, entre lenguaje y experiencia-. El pensamiento literario constituye, por tanto, una fuente conceptual de enorme riqueza: al proponer formas de conocimiento que exceden, como hemos dicho, la esfera racional, la escritura entra en contacto directo con la naturaleza sensible, ambigua, inestable del lenguaje. De ese contacto nacen también las biopolíticas de la interpretación, un horizonte crítico desde el que se piensa el decir literario a contrapelo de las valoraciones imperecederas de la estética”. YELIN, Julieta. Leer y escribir la vida. Aproximaciones a una perspectiva biopoética. **Lit. teor. hist. crit.**, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 321-336, jun. 2019. p. 325. Esta visibilidade artística pode ser considerada uma visão de alteridade: “Virílio nos fala da perspectiva do cinema, onde a lentificação do tempo permite que algo novo se instaure. Não uma invenção de algo que não exista, mas um modo de apreender o que antes não poderia ser visível. Assim como observar uma flor na experiência do autista - por não estar submetido à ordem do foco, é dar a ver um campo que se constitui na abertura para o acontecimento de cada evento, a flor não é vista como uma individualidade, mas como um campo de ressonâncias onde a luz, o odor, a temperatura, os fluxos de tempo e espaço se fazem presentes. Estados emergentes... são estes que inoculam ninhos de criação”. BORGES, Helia. Modulações do existir: entre luzes e sombras. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 191-195, ago. 2017. p. 195. Ainda: MONTOYA-JUAREZ, Jesús. La velocidad de los cuerpos: mercado, distopía y desecho en Los días de la peste, de Edmundo Paz Soldán. **Co-herencia**, Medellín, v. 16, n. 30, p. 159-187, jun. 2019.

capazes de promover a melhoria das formas de vida comuns e compartilhadas com outros animais, constituindo-se um direito a vida em lugar de um direito sobre a vida.

§ Democracia Biopolítica. O conceito de biopolítica, pela via da desconstrução do bíos e a relação da biopolítica com a tanatopolítica operados em Esposito permitem a reconversão afirmativa que se traduz habilmente em um jogo de biopolítica democrática ou democracia biopolítica, em novas reconfigurações não exaurientes²²⁰. Assim como a biopolítica afirmativa, a democracia biopolítica é um indicativo não realizado, diferente de um modelo dado, estruturado e definitivo, ou mesmo de um projeto a ser executado por um arranjo institucional específico. O campo biopolítico, diferentemente da tradição da teologia política, se veicula por conceitos com menor pretensão de estaticidade – no sentido mesmo de ausência de movimento que garante uma segurança e uma previsibilidade – e se insere em uma fluidez imprescindível para que se possa pensar o espectro da multiplicidade do modo mais amplo possível, resguardadas as posturas responsáveis, alteritárias e mesmo de prudência em relação à normatividade da vida e à vontade de potência. Uma democracia biopolítica, assim, pode ser entendida como aquela em que:

[...] todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode tornar-se vetor de valorização e de autovalorização. Assim, o que vem à tona com cada vez maior clareza é a biopotência do coletivo, a riqueza biopolítica da multidão. Esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas que, nos seus poderes de afetar e de ser afetado e de constituir para si uma comunialidade expansiva, desenha as possibilidades de uma democracia biopolítica²²¹.

Uma problemática da “democracia biopolítica”²²², assim, envolve a correlação dos dois campos, de modo que um seja significativo em relação às questões postas pelo outro. A democracia, pois, pode ser um dos meios de produção da resistência às investidas dos biopoderes, ou seja, em face aos efeitos dos meios de controle, administração e gestão sobre a vida. Uma radicalização da democracia, assim, seria uma das vias de estabelecimento da relação. Nesse sentido, o espaço da democracia poderia incorporar o problema biopolítico, em sua linguagem e concepção políticas, abarcando aqueles universos negligenciados pelas visões de mundo da Teologia Política moderna tradicional e suas categorias, buscando-se a abertura a novas formas de vida e de convivência. O signo negativo de biopolítica recai sobre a violência soberana legitimada pela hierarquização das formas vitais, remetendo à crítica da dominação, de modo que a força positiva, então, pode se afirmar no campo da emancipação e, mais do que isso, das novas formas e reinvenções democráticas – e a radicalização da democracia como forma de vida, passando-se da compreensão da democracia como regime político para ampliar sua potência enquanto forma de Estado: um Estado democrático consciente de sua dimensão de democracia biopolítica, dos riscos tanatopolíticos e da criação de espaços da biopolítica afirmativa. O corpo, assim, precederia o “homem”, o “cidadão”, o “sujeito de direitos” no regime da democracia biopolítica, que sequer um regime poderia ser

²²⁰ SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética como forma de resistência à biopolítica e ao biopoder. **Revista Bioética**, Brasília, n.3, v.18, p. 519-535, 2010.

²²¹ PELBART, Peter Pál. **Vida capital**. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 24.

²²² Parágrafo com base no estudo de: CONNO, Diego. Poder, política y resistências. Hacia una democracia biopolítica. **Rev. Sociedad & Equidad**, Nuñoa, n. 4, jul. 2012

considerado, uma vez que não se trata de um modo de gestão ou de administração regulada das formas de vida – até porque sua oposição se dá aos reducionismos destes modos de convivência que se firmaram como modos hegemônicos da modernidade política e, ademais, bloquearam a radicalização democrática. No mesmo sentido, a biopolítica da “democracia biopolítica” não representa uma política de sobrevivência, expressão de uma característica comum tanto aos regimes liberais quanto socialistas da modernidade política, sobrepujando sem pudores o significado de “comunidade” em prol de medidas de mera existência. A “democracia biopolítica”, assim, significaria uma crítica dupla às formas de dominação e de administração da vida, como fosse uma “democracia selvagem”, em expressão de Claude Lefort: uma democracia não domesticada, nem domesticável, sem ordem, sem fundamento, sem um princípio derivativo universal e metafísico do qual se deduzam todos os sentidos. O foco da “democracia biopolítica”, assim, seria um processo de democratização de outras formas de vida, modos diferentes de exercer as diferentes forças daquilo que Deleuze chamaria de forças do homem: sentir, pensar, agir, existir. Desta maneira, inúmeras situações de interesse jurídico – e que trazem as questões de vida e de morte à tona – poderiam ser pensadas por meio dos aprofundamentos e radicalizações dos registros e chaves dos quadrantes da democracia biopolítica, assim como a construção de instituições e práticas de poder. Inserindo-se a biopolítica no marco regulatório liberal e neoliberal da vida – e não se reduzindo seu potencial a uma discussão de modelagem econômica – uma oposição e resistência às formas de vida administrada seriam a primeira postura de democracia biopolítica, estabelecendo-se modos distintos de pensamento. O Direito, assim, dependeria da Lei e de formas jurídicas para sua afirmação, mas jamais se reduziria a estes instrumentos desvinculados de compromissos políticos e sociais que não associados ao entrecruzamento da democracia e da biopolítica (afirmativa). A igualdade jurídica, assim, não implicaria na renúncia da singularidade, assim como uma sensibilidade às potências de cada forma de vida e suas múltiplas formas de expressão seria um referencial. A ruptura com a vida administrada, a criação, a imaginação, a produção de novas formas políticas, assim, seriam o meio apto para possibilitar o cultivo das legítimas raridades das singularidades.

§ Biopolítica Afirmativa (nota sobre Hardt e Negri). A reflexão sobre os jogos de biopolítica e de democracia revela diferentes articulações possíveis das forças de vida e das relações políticas em termos de movimento dos conjuntos, fluxos e rumos. Uma biopolítica democrática, assim, pode ser guiada pelo protagonismo da multidão²²³ nas práticas de resistência, uma vez que “[...] a democracia é uma questão não só de estruturas e relações formais mas também de conteúdos sociais, remetendo à maneira como nos relacionamos uns com os outros e como produzimos em conjunto”²²⁴. Ultrapassa-se, assim, pela democracia biopolítica, em muito, qualquer amarra reducionista formal ou institucional, afirmando-se a política nos espaços micropolíticos, nas singularidades e no multiculturalismo, ao mesmo tempo em que interpelando, tensionando e agravando as

²²³ “A multidão está engajada na produção de diferenças, invenções e modos de vida. Deve, assim, ocasionar uma explosão de singularidades. Essas singularidades são conectadas e coordenadas de acordo com um processo constitutivo sempre reiterado e aberto. Seria um contra-senso exigir que a multidão se torne a ‘sociedade civil’. Mas seria igualmente ridículo exigir que forme um partido ou qualquer estrutura fixa de organização. A multidão é a forma ininterrupta de relação aberta que as singularidades põem em movimento”. BROWN, Nicholas; SZEMAN, Imre. O que é a Multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 75, p. 93-108, jul. 2006.

²²⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 134.

práticas normalizadas do poder soberano. Na argumentação e na performance dos agentes sociais está a resistência.

§ O problema da democracia liberal, o ódio à democracia e o totalitarismo do mercado. Ao se valer de um enfoque na democracia, ainda que contida na noção conjunta “democracia biopolítica”, não se desconsideram os questionamentos que atravessam a democracia atualmente, aliás, a própria inserção no contexto biopolítico da discussão sobre democracia já ativa o sentido crítico²²⁵. Se o estandarte da oposição ao “totalitarismo” parece um movimento forte no âmbito do poder soberano e do Estado, parece não menos efetivo haver o problema do mercado como instância totalizante, conforme fartamente abordado nas críticas do sociólogo alemão Robert Kurz. Nesse sentido, o problema da democracia, principalmente em sua forma liberal, se coloca em rota de conflito direta com o neoliberalismo como modo de vida e de administração das formas de vida, ao mesmo tempo em que se coaduna com todas as questões respectivas às liberdades individuais, por meio da noção de “ódio à democracia” no jogo de tensionamento estabelecido entre as oligarquias do poder e os direitos fundamentais como cerne do jogo de forças do Direito. Esta advertência e tensão interna é profundamente explorada por Jacques Rancière.

[...] não vivemos em democracias. Tampouco vivemos em campos, como garantem certos autores que nos veem submetidos à lei de exceção do governo biopolítico. Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais²²⁶.

Esta visão de Rancière parece muito apropriada aos tensionamentos institucionais e do modelo constitucional brasileiro, em que os direitos podem fornecer meios institucionais de atuação para construção de práticas de resistência ante as tendências oligárquicas e que tendem, senão à produção tanatopolítica explícita, ao menos com bastante clareza à naturalização e à alocação oportuna de formas de vida segundo estruturas pertinentes aos seus interesses restritos e elitistas.

²²⁵ Notadamente, pode-se mencionar: ZIZEK, Slavoj. **Alguém disse totalitarismo?** Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. São Paulo: Boitempo, 2013. O autor lança uma crítica mordaz, inclusive, aos Estudos Culturais – que seriam uma oposição às tendências Cognitivistas – que, mesmo em sua pretensão de crítica autorreflexiva e de revelação das relações predominantes de poder, estariam, eles mesmos, imbricados em novos jogos – os quais, ademais, tornariam ofuscados –, do que se caberia uma sobrecrítica a este estágio não terminal da crítica dos movimentos institucionais, práticas de conhecimento e aparelhamento construtivo. Zizek aborda o totalitarismo em quatro noções, passando desde o Holocausto como supremo mal, o gulag stalinista como amparo do projeto socialista, os fundamentalismos étnicos e religiosos como mal a ser saneado pela tolerância multicultural e a desconstrução como entendimento de que todo totalitarismo se baseia em um fechamento ontológico dos modos de pensar. Às noções, Zizek confronta o procedimento liberal hegemônico que desqualificaria qualquer crítica ao “status quo” senão baseada em tais oposições muitas vezes baseadas em usos pervertidos. Para o autor, a noção de totalitarismo poderia ser convertida em um dos mais usados “[...] antioxidantes ideológicos, cuja função durante toda sua existência foi controlar os radicais livres e, assim, ajudar o corpo social manter sua saúde político-ideológica”. *Ibidem*, 2013, p. 7.

²²⁶ RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 94.

Na verdade, estamos às voltas com uma patente continuidade da história capitalista, na qual as ditaduras dos Estados totalitários e a ‘mobilização total’ das guerras mundiais não são um modelo fundamentalmente oposto, antes representam um determinado continuum histórico e uma forma de imposição da própria ‘economia de mercado’ e da ‘democracia’: a sociedade como um todo foi posta em movimento acelerado em todos seus níveis e esferas, a fim de poder suportar a acumulação acelerada e concentrada do capital. No final do século 20, a transformação do totalitarismo capitalista (que de Estado total passou a mercado total) conduziu a um inusitado ‘terror da economia’ - a uma ‘lei’ que, como nos dizem ironicamente, ‘não pode mais ser transgredida’. E o controle da realidade imposto pela mídia capitalista só pode falar ininterruptamente de liberdade porque há muito deixamos ‘1984’ para trás²²⁷.

Desta forma, a interdição totalitária não se reduz ao poder soberano, mas, antes, se estende às formas comunicantes do neoliberalismo do orbe do mercado, suas permeações e redefinições do Direito Constitucional e Administrativo e mesmo as suas mais íntimas dinâmicas individuais, atômicas, micropolíticas.

§ O Direito. Se o problema do Pós-Humanismo Crítico está intrinsicamente ligado à questão da vida, e se a biopolítica afirmativa é um modo de sobrelevar o registro apreensivo para fora da díade biotanatopolítica, inevitavelmente uma filosofia jurídica pode emergir desta relação – se uma “renovação redentora” for possível.

²²⁷ KURZ, Robert. Totalitarismo econômico. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 25 de agosto de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs22089916.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2019.



“[...] o valor de verdade é inútil, tem sempre um duplo emprego; a verdade é o nome que nós damos às nossas opções, das quais não desistimos; se o fizéssemos, declararíamos decididamente que são falsas, tanto respeitamos a verdade; mesmo os nazistas a respeitavam, pois eles diziam que tinham razão: não diziam que estavam errados. Poderíamos ter respondido a eles que estavam enganados, mas para que serviria isso? Não estavam no mesmo comprimento de onda que nós, e, além disso, é platônico apontar como falsidade um tremor de terra”²²⁸.

3 O DIREITO E AS ONTOLOGIAS DO PRESENTE PÓS-HUMANISTAS

O objeto deste capítulo é o trabalho propriamente dito da tese, fundamentado nos capítulos precedentes e desenvolvido por diferentes articulações discursivas e dissertativas.

De um modo geral, o que se pretende é aproximar alguns caminhos, não exauridos e não exaurientes, que poderiam concorrer a uma aproximação da racionalidade jurídica – o que perpassa pela formulação de uma concepção desta – ao horizonte da biopolítica afirmativa, seja enquanto interdição às tanatopolíticas, seja enquanto construção de espaços aptos à emergência das normatividades da vida e das políticas da vida.

Nos dois capítulos anteriores procurou-se estabelecer uma breve contextualização indicativa sobre os chamados Estudos Críticos nos Estudos Culturais e a crítica aos Estudos Críticos – estabelecida em torno aos usos da expressão “neoliberalismo”.

No mesmo sentido, objetivou-se traçar um referencial mínimo para a postura filosófica da “desconstrução”, presente tanto na formação do Pós-Humanismo Crítico quanto da Biopolítica Afirmativa.

Um dos grandes desafios deste capítulo derradeiro é o de articular as linhas de confronto de conceitos tradicionais da teologia política (pessoa, direitos, Direito etc.), especialmente abalados na proposta do pensamento político de Esposito, e os tensionamentos advindos do pensamento pós-humano.

Pretende-se, assim, abordar este conjunto de linhas de forças – várias delas de alta tensão a uma filosofia jurídica – assumindo-se as instabilidades e procurando observar uma “coexistência de planos e não uma sucessão de sistemas”²²⁹.

O objetivo do capítulo, em suma, propositadamente, é o de enfrentar uma série de “incompatibilidades”, amizades e desavenças em todo o contexto do problema da

²²⁸ VEYNE, Paul. **Acreditaram os gregos nos seus mitos?** Lisboa: Edições 70, 1983. p. 145.

²²⁹ “O tempo filosófico é assim um grandioso tempo de coexistência, que não exclui o antes e o depois, mas os superpõe numa ordem estratigráfica. É um devir infinito da filosofia, que atravessa sua história, mas não se confunde com ela. A vida dos filósofos, e o mais exterior de sua obra, obedece a leis de sucessão ordinária; mas seus nomes próprios coexistem e brilham, seja como pontos luminosos que nos fazem repassar pelos componentes de um conceito, seja como os pontos cardeais de uma camada ou de uma folha que não deixam de visitar-nos, como estrelas mortas cuja luz é mais viva que nunca. A filosofia é devir, não história; ela é coexistência de planos, não sucessão de sistemas”. DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Junior e Alberto Alonso Munhoz. São Paulo: Edições 34, 2010. p. 78.

pesquisa, e o trabalho final não passa do relato destas *pecaminosidades* – e que, talvez, representem as maiores fraturas, talvez ainda latentes, no pensamento contemporâneo.

Para tanto, optou-se por, inicialmente, expor o problema da tese de modo mais exaustivo do que seria possível fazê-lo em introdução, em razão de suas peculiaridades construtivas, a partir do contexto das aberturas temáticas da Filosofia Contemporânea do Direito, indicando, inclusive, uma compreensão própria do fenômeno jurídico e as extensões de suas possibilidades reflexivas.

No mesmo intento geral, procurou-se aproximar as “racionalidades bioéticas” como indicativas substanciais de “racionalidade jurídica”, a partir da noção de dimensões cumulativas de direitos humanos.

Ao mesmo tempo, também se pretendeu estabelecer abordagens dissertativas sobre questões selecionadas de interesse ao Pós-Humanismo Crítico no contexto de reflexão e de construção da Filosofia do Direito.

Por norte, adotaram-se ideias de “biorresistências tanatopolíticas micropolíticas” e “democracia biopolítica na condição pós-humana”, procurando-se refletir sobre os conceitos de referência não apenas em casos estandarizados nas temáticas – por exemplo: “necropolítica” em políticas de combate à criminalidade, mas buscando pensá-los, também, em dimensões micropolíticas menos evidentes.

Estes conceitos são especialmente úteis para se articular, nas infiltrações interiores aos sujeitos das racionalidades neoliberais extraeconômicas, dispositivos de caráter autoritário e totalizante que são antidemocráticos, em última instância, veículos de tanatopolíticas de populações visadas seja como inimigas, seja como pertencentes ao âmbito da “diferença”, da alteridade e, mais gravemente, da ameaça imunológica.

Neste sentido, a pretensão de se aproximar a um trabalho de escritura de ontologia do presente²³⁰ assume uma dimensão de crônica, feita por misturas impuras de cores que podem se anular reciprocamente e resultar em gradações de tons terrosos.

Como percursos e premissas do capítulo, destaca-se que o problema da tese apresentou algumas peculiaridades que levaram à ênfase em uma subseção própria. Trata-se de um

²³⁰ ADVERSE, Helton. O que é “ontologia do presente”? *Nuntius antiquus*, Belo Horizonte, n. 6, dez. 2010. DIAS NETA, Anísia Gonçalves. Quem somos exatamente neste momento da história? *Ideação*, Feira de Santana, v. 1, n. 33, p. 231-254, 2016. FURTADO, Rafael Nogueira. A atualidade como questão: ontologia do presente em Michel Foucault. *Nat. hum.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 144-156, 2015. SEIXAS, Rogério Luis. Qual o sentido de uma Ontologia Crítica de nós mesmos em Michel Foucault? *Ítaca*, n. 15, out. 2010. REINHARDT, Bruno Mafra Ney; PEREZ, Léa Freitas. Da Lição de Escritura. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 233-254, dez. 2004. MASO, Joana. Comunidad literaria y deconstrucción: Entre el fin del relato y la archi-escritura: Blanchot, Kofman, Derrida. *Acta poét.*, México, v. 30, n. 2, p. 121-134, nov. 2009. DIDI-HUBERMAN, Georges. De semelhança a semelhança. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 26-51, jun. 2011. GUIMARAES, Rodrigo. Jorge Luis Borges e Maurice Blanchot: Os pharmakós da escritura. *Acta lit.*, Concepción, n. 37, p. 97-109, 2008. BARTHES, Roland. *Mitologias*. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. BARTHES, Roland. *Escrever- para quê? Para quem?* Lisboa: Edições 70, 1975. BARTHES, Roland. *O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1971. BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1987. BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2011. BLANCHOT, Maurice. *A parte do fogo*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2011. BLANCHOT, Maurice. *Uma voz vinda de outro lugar*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2011. BLANCHOT, Maurice. *O livro por vir*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. BLANCHOT, Maurice. *A Conversa Infinita 1 – a Palavra Plural (palavra De Escrita)*. São Paulo: Escuta, 2001. BLANCHOT, Maurice. *A Conversa Infinita 2 – a Experiência Limite*. São Paulo: Escuta, 2007. BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita 3 – a ausência de livro, o neutro o fragmentário*. São Paulo: Escuta, 2010.

problema construído e engendrado em diferentes relações de avanços e recuos, construções e destruições de arranjos teóricos possíveis.

A construção do problema se deu por organizações e seleções segundo intencionalidades que foram progressivamente se desenhando, ou seja, muitas vezes as escolhas demonstradas não constituíram propriamente uma “descoberta”, mas já eram pressupostas quando dos levantamentos e readaptações feitas em modelos trabalhados anteriormente, de modo que se chegou a um questionamento, afinal, se o problema da tese é um problema de Pós-Humanismo Crítico, de Biopolítica ou de Filosofia do Direito?

Diante disso, pretendeu-se aproximar as bioéticas à racionalidade jurídica para, então, deflagrar o tensionamento da Biopolítica e da Bioética, que é uma dimensão de uma relação do político e do ético, de profundas interfaces com o jurídico, tensionamento este que, também, está no cerne do Pós-Humanismo Crítico – e que se reflete, diretamente, em qualquer processo hermenêutico-argumentativo desenvolvido em qualquer esfera do Direito.

Destaca-se que as escolhas teóricas motivadas realizadas na tese não pretendem, de modo algum, afirmar a exclusão dos pontos de vista que podem decorrer das outras escolhas possíveis nos universos analisados – são “recortes no caos”, seleções do movimento infinito. São, portanto, apenas uma singularidade proposta.

Como resposta ao questionamento acima lançado, compreende-se que a construção do problema levou em conta a adequação, em um sentido problematizante, à Área de Concentração em Direitos Humanos e Democracia e à Linha de Pesquisa em Cidadania e Inclusão Social. Esta preocupação foi decisiva ao encaminhamento da tese: fosse pensada em outro contexto, seria um trabalho distinto. Neste mesmo sentido, portanto, escolheu-se a Biopolítica na leitura mais sintonizada com o problema do totalitarismo e na desconstrução das categorias políticas, ao mesmo tempo em que se apostou nas possibilidades de construção jurídica dos direitos humanos, especialmente guiados, em sua substância, pelas bioéticas.

3.1 O PROBLEMA DA TESE NO CONTEXTO DA FILOSOFIA DO DIREITO

O objetivo geral desta subseção é o de demonstrar o enunciado do problema da tese, situado nas potencialidades e possibilidades do contexto da Filosofia Contemporânea do Direito.

Ao mesmo tempo, pretende-se demonstrar a oportunidade da questão biopolítica tanto em seu sentido afirmativo quanto na interdição da tanatopolítica, com especial atenção às relações do Pós-Humanismo Crítico enquanto postura anti-excludente – justamente se tendo por “exclusão” uma das tônicas autoritárias.

3.1.1 A Filosofia Contemporânea do Direito como abertura temática

Dedica-se esta subseção a sintetizar as principais questões e linhas de pensamento envolvidas na Filosofia Contemporânea do Direito, assim como passar por questões intimamente relacionadas às aberturas deste pensamento e que fornecem jogos que desafiam o pensamento no Direito.

Pontualmente, elaboram-se algumas questões em torno a relações muito sensíveis neste contexto, especialmente no que diz respeito à necessária crítica à técnica do Direito e sua relação com a veiculação de pretensões autoritárias e totalizantes em suas formas, justamente um dos principais problemas de ordem biopolítica.

§ Filosofia Contemporânea do Direito. A Filosofia Contemporânea do Direito, desenvolvida a partir dos anos 1960 com os chamados “pós-positivismos”, aborda e permite uma maior amplitude de discussões na reflexão jurídica. Trata-se, assim, de uma extensão dos problemas de pesquisa que legitimamente podem ser entendidos como de interesse ao Direito, à Ciência e à Filosofia Jurídicas. Atualmente, ainda se podem visualizar diversas posturas acadêmicas e docentes que tolhem, amputam, reduzem e confinam os conhecimentos em torno a rótulos, estereótipos e recortes pragmáticos geralmente destinados a facilitar alguma intenção de abordagem rápida – seja para um cotidiano de concurso, seja para uma atuação profissional. Com estas reduções e reducionismos, o pensamento se limita e a amplitude da costura é igualmente diminuída. O que se realizou com a Filosofia Contemporânea do Direito foi, em alguma medida negar – sem extinguir, deve-se frisar – a unicidade científica do interesse de pesquisa da Ciência do Direito. Esta limitação de métodos e objeto de pesquisa – o Direito Objetivo e o Ordenamento Jurídico de um sistema dado –, muito embora tenha realizado a missão de um modo de se fazer ciência moderna e positivista, produziu diversos problemas de ordem social e axiológica. É justamente a partir destes lapsos da estrita racionalidade jurídica que a Filosofia Contemporânea do Direito passou a integrar e a costurar o objeto de interesse da Ciência do Direito em seus moldes positivistas às dinâmicas contextuais, conjunturais, históricas, ambientais, sociais e humanas da ocorrência relacional dos fenômenos jurídicos. Com isso, objetos como o Pós-Humanismo passaram a ser pensáveis e investigáveis no orbe da Filosofia do Direito, preocupando-se com os pontos de toque e contato com os conhecimentos jurídicos convencionados – assim como a crítica, a oposição e a novas propostas de modelos, sistemas, ordenamentos ou jogos de fluidez e regulamentações múltiplas e do Pluralismo Jurídico, conforme exalta a Antropologia Jurídica. A principal advertência da Filosofia Contemporânea do Direito parece ser, sem nutrir espíritos de equilíbrio, ponderação e distanciamento como que de uma deífica elevação enquanto terceiro imparcial, a de que um manejo constante de rotas de normatividade é imprescindível, o que demanda uma postura gentil diante da pluralidade, das demandas, das múltiplas ordens, da resistência às tentações da unicidade e da concentração. De algum modo, uma pedagogia do Direito precisará elaborar a ideia de movimentações argumentativas, a falta de centros absolutos, a possibilidade de fluidez com referenciais éticos – algo muito delicado e quase inatingível em mundo cujo Direito foi cooptado e captado por interesses políticos flagrantes em seus agentes, no mais imiscuídos em redes de relacionamentos evidentemente suspeitos. De qualquer modo, integra também uma pedagogia do Direito a crítica e a imunidade ao mundo tal como se justifica em suas dinâmicas espúrias, podendo-se elevar o olhar para aquilo que as técnicas, as artes, os esforços, cuidados e compromissos éticos, científicos e filosóficos podem representar para além de toda a enxurrada linguístico-ideológica a que estamos todos embalados em mares revoltos, sofrendo caldos e baques. A Filosofia Contemporânea do Direito²³¹, conforme estudo da historiadora italiana do Direito Carla Faralli, deflagrou a complexidade do fenômeno jurídico, principalmente a partir das aberturas proporcionadas por diversas linhas de pesquisa, como reação e ampliação do

²³¹ FARALLI, Carla. **A filosofia contemporânea do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

objeto antes restrito (direito positivo) do positivismo jurídico: abertura aos valores ético-políticos²³² e abertura aos fatos²³³. Tais aberturas impuseram, historicamente, ao profissional do Direito, não apenas o conhecimento e reflexão sobre a construção lógica do ordenamento jurídico e das estruturas normativas, mas também o posicionamento reflexivo ante realidades sociais, valores em trânsito e instituições em funcionamento. Além disso, os estudos sobre o raciocínio jurídico²³⁴ e sobre a lógica jurídica²³⁵ revelaram como objeto jurídico de pesquisa e elaboração filosófica os problemas da construção do raciocínio jurídico, da interpretação das normas, de sua aplicação, sob a constituição de regras e sistemas lógicos de compreensão da linguagem jurídica. Por fim, as novas fronteiras para a Filosofia do Direito²³⁶, trazidos pela informática, pela bioética e pelo multiculturalismo, igualmente, impuseram novas dimensões e ampliação das possibilidades de problematização e desenvolvimento filosófico e científico a partir do Direito. Outros historiadores da Filosofia do Direito, tais como o inglês Wayne Morrison²³⁷, também reconhecem esta expansão de questões na contemporaneidade, com ênfase nos debates do liberalismo e do comunitarismo, na ética interpretativa no Direito, na desconfiança e ceticismo dos Estudos Jurídicos Críticos e na filosofia do Direito Feminista. Jean-Cassier Billier²³⁸, no mesmo sentido, partindo de uma noção de crise do Direito no Século XX, aponta as críticas ao positivismo jurídico e identifica novas linhas de pesquisa que refletirão elementos das aberturas da Filosofia do Direito (teorias formalistas, teorias antiformalistas, teorias idealistas, renascimento do direito natural, metamorfoses do positivismo jurídico, neo-institucionalismo, crítica do positivismo e seu questionamento radical). A retomada geral das propostas destes três historiadores demonstra a complexidade do fenômeno jurídico atual e como os discursos de tendências arbitrárias e totalizantes podem simplificadores e simplistas em sua abordagem. As investidas autoritárias que se deflagram no Brasil atuam demonstram o quão planos os discursos podem ser, instituindo-se jargões gerais e, por exemplos, apelos a uma “legalidade” um tanto indecifrável que parecem ignorar todo o espectro de problemas envolvidos na atuação institucional e criticáveis por diversas frentes do pensamento jurídico.

§ Uma consideração sobre o Pós-Positivismo Jurídico. Nesta tese, adota-se a expressão do “pós-positivismo” no sentido conferido no contexto da Filosofia Contemporânea do Direito, acima pontuada, sem se desconsiderar, por exemplo, a relevância das fontes de Direito, sejam as estatais monistas, sejam as do Pluralismo Jurídico, sejam as exigências metodológico-hermenêuticas de interação destes sistemas normativos, interpretativos e argumentativos. Admitem-se legislação, Constituição, direitos humanos. Exalta-se, assim, o “Pós-Positivismo” naquilo que limita o corte do poder epistêmico que nega objeto de investigações e naquilo que permite reinserir no circuito da investigação das regras vigentes. Trata-se, assim, de se opor a uma ascendência absoluta e não confrontada da norma vigente com os cenários de sua ocorrência, com o mundo da vida, com o fluxo de temporalidade, com as demandas da vida, buscando-se sua devolução ao mundo

²³² FARALLI, *ibidem*, p. 11-26.

²³³ FARALLI, *ibidem*, p. 27-42.

²³⁴ FARALLI, *ibidem*, p. 44-56.

²³⁵ FARALLI, *ibidem*, p. 57-66.

²³⁶ FARALLI, *op. cit.*, p. 67-84.

²³⁷ MORRISON, Wayne. **Filosofia do direito**. Dos gregos ao pós-modernismo. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

²³⁸ BILLIER, Jean-Cassien. **História da filosofia do direito**. Tradução de Maurício de Andrade. Barueri: Manole, 2005.

relacional constante do qual emerge, assim como a relação com o estado da arte dos assuntos, as técnicas propostas pela doutrina e todos os horizontes interpretativos que não sejam reducionistas aos argumentos de autoridade. Embora isso pareça, em alguma medida, vulnerabilizar a “segurança jurídica”, ao mesmo tempo previne a estagnação do Direito, sua cristalização legalista (ou mesmo neoconstitucionalista), seu ceifar hermenêutico-argumentativa e construtiva – superando suas ficções violentas e as justificações amorais de suas limitações. O Positivismo Jurídico, ademais, em suas versões mais sofisticadas, é instrumento necessário de valência de direitos violados pelo totalitarismo do mercado, do neoliberalismo como modo de vida, pelos autoritarismos público e privado e, neste sentido, tem uma razão ética que não pode ser afastada em nome de uma fluidez que pode ser captada por estes dispositivos de assujeitamento, realizando finalidades questionáveis em termos de liberdade e possibilidade de formas de vida. Deste modo, sem se pretender encerrar a tensão ainda permanente entre estas formas de compreensão do fenômeno jurídico, talvez seja de mais valia o escrutínio ético e da justificação moral que se possa fazer no manejo das formas dadas pelo positivismo, o que inclui a reflexão crítica quando do seu estabelecimento. É este movimento de retorno às formas e finalidades que poderá guiar os níveis e intensidades de ideologização promovidos nos usos²³⁹ – e fornecer critérios de repetição ou descrédito.

§ Estudos Críticos e Desconstruções no Direito. Como visto no primeiro capítulo deste trabalho, os “Estudos Críticos” encontram especial repercussão nos fundamentos do pensamento pós-humano. Contudo, naquele momento da tese, verificou-se apenas as linhagens de Filosofia – e suas influências nos Estudos Sociais e Culturais, que são multidisciplinares – sem se tocar a filosofia jurídica, propriamente, naquele contexto. Com isso, não se pretendeu afirmar que o conhecimento jurídico tenha sido inerte a toda a movimentação desconstrutiva elaborada na Filosofia ao longo do Século XX, o que seria não apenas completamente inadequado afirmar como profundamente injusto diante da profusão de esforços e estudos críticos no Direito e de críticas filosóficas que tocaram temas caros à ciência jurídica. A Filosofia Contemporânea do Direito, na diversidade de suas possibilidades legítimas de investigação, encontra nos chamados Estudos Jurídicos Críticos uma importante escola, assim como outros movimentos de igual repercussão em termos de “humanismos críticos”, tais como a Filosofia do Direito Feminista e as dimensões da Teoria Crítica dos Direitos Humanos em termos de pensamento descolonial. Tais estudos não apenas revelam dimensões imbrincadas no fenômeno jurídico quanto autorizam a percepção da abertura dos problemas a novos entrelaçamentos. Esta consideração, em vasta medida, comunica-se não apenas com o problema do pós-positivismo na Filosofia Contemporânea do Direito quanto ativa, ainda, reflexões tais como a de Morrison²⁴⁰ sobre as tentações da filosofia do direito na pós-modernidade e as práticas de desconstrução. Em suma, como escapar dos niilismos e das filosofias da esperança parece ser uma demanda concreta sobre como se posicionar ética e politicamente diante do complexo de desafios postos pela apresentação desnaturalizada de todas as estruturas tecnológicas da linguagem e da prática do Direito, com a disposição

²³⁹ “7ª Lição. A despeito de seus sonoros rótulos, as novas e nebulosas fontes e a falta de clareza sobre sua hierarquia são meios apropriados para mudar os conteúdos de um sistema jurídico em conformidade à pré-compreensão de seus aplicadores”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 228.

²⁴⁰ MORRISON, *op. cit.* p. 615.

a se ver as relações de poder em curso em determinados cenários e a capacidade de se abrirem estratégias.

§ Humanismo Jurídico. O “Humanismo Jurídico”²⁴¹ é uma expressão que encontra especial repercussão em Filosofia do Direito²⁴² e, por isso, menciona-se brevemente seu alcance semântico, até para diferenciar o objeto da pesquisa deste outro corpo de discussões que ainda hoje é movimentado. De um modo geral, o conteúdo do Pós-Humanismo Filosófico ou Crítico não pode ser confundido como uma reafirmação do humanismo tradicional nas formas jurídicas, embora este alinhamento seja possível e corrente. O que o pensamento contemporâneo do Humanismo Jurídico enfoca é uma espécie de exaltação do humano, ou apreço por este, muitas vezes cedendo a interesses de ordem animal e ambiental, mas de algum modo o que se pretende é apontar para uma maior sensibilidade ética, inclusive, com o aporte de filosofias da alteridade e da vida. Nesse sentido, é possível haver um humanismo pós-antropocêntrico – do mesmo modo como pode haver um Transhumanismo antropocêntrico. Com isso, pode-se compreender – e se deve ponderar – que o Humanismo Jurídico se afirma como uma preocupação de construções éticas em torno ao Direito atual, incluindo várias dimensões filosóficas do que se organizou como Humanismos Críticos ou mesmo conteúdos de Pós-Humanismo Crítico. Em alguma medida o Humanismo Jurídico pode ser um Pós-Humanismo. Inegavelmente, contudo, alguns conceitos que podem ser problematizados em si, como a noção de “dignidade da pessoa humana”, compõem um centro de significação forte nestes aportes. Considerando este caráter misto e temperado, não se utilizou, embora a proximidade semântica, do “Humanismo Jurídico” como um referencial analítico neste trabalho, embora seu potencial de leitura possa ser contraposto, em especial, às propostas do Transhumanismo – principalmente naquilo que este guarda de Iluminismo progressista humanista, de arrogância do humanismo, e cujo enfoque crítico do Humanismo Jurídico pode significar tanto em termos de crítica quanto, curiosamente, de algum conservadorismo inevitável.

§ Crise do Direito. A chamada “crise do Direito”, desde suas formas mais estereotipadas até aquelas com elevado grau de seriedade²⁴³, é um elemento importante na contextualização do universo da Filosofia Contemporânea do Direito justamente porque aponta a um cenário de instabilidades e de insuficiências do horizonte de crenças do Direito – em suas técnicas precipuamente modernistas, cientificistas e racionalistas, assim como seus pressupostos de certeza e segurança jurídica – diante da profusão da vida e da

²⁴¹ WOLKMER, Antonio Carlos. [Coord.]. **Fundamentos do humanismo jurídico no ocidente**. Barueri: Manole; Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

²⁴² Aqui sequer se considera a significação do termo “humanismo jurídico” em História do Direito – no contexto das escolas jurídicas tardo-medievais e modernas: Escola culta, humanista ou “*mos gallicus iura docendi*”, preocupados com questões metodológicas de reformulações do Direito romano face aos ordenamentos nacionais e suas expectativas de racionalização e sistematização – posto se tratar de sentido, no que toca à oposição à natureza humana normativa e excludente, distante das preocupações ora discutidas, muito embora sua análise detida possa ser frutífera em uma mais aprofundada e qualificada crítica da presença do humanismo tradicional na constituição das figuras jurídicas da teologia política moderna. HESPANHA, Antonio Manuel. **Cultura jurídica europeia**. Síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012. p. 255.

²⁴³ MARQUES, Claudia Lima. A crise científica do Direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. In: **Anais da I Conferência Científica do Salão de Iniciação Científica UFRGS**, Rumos da Pesquisa-Múltiplas Trajetórias, Porto Alegre, p. 95-108, 1999.

variação social histórica. É um tipo de jogo ao estilo dos fatores reais de poder e da força normativa da Constituição²⁴⁴ que permanentemente desafiam os juristas a produzir explicações e soluções, assim como a se frustrarem e a questionarem constantemente seu campo de pesquisa. Mesmo assim, ainda se investe capital humano, financeiro, econômico, tecnológico e vital em torno ao que seja o “Direito”, o que permite desconfiar da propagação de sua “crise” como mais uma armadilha dos dispositivos postos em curso na construção de governamentalidades perversas. Por outro lado, embora não seja um contexto coerente de críticas e proposições, a noção de uma “crise do Direito”, ou “crise da racionalidade científico-jurídica”, é um tateamento importante como advertência constante das construções jurídicas e sua provisoriedade, quebrando a fé absoluta na técnica e em seus instrumentos de intervenção social, devolvendo-lhe ao plano das responsabilidades éticas mais amplas e na interação de forças mais complexas, que não unicamente as deterministas soberanas, amarradas pela mitologia jurídica²⁴⁵. Nesta ambivalência é que se pode buscar uma continuidade da razão de ser de pensar e de se preocupar com o Direito, e mais, se comprometer em um projeto ético e político com a ampliação da esfera de liberdades e de possibilidades de existir das formas de vida, cada vez mais condensadas e agrupadas em torno a projetos de extinções e homogeneizações de costumes muito bem direcionados a fins e interesses bem delimitados em termos de produtividade, economicidade e cortes específicos. Não é uma oposição à produtividade, mas ao escoamento de vida que se pretende retirar por meio da subtração e retrocesso de direitos – quando a questão assume uma intensidade biopolítica inevitável. A “crise do Direito”, assim, pode ser mais um dispositivo e armadilha sobre a retirada de um centro de resistência²⁴⁶ relevante, ao mesmo tempo em que pode significar a queda de mais uma draga vital.

§ Desejo autoritário. Biopolítica e preocupações democráticas possuem uma estreita ligação conceitual. A apreensão da vida e sua aniquilação tanapolítica permitiram que a Filosofia Política se liberasse da centralidade nos conceitos tradicionais da Teologia Política para pensar os graves efeitos concretos que as instituições podem produzir. O

²⁴⁴ “Se o sentido de uma proposição normativa não pode mais ser realizado, a revisão constitucional afigura-se inevitável. Do contrário, ter-se-ia a supressão da tensão entre norma e realidade com a supressão do próprio direito. Uma interpretação construtiva é sempre possível e necessária dentro desses limites. A dinâmica existente na interpretação construtiva constitui condição fundamental da força normativa da Constituição e, por conseguinte, de sua estabilidade. Caso ela venha a faltar, tornar-se-á inevitável, cedo ou tarde, a ruptura da situação jurídica vigente.”. HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991. p. 23.

²⁴⁵ Tal como a advertência de Paolo Grossi sobre a cristalização de categorias jurídicas: “O problema histórico-jurídico está todo aqui: na crença difusa de conquistas últimas e eternas, na fixação de uma dogmática imobilizadora, na indiscutibilidade de certas categorias; o problema – que é absolutamente metodológico – está na des-historicização de todo um material historicíssimo, respeitável fruto de vicissitudes históricas, e por isso discutível, e portanto entregue ao devir do tempo e à sua usura”. GROSSI, Paolo. A formação do jurista e a exigência de um hodierno repensamento epistemológico. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 40, 2004, p. 5-25. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1731/1431>>. Acesso em: 01 maio 2017. p. 7.

²⁴⁶ A resistência aos autoritarismos necessita ser veiculada com força em várias partes do tecido, e das rasgaduras, sociais: “2ª Lição. O direito judicial é um elemento necessário e inevitável no sistema de justiça de qualquer ordenamento. Também os juízes se submetem ao espírito de sua época e são por ele influenciados”. No mesmo sentido: “22ª Lição. Por si, a resistência judicial contra sistemas totalitários estabelecidos não tem possibilidade alguma de provocar uma mudança de sistema. Inclusive, a negativa coletiva de juízes em prestar seus serviços não valeria mais do que provocar a sua exoneração”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 227-231.

problema do autoritarismo, como exemplarmente ilustra a Justiça de Transição²⁴⁷, é uma questão em aberto nas democracias contemporâneas. Os horizontes autoritários e totalitários não são signos remotos de uma memória histórica, mas um tensionamento e uma latência constante, ínsita à democracia. A progressiva, deliberada e declarada destruição de valores, regras e práticas democráticos, com o retrocesso de direitos fundamentais incontestes em sua vigência, assim como a derrocada de um léxico assentado por diversas discussões acadêmicas e jurídicas, em atos marcados na atuação de poderes constituídos a despeito dos seus códigos éticos e legais-processuais, representa um movimento de autoritarismo e de totalização do espaço de atuação pública, cujas liberdades democráticas são consumidas²⁴⁸. Ao mesmo tempo, a afirmação de antivalores (antidemocráticos), justamente porque destinados à inviabilização do jogo democrático, a despeito da coloração ou ideologia política que os veicule, apresenta-se como um elemento de dissonância da afirmação dos direitos fundamentais e liberdades públicas²⁴⁹, revelando um “desejo autoritário”²⁵⁰ frontalmente deletério às pretensões da construção

²⁴⁷ A ideia de “justiça de transição”, vale-se do conceito no específico de sua advertência histórica sobre a fragilidade da democracia pós-ditatorial, integrando seu conceito a necessidade e o fomento constante da consciência de uma cultura democrática crescente. Desta sorte, democracia, em termos históricos, “[...] pratica-se ou perde-se. Conquista-se diariamente por meio da ação política coletiva e, sobretudo, do fortalecimento das instituições e da cidadania. Não tão somente é uma realidade estanque, pois segue sob constante ameaça”. ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013. p. 579-580. Os 30 anos da Constituição Federal marcam este processo de um importante marco de redemocratização e conquista de liberdades públicas e direitos subjetivos, hoje em franca derrocada. MEYER, Emílio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de [Org.]. **Justiça de Transição nos 25 anos da Constituição de 1988**. Belo Horizonte: Initia Via, 2014. WEIRCHERT, Marlon A. **Justiça Transicional**. São Paulo: Estúdio Editores, 2015. WILLIAMS, Melissa. **Transitional Justice**. Nova Iorque: NYU Press, 2012.

²⁴⁸ Tal onda tem sido objeto de preocupação não apenas política como também jurídica, posta sua contrariedade aos preceitos e princípios jurídicos democráticos basilares, sendo também, por outro lado, enfrentada por uma corrente contra-hegemônica consciente da juridicidade envolvida: “o crescimento de uma nova onda conversadora, fascista em uma ampla gama de incidências, realiza um esforço hercúleo para ignorar a história. Ciente disso, Boaventura de Sousa Santos vai propor uma outra mirada do projeto moderno, repleto de promessas não realizadas. A globalização possui outras facetas – contra-hegemônicas – sobre as quais se apoiam os que guardam irresignação com a situação econômica, política e social. As ferramentas que dispõem os detentores do poder são objetos de disputa, e um uso não ortodoxo delas pode viabilizar um outro projeto de vida, em constante autocritica, que alimente o diálogo intercultural para concretizar a ideia de uma sociedade plural e horizontal” BIGOLIN NETO, Pedro; RODRIGUEZ, José Rodrigo. “Quando o fascismo se tornava cada vez mais forte”: Direito e emancipação em Franz Neumann e Boaventura de Sousa Santos. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 63-96, 2016. p. 90.

²⁴⁹ É de se destacar que o jogo político na formação dos direitos humanos é complexa em termos de interações de visões políticas: “Aqui caberia explicitar, desde logo, uma questão despercebida de quem se apegue a chavões. Na medida em que os direitos humanos sempre foram considerados pelo marxismo clássico uma invenção da burguesia para legitimar a exploração do trabalho, o que é que a esquerda atual, tão pouco influente no cenário de poder contemporâneo, tem a ver com o crédito ou descrédito do conceito? A resposta poderia ser: quase tudo! Pois os direitos humanos postulados pela ONU sempre foram de esquerda, e não apenas porque os “liberais” nos Estados Unidos e na Inglaterra correspondem à esquerda de seu espectro político. Se, por um lado, foi a supremacia do Ocidente após a Segunda Guerra Mundial, na versão capitalista liberal com alguns aportes socialistas, que se impôs na elaboração da Declaração Universal de 1948, foi, por outro lado, a aliança da esquerda não institucional com a social democracia que garantiu quase unanimidade ao conceito de direitos humanos universais como arma contra os autoritarismos” ALVES, José Augusto Lindgren. É preciso salvar os direitos humanos! **Lua Nova**, São Paulo, n. 86, p. 51-88, 2012. p. 55.

²⁵⁰ Há um intenso contraste entre o desejo democrático e o desejo autoritário: “O desejo de democracia que constitui a pessoa que respeita as leis e acordos sociais – o cidadão adulto – dá lugar em nossos dias ao desejo autoritário do sujeito infantil político que ainda não chegou à idade escolar. O desejo autoritário é sempre delirante. Quem estudou a história do nazismo lembra das performances políticas bizarras de Hitler

de comunidades e instituições democráticas, que não podem subsistir sem seus componentes humanos. Diante deste desejo e práticas, pode-se pensar o Direito como meio de contraposição a partir de referenciais valorativos como a racionalidade jurídica crítico-libertadora e o Direito Internacional dos Direitos Humanos em sua contemporaneidade. E este mesmo Direito pode, por sua porosidade, tanto concorrer às finalidades autoritárias quanto às democráticas, razão pela qual se insistem nos fundamentos morais de justificação do Direito. A afirmação do desejo autoritário se dá pela anterioridade de algumas compreensões instaladas nos agentes sociais; são pontos de partida, concepções, visões da política e do direito.

§ Autoritarismo e mentalidade excludente. Em Psicologia Social se tem identificado uma série de tensões psíquicas que produzem os fenômenos políticos tanto do autoritarismo quanto do totalitarismo, revelando assim causas profundas a partir de inabilidades de compreensão e convivência com a diferença, a diversidade e a alteridade de um modo geral. Conforme destaca a pesquisadora e psicóloga social Angela Maria Pires Caniato, algumas tensões sociais explicam as emergências autoritárias. No mundo contemporâneo, as tensões psíquicas da própria existência cultural e suas limitações ao indivíduo, somadas a violência dos homens contra o humano a partir de uma matriz econômica²⁵¹ com efeitos éticos e políticos seria um ponto de partida relevante. As perversões autoritárias, ainda segundo a mesma autora, assim, se instalariam a partir de mecanismos em que o aparato sadomasoquista seria estimulado, estabelecendo-se uma relação de identificação vítima e inimigo-agressor (democrático) – o que elide a capacidade de resistência e faz com que dominados assumam os discursos dos dominantes – levando-se à sucumbência da cidadania. Tal identificação, projetiva e introjetiva, difunde o preconceito social e expande a esfera de violência social²⁵². Ademais, o

e seus apoiadores. Hitler parecia uma criança que, tendo crescido, continuava abusada e mimada como todo paranoico. No nazismo, todos deliravam esteticamente e politicamente. Qualquer vídeo, documentário, ou filme do período mostra o caráter bizarro do que era vivido e fomentado pela propaganda da época. Nossa propaganda (inclusive o jornalismo de hoje) continua fascista e destrói a democracia. O fascista está para a democracia, como o pedófilo está para a criança”. TIBURI, Marcia. Faça amor, não faça guerra. Desejo de democracia. **Revista Cult**. 11 mar. 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/faca-amor-nao-faca-guerra/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

²⁵¹ A autora enfatiza o aspecto da matriz econômica como poder hegemônico nos modos de organização social, incluindo práticas estatais. O *ethos* cultural do começo do Século XXI seria marcado por um agenciamento das subjetividades a partir de uma violência estrutural condensada em políticas internacionais e apoiada por mídias de massa em práticas que, ditas democratizantes, firmam-se na promoção da ganância sem fim, do individualismo exacerbado e da exclusão social, estabelecendo-se um autoritarismo econômico cuja globalização pela competição individualista tem sua reprodução social garantida. CANIATO, Angela Maria Pires. Da violência no *ethos* cultural autoritário da contemporaneidade e do sofrimento psicossocial. **Revista de Psicologia Social e Institucional**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 197-215, 2000. p. 199-2002. Além disso, “Este processo, de fato, expõe os indivíduos e os grupos a um violento e doloroso processo de idiotização regressiva que sedimenta a impotência individual e a apatia dos grupos na culpabilidade de suas mazelas e fracassos psicossociais. [...] Neste processo e, em especial, pela internalização inconsciente desta violência-repressiva da cultura, são mobilizadas as estruturas autopunitivas mais arcaicas e primitivas do indivíduo (superego rigoroso) que o levam, facilmente, a sucumbir na autodepreciação, ao trazer para si a culpabilização pela exacerbação no e do sofrimento que a cultura lhe impõe. No afã ‘enlouquecedor’ de ludibriar o terrível e insuportável em que se transformou a vida em sociedade e sob a exacerbação atual do individualismo na competição do ‘salve-se quem puder’ para, supostamente, não sucumbir nas botas opressoras do autoritarismo econômico excludente da atualidade, emerge na relação entre os indivíduos uma outra ilusão regressiva: um apelo inebriante à virilidade que se configura no ‘culto do herói’.” CANIATO, *ibidem*, p. 201.

²⁵² CANIATO, Angela Maria Pires. A violência do preconceito: a desagregação dos vínculos coletivos e das subjetividades. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 20-31, jun. 2008. p. 24.

autoritarismo dependeria de algumas simplificações da ordem de se “[...] monopolizar as verdades subordinando a razão a autoridades políticas e moralismos”²⁵³; é a partir destes moralismos difusos e seletivos e dos apegos acríticos às autoridades pelo simples fato de serem autoridades que se afirma uma cultura autoritária; nos termos de Caniato:

Essa separação da humanidade em portadores do bem e portadores do mal está alicerçada, portanto, em diferentes matizes preconceituosos desde a aversão estigmatizante e oportunista a movimentos sociais, culturais e políticos temporários (*hippies*, adeptos do *hip hop*, por exemplo), passando pela discriminação e segregação sociais de grupos sociais, étnicos e religiosos (população favelada, negros, muçulmanos) até a ostensiva propaganda criminalizante e ações coercitivas dos atuais Estados de exceção contra os grupos políticos divergentes e/ou que lutam contra o *status quo* autoritário econômico-político-militar que sustenta a hegemonia destes Estados. [...] É nesses contextos que emerge, mais explicitamente, a distinção entre as ‘pessoas de bem’ e aquelas que devem ser, quiçá, exterminadas, demonstrando com clareza a opressão e a exclusão sociais com que o autoritarismo se introduz na vida em sociedade. Os preconceitos, então, revelam-se tanto de forma explícita e facilmente evidenciável quanto ideológica e veladamente expressos, tal como ocorre na manutenção do preconceito racial nas sociedades chamadas democráticas.²⁵⁴

O autoritarismo, assim, depende de uma série de engrenagens sociais afins aos processos de disseminação de preconceitos, práticas excludentes e não inclusivas (o que inclui, por exemplo, o apagamento de políticas públicas²⁵⁵), estigmatização de grupos de movimentos de luta por direitos, silenciamento de indivíduos e grupos (cultura do silêncio), dispersão do medo, processos de criminalização política e civil, difamação de agentes políticos, domesticação de indivíduos vulneráveis, despolitização de gerações, restrição do desenvolvimento de capacidade crítica dos indivíduos, expectativas de purificação política e racial, entre outros²⁵⁶.

²⁵³ BORTOLOTTI, Benhur. Dura geografia. *Bakhtiniana*, Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 22-36, dez. 2017. p. 29.

²⁵⁴ CANIATO, Angela Maria Pires. A violência do preconceito: a desagregação dos vínculos coletivos e das subjetividades. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 20-31, jun. 2008. p. 26.

²⁵⁵ A interface da crítica biopolítica e das políticas públicas é especialmente relevante considerando-se as normatividades e a função do planejamento, como mecanismo de apreensão da vida, no contexto das atividades estatais e demais funções legislativa, administrativa e jurisdicional. É no jogo da juridicidade que se poderá estabelecer o caminho institucional de identificação de problemas sociais e reconhecimento de direitos a serem estruturados por meio de tais políticas, o que, ao seu curso, revela agendas, compromissos e realização ou não de procedimentos e conteúdos democráticos, redundando, especialmente, na inevitável produção de subjetividades diversas, as quais podem, então, ser recuperadas a partir do olhar problematizante que vai desde a abrangência, alcance e efetividade de tais políticas até o seu conteúdo e sua relação com conteúdos mais profundos em termos de liberdades públicas e possibilidades de livre desenvolvimento da personalidade – de modo que o planejamento e as políticas públicas podem redundar, sem o controle democrático, em ótimos (inovadores, eficazes, eficientes) dispositivos autoritários. SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas*. Conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas*. Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. SECCHI, Leonardo. *Análise de políticas públicas*: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016. TORELLY, Marcelo. *Governança Transversal dos Direitos Fundamentais*: Experiências Latino-Americanas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

²⁵⁶ CANIATO, *ibidem*, p. 27.

§ **Fragilidade democrática.** Para o filósofo social argentino Hugo Celso Felipe Mansilla²⁵⁷, pensar a evolução histórico-política das democracias, ou mesmo de sistemas políticos menos democráticos, no começo do Século XXI, em termos de autoritarismo e totalitarismo, depende da articulação de diferentes arranjos e intensidades políticos²⁵⁸. Um substrato analítico básico envolve as possibilidades de as sociedades de vieses autoritários virem a se converter em regimes semi-totalitários e autoritários, com traços próprios e persistentes em cada contexto político (característica que seria marcante no mundo islâmico contemporâneo)²⁵⁹. Além disso, as democracias sem uma cultura liberal vigorosa, ou mal consolidadas, possuem a fragilidade de, com governos fracos de longa duração, redundarem em regimes autoritários com paulatinos desenvolvimentos de inclinação totalitária. Essa conjunção seria reiterada no cenário do chamado terceiro mundo, no qual, combinando-se desenvolvimento tecnológico descontrolado, sedução dos meios de comunicação de massa e desilusão das populações com os resultados reais da democracia contemporânea, tem-se o renascimento de tradições pré-modernas e irracionaisistas que, compartilhadas por contingente considerado da população, podem produzir autoritarismos que se alinham ao totalitarismo²⁶⁰. Para Mansilla, seria ilusório considerar que o autoritarismo seja um problema desconhecido no começo do Século XXI, sendo experiência histórica superada. Para o pensador, os intentos de autoritarismo concorrem com os de democratização, sendo um problema político persistente. Na América Latina, o problema se manifestaria por uma mistura de sentimento de debilidade pessoal, impotência social e fracasso coletivo, o que favoreceria, então, a afirmação de líderes carismáticos, governos arbitrários de aparência vigorosa e partidos únicos que alienam os cidadãos da preocupação decisória. Tal conjunção formaria um ambiente em que um sistema despótico não seria visto como propriamente problemático, sendo que, em tempos de crise, a massa atemorizada seria conduzida à crença de que tais sistemas arbitrários e autoritários seriam os únicos dignos de confiança, até porque o totalitarismo é um desenvolvimento peculiar de tecnologia social moderna, especialmente viável em sociedades urbanizadas e industrializadas, regidas sob o triunfo da racionalidade instrumental. Ainda para Mansilla, assim, a razão instrumental seria, em sua posição, muito propícia e oportuna aos sistemas autoritários, considerando-se as peculiaridades da América Latina em termos de processos de aceleração de modernização econômica (centradas no crescimento econômico), carentes de tradições democráticas pluralistas, com contingentes de massa ansiosos por consumo elevado e em elevada expansão

²⁵⁷ MANSILLA, Hugo Celso Felipe. Contra la práctica tan aplaudida de hacer pasar elementos autoritarios como diferencias culturales de origen autóctono. **Enfoques**, Libertador San Martín, v. 23, n. 1, p. 5-21, jun. 2011a. MANSILLA, Hugo Celso Felipe. La necesidad de cuestionar prácticas autoritarias consideradas como diferencias culturales. **Estud. polít.** (Méx.), México, n. 23, p. 179-196, ago. 2011b.

²⁵⁸ Das várias diferenças possíveis entre autoritarismo e totalitarismo, fenômenos políticos distintos, pode-se adotar que “[...] a mais importante diferença entre ambos reside no fato de que no regime autoritário se permite um pluralismo limitado, o qual é impossível em um modelo totalitário. Este pluralismo limitado é tolerado durante longos períodos de tempo, não sendo propriamente implantado pelos governos autoritários. Uma articulação de várias opiniões e a influência de diversos interesses políticos sobre a ação estatal é possível”. Tradução livre pelo autor de: “La diferencia más importante entre ambos reside en el hecho de que el régimen autoritario permite un *pluralismo limitado*, lo cual es imposible bajo un modelo totalitario. Este pluralismo limitado es tolerado durante largos periodos temporales, no es impulsado premeditadamente por los gobiernos autoritarios. Hace posible la articulación de variadas opiniones y la influencia de diversos intereses políticos sobre el accionar del Estado”. MANSILLA, Hugo Celso Felipe. El desamparo humano en medio de los procesos de modernización. Un breve ensayo de filosofía política en torno al totalitarismo con especial referencia al Tercer Mundo. **Sig. Fil**, México, v. 18, n. 35, p. 110-139, jun. 2016. p. 115.

²⁵⁹ MANSILLA, *ibidem*, p. 116.

²⁶⁰ MANSILLA, *ibidem*, p. 113.

demográfica²⁶¹. Comporia, ainda, tal horizonte, sociedades com pouco interesse por conhecer outras dinâmicas culturais além daquelas em que se encontram encerradas, seguindo-se concepções pouco críticas, sem critérios realistas de autopercepção e análise, desconsideração pelos direitos humanos²⁶², influências profundas da religião na política, elites políticas reduzidas. Tais sociedades, ainda, apresentam-se pouco flexíveis, com sua administração pública pouco racional e confiável, ausência de procedimentos adequados de autocorreção e autorreforma²⁶³. Diante de tais cenários de democracias frágeis, aceleradas em sua racionalidade instrumental sem maiores preocupações do aspecto político que não aqueles orientados ao crescimento econômico, ter-se-ia o cenário propício ao implemento de políticas fascistas, que se baseiam no rechaço da democracia, entendida como conjunto de eleições periódicas e competitivas, regime de direitos garantidos para a sociedade e indivíduos igualmente considerados e com distintos projetos de vida. Afirmar-se-ia, assim, a atomização das pessoas ante o Estado, a uniformidade de comportamentos e valores, com apagamento do individualismo e utilização do terror político e policial direcionado à eliminação física dos dissidentes, aniquilando-se a diferença social e a individualidade positiva. Assim, para Mansilla, as fragilidades democráticas podem conduzir práticas autoritárias e, embora não haja um catálogo de características que propiciem o resultado totalitário, haveria os ressaltados pontos de advertência para tanto, o que levaria ao paradoxo de a democracia (degenerada na cultura de massas) poder produzir autoritarismo. Desta maneira, concepções desmesuradas de liberdade (que negam a vulnerabilidade humana), consumismo desenfreado, hedonismo e ultraje, indiferença com o meio ambiente e individualismo egoísta seriam estopins autoritários que acabam consumindo a possibilidade de existência e fruição de direitos individuais e liberdades públicas²⁶⁴. É importante considerar que tal concepção crítica do excesso de liberdades não se configura a partir do plano político-jurídico (ou seja, por exemplo, uma crítica a um excesso de direitos fundamentais catalogados), nem tampouco é uma crítica ao liberalismo, mas sim o questionamento de um sentimento de falta de limites que, na esteira da dominação do mundo a partir da racionalidade instrumental ilimitada²⁶⁵, ultrapassa limites impostos tanto pelo direito,

²⁶¹ MANSILLA, *ibidem*, p. 125.

²⁶² É importante não se perder de vistas o retrocesso contido na retomada expressa de posturas autoritárias na política contemporânea, uma vez que historicamente o trabalho com direitos humanos avançou para além da restrita resistência ao autoritarismo, permeando-se nos meandros democráticos das aberturas de governo. “O trabalho em direitos humanos começou como uma ação isolada para enfrentar governos autoritários, de tal modo que seu discurso estava destinado a uma marginalidade inevitável. Mas com o passar do tempo, as mudanças na conjuntura política e a crescente legitimidade que obtiveram as organizações de direitos humanos fizeram com que a situação variasse sensivelmente”. ABREGÚ, Martín. Direitos Humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul. **SUR, Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 06-41, jun. 2008. p. 12.

²⁶³ MANSILLA, *op. cit.*, p. 126.

²⁶⁴ MANSILLA, *op. cit.*, p. 129.

²⁶⁵ A mudança de racionalidades tem sido um dos meios de promoção de mudança social efetiva, seja na esfera do mercado, seja na esfera do Estado, eis que a racionalidade empregada antecede tais modelos de organização social: “o primeiro passo, portanto, para restabelecer esse equilíbrio é o reconhecimento de que só a humanidade pode fazê-lo, a partir da recuperação de sua consciência. E só o fará se resgatar outros critérios de racionalidade que não sejam a instrumentalização e o economicismo, gêneses de grande parte dos problemas contemporâneos, tais como a degradação da qualidade de vida, a poluição, o desperdício, a exaustão dos recursos naturais, a pobreza [...]. Portanto, critérios substantivos, diferentes daqueles da racionalidade social, essencialmente voltada para valores de cunho economicista e utilitarista, que sustenta, conforme observa Leff, todos os âmbitos da organização social: do modelo de produção e de consumo até ao próprio Estado”. FERNANDES, Valdir. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à

quanto pela moral, preservação do meio ambiente, impedimento de catástrofes naturais e sociais etc. Mansilla²⁶⁶, por fim, destaca o argumento recorrente entre os estudiosos do totalitarismo, incluindo clássicos como Hannah Arendt²⁶⁷, François Furet e Friedrich Rapp, que entendem a perda da consciência individual e da faculdade pessoal do discernimento (capacidade de diferenciar, escolher e atuar de modo autônomo) como principal fator deletério, submetendo-se a amplitude das possibilidades da razão humana à razão instrumental, às massas²⁶⁸ e à indústria cultural.

§ Pensamento e banalidade do mal. Pensar²⁶⁹ o Direito e pensar no Direito, a partir das aberturas da Filosofia Contemporânea do Direito, podem ser caminhos de contribuição a uma cultura democrática²⁷⁰ – enquanto não se encontra melhor termo ao desejo de viver

racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 01-20, set. 2008. p. 19.

²⁶⁶ MANSILLA, *op. cit.*, p. 135.

²⁶⁷ Trata-se do argumento central da “banalidade do mal”, segundo Hannah Arendt, partindo-se da compreensão da desumanização e automação dos agentes sociais da sociedade nazi e dos campos de concentração, que tinham o genocídio promovido por normal (sem, portanto, em seus pensamentos, configurarem atos de sadismo ou perversão), insuflados por mecanismos de ideologia, terror e normatividade jurídica que legitimava os atos cruéis e degradantes realizados. “O que exigimos nesses julgamentos [pós-guerra], em que os réus cometeram crimes ‘legais’ é que os seres humanos sejam capazes de diferenciar o certo do errado mesmo quando tudo o que têm para guiá-los seja apenas seu próprio juízo, que, além do mais, pode estar inteiramente em conflito com o que eles devem considerar como opinião unânime de todos a sua volta. E essa questão é ainda mais séria quando sabemos que os poucos que foram suficientemente ‘arrogantes’ para confiar em seu próprio julgamento não eram, de maneira nenhuma, os mesmos que continuavam a se nortear pelos velhos valores, ou que se nortearam por crenças religiosas”. ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. 14.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 318.

²⁶⁸ Aqui, novamente, pode-se destacar o pensamento de Hannah Arendt em “Origens do totalitarismo”: “os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas – e não as classes, como o faziam os partidos de interesse dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhes sejam favoráveis”. ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 358.

²⁶⁹ “E esse horror é a condição preliminar de toda a filosofia política. Assim, pensar significa que, a cada vez que nos deparamos com um problema e o experienciamos como um retardamento do processo vital - como uma perplexidade -, somos notificados de um abismo na temporalidade que não é mais do que a falta de um ser próprio. Somos assim desafiados a reconstituir novamente o nosso próprio ser - a começar de novo, diria Arendt -, acompanhando o seu processo de vinda à existência, a partir da sua origem. E isso põe em risco a ordem de coexistência, pois põe em risco as medidas ou valores que esta pressupõe nas suas operações quotidianas. No entanto, a negação do exame da origem do processo de vinda à existência em que consiste o pensar redundaria na adesão cega dos indivíduos a quaisquer regras de conduta prescritas num dado tempo e numa dada sociedade. Mais do que dependentes do conteúdo das regras, as pessoas ficam dependentes da posse de regras dadas, sejam elas quais forem, querendo preencher a falta de um ser próprio substituindo indiferentemente um código de conduta por outro, sem atenderem ao processo que está na sua origem. E este é o verdadeiro núcleo problemático da banalidade do mal, a saber, a aparente arbitrariedade, indiferença e relativização de todas as medidas de conduta, as quais podem ser trocadas por quaisquer outras, [...] sem mais problemas do que os trazidos pela mudança, por todo um povo, das suas maneiras à mesa”. CASTANHEIRA, Nuno Pereira. Pode o pensar nos impedir de fazer o mal? Uma questão de consciência. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 40, n. 4, p. 209-236, dez. 2017. p. 224.

²⁷⁰ Tanto a prática reflexiva quando a formação para o pensar são indispensáveis à construção de uma cultura democrática. “Transmitir conhecimentos é imprescindível, mas educar para o pensamento – com abertura, imprecisão e sem garantias – parece ser uma urgência para os nossos tempos difíceis. Apesar de a atividade do pensamento lidar com o invisível e ser fora da ordem, talvez ela seja a possibilidade de favorecer um ambiente que nos proteja da banalidade do mal; talvez seja a possibilidade de construção de um ambiente desfavorável para as intolerâncias assassinas de tempos tão sombrios. Educar na perspectiva

conjuntamente – que obste a banalidade do mal²⁷¹ e os reducionismos da racionalidade instrumental nas crescentes ondas autoritárias mundiais, que relegam direitos fundamentais e humanos a recantos do espectro político e seguem uma linha de continuidade acerca de uma tábua de direitos a serem revogados sistematicamente na contramão dos interesses mínimos das populações mais vulneráveis. Seria uma das maiores saídas às polemizações sobre uma ou outra forma derradeira de enfrentamento das violências simbólicas pelo que não se recorra a novas práticas de violência. A reflexão parece ser, diante dos problemas do autoritarismo e do totalitarismo na Filosofia Política, e, em especial, ante a “banalidade do mal”, um dos primeiros passos para se evitar que a técnica jurídica se reduza em instrumento de dominação e de propagação ideológica e, especialmente, como mero veículo de execução de políticas autoritárias e de cunho totalizante, que desprezam direitos e garantias individuais, inclusive no alto nível de formalização e legalidade estrita esperada no cerne dos regramentos éticos dos agentes políticos investidos nos poderes públicos – embora sejam muito claras as dificuldades históricas neste acontecimento. O pensamento, esta prática íntima, interior, anterior à exsudação, silenciosa e barulhenta, travada no cerne da última instância da alienação de si por si, pode ser o espaço de desentranhamento de maquinações democráticas, ou de devires democráticos.

3.1.2 Enunciação do problema da tese

O objetivo desta subseção é o de enunciar o problema da tese, explicitando a presença dos elementos de cientificidade especificados por Umberto Eco, demonstrando-se também as peculiaridades da função filosófica dominante na abordagem proposta.

Procurou-se enfatizar a cientificidade da tese, segundo os critérios de Eco: 1. Objeto reconhecível; 2. Utilidade do estudo e contribuição à comunidade; 3. Inediticidade; 4. Presença de elementos de verificação e contestação das hipóteses, para uma continuidade pública.

Ao mesmo tempo, objetivou-se destacar a originalidade da tese em razão: 1. Escassez de trabalhos em Direito que tratem do Pós-Humanismo no plano teórico (e não em questões pontuais, casos afetos ou Escolas de pensamento envolvidas nos pressupostos pós-humanistas); 2. Especificidade dos recortes propostos, tanto no campo do Pós-Humanismo quanto da Biopolítica; 3. Interrelação e conjunção proposta entre Pós-Humanismo, Biopolítica e Bioética no contexto da Filosofia do Direito.

do pensamento, então, seria despertar a si mesmo e os outros do sono de irreflexão, abortando nossas opiniões vazias e irrefletidas. Educar para o pensamento seria uma atitude consciente de abrir nossas janelas conceituais para o vento do pensamento. Quiçá sejamos capazes de formar mais Sócrates do que Eichmanns, mas com uma única convicção: educar para e no pensamento é colocar-se no campo das possibilidades, e não das certezas”. ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 109-125, abr. 2010. p. 124.

²⁷¹ A banalidade do mal, assim como o mal político radical, são conceitos filosóficos de advertência, segundo os quais, “o relevante da análise das noções arendtianas de ‘mal radical’ e ‘banalidade do mal’ é que ambas denunciam o propósito de os totalitarismos acabaram com a humanidade dos homens e com suas capacidades de pensar e julgar”. Tradução livre pelo autor de: “[...] lo relevante del análisis de las nociones arendtianas de ‘mal radical’ y ‘la banalidad del mal’ es que ambas ponen de manifiesto el propósito de los totalitarismos de acabar con la humanidad de los hombres y con sus capacidades para pensar y juzgar”. BOTERO, Adolfo Jerónimo; LEAL GRANOBLES, Yuliana. El mal radical y la banalidad del mal: las dos caras del horror de los regímenes totalitarios desde la perspectiva de Hannah Arendt. **Univ. philos.**, Bogotá, v. 30, n. 60, p. 99-126, jun. 2013. p. 125.

§ **Rizoma.** Pensar o Pós-Humanismo em um campo de relações biopolíticas e jurídicas envolve necessariamente partir da concepção de rizoma segundo a abordagem de Gilles Deleuze e Félix Guattari em “Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia”²⁷². Tal escolha deriva da própria natureza do objeto de pesquisa, o qual se considera essencialmente composto segundo uma ordem de multiplicidade – justamente o enfoque da abordagem dos referidos filósofos por meio da apropriação estrutural da figura do “platô”, proposta por Gregory Bateson²⁷³, ou seja, de uma “multiplicidade conceitual” tomada em uma “estabilização intensiva”. Sem necessariamente se adotar, para a construção estrutural da tese proposta, a estrutura típica do platô (“título”, que determina o campo de problemas e “data”, indicativa da potência e modos de individuação de um acontecimento, conjunto este que indica o mapeamento de movimento e percurso), vale-se das suas referências à heterogeneidade, à coexistência, às imbrincações e à importância relativa das diversas linhas de composição da multiplicidade, características de abordagem que se considera, novamente, apropriadas diante da natureza do objeto de estudo da tese. O arvoreamento não parece ser, no universo de sentidos abordados, um modelo adequado para se abordar o Pós-Humanismo Crítico, como que se fossem abrindo ramificações de suas formas a partir de desdobramentos dedutivos ou retornos indutivos. As diversas temáticas do Pós-Humanismo Crítico, como frágeis e mutantes pontos de localização, antes, se relacionam segundo movimentos rizomáticos, polimorfos, sem direções específicas – até mesmo porque o Pós-Humanismo não é uma expressão temática de referência a partir da qual os Estudos se desdobram, mas, antes, é um termo indicativo de alguns universos e enfoques. Talvez o mesmo valha para as categorias Biopolíticas e Jusfilosóficas, afinal. A forma de se organizar a compreensão de um conhecimento na forma rizomática, ainda, apresenta o toque de coerência de consistir, no campo epistemológico mesmo, como forma de resistência ética, estética e política, uma vez que amplia o universo de compreensão do possível para além da forma, assumindo a “linha” como elemento condutor – em um movimento constante de gramaticalidade, erro e agramaticalidade. O rizoma abre um campo estratégico múltiplo e diverso, no qual se admitem movimentos mais amplos e criativos do que aqueles de indução, dedução e diálogo: rizoma admite cortes, fugas, sabotagens, modulações e intensidades. Linhas de fuga que fogem à totalização, tocam e multiplicam outras raízes, como um rastro de nanquim na água, afirmam-se linhas de intensidade pelas quais contatos com outras raízes multiplicam outras trajetórias, sem formas fechadas ou ligações definitivas. Esboços constantes de linhas sem estruturas que se ressignificam pelos novos contatos estabelecidos, pela multiplicidade das conexões, movimento tal como o da normatividade da vida. Nesse contexto, o problema da pesquisa se insere na linha de corte do desafio de não matar o rizoma por sua apreensão no arvoreamento, mas ao mesmo tempo cumprir a missão de uma pesquisa, que é sempre recorte. E, talvez, o desafio máximo: como pensar este jogo diante da normatividade do Direito.

²⁷² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célio Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 11-37.

²⁷³ ABREU FILHO, Ovídio. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. *Mana [online]*, Rio de Janeiro, out. 1998, v.4, n.2, p. 143-146.

§ **Cientificidade**²⁷⁴. Umberto Eco define alguns critérios de cientificidade para um trabalho acadêmico monográfico de tese. Para o autor seria necessário que o estudo se debruce sobre um objeto reconhecível e definido, que seja compreensível por mais pessoas do que o próprio autor. Também, que o estudo diga do objeto algo ainda não dito, ou que trate de uma óptica diferente daquela pela qual se tem dito. Ainda, que seja útil aos demais, ou seja, traga contribuições ao conhecimento que a comunidade já possui. Por fim, que forneça elementos para a verificação e a contestação de suas hipóteses, fornecendo materiais para uma continuidade pública.

§ **Originalidade**. Pretendeu-se estabelecer a originalidade deste trabalho por meio do entrecruzamento das perspectivas do Pós-Humanismo Crítico, da Biopolítica Afirmativa e da Filosofia Contemporânea do Direito. Com este aporte, novos temas de Filosofia do Direito podem ser percebidos, o que se reforça por meio das estratégias de reflexão propostas, tal como, ao final, a de uma visão crônica (cronista) do Direito, como forma e se ver e entender o fenômeno jurídico que não seja uma repetição dos mecanismos de totalização jurídica, de esvaziamento dos processos interpretativos e de redução da racionalidade e da possibilidade de se traçarem as relações jurídicas – nem que esta construção se dê no nível formativo, como mera abertura do horizonte do possível para além dos sentidos-comuns, das naturalizações e das inevitabilidades justificadas.

§ **Problematização**²⁷⁵. A compreensão do horizonte da problematização da tese envolve, necessariamente, a articulação dos três pilares teóricos, quais sejam: do Pós-Humanismo Crítico, da Biopolítica Afirmativa e da Filosofia do Direito. Este contexto de preocupações relacionadas se dá, inicialmente, no enfoque da formação de um nicho específico de reflexão jurídica, ou seja, não é uma busca de apreensão teórica especializada de uma ou outra categoria de intérpretes, mas do Direito como objeto dado à interpretação e à valoração em um contexto formativo, do que se pensou, também, um plano de disciplina. Nesse sentido, se a biopolítica denuncia a ocorrência de dispositivos neoliberais que produzem efeitos destrutivos sobre formas de vida administradas, e se incumbe à Filosofia Política desmontar tais dispositivos²⁷⁶, pode-se estabelecer como preocupação desta tese um questionamento sobre a Filosofia do Direito: é papel desta desmontar tais dispositivos ou corroborar suas práticas? Qual compreensão do que pode

²⁷⁴ Com base nos critérios de: ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 25. ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 27-32.

²⁷⁵ Formulada com base na “metodologia da problematização” proposta pelo metodólogo brasileiro Dêlcio Vieira Salomon, segundo uma concepção da produção científica no sentido de que “[...] a pesquisa no cenário contemporâneo caracteriza-se fundamentalmente pela problematização, e por ela não só se retomam de certo modo as origens da filosofia, fazendo a superação do pensar-agir, do ideal-real, do formal-concreto, como, sobretudo, se inicia o processo de superação do conflito do filosófico-científico que terá em nossos dias a sua mais significativa expressão no movimento da interdisciplinaridade da própria filosofia com a ciência”. SALOMON, Dêlcio Vieira **A maravilhosa incerteza**. Ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 202. Também: SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. KÖCHE, José Carlos. **Pesquisa científica**. Critérios epistemológicos. Petrópolis: Vozes, 2005.

²⁷⁶ CAMPBELL, Timothy. Política, imunidade, vida. O pensamento de Roberto Esposito no debate contemporâneo. ESPOSITO, Roberto. **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Tradução de Angela Couto Machado Fonseca, João Paulo Arrosi, Luiz Ernani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: Editora UFPR, 2017. p. 13-66.

ser o Direito é utilizada na formação desta decisão epistemológica? Tenta-se, assim, captar que há razões suficientes para que se compreenda a possibilidade de o Direito, ele próprio, ser um instrumento de resistência tanatopolítica e, por derradeiro, de afirmação biopolítica democrática. Contudo, esta conformação só pode se dar por um arranjo específico de afirmações e de interdições, além do recurso às críticas internas. Se o projeto de sociedade neoliberal envolve crises comunitárias e imunitárias que perpassam o poder soberano e o Estado – e se estes, por suas técnicas próprias, pretendem ter uma ingerência do tamanho dado pelos preceitos de seus princípios e direitos humanos e fundamentais – parece mais do que urgente a construção de um posicionamento do pensamento jurídico como tarefa e missão de uma Filosofia do Direito que se pretenda minimamente crítica e sintonizada com seu tempo, ou seja, que não se reduza a um corpo instrumental de qualquer substância, e que não se reduza a experiência desvinculada de sua historicidade. Além disso, talvez a experiência teórica deva ser significativa de um modo muito mais amplo do que o conhecimento de teorias específicas ou o confronto de sua coerência ou não. O convite biopolítico recai justamente sobre o destino e a qualidade das práticas e dos sistemas normativos, sendo, portanto, uma inflexão da ética e uma assunção de responsabilidade perante aquilo que se constrói.

O problema da tese, assim, tal como em introdução, pode ser enunciado: quais os impactos potenciais do imaginário do Pós-Humanismo Crítico na Filosofia Contemporânea do Direito enquanto significação biopolítica, especialmente como afirmação biopolítica democrática, possibilitando-se chaves de interpretação²⁷⁷, de valoração e de crítica?

Como uma hipótese, pode-se estabelecer que, a partir da desconstrução pós-humanista e com a significação da biopolítica afirmativa, esteja na Filosofia do Direito uma possibilidade de se pensar os tensionamentos biopolíticos e bioéticos (que são uma questão de racionalidade jurídica) a partir da abertura de horizontes de significação – e não de um fechamento subsuntivo.

²⁷⁷ Compreende-se, aqui, que, a partir do Pós-Humanismo Crítico e da Biopolítica Afirmativa, possa haver um espaço para o jogo (talvez, um novo jogo, inclusive) da “hermenêutica da desconfiança” na racionalidade e hermenêutica jurídicas, especialmente pela via da hermenêutica jurídica sintonizada com a hermenêutica filosófica. Conforme Paul Ricoeur, a “hermenêutica da suspeita” se estabelece pelo contraponto da interpretação como restauração de um sentido, o que seria o esforço das “hermenêuticas da confiança”, promovendo-se a interpretação perpassada pela desmistificação dos processos interpretativos por meio das suspeitas da linguagem, da consciência e do sujeito, o que afirmaria as “hermenêuticas da suspeita”. Esta avaliação crítica redimensionou a hermenêutica, que passou a integrar esta relação e, assim, permitiu novos desenvolvimentos de uma “hermenêutica crítica”, reunindo-se atividades intelectuais que seriam pensadas, então, de modo indissociável e conjuntamente inviável dentro da tradição que entender a hermenêutica como prática da harmonização e a crítica como trabalho do contraste. À hermenêutica, assim, se atribuiria tanto a missão de compreender em um estágio inicial de confiança, quanto perpassar a reflexão crítica e se buscar a restauração do sentido pós-crítica, tarefa que, para Ricoeur, seria dos maiores atos de iconoclastia. Uma nova onda de referencial crítico, assim, pode ser retirada no redimensionamento da hermenêutica, na linha da suspeita. RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Trad. M.F. Sá Correia. Porto: Rés, 1988. MEDEIROS, Jonas Torres. Paul Ricoeur, leitor de Freud: contribuições da psicanálise ao campo da filosofia hermenêutica. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 73-107, 2015. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 261-272, ago. 1997. ZAPATA DIAZ S.J., Guillermo. La hermenéutica política de Paul Ricoeur. **Univ. philos.**, Bogotá, v. 29, n. 59, p. 267-281, dez. 2012.

3.2 POTENCIAIS DE UMA RACIONALIDADE JURÍDICA

O objetivo desta subseção é o de estabelecer elementos teóricos no campo das bioéticas para se pensar um espaço potencial de racionalidade jurídica apto aos desafios do problema biopolítico do Pós-Humanismo.

Para tanto, a partir da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos de 2005 (UNESCO), estabelece-se um referencial para significação dos direitos humanos em suas dimensões precedentes, a partir da compreensão da indivisibilidade, interdependência, interrelacionalidade e universalidade e, segundo esta qualificação jurídica.

Referido diploma e suas normatividades, assim, podem abrir um horizonte de juridicidade apto à inserção das compreensões perpassadas pelos enfoques e políticas das bioéticas nas fundamentações hermenêuticas e argumentativas, especialmente significativos diante da crítica biopolítica.

3.2.1 Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO de 2005

§ Direitos Humanos. No universo de referência ao pensamento que se pode estruturar em torno a uma aproximação ao Pós-Humanismo Crítico, os “direitos humanos”²⁷⁸, como categoria, ou seja, como referencial ético, político e jurídico à própria abordagem da concepção histórica de Direito, podem ser destacados no mapeamento e direcionamento de processos hermenêuticos e argumentativos. O recurso aos direitos humanos requer cuidado conceitual na medida em que o “humano” dos “direitos humanos” é simultaneamente objeto de confronto pelo Pós-Humanismo Crítico e, também, ao mesmo tempo, meio de promoção de preceitos envolvidos nas expectativas éticas e políticas dos horizontes do Pós-Humanismo Crítico, assim como de resistência às tanatopolíticas condensadas em diferentes graus de intensidade nas práticas de exclusão, discriminação e segregação. Nesse sentido, o modo como se compreendem os direitos humanos dentro de uma estruturação interpretativa, e vinculante, nas construções hermenêuticas e argumentativas da racionalidade jurídica, passa a ser decisivo sobre as extensões de sua incidência substancial na formulação das interpretações e valorações dos cenários postos à apreciação, seja em qual âmbito, momento e pessoa se der o ato cognitivo-enunciativo²⁷⁹. Isto significa, assim, articular o conjunto de referências normativas na construção de argumentações jurídicas compromissadas com a continuidade da extensão de sentidos democráticos, republicanos, cívicos e que confirmem a ampliação dos preceitos.

²⁷⁸ Referência à Carta Internacional dos Direitos Humanos: Declaração Universal interpretada conjuntamente ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (procedimento de queixa e pena de morte), Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional. Igualmente, incluem-se os tratados e outros instrumentos pós 1945, como por exemplo a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

²⁷⁹ HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional**: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição – contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1997.

De um modo geral, encontram-se em linha de ponderação duas considerações históricas basilares: a da personalidade jurídica²⁸⁰ e a de um modo de ser do homem coincidente consigo mesmo²⁸¹, uma expressão de sua singularidade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, é uma declaração apta às mediações necessárias, porque assentada no “livre desenvolvimento da personalidade” (artigo 22²⁸²) e todo complexo de condições envolvidas nestas possibilidade e potencial, oposição frontal, assim, ao ideário totalizante, desumanizante, fascista e, sobretudo, de orientação tanatopolítica, ou seja, àqueles “[...] atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade” (Preâmbulo da Declaração²⁸³) e germe potencial de uma cidadania global²⁸⁴. Um fundamento contemporâneo para se pensar o lugar do Direito e dos direitos nas latências do presente²⁸⁵ e para uma ainda incompreendida “consciência jurídica universal”²⁸⁶ pela qual se coordenem as dimensões de direitos, de modo conjunto e epitelial, como um imperativo. Pensar a DUDH de 1948 e dos direitos humanos contemporâneos é, de imediato, pensar o mundo pós-genocídio e tanatopolítica nazi: um mundo não terminado e que ainda nos diz respeito direto, seja geracional, seja semântico e afetivo, em sua dimensão histórica. Esta dimensão inclui as críticas às grandes declarações – seus possíveis vícios de origem, sua coordenação inevitável e ideológica aos desenvolvimentos do capitalismo, suas intenções políticas ocultas e seu falseamento, assim como ante a inefetividade dos direitos, a concatenação do ideário moderno, a localização essencializada dos direitos em terrenos

²⁸⁰ “Se a Declaração de 1948 fez [...] a personalidade jurídica entrar na lista dos direitos humanos, não foi somente porque ela é tecnicamente necessária para o gozo de todos os outros direitos. [...] os horrores do nazismo acabavam de mostrar que [a] redução do Homem ao seu ser biológico redundava em fazer da sociedade um mundo darwiniano submetido apenas à lei do mais forte. Foi por isso que a Declaração Universal fez dessa personalidade o objeto de um direito universal e imprescritível”. SUPLOT, Alain. **Homo juridicus**. Ensaio sobre a função antropológica do direito. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 237.

²⁸¹ “O ‘dever animal’ do homem e no homem significa – e requer – o derretimento do nó metafísico ligado pela ideia e pela prática de pessoa a favor de um modo de ser homem não mais em trânsito na direção da coisa, mas, finalmente, coincidente apenas consigo mesmo”. ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: ESPOSITO, Roberto. **Termos da Política**. Comunidade, Imunidade, Biopolítica. Tradução de Angela Couto Machado Fonseca. Curitiba: UFPR, 2017. p. 213.

²⁸² “Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade”. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

²⁸³ CARVALHO, Paulo de Barros. O preâmbulo e a prescritividade constitutiva dos textos jurídicos. **Rev. direito GV**, São Paulo, v.6, n.1, p. 295-312, jun. 2010.

²⁸⁴ Trata-se do germe jurídico cuja realização depende de interações sociais mais articuladas: “A questão para a teoria social do século XXI é como associar o abstrato de categorias de uma cidadania pós-nacional como lutas concretas pela limitação das formas de expansão do mercado e, em alguns casos, do Estado para além da territorialidade nacional. Essas lutas têm se concentrado nos campos do civil e do social pela própria natureza da globalização baseada em grande parte no fluxo de indivíduos e mercadorias. São nessas áreas que tem surgido movimentos sociais pós-nacionais que tem tocado fundamentalmente nas questões civil e social. Isso não quer dizer que o elemento político da cidadania não se vá colocar na ordem do dia em algum momento e vir a constituir um novo concreto de lutas democráticas. É da ação dos atores sociais nesse campo que dependerá a extensão da cidadania mundial para o campo do político”. AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 29-55, 2002. p. 55.

²⁸⁵ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945**. Latência como origem do presente. Tradução de Ana Isabel Soares. São Paulo: Unesp, 2014.

²⁸⁶ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **International law for humankind - towards a new jus gentium (I)**. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, v. 316, 2005. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997. 3. V.

políticos específicos – sem contudo se perder de vista sua relevância ante o jogo biopolítico²⁸⁷.

[...] considerar que a complexidade do mundo globalizado – com seus lancinantes desequilíbrios financeiros, de poder, de densidade demográfica – possa ser governada com os instrumentos inefetivos do direito internacional ou com aqueles, reciclados, dos tradicionais poderes soberanos é pura utopia. Significa não perceber que estamos próximos a um limiar tão dramático quanto aquele situado no território armado dos anos 20 e 30 do século XX²⁸⁸.

Fundamento e advertência de racionalidade, o corpo dos direitos humanos contemporâneos fornece não apenas um rol de direitos e deveres, ou um referencial para êxitos e fracassos, mas um alcance para se pensar o mundo, os conceitos, o real, o tangível, conter a negação e a negatividade e assumir a dor dos outros como responsabilidade ética indeclinável²⁸⁹. Para além dos embates categoriais, a urgência da exaltação é biopolítica, da vida e da morte e da sua direta implicação com o fazer jurídico-político, pois na tanapolítica e no inferno da arbitrariedade e da violência o Direito perde completamente sua razão de ser. Mesmo assim, há uma insuficiência informada pela biopolítica.

§ Transhumanismo, Pós-Humanismo, Direitos Humanos e Democracia. O tema do Transhumanismo e do Pós-Humanismo, abordado a partir dos tensionamentos que permite estabelecer, pode ser relacionado e problematizado de modo direto com as preocupações do campo dos direitos humanos e democracia, reciprocamente pensados, sobretudo, em termos de tutela, efetividade e plenitude, até porque, na contemporaneidade, o conceito de “direitos humanos” e de “democracia” encontra-se intrincado e reciprocamente significativo – por exemplo, o garantismo²⁹⁰ proposto por

²⁸⁷ BUTTURI JUNIOR, Atilio; LARA, Camila de Almeida. Biopolítica, direitos humanos e resistências: uma análise comparativa das políticas públicas de saúde para a população LGBT de Florianópolis-SC. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 57, n. 2, p. 645-674, ago. 2018. ESPINEL BERNAL, Óscar Orlando. Educación en derechos humanos. Esbozo de una lectura biopolítica. **Rev. colomb. educ.**, Bogotá, n. 65, p. 165-186, dez. 2013. ZARATE CUELLO, Amparo de Jesús. ¿Es el aborto un derecho sexual y reproductivo de la mujer? Análisis desde el bioderecho, la bioética, la biopolítica y la biojurídica en Estados Unidos, España y Colombia. **Rev. Latinoam. Bioet.**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 12-27, jul. 2014. SCHRAMM, Fermin Roland. Dialética entre liberalismo, paternalismo de Estado e biopolítica: análise conceitual, implicações bioéticas e democráticas. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 10-17, abr. 2014.

²⁸⁸ ESPOSITO, Roberto. O nazismo e nós. In: ESPOSITO, Roberto. **Termos da Política**. Comunidade, Imunidade, Biopolítica. Tradução de Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: UFPR, 2017. p. 165-174. p.174.

²⁸⁹ “Os direitos humanos são direitos, reconhecidos internacionalmente na Declaração de 1948 e universalizados pelo consenso da Declaração de Viena, de 1993. Nunca foram uma ‘narrativa’ ou ‘metanarrativa’ no sentido ideológico que os pós-estruturalistas, começando por Jean-François Lyotard (1979), davam ao termo. Representavam, na mente dos negociadores da Declaração Universal, um mínimo denominador comum a ser observado por todos os Estados. Os meios para sua observância nunca couberam àqueles negociadores decidir. Por isso mesmo é que foram adotados e reiterados, desde 1948. Embora considerados elementos comprobatórios do verdadeiro progresso social, os direitos em geral não são, nem poderiam ser, pela própria natureza, instrumentos suficientes para a obtenção do desenvolvimento, nem explicação doutrinária e orientação totalizante para o alcance da igualdade efetiva” ALVES, José Augusto Lindgren. É preciso salvar os direitos humanos! **Lua Nova**, São Paulo, n. 86, p. 51-88, 2012. p. 72.

²⁹⁰ Direitos humanos e democracia podem compor um “todo” reciprocamente significativo porque a democracia, em seu enfoque substancial, encontra nos direitos humanos e fundamentais importante elemento semântico. Neste sentido, têm-se em mente as teorias da democracia que, para além dos aspectos formais da constituição desta, preocupam-se também com os limites da disponibilidade de determinados interesses e direitos pelas maiorias, o que se coaduna com o próprio constitucionalismo. Assim, neste sentido, pode-se destacar a teoria garantista como posição de Teoria Geral do Direito, de modo que a existência de aspectos substanciais que concorrem às regras formais, por meio de normas constitucionais

Luigi Ferrajoli. O contexto do Transhumanismo, por exemplo, nele entendidas as pretensões das técnicas biotecnológicas de aprimoramento do humano, assim como também o contexto do Pós-Humanismo, este, no sentido do domínio tecnológico das formas da vida como modo próprio de ingresso na ordem humana e como descentramento do “humano” normativo, apresentam direta e profunda perturbação dos princípios e valores depreensíveis tanto dos direitos humanos quanto da democracia, desestabilizando seus fundamentos e referenciais mais íntimos, seja pela via de uma potencialização positiva de efetividades, seja pela de negativas e potenciais violações dos preceitos jurídicos vigentes que ou precisam ser revisados, ou defendidos. Por exemplo: quando o Transhumanismo propõe o prolongamento da vida humana a lapsos de tempo biologicamente inimagináveis em um ciclo natural-biológico dado, ou mesmo extensões da inteligência e demais projeções biomaquínicas das faculdades humanas, o princípio da igualdade é profundamente movimentado, pensando-se na coletividade, em uma dimensão fora de sua discussão regular em uma ordem humanista-naturalista²⁹¹. Ao mesmo tempo, quando o pós-humanismo afirma a naturalização da alienação da e reificação humanas pelos sistemas tecnológicos²⁹², aí há uma profunda violação da dignidade humana, cuja subjugação, em face do teor do princípio jurídico, é intolerável. O Transhumanismo e o Pós-humanismo têm sido considerados novos contextos e campos teóricos de pensamento sobre o humano, pensados ora enquanto contraponto, ora enquanto exacerbação do humanismo. Certo é que, dentre humanismo e pós-humanismo estabelece-se um critério de distinção temporal, o que, em termos hermenêuticos é relevante: o humanismo apresenta-se como elemento de tradição jurídica, e o pós-humanismo como horizonte de sentido, novidade a ser fundida com a referida tradição, segundo a teoria hermenêutica. Diante disso, como compatibilizar e harmonizar tais horizontes intemporais (tradição e horizonte de sentido) relativos a uma hermenêutica jurídica²⁹³ apresenta-se atividade filosófica de base (ou seja, verdadeira estrutura de

de núcleo indisponível, mesmo às maiorias (direitos fundamentais indeclináveis); dependência da validade da vontade popular ao atendimento de direitos sociais fundamentais garantidores da liberdade de pensamento, expressão e decisão, tal como o direito à educação que forma a consciência livre. FERRAJOLI, Luigi. **Garantismo**. Debate sobre el derecho y la democracia. Madrid: Trotta, 2006. p. 15-30.

²⁹¹ Conforme proposto pelo filósofo francês Francis Wolff é possível visualizar a complexidade do cenário de interações valorativas envolvidas no problema: “Os valores humanistas são, talvez, tão ameaçados quando pretendem estender-se para além dos limites da humanidade [pensa-se, aqui, nos animais], que quando se pretendem reservados a uma parte dos homens [quebra de sua universalidade]. O naturalismo antiessencialista cai no absurdo ao se pretender anti-hierárquico, e a ideia de igualdade se esvazia de sentido quando não está vinculada a uma vontade de justiça ou a um ideal jurídico ou político. O igualitarismo pode até tornar-se uma ideologia particularmente perniciosa porque, ao contrário do trans-humanismo tecnicista, que tem a delicadeza de se enfiar com os trajes tradicionais do demônio, ele se insinua em nossos conceitos e em nossas crenças revestido da obsessão do Bem [...]”. WOLFF, Francis. **Nossa humanidade**: de Aristóteles às neurociências. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2012, p. 293.

²⁹² Há um tensionamento contundente: “invertendo os dogmas clássicos do humanismo, os pós-humanistas não somente afirmam que são os objetos que fazem os humanos (como quando nós dizemos que é ‘o hábito que faz o monge’), como também eles insistem que as tecnologias seguem suas próprias leis (tecno-lógicas) e têm um espírito próprio, que elas têm consequências não-intencionais e inesperadas, tanto felizes quanto perversas, que ninguém – nem indivíduo, nem sociedade, nem política – pode controlar. Como a linguagem em Saussure, a tecnologia forma um sistema auto-evolutivo autônomo que não pode ser controlado por aqueles que a usam. Onde os humanistas entram em pânico e vêem somente um signo de desumanização, alienação e reificação, os pós-humanistas vêem somente um processo normal ‘humano, inumano, demasiado humano’ de humanização através da exteriorização, reificação e alienação”. VANDENBERGHE, Frederic. Jamais fomos humanos. **Liinc em Revista**, v. 6., 2010. p. 215-234. p. 221.

²⁹³ Aqui compreendida a “hermenêutica jurídica” não apenas como corpo de técnicas de interpretação de normas jurídicas (englobando tanto a hermenêutica legal quanto a constitucional), mas, de modo mais amplo, pretendendo significar também um modo de compreensão (cognição e valoração) do real a partir de um sistema de fontes jurídicas que, em especial, considere tanto a incidência dos direitos humanos quanto

qualquer raciocínio jurídico). Pode-se expor o problema na forma filosófica proposta por Wolff:

Com as NBICs [Nanociências, Biotecnologias, Informáticas e Ciências Cognitivas] torna-se a travar a gigantomaquia entre os defensores da Natureza, dotada de todas as virtudes (mesmo quando se manifestam sob a forma de epidemias, terremotos e tsunamis), e os partidários da Técnica, portadora de todas as esperanças (mesmo quando topam com Hiroshima, Bhopal ou Chernobyl), sob o olhar daqueles que, recusando uns e outros, julgam que toda invenção técnica tem dois gumes, desde o domínio do fogo, útil tanto aos cozinheiros como aos piromaniacos, até as biotecnologias, capazes tanto de gerar monstros como de curar por terapia gênica²⁹⁴.

A referida posição de equilíbrio e justa medida no enfrentamento das novas questões é definida, ainda pelo mesmo filósofo, enquanto “posição arbitral”, cuja estrutura de raciocínio pretende-se empregar no desenvolvimento da tese, em especial por meio do referencial jurídico, construindo-se, pois, a compreensão do problema por meio de uma hermenêutica filosófico-jurídica:

Acrescentemos três argumentos em favor dessa posição arbitral: desde Platão, sabe-se que o mesmo saber pode formar o melhor médico e o mais eficiente envenenador. Alguém conhece, aliás, uma única invenção capaz de melhorar as condições da vida humana e que não crie paralelamente novos riscos, perturbando os equilíbrios naturais? É por isso que toda técnica traz consigo seu quinhão de fantasias otimistas (‘vamos libertar-nos da finitude’) e pessimistas (‘corremos para o abismo’), todas tanto mais violentas quanto mais consideráveis são seus efeitos. A cada revolução tecnológica, podemos dizer com razão que ‘nada mais será como antes’ e que ‘agora, tudo é possível’. Os grandes medos mudam de objeto, mas a estrutura permanece a mesma, da bomba atômica (‘jamais, antes, o homem havia tido a possibilidade de se autodestruir’) à clonagem (‘jamais antes o homem havia tido a possibilidade de se autorreproduzir’)²⁹⁵.

Diante disso, destaca-se a análise do filósofo sobre as “vantagens e desvantagens” do progresso técnico, frisando-se que a preocupação da tese se dará, de modo central, não propriamente neste sentido, mas nos potenciais de afirmação e negação de preceitos jurídicos.

No entanto, a parte respectiva das vantagens e das desvantagens de cada progresso técnico permanece sempre incalculável, não só porque não existe unidade de medida comum entre umas e outras, mas porque raramente são os mesmos homens que se beneficiam das técnicas e com elas sofrem; ou melhor, porque com frequência são os mesmos que são expostos aos riscos

a objetivação de um sistema democrático, compreendido em uma dimensão de “democracia substancial”, conforme antes dito. No modelo atual do Estado Humanista de Direito (MAZZUOLI, Valério de Oliveira; GOMES, Luiz Flávio. **Direito supraconstitucional**. Do absolutismo ao Estado Constitucional e Humanista de Direito. São Paulo: RT, 2010, p. 199), o sistema de fontes que guia uma hermenêutica jurídica é complexo, eis que derivado da última evolução do sistema jurídico, o contemporâneo, integrando as fontes normativas em diálogo as leis (conforme teoria pós-moderna de Erik Jayme, a do diálogo das fontes): as leis codificadas, a Constituição, a jurisprudência interna, os tratados internacionais, a jurisprudência internacional e o direito universal. Com isso, a racionalidade jurídica (seja pública, seja privada) deve observar limites inarredáveis, sendo certo que a cognição estatal não é mais soberana e absoluta, devendo ela também obediência a normas jurídicas superiores, em especial a de proteção e promoção de direitos humanos.

²⁹⁴ WOLFF, *op. cit.*, p. 268-269.

²⁹⁵ WOLFF, *op. cit.*, p. 269.

tecnológicos e são vítimas das catástrofes naturais, padecendo assim duplamente dos efeitos funestos de estarem mal equipados.²⁹⁶

Emerge, portanto, o caráter político dos efeitos das tecnologias sobre o corpo social, no especial ao tocante da área de concentração diante do problema da exposição e sofrimento dos riscos, o que, a toda clareza, é uma questão de exclusão social. Desta maneira, o esforço intelectual e de pesquisa em torno de tais questões têm a vocação de Filosofia do Direito²⁹⁷, em hermenêutica, o que pode vir a contribuir com a interpretação futura realizada nos variados ramos do Direito, ao se confrontarem com suas demandas práticas especializadas, cuja cognição, em absoluto normativo, deve ser feita por mediação do plexo axiológico da democracia e dos direitos humanos e cujos desafios crescentes cada dia mais se afirmarão, ainda que implicitamente, nas linhas do Transhumanismo e do Pós-Humanismo.

§ Transhumanismo, Pós-Humanismo, Cidadania e Inclusão Social. As preocupações da inclusão social²⁹⁸ e da cidadania²⁹⁹ representam afirmações positivas ante a

²⁹⁶ WOLFF, *op. cit.*, p. 269.

²⁹⁷ Há um pressuposto envolvido nesta percepção: “a aceitação de que nossas histórias não podem reduzir-se a uma história-mestra pode parecer algo como um fracasso àqueles que precisam do conforto de uma resposta às perguntas da vida. Inversamente, contudo, aceitar que estamos destinados a oferecer interpretações e reinterpretações também implica que o ser humano tem a ver com a transformação contínua, com eventos e projetos, com o diálogo e a interpretação. E com a necessidade de criar estruturas de orientação; daí o direito”. MORRISON, Wayne. **Filosofia do direito**. Dos gregos ao pós-modernismo. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 18.

²⁹⁸ O tema da inclusão social é complexo e composto por diversas dimensões. Os estudos de Robert Castel foram decisivos para a identificação dos mecanismos atuais de desfiliação e exclusão de indivíduos da vida coletiva, em especial por meio das táticas neoliberais de desemprego e de minoração do Estado Social, último âmbito de proteção e amparo aos indivíduos que, não insertos no sistema produtivo, ficam relegados à angústia, ao ressentimento e à morte. O aspecto mais irônico do tema da exclusão e inclusão social é o da inclusão excludente, mecanismo perverso de manutenção da negação das vidas negadas, ultrapassando a exploração rumo à eliminação dos indivíduos. Destaca-se, na denúncia desta dimensão perversa, o pensamento crítico da filósofa e intelectual francesa Viviane Forrester, na obra “O horror económico”, em que autora enfrenta diversas ilusões nutridas na sociedade ocidental acerca dos processos sutis de inclusão excludente, o que reverbera, diretamente, nos processos seletivos de vida e morte (bio- e tanatopolíticos, portanto): “O que aconteceria se a democracia desaparecesse? Não apareceria o risco de formular o “excesso” (que, por outro lado, se elevará inexoravelmente)? De pronunciá-lo e, assim, consagrá-lo? O que aconteceria se o “mérito” do qual dependeria mais do que nunca o direito de viver, e o direito em si mesmo, fossem julgados e administrados por um regime autoritário? Não ignoramos, não podemos fingir que ignoramos, que ao horror nada é impossível e que as decisões humanas não conhecem limites. Da exploração à exclusão, desta à eliminação, incluindo-se as desastrosas explorações ainda desconhecidas: é esta uma hipótese inconcebível? Sabemos, por experiência, que a barbárie, sempre latente, se conjuga com a mansidão das maiorias que sabem incorporar o horror à frivolidade ambiente”. Tradução livre: “¿Qué sucedería si desapareciera la democracia? ¿No aparecería el riesgo de formular el “exceso” (que por otra parte se acrecentará inexorablemente)? ¿De pronunciarlo y de esa manera consagrarlo? ¿Qué sucedería si el “mérito” del cual dependería más que nunca el derecho de vivir, y el derecho en sí mismo, fueran juzgados y administrados por un régimen autoritario? No ignoramos, no podemos fingir que ignoramos, que al horror nada le es imposible y que las decisiones humanas no conocen límites. De la explotación a la exclusión, de ésta a la eliminación e incluso a desastrosas explotaciones aún desconocidas: ¿es ésta una hipótesis inconcebible? Sabemos por experiencia que la barbarie, siempre latente, se conjuga de maravillas con la mansedumbre de esas mayorías que saben incorporar el horror a la frivolidad ambiente”. FORRESTER, Viviane. **El horror económico**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 9.

²⁹⁹ De um modo geral, a noção de cidadania tem sido utilizada para referenciar o exercício de direitos. Hoje, o exercício da cidadania segue o exercício de todas as dimensões de direitos humanos, ao certo, posto que a titularidade unicamente não atinge a efetividade e a concretização normativa que marcam o direito contemporâneo. Também se posiciona no sentido de que a cidadania necessita ser compreendida em conjunto aos conceitos de democracia, direitos humanos e inclusão social, de modo que, a partir da

negatividade da violação e do desatendimento dos direitos humanos e da vida democrática. Nesse sentido, há um elemento de resistência ínsito às suas racionalidades. As projeções sociais e práticas do Transhumanismo e do Pós-Humanismo afetam derradeiramente as preocupações advindas do ponto de vista apegado ao teor dos direitos humanos e da democracia, tão mais intensamente sentidos os efeitos sobre as possibilidades de realização da cidadania, nexo das pessoas ao exercício e efetividade dos direitos subjetivos como meio de vida, e da inclusão social, mecanismo de correção das profundas desigualdades que assolam a coletividade. Neste sentido, portanto, adstrito à linha de pesquisa o presente projeto, uma vez que o debate sobre inclusão social, a partir do contraste com a exclusão, aponta para as consequências humanas nefastas do neoliberalismo, o que, certamente, se intensifica no contexto do Transhumanismo e do Pós-Humanismo – os quais reverberam elementos ideológicos daquela compreensão econômica, levando-nos ao extremo por meio da veiculação tecnológica. Deste modo, a questão do pós-humanismo reforça e intensifica as preocupações tanto relacionadas à pobreza sistêmica quanto ao desemprego, marginalidade, discriminação, desigualdade, injustiça, opressão e exploração social, situações de desigualdades, assim como suas relações com as identidades (sobretudo das minorias sociais) a preservar e a proteger. O cenário transhumanista e pós-humanista abre perspectivas de agravamento de problemas atuais neste sentido, ao compasso de, igualmente, apresentar outros aspectos que concorrem às finalidades do Direito (art. 3º da Constituição Federal de 1988) de construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, em que se garanta o desenvolvimento nacional, com a erradicação da pobreza e marginalização, redução de desigualdades sociais e regionais, promoção de bem-estar geral e eliminação de quaisquer formas de discriminação. A ficção transhumanista e pós-humanista, em peso, vale-se da distopia para descrever os cenários e contextos sociais organizados segundo os seus preceitos em desenvolvimento. A distopia, enquanto figura de expressão, funda-se justamente do inverso da utopia, ou seja, descreve sociedades de intenso conflito, desigualdade, violência, indiferença. A advertência, assim, fica posta ao Direito (e as técnicas hermenêuticas da inclusão social e da cidadania são decisivas nesta proteção), rememorando-se sempre que, juridicamente falando, qualquer pretensão futura do Direito, de melhoria da sociedade (concretização e ampliação de direitos subjetivos, por exemplo), não consiste tecnicamente em utopia, mas, sim, em expressão de normatividade.

§ Direitos Humanos e Biopolítica. O desafio biopolítico dos direitos humanos, assim, é o de como repensar Estado, Direito, direitos humanos, democracia e cidadania, todos conceitos dos tradicionais dos poderes soberanos, diante das dinâmicas que sequestram seus dispositivos, cooptam seus agentes e instituições, coordenam-se a agendas não públicas? Quais linhas de tensionamento e quais novos aportes e aberturas podem ser conjecturados? Considerada a grave advertência de Esposito, é de se pensar: ainda devemos (e podemos) recorrer aos direitos humanos? No próprio autor que lança a inquietação, pode-se encontrar algum liame para uma reflexão que admita considerar os direitos humanos, ciente de que, mesmo que estes operassem em sua maior potência exequível, ainda estariam às margens do biopolítico:

[...] dizer que estamos, hoje mais do que nunca, no reverso do nazismo, significa que não é possível se desembaraçar dele limitando-se a colocar o olhar numa perspectiva distante. Que para de fato invertê-lo – para recoloca-lo

titularidade universal prescrita pelos direitos humanos, não se pode concluir não seja também universal o exercício e as condições de exercício dos direitos.

no inferno de onde ele saiu – é necessário atravessar de novo de modo consciente aquelas sombras, responder, naturalmente de maneira oposta, àquilo que então foi feito, às perguntas que a partir dele se levantam³⁰⁰.

Pensar os direitos humanos, em larga medida, pode ser um exercício desta inversão – biopolítica afirmativa – desta maneira oposta de abordar aqueles pressupostos de morte no político, ou seja, pode ser uma medida de promoção da biopolítica afirmativa. Até porque, em grande medida, os próprios direitos humanos propõem-se, literalmente, neste mesmo sentido e esforço e até porque sua existência e vigência relativizam, em boa medida, os núcleos duros da soberania que poderiam vir a autorizar, em um plano formal, atrocidades regulamentadas. Sem se fechar às advertências do filósofo sobre as extensões do mundo globalizado, e sem reduzir o pensamento à dogmática jurídica, incluindo sua dimensão abstrata e mecânica repleta de simplismos e indiferenças, sem preocupações com o mundo ao qual a linguagem do Direito se conecta e, propriamente, pela trama do qual só pode ocorrer, pensar os direitos humanos pode ser a assunção de compromissos éticos e críticos, além de técnicos e científicos, problematizando-se o Direito ao mesmo tempo em que o coordenando em linhas de oposição, resistência e intolerância às políticas de morte³⁰¹. Como compromisso ético, cidadão e científico, negar as armadilhas do historicismo, cuja antiface mais perversa é o negacionismo, mas que também encontra prejuízos sob as “posses das metodologias verdadeiras”, que assolam gerações de pesquisadores e silenciam outros tantos, e retornar à historicidade dos direitos humanos e sua lógica de um mínimo imprescindível seria uma medida necessária na leitura destes direitos. As razões históricas da emergência destes direitos na história contemporânea e sua tragicidade concreta, ao que a DUDH de 1948 é um marco de mote relevante, é um elemento hermenêutico necessário. No mesmo sentido, no Direito, evitar as armadilhas do formalismo exacerbado e hesitante no manejo das fontes, reconhecendo no Direito Internacional dos Direitos Humanos³⁰², mais do que um sem-fim de questiúnculas e

³⁰⁰ ESPOSITO, Roberto. O nazismo e nós. In: ESPOSITO, Roberto. **Termos da Política**. Comunidade, Imunidade, Biopolítica. Tradução de Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: UFPR, 2017. p. 174.

³⁰¹ “Os direitos de todos os seres humanos, em qualquer circunstância, devem ser vistos como aquilo que são, desde 1948: um mínimo denominador comum para todos os Estados - e culturas -, que os devem respeitar e fazer valer em favor de todas as pessoas. Aos direitos estabelecidos na Declaração Universal não é necessário acrescentar nenhum direito específico de validade exclusiva para grupos particularizados, nem ‘direitos das etnias’, que tanto podem fortalecer a identidade como esmagar o indivíduo. Essencial não é manter intocáveis as culturas, as línguas, as religiões, as diferenças, mas sim buscar os meios para o Estado aplicar os direitos da Declaração Universal da melhor maneira possível, à luz de cada situação, em favor de seus habitantes”. ALVES, José Augusto Lindgren. É preciso salvar os direitos humanos! **Lua Nova**, São Paulo, n. 86, p. 51-88, 2012. p. 85.

³⁰² No contexto proposto, ao se tratar de direitos humanos tem-se em mente, primeiramente, as normas imperativas do “*jus cogens*”, tomadas em seu caráter protetivo do ser humano, dos animais e do meio ambiente, oponível a qualquer pretensão violenta violadora, seja pública ou privada. O referencial de compreensão é claro, neste sentido: “dos horrores e atrocidades cometidos no período sombrio do holocausto, lições universais puderam ser tomadas por toda a sociedade internacional, espalhando-se reflexos no direito interno dos Estados, que passaram cada vez mais consagrar normas protetivas de direitos humanos. Essas normas vão ganhando corpo cada vez mais denso (em valores, axiologicamente) e concentrado, até chegarem à característica de *jus cogens*, que são normas *imperativas* de direito internacional geral, aceitas e reconhecidas pela sociedade dos Estados com um todo, das quais *nenhuma* derrogação é permitida e que só podem ser modificadas por norma ulterior da mesma natureza (arts. 53 e 54 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969)” MAZZUOLI, Valério de Oliveira; GOMES, Luiz Flávio. **Direito supraconstitucional**. Do absolutismo ao Estado Constitucional e Humanista de Direito. São Paulo: RT, 2010, p. 199. No mesmo sentido: FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **As normas imperativas de Direito Internacional Público**. *Jus cogens*. Belo Horizonte: Fórum, 2004. FRIEDRICH,

evasivas quanto às sanções e às origens, uma fonte de normatividade e de justificação moral problematizante de nossas práticas, de nossas obrigações institucionais, do sentido de nossa vida cívico-política, dimensões estas normativo-textuais e conceituais que, para serem verdadeiramente “normativas”, sempre devem ser obtemperadas com o real concreto sob apreciação, fruto, portanto, de um constructo hermenêutico-argumentativo corrigido.

§ Direitos Humanos e o horror político. Reconhecer, no trágico-histórico constitutivo, a visão de mundo e da sensibilidade sobre o “possível”, um possível que assumiu as formas do sinistro, do calamitoso, do funesto, do terrível, e que se construiu sob formas jurídicas, políticas e racionais, talvez seja uma das missões ainda constantes dos direitos humanos contemporâneos³⁰³. O horror, o atroz, o cruel. Senão um choque, ao menos uma advertência do que são possíveis as artes, ciências, razão e instituições humanas e do quão importante é se conferir a máxima eficácia a vedações tais como as dos tratamentos desumanos, degradantes, cruéis e de tortura. A banalização dos direitos humanos, seus ataques nas mídias, no ensino jurídico, na formação cívica em geral, no exercício dos Poderes, são pontos que necessitam ser pensados. Uma violência tanto do ataque direto quanto da desconsideração e do apagamento. O olhar sobre os direitos humanos necessita manejar estas questões dramáticas, ou sempre será um exercício fragmentado, meramente interesseiro e reducionista destes direitos. É tanto um “ethos”³⁰⁴ quanto um “pathos”. Algumas leituras que veem no campo dos direitos humanos uma ameaça à pretensa liberdade de exploração e dominação ilimitados, procuram ao máximo despotencializar estes direitos, diluí-los nos referidos historicismos e formalismos, esvazia-los ao máximo em seu sentido emancipador, crítico, normativo, desconstrutivo, desalienante, desreificador, ainda que estes sentidos sejam sempre frustrados em seus efeitos reais, limitados e reduzidos. É preciso cuidado, pois estes discursos seduzem com aparentes sofisticações teóricas e perspicácias retóricas igualmente tentadoras, além da autoridade dos seus condutores, geralmente pessoas bem atendidas em seus direitos, prontas para deslegitimar os alheios. Isto envolve uma rede de acadêmicos, advogados, professores, profissionais das carreiras jurídicas, todos irresponsáveis perante seus objetos de pesquisa e de trabalho. Fundamentações teológicas – que algumas vezes, inclusive, veem embutidas naquelas leituras, enquanto afirmação da intencionalidade conservadora, salvo as teologias de libertação – também despotencializam os direitos humanos na medida em que lhe devolvem um caráter de teologia política que, embora conste como herança histórica, tem, nas desconstruções, deslocamentos e secularização política, um descentramento da metafísica e uma instrumentalização pragmática que prescinde de noções como a da hipostasiação ou a afirmação em um núcleo religioso, em atendimento ao imperativo da laicidade. As leituras ditas críticas, ao mesmo tempo, muitas vezes em uma ânsia de ataque ao positivismo e uma visão unicamente estrutural determinista, esvaziam os direitos humanos de sua normatividade técnica efetiva, lançando aos quadros da política e da luta sem fim àquilo que já vige enquanto deveres e responsabilidade de

Tatyana Scheila. **Normas imperativas de Direito Internacional Privado**. *Lois de police*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

³⁰³ WEIS, Carlos. **Direitos humanos contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2014.

³⁰⁴ “Os direitos humanos podem ter saído de moda, se os compararmos na insignificância relativa de agora com a importância que tinham alguns anos atrás. Mas são, certamente, ainda, armas e escudos ético-jurídicos de natureza universal, contra o arbítrio e as iniquidades no mundo, nas lutas pela liberdade e pela igualdade de todos”. ALVES, José Augusto Lindgren. É preciso salvar os direitos humanos! **Lua Nova**, São Paulo, n. 86, p. 51-88, 2012. p. 85.

instituições, de agentes públicos e, sim, se se pretende falar de uma “comunidade jurídica” efetiva, do mercado. Esvaziam-se, assim, as fontes de normatividade e, por via indireta, naturalizam-se e regularizam-se os abusos e desvios de poder e autoridade, em um contrafeito das intenções. Pensar os direitos humanos é reconhecer suficiências de razões morais e insuficiências de ordem pragmática, bem como urgências e emergências de obrigações éticas. Em um mundo que não apenas flerta como concretiza diversos preceitos de um mundo “pré-jurídico” autoritário e totalizante, cruel e banal, talvez seja um mínimo de reflexão a ser feita e, acaso não contenha a solução de todos os problemas da humanidade, talvez possa trazer maior clareza sobre obrigações ético-jurídicas daqueles agentes da soberania estatal e econômica, reiterando-se as realizações do Direito e suas funções, interdição e oposição dos e aos tratamentos degradantes, desumanos, cruéis e opressores. Pensar os direitos humanos nunca é um fim, mas sempre um compromisso de recomeço.

§ Universalismo e Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Uma relação importante para aproximação ao sentido pretendido dos “direitos humanos” pode ser encontrada na aproximação do universalismo e do culturalismo, da “teoria tradicional” e da “teoria crítica”³⁰⁵. Um ponto de vista que se pode adotar em uma abordagem que mire o Pós-Humanismo Crítico pode ser localizado justamente em uma adoção recíproca de elementos do universalismo e também em posturas e enfrentamentos da teoria crítica dos direitos humanos³⁰⁶, sem se buscar um “modelo puro”, mas, antes, a interação de potenciais destas abordagens em torno a uma mesma postura de advertência e de precaução ante os riscos da arbitrariedade autocrática, seja no plano do poder soberano, seja nas micropolíticas, seja pelo biopoder, seja pela biopolítica afirmativa³⁰⁷.

³⁰⁵ HERRERA FLORES, Joaquín. **Los derechos humanos desde la Escuela de Budapest**. Madrid: Tecnos, 1989. SÁNCHEZ RUBIO, David; HERRERA FLORES, Joaquín; CARVALHO, Salo [Coord.]. **Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris. 2002. HERRERA FLORES, Joaquín. Os direitos humanos no contexto da globalização: três precisões conceituais. **Lugar Común**. Estudos de mídia, cultura e democracia n. 26. 2008. Laboratório Território e Comunicação. Universidad Federal do Rio de Janeiro. p. 39-71.

³⁰⁶ Se os direitos humanos são processos históricos, assim como os processos sociais, e se a reconstrução permanente dos marcos teóricos e da própria compreensão do devir histórico é uma medida inseparável deste entendimento de uma realidade dinâmica, então se apresenta pertinente uma visão dos direitos humanos a partir das lutas sociais, realizando o preceito democrático da administração de conflitos. Assim, repensar e reinventar os direitos humanos seria um compromisso jurídico constante. “Uma opção ética contra todas as relações de injustiça, exclusão, opressão, negação do ser humano; contra a pobreza. Uma opção política em favor do empoderamento daqueles que se veem submetidos a estes tipos de relações, entendendo que só a partir dos sujeitos sociais vitimizados, e em solidariedade com eles, surgem os processos de transformação; são eles os primeiros interessados em transformar o sistema que lhes nega. E uma opção epistemológica pela qual se lê o mundo a partir da sua conjuntura, onde condições de existência digna são negadas, com o intuito de modificá-lo; opção que obriga a um diálogo permanente que nos descentraliza e que amplia a realidade a partir dos lugares epistemológicos que carecem de mudanças. Contribuir com essa transformação é o objeto de nossa luta, o tempo dirá onde obtivemos sucesso”. CARBALLIDO, Manuel E. Gándara. Repensando los derechos humanos desde las luchas. **RCJ – Revista Culturas Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 75-105, 2014. p. 103-104. MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 17-41, 1997.

³⁰⁷ Devolver o potencial da multidão biopolítica (com seus êxodos, migrações, fugas e recusas) à soberania popular pode ser um destes movimentos, especialmente significativo no contexto precário da democracia em transição, que deveria ser, por excelência, um movimento progressista, mas que se encontra em múltiplas dimensões contida, tolhida e enclausurada por influxos oligárquicos de retrocesso. Neste sentido, pode-se destacar a questão da economia e da democracia, quando estas encontram na ideia de

[...] é preciso começar a imaginar, a criar condições mentais que nos permitam superar os obstáculos ‘naturais’ que o liberalismo impõe à ação social. É preciso imaginar e expor corajosamente um tipo de humanismo que surja da experiência da pluralidade de vozes que hoje conformam nossas histórias e abandonar todo tipo de humanismo abstrato, baseie-se ou não na pretendida universalidade dos direitos humanos, que se imponha desde alguma esfera transcendental à experiência³⁰⁸.

Como a lógica empregada na abordagem destas metateorias não é meramente subsuntiva, ou seja, de identificação estrita de uma regra a aplicar, e sim a de uma metódica de um complexo de elementos a serem postos em interação significativa, considera-se que possa haver um estreito vínculo da leitura dos direitos humanos enquanto produto cultural de lutas reforçados pela vigência ressignificada dos elementos positivados. Nesse sentido, uma abordagem dos direitos humanos a partir do enfoque da teoria crítica em conjugação com o universalismo pode ser mais um prisma de potencial conexão com o Pós-Humanismo Crítico, ou, ainda, um vértice no qual se pode reconhecer impactos do Pós-Humanismo Crítico sobre a constituição de teorias e aportes jurídicos.

§ Filosofia dos Direitos Humanos e Teoria Geral do Direito. Uma filosofia dos direitos humanos é necessária para que se possa realizar uma intervenção conceitual e reflexiva em torno a esta categoria jurídico-política, especialmente a partir de um referencial teórico – Pós-Humanismo Crítico – que envolve o revolvimento de conceitos e elementos de base à construção da normatividade destes direitos e seus efeitos em outras esferas. O exercício filosófico, assim, pode se dar em torno à investigação sobre a fundamentação moral destes direitos, o que pode levar a diferentes sentidos culturais e de relações de poder em torno à própria interpretação que se possa lhes dar, assim como a atribuição de sentido, o reconhecimento de figuras, a extensão dos valores e a construção das argumentações a partir dos vetores lançados neste tipo de regulamentação. Identificar a forte presença do humanismo na construção destes direitos é uma advertência, por um lado, e o indicativo de um ponto de atuação e reconstrução, por outro. Pensar os direitos humanos descentrados deste antropocentrismo pode ser o movimento histórico de redimensionamento desta categoria ela mesma. Posto que o Direito não seja um bloco monolítico, mas uma permeabilidade de discursos, a última escolha moral que se pode realizar, afinal, é a qual sorte de fundamentos morais se pretende aderir e pôr em prática, sem qualquer garantia ou segurança derradeiras dos resultados experimentados – ao

desenvolvimento o imperativo de potencialização de condições ao exercício de liberdades. Reunindo-se, em tal noção, liberdade, igualdade e democracia, tem-se uma particular conjunção sem a qual se recai nos reducionismos do crescimento econômico, da ditadura, do neoliberalismo e da hiperinflação, que se colocam como obstáculos democráticos na esteira dos aludidos retrocessos ora em curso. O exercício contínuo de lutas de multidão, assim, em suas singularidades que demandam múltiplas emancipações, impõe revisar dogmáticas e reconstruir modos de pensar o mundo a partir de conceitos diferenciados, tal como se propõe no tocante, nesta oportunidade, à “soberania popular”, valendo-se de todo o potencial para tanto, verdadeiramente autorizado pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, por meio de sua linguagem axiológica e aberta. LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. MULLER, Friedrich. **Fragmento (sobre) o poder constituinte do povo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. NEGRI, Antonio. **De volta**. Rio de Janeiro: Record, 2006. NEGRI, Antonio. **Exílio: seguido de Valor e afeto**. São Paulo: Iluminuras, 2001. NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Glob(al): biopoder e lutas em uma América Latina globalizada**. São Paulo: Record, 2005.

³⁰⁸ HERRERA FLORES, Joaquín. **Los derechos humanos como productos culturales**. Crítica del humanismo abstracto. Madrid: Libros de la Catarata, 2005. p. 193.

contrário, por exemplo, de uma dogmática da efetividade que nos acostumamos a repetir. Ao mesmo tempo em que a reflexão sobre uma Filosofia do Direito é um dos pontos necessários de intervenção teórica para que se possa pensar a viabilidade e o campo de possibilidades de uma construção conjunta ao Pós-Humanismo Crítico, também uma ressignificação da Teoria Geral do Direito seria necessária no mesmo movimento de estremecimento das bases humanistas do Direito, na medida em que demandam descentramento, desconstrução, reconstrução e ressignificação. Novamente, não sendo o Direito um bloco monolítico, mas um conjunto de permeabilidades mais ou menos assentadas por argumentos de autoridade e por crenças repetidas e assumidas³⁰⁹, tem-se que a devolução à historicidade desta técnica e deste conhecimento que o são o Direito seja uma medida necessária

§ Racionalidade Jurídica. A abordagem de uma racionalidade jurídica construída e coordenada aos pressupostos do Pós-Humanismo crítico não pode prescindir de se comunicar com as Teorias Críticas do Direito. Compostas sob diferentes prismas e delineamentos teóricos, não se pode deixar de considerar o elemento de inquietude e de oposição à naturalização de práticas sociais que confere a estas teorias o deslocamento do olhar cotidiano, acomodado e normalizado, movendo-se, assim, para a esfera da problematização, do questionamento, da rearticulação do dado, do posto, do natural. Assim, para além de “uma racionalidade jurídica”, pode haver várias racionalidades jurídicas em torno das quais se possa legitimamente desenvolver o trabalho interpretativo e argumentativo do Direito. Assim, espaços hermenêuticos de integração interpretativa no Direito podem ser tracejados. Para os fins desta tese, pode-se destacar uma racionalidade crítico-libertadora cujo potencial se dê em diversos pontos sociais de significação jurídica, permitindo-se interpretações, compreensões e valorações, que, no Direito, se traduzem em construções normativas aptas à orientação de condutas humanas, destinos institucionais e, portanto, mudanças e transformações sociais segundo o Direito Internacional dos Direitos Humanos. A proposta teórica de Ludwig, por uma racionalidade jurídica crítico-libertadora, possui uma construção própria em que o Direito, ou o mundo jurídico, constituem um dos universos de referência que orientam a interpretação e valoração da realidade. O escopo teórico que sustenta a proposta do autor envolve o debate sobre os paradigmas da filosofia ocidental (paradigmas do ser, do sujeito, do agir comunicativo), assim como categorias como a totalidade (e suas lógicas nos paradigmas, com especial destaque à totalização como mal ético e afirmação da injustiça, momento em que se destaca também o método analético), e a exterioridade (com especial atenção à Filosofia do Direito e o tracejamento da Filosofia Jurídico Crítico-Libertadora, a qual se expressa pela racionalidade jurídica crítico-libertadora). Por se tratar da análise de uma “racionalidade”, ainda que não se estabeleça propriamente uma metodologia hermenêutica de aplicação, consideram-se alguns focos de atenção em trânsito e, ainda, conceitos-chave para orientar a apreciação do real. Nesse sentido, contudo, o método analético, ou seja, o que prescreve a “[...] afirmação da negatividade

³⁰⁹ “8ª Lição. Os juízes produzem direito mediante suas decisões em última instância. No fim das contas os tribunais superiores determinam qual o direito válido em um sistema estatal”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 228. “17ª Lição. A doutrina metodológica desenvolve teorias para a aplicação formal de decisões materiais e valorativas presentes na legislação”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 230.

do outro”³¹⁰, apresenta-se ínsito à racionalidade jurídica crítico-libertadora e seus passos marcam a construção do olhar desta racionalidade. Com isso, opera-se tanto num plano anterior, de fundamentação e de construção dos ordenamentos jurídicos, quanto na orientação de seu manejo hermenêutico a partir do destaque de pontos especiais de atenção quando do processo decisório. A teoria se afirma com a adoção de determinados pressupostos, de natureza da teoria crítica em Filosofia e em Filosofia do Direito, sendo o referencial central deles as “condições de possibilidade da vida humana”, com forte base no pensamento de Enrique Dussel³¹¹, as quais delimitam, ainda, a compreensão do que seja o valor Justiça. Essas condições de vida, ao seu turno, encontram no Direito Internacional dos Direitos Humanos³¹² um importante horizonte de sentido, na medida em que naquele orbe não se prescrevem modos e projetos de vida, mas, antes, busca-se assegurar condições plurais e múltiplas de existência. Há, portanto, um pressuposto epistemológico a ser considerado como fundamento crítico, o qual realiza a abertura de possibilidade da promoção de mudanças sociais a partir da racionalidade jurídica:

A factibilidade de um ou outro mundo possível está na ideia de que o mundo não se esgota nas experiências. As teorias excedem as experiências. São mais do que as experiências. Mas a realidade ultrapassa as teorias. A realidade é sempre mais do que a experiência, e mais do que a teoria. Essa transcendência da realidade permite, agora, a *passagem de volta da negatividade à positividade*, esta antecipada analeticamente – na ordem da fundamentação está *antes* a positividade, nos momentos material, formal e factível – a *passagem* da injustiça à justiça³¹³.

É a partir desta constatação que se pode pensar a categoria da exterioridade, pela qual se enfoca a relação humana interpessoal e não mediada, no plano da práxis, o que remete, ainda, diretamente, à noção de vítima não intencional e inevitável dos sistemas éticos³¹⁴ (nos quais se pode pensar o Direito e, ademais, as quais o direito vai se opor, por exemplo, a partir da noção de minoria). Nesse sentido, os espaços de opressão e de alienação dos sujeitos deslocados ao exterior da totalidade do mundo da produção, e lançados ao mundo da exploração, do subdesenvolvimento e da periferia, em exclusão das democracias meramente formais, passam a ser o recorte crítico primeiro da apreciação da negatividade.

³¹⁰ LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**. Paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito, 2006. p. 149.

³¹¹ DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.

³¹² A presença dos direitos humanos na conformação da ética contemporânea é um elemento central de compreensão da Filosofia Moral e Jurídica, atualmente, a ponto de se considerar que “[...] o reconhecimento da centralidade dos direitos humanos corresponde a um novo *ethos* de nossos tempos”. TRINDADE, *op. cit.*, p. 406.

³¹³ LUDWIG, *op. cit.* p. 220.

³¹⁴ A noção de vítima indica aqueles grupos de pessoa que ocupam a exterioridade dos sistemas de produção da vida e seus preceitos éticos, podendo assumir os mais diversos aspectos da vulnerabilidade e exclusão, seja econômica, racial, de gênero, ou quaisquer das demais formas de discriminação social; o sentido jurídico, assim, é premente, bem como a questão da racionalidade, decisiva: “[...] com a tomada de consciência dos sujeitos renegados, é possível a construção ou reconstrução do direito, que não seja mero instrumento de dominação e forma de mascarar os racismos institucional e cultural; as questões raciais devem ser discutidas e amplamente debatidas, a fim de que as amarras institucionais do passado venham a lume, única forma de destruí-las e de se construir um Estado de Direito efetivamente igualitário, capaz de proporcionar oportunidades e direitos a todos, e não somente àqueles que se valem das estruturas estruturantes para manter seus privilégios”. PEREIRA, Paulo Fernando Soares; SANTANA, Ana Claudia Farranha. Poderes, Direito e Dominação: a tomada de consciência e a inclusão de outros sujeitos a partir de questões raciais. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 56-93, 2017. p. 90.

O paradigma da vida, assim, se afirma em toda a sua potencialidade³¹⁵, indicando modos de integrar insuficiências de outros paradigmas filosóficos (da consciência e da linguagem, em especial), contemporizando-se falhas do âmbito econômico³¹⁶ na construção daquelas situações objeto dos imperativos de libertação. Sem uma conduta cognitiva anterior a racionalidade crítico-jurídica libertadora não subsiste: “[...] situar de outra maneira a relação econômica perversa a injusta, e não somente subverter a relação prático/social”³¹⁷. Neste paradigma, assim, a “vida concreta de cada sujeito como modo de realidade” informa o ponto focal da leitura da realidade, critério-fonte e condição de possibilidade do existir individual e coletivo, fora do qual só existirá especulação abstrata e descolada da historicidade dos indivíduos. Assim, “[...] a premissa é que a vida humana em comunidade é o *modo de realidade* do sujeito. O *modo de realidade* consiste em considerar a vida humana como ela se apresenta a nós, nas situações concretas do mundo, na idade da globalização e da exclusão”³¹⁸[grifos do autor]. Assim, nos termos de Enrique Dussel, é possível identificar o critério-fonte vida-morte:

[...] a ética torna-se o último recurso de uma humanidade em perigo de extinção. Só a co-re-sponsabilidade [sic] solidária, com validade intersubjetiva, partindo do critério de verdade vida-morte, talvez possa nos ajudar a sair com dignidade no tortuoso caminho sempre fronteiro, como quem caminha qual equilibrista sobre a corda bamba, entre os abismos da cínica insensibilidade ética irresponsável para com as vítimas ou a paranoia fundamentalista necrofílica que leva a humanidade a um suicídio coletivo³¹⁹.

Portanto, no cerne deste indicativo, ainda é visível um recorte que decorre do imperativo da possibilidade da manutenção destas vidas: “[...] o que importa, no plano mais concreto, é a *produção, reprodução e desenvolvimento* da vida de cada sujeito. Estas três determinações centrais não se dão naturalmente à vida do humano”³²⁰ [grifos do autor]. Nos termos de Enrique Dussel:

[...] um *sistema formal performativo* (o valor que se valoriza, o dinheiro que produz dinheiro: D-D’, fetichismo do capital) que se ergue como critério de verdade, validade e factibilidade, e destrói a vida humana, pisoteia a dignidade de milhões de seres humanos, não reconhece a igualdade e muito menos se afirma como re-sponsabilidade [sic] da alteridade dos excluídos [...]

É por isso que acreditamos que é necessário levantar um princípio absolutamente universal que é completamente negado pelo sistema vigente que

³¹⁵ LUDWIG, *op. cit.* p. 182.

³¹⁶ As violações de direitos humanos são situações complexas que demandam uma profunda integração tanto problematizante quanto crítica e interpretativa, na medida em que “as próprias formas de violações dos direitos humanos têm se diversificado. O que não dizer, por exemplo, das violações perpetradas por organismos financeiros e detentores do poder econômico, que, mediante decisões tomadas na frieza dos escritórios, condenam milhares de seres humanos ao empobrecimento, se não à pobreza extrema e à fome? O que não dizer das violações perpetradas por grupos clandestinos de extermínio, sem indícios aparentes da presença do Estado? O que não dizer das violações perpetradas pelos detentores do poder das comunicações? O que não dizer das violações ocasionadas pelo próprio progresso científico-tecnológico? O que não dizer das violações perpetradas pelo recrudescimento dos fundamentalismos e ideologias religiosas? O que não dizer das violações decorrentes da corrupção e impunidade?”. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Dilemas e desafios da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no limiar do século XXI. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 167-177, jun. 1997. p. 172.

³¹⁷ LUDWIG, *op. cit.* p. 183.

³¹⁸ LUDWIG, *op. cit.* p. 183.

³¹⁹ DUSSEL, *op. cit.* p. 574.

³²⁰ LUDWIG, *op. cit.* p. 185.

se globaliza: *o dever da produção e reprodução da vida de cada sujeito humano*, especialmente peremptório nas vítimas desse sistema mortal, que exclui os sujeitos éticos e só inclui o aumento do valor de troca³²¹.

Depende-se, dessa maneira, da vida comunitária para a construção dos meios da realização desta vida individual, considerando-se a vulnerabilidade humana e a permanente exposição à morte, em muitos casos frutos dessa negação social. Os momentos da produção da vida humana (condições materiais fundamentais), da reprodução (continuidade do viver produzido) e do desenvolvimento da vida humana (desenvolvimento histórico da construção da vida humana), como visto, apontam a atenção à negatividade, que encontra na noção de subjetividade o esteio da vida concreta humana.

[...] diante da existência real, empírica e massiva de *subjetividades negadas* – carência de vida em alguma ou algumas dimensões da existência –, desde a exclusão e exploração do trabalho até o analfabetismo de adultos e crianças, o *desenvolvimento* passa a ser um *momento* necessário da vida humana. Momento que instaura, inequivocamente, um *direito subjetivo legítimo*, com exigência de efetividade, intrínseco ao *critério-fonte* anunciado: a vida concreta de cada sujeito como *modo de realidade*, sendo que aqui esse *modo de realidade* consiste na negação de vida em algum grau da subjetividade, por isso, categorialmente, *subjetividade negada* na determinação específica do *desenvolvimento*.³²² [grifos do autor].

O critério-fonte da vida concreta do sujeito como modo de realidade, assim, conduz ao princípio crítico da “[...] obrigação de produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana concreta de cada sujeito em comunidade”³²³. Novamente, o horizonte hermenêutico desta compreensão se afirma comunitariamente.

A realidade histórica da vida concreta de cada sujeito, de cada grupo ou de cada classe, e é nessa vida concreta que o sentido poderá ser compreendido e a ação empreendida e também na esfera do jurídico.³²⁴

Vê-se, assim, que na esfera jurídica o sentido pode ser compreendido e a ação empreendida, em que o significado de “vida”, ainda, não se restringe ao direito subjetivo à vida, pois se trata “[...] de um nível mais abstrato. Neste sentido, a *vida* não é um direito, mas *fonte* de todos os direitos”³²⁵ [grifos do autor].

A racionalidade crítico-jurídica libertadora, assim, segue uma busca alteritária na realização de direitos³²⁶:

³²¹ DUSSEL, *op. cit.* p. 573.

³²² LUDWIG, *op. cit.* p. 183.

³²³ LUDWIG, *op. cit.* p. 183.

³²⁴ LUDWIG, *op. cit.* p. 219.

³²⁵ LUDWIG, *op. cit.* p. 187-188.

³²⁶ Tal como compreendeu o maior pensador da alteridade no Século XX, Emmanuel Lévinas: “[...] a descoberta de direitos que, sob o título de direitos do homem, se relacionam à própria condição de ser homem, independente de qualidades como nível social, força física, intelectual e moral, virtudes e talentos, pelos quais os homens diferem entre si, e a elevação destes direitos ao nível de princípios fundamentais da legislação e da ordem social, certamente marcam um momento essencial da consciência ocidental”. LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. 5. ed. Tradução de Pergentino S. Pivatto. Anísio Meinerz; Jussemir da Silva [et.al.]. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 237.

A forma concreta de busca dessa alteridade pode dar-se pela práxis jurídica alternativa, situando o pobre/oprimido como realidade (histórica) e tendo na categoria (também epistemológica) da *exterioridade* a fonte de uma ética jurídica da libertação. A práxis jurídica alternativa (Direito Alternativo em sentido amplo) configura um espaço de luta motivado pela injustiça histórica real, a partir de uma antropologia ética (tendo na exterioridade a categoria fonte, abstrata, em geral), e não como opção de um discurso e práticas ‘amigas’, paternalistas e assistencialistas, ou de sentimentos de mera comiseração.³²⁷

A manutenção e afirmação das vidas depende, em sua missão crítica, da noção de que um “outro mundo possível”, em que todos caibam, superando-se a díade exclusão e inclusão, o que se coaduna com a compreensão filosófica da missão jurídica na sociedade.

Mas a suspeita de que pode haver mundos piores do que os atuais indica que é preciso, também, dizer que *outro mundo possível* é esse: um mundo no qual caibam todos – em tempos de exclusão – e a natureza também.³²⁸

[...]

[...] a função específica do sistema do direito parece ser dupla: de um lado, a função é de *conservação* onde a vida está *afirmada*; e, de outro, a função é de *transformação* onde a vida está *negada*.³²⁹

Assim, “[...] em tempos de exclusão, permitir que todos caibam é o direito fundamental”³³⁰. A dupla função do Direito, de conservar as vidas afirmadas e transformar as vidas negadas, encontra no Direito Internacional dos Direitos Humanos³³¹ um campo de pensamento sobre, afinal, as condições positivas de vida que o Direito busca promover e garantir a partir das categorias básicas de direitos humanos, que repercutem em toda interpretação jurídica.

§ Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO (2005).

Como uma âncora material à racionalidade jurídica coordenada com a complexidade das Bioéticas, que podem abrir frentes diversas de resistência às tanatopolíticas e que, por sua vez, dependem de concepções próprias de Filosofia dos Direitos Humanos e mesmo concepção do Direito, e seguindo-se uma articulação entre universalismo e abordagem

³²⁷ LUDWIG, *op. cit.* p. 217.

³²⁸ LUDWIG, *op. cit.* p. 219.

³²⁹ LUDWIG, *op. cit.* p. 223.

³³⁰ LUDWIG, *op. cit.* p. 221.

³³¹ É importante destacar que tais discursos são incompatíveis tanto com o ordenamento interno quanto com o internacional, que se encontram em constante diálogo em prol do Estado Social e Democrático de Direito e os valores democráticos: “No presente domínio de proteção, o direito internacional e o direito interno se mostram, assim, em constante interação. É a própria proteção internacional que requer medidas nacionais de implementação dos tratados de direitos humanos, assim como o fortalecimento das instituições nacionais vinculadas à vigência plena dos direitos humanos e do Estado de Direito. De tudo isto se pode depreender a premência da consolidação de obrigações erga omnes de proteção, consoante uma concepção necessariamente integral dos direitos humanos”. (TRINDADE, 1997, p. 175). “20ª Lição. A função jurídico-política da Justiça é um componente necessário do Estado de Direito. O direito judicial é imprescindível. A tarefa jurídico-política dos tribunais exige um grau especial de contenção política e partidária dos juízes. Caso contrário se põe em perigo a confiança na independência e na imparcialidade da judicatura”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 230.

crítica, pode-se apreender a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO (2005) como um referencial jurídico mais alargado, ou seja, com uma extensão mais ampla do que aquela que lhe é comumente conferida na circunscrição dos temas típicos, ou situações-problema costumeiras, da bioética³³². O recurso a referenciais como os princípios da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos de 2005 (UNESCO, 2005, online) parece oportuno, na medida em que seus princípios constituem um complexo sistema axiológico. Na ordem da Declaração, destacam-se os princípios: dignidade humana e direitos humanos; benefício e dano; autonomia e responsabilidade individual; consentimento; indivíduos sem capacidade para consentir; respeito pela vulnerabilidade e pela integridade individual; privacidade e confidencialidade; igualdade, justiça e equidade; não-discriminação e não-estigmatização; respeito pela diversidade cultural e pelo pluralismo; solidariedade e cooperação; responsabilidade social e saúde; compartilhamento de benefícios; proteção das gerações futuras; proteção do meio ambiente, da biosfera, da biodiversidade. Ademais, é importante considerar o artigo 26 da Declaração, que prescreve a interrelação e complementaridade dos princípios, considerando o documento “[...] em sua totalidade e seus princípios devem ser compreendidos como complementares e inter-relacionados. Cada princípio deve ser interpretado no contexto dos demais, de forma pertinente e adequada a cada circunstância”³³³. Pode-se citar, como breve exemplo, a exposição de motivos da Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969: “Reiterando que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, só pode ser realizado o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos”³³⁴. Ainda, conforme a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993: “80. A educação em direitos humanos deve incluir a paz, a democracia, o desenvolvimento e a justiça social, tal como previsto nos instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos, para que seja possível conscientizar todas as pessoas em relação à necessidade de fortalecer a aplicação universal dos direitos humanos”³³⁵. Este

³³² “A caminhada futura da bioética brasileira e inclusive de alguns países e/ou setores da América Latina e Caribe, está direcionada para a negação da importação acrítica e descontextualizada de “pacotes” éticos forâneos. A bioética principialista aplicada *stricto sensu* na realidade, é incapaz e/ou insuficiente para proporcionar impactos positivos nas sociedades excluídas dos países pobres e, conseqüentemente, nas suas organizações políticas. Além disso, é necessário reforçar que já está plantada a semente da construção afirmativa de novas bases de sustentação teórico-prática de uma bioética compromissada com a realidade concreta constatada no país e na região, com a qual nos defrontamos todos os dias e que, segundo Berlinguer, não deveria mais estar acontecendo nesta altura do desenvolvimento histórico da humanidade”. GARRAFA, Volnei. De uma “bioética de princípios” a uma “bioética interventiva” – crítica e socialmente comprometida. Disponível em: < https://www.fanut.ufg.br/up/128/o/BIOETICA_COMPROMISSO.pdf >. Acesso em: 23 mar. 2019, p. 8. Também, GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética: poder e injustiça**. São Paulo: Loyola; 2003.

³³³ UNESCO. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos** – 2005. Adotada por aclamação em 19 de outubro de 2005 pela 33a. Sessão da Conferência Geral da UNESCO em Paris. Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A3ncia-e-Cultura/declaracao-universal-sobre-bioetica-e-direitos-humanos.html> >. Acesso em: 30 maio 2017.

³³⁴ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos - 1969 (Pacto de San José da Costa Rica)**. Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José de Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 e ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992.

³³⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação de Viena – 1993**. Adotada consensualmente, em plenário, pela Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 25 de junho de 1993.

referencial pode ser somado a demais preceitos constitucionais³³⁶ e de fontes internas e internacionais para a formação de um adequado horizonte de sentido, o que é especialmente relevante e significativo diante do tensionamento democrático das oligarquias e dos direitos fundamentais.

3.2.2 Bioéticas laica, cotidiana, interventiva e de proteção

O objetivo desta subseção é o de identificar, dentre as linhagens da Bioética, aquelas com mais força inscritas tanto na Declaração quanto influentes na historicidade desta forma de conhecimento e de crítica. Estes modos de compreensão de questões envolvidas com a vida podem ser conjugados em um contexto de racionalidade jurídica, inclusive, por força da vigência da Declaração e seus efeitos na hermenêutica jurídica.

Assim, em um plano compreensivo-filosófico, dentro de um horizonte de apreensão do Direito como um espaço possível não apenas de garantia da governamentalidade, é possível pensar dinâmicas de produção de resistência tanatopolítica internamente ao próprio poder soberano.

Embora seja um movimento compreensivo arriscado e, por vezes, não apenas aparentemente contraditório como também conceitual e substancialmente incoerente, considera-se que seja possível sua construção no intuito específico de se elaborar uma visão do Direito nos quadrantes da biorresistência.

§ Personalidade e Bioética³³⁷. Um dos maiores nós biopolíticos do Pós-Humanismo Crítico pode ser localizado em um especial apreço tanto pela regulação por meio da técnica da “pessoa” e da “personalidade”. Este apelo por uma regulamentação jurídica que enquadre as formas de vida pode ser identificado com força, por exemplo, quando da atribuição de direitos subjetivos ao meio ambiente – um evidente movimento de humanização e, em certa medida, de antropomorfismo. Sem negar o valor desta jogada em termos pragmáticos e, ainda, sem propriamente se estabelecer uma crítica ou um elogio a tal modo de proceder, que, inclusive, é logicamente esperado no contexto dos tensionamentos da micropolítica e das promessas do poder soberano, e que é quase inevitável em um campo de reflexão filosófico-jurídica, não se pode deixar de destacar que tal resposta parece, diante da amplitude e da potência conferidos pelo próprio Pós-Humanismo Crítico, uma saída senão ordinária, ao menos um tanto usual e despotencializada. Com isso, não se atende às novas estruturas, disposições, modos de organização ou mesmo, e mais intensamente, não se visualiza a ruptura com estes modos conhecidos de dispor elementos e compor soluções. A força torrencial do olhar e da crítica filosóficos parecem pouco convencidos das virtuosidades da técnica jurídica em encaminhar as situações envolvidas no debate e se olha com suspeita as pretensões grandiosas do Direito em tudo responder, tudo regular, que muitas vezes, inclusive, vem a produzir resultados sociais diversos daqueles prescritos em seus estamentos. Trata-se, portanto, de uma inflexão e de um atravessamento direto da técnica do Direito na atribuição de feixes de deveres e obrigações a um ente, no ponto mais alto de centramento da constituição do “sujeito de direitos” e a atribuição da qualidade jurídica e política de

³³⁶ “3ª Lição. Os princípios constitucionais da separação de poderes e a vinculação dos juízes à lei são de uma importância absolutamente fundamental para constituir e manter o Estado de Direito”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 227.

³³⁷ NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

“pessoa”. A leitura biopolítica do dispositivo da pessoa, especialmente na proposta da filosofia do impessoal de Roberto Esposito, será especialmente significativo em termos contrários à pretensão do Pós-Humanismo Crítico em se conferir a “personalidade” como modo de recapturar – e este é o objetivo central da técnica – a forma de vida não apenas em termos de cognoscibilidade, mas também de regulação. Embora não pareça que o Pós-Humanismo Crítico seja uma desregulamentação completa, nem tampouco um anarquismo das expressões da vida, também não parece menos concreto que o recurso a caminhos vinculados represente uma solução menos compatível com o horizonte de construções dos próprios pressupostos desta forma de manifestação do pós-humano. O mesmo vale ao recurso à Bioética. Embora seja pertinente e, novamente, lógico recorrer a este campo, é preciso destacar e reconhecer que talvez estas técnicas, do Direito e da Bioética, muitas vezes o próprio Biodireito, reestruturam-se como novas armadilhas diante do turbilhão de pluralismos envolvido no olhar que o Pós-Humanismo Crítico pretende promover. Desta maneira, está-se diante de um duplo desafio, que, inclusive, é uma ansiedade que perpassa a produção do problema da tese, em que novamente se recorrem a modelos de direitos humanos e de bioética para se pensar a questão – veja-se, também, o apelo à cidadania³³⁸ (ainda que multiespécies). Talvez em todo este debate não

³³⁸ A postura ética do Pós-Humanismo Crítico justifica uma política baseada na resposta e na responsabilidade ante todas as formas de vida, ante a diferença, pela qual se desenvolve a empatia com o sofrimento alheio, em uma comunidade de espécies unidas por suas vulnerabilidades. O sentido e o significado de vida, para além da unidade do indivíduo da espécie, é lançada ao campo da interrelação, da diferença e das conexões, muito mais do que o isolamento, a separação e a limitação. A posição crítica pós-humanista utiliza o sentido cultural construído em torno ao “humano” como ponte de partida da reavaliação cognitiva e ética da diferença e o reconhecimento da natureza intrinsecamente diferenciada, diferente e diferencial do “humano”. Por isso, para além da centralidade do “humano” no humanismo tradicional, propõe o Pós-Humanismo Crítico o “igualitarismo trans-espécies”, pelo qual todas as espécies são dignas de consideração e respeito em termos morais, em decorrência mesmo da percepção de que o “Outro” perpassa o “eu” e o “mesmo”, a vida se compartilha por dentro as suas formas de expressão, e ao humano incumbe, enquanto um agente moral clássico, responsabilidade pela vida ela mesma. Nesta visão ético-política do Pós-Humanismo Crítico, o “humano” é um ponto de referência não-central, que sempre emerge de múltiplos encontros, relações, comunicação e conexões transversais de vitalidade, incluindo o que se julga não-humano, mas que está interconectado com a rede de vida. A “vida”, assim, é noção que só faz sentido a partir dos referentes da conexão, dos cruzamentos, das fusões e da relacionalidade, e uma política pós-humanista crítica é fundamentada nesta noção mesma de vida – por isso mesmo, pode ser compreendida como uma política de vida, objeto de maior discussão no segundo capítulo (ao qual, inclusive, se poderá ponderar tratar de uma “política da vida” ou uma “política sobre a vida”). E, destaca-se, esta “política de vida”, por sua vez, permite falar e refletir sobre uma “Cidadania Multiespécies”, o que, novamente, devolve o problema ao plano da biopolítica – e que, a esta altura da análise, de evidenciou a toda potência. Esta noção de Cidadania, como expressão de valores éticos e políticos, expressa um fio de compreensão que, além da infinita multiplicidade da vida, alerta, também, como é próprio do Pós-Humanismo Crítico, a abertura ao “Outro”, e mais: uma abertura às incertezas, em especial naquilo que signifique em termos da “precariedade da vida” (Judith Butler) – humana e não-humana. Trata-se de uma consciência mais profunda de que as vidas são determinadas, afetadas, alteradas por elementos que os sujeitos não controlam. A produção dos eventos de uma vida, suas alegrias, suas desgraças, seus sofrimentos, suas ansiedades e mesmo sua equanimidade e tranquilidade decorrem do entrecruzamento cotidiano de múltiplas entidades, diversas e muitas vezes desconhecidas entre si, desde bactérias até animais e seres humanos. As espécies, assim, são “companheiras”, o humano é coenvolto, e as espécies convivem em simbiose ontológica e teleológica por meio das interconexões, interseções, mesclas e aquisições entre genes, de modo que esta pluralidade de vida permite identificar a vida humana. Uma Cidadania Multiespécies, assim, necessariamente é cosmopolita. Rejeitam-se binarismos, assim como se rejeitam noções de qualquer subjetividade autônoma – aceitando-se uma condição intersubjetiva comunitarista, um cosmopolitismo de espécies. A empatia e a conexão entre todas as formas de vida, ecossistemas e o mundo mineral marcam um estágio futuro e necessário da evolução humana. O movimento de desarraizamento e o reconhecimento da simbiogênese, com origens múltiplas, diversas e “impuras” dos organismos revela que a derivação é a perda de características identitárias, a absorção de características de outras espécies um movimento

esteja demarcado uma inclusão ou exclusão de fontes de reflexão, mas sim um diferente jogo de intensidade, diferente daqueles que a dogmática jurídica nos impôs e aos quais constantemente temos de recorrer para fazer oposição às tanatopolíticas e às autocracias, mas que nem por isso deixam de estar sujeitos ao reviramento crítico e à revisitação ressignificativa, tanto em busca de novos quadrantes quanto, mais, na busca dos desenquadrantes. O mais intrigante talvez seja a aptidão e, por meio da Filosofia do Direito, se enfrentar este problema, uma vez que no cerne do arranjo estão as categorias político-jurídicas tradicionais modernas, o que significa reciprocamente que esta mesma Filosofia se revolte ao seu objeto pela advertência da abertura trazida pelo Pós-Humanismo Crítico. E o mais profundo, neste cenário, talvez seja a irrupção do “impolítico” no pensamento espositivo. O recurso do Pós-Humanismo Crítico à Pessoa e à Bioética³³⁹ podem, em um primeiro plano, ser vistos como uma limitação da teoria – justamente uma teoria de propostas de amplas aberturas. Não se pode deixar de considerar que tanto a noção de Pessoa quanto os princípios da Bioética (quanto mais a principialista)

constante e a coabitação com outras espécies plenamente possível a uma comunidade de vida. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

³³⁹ A marca peremptória do sujeito no Humanismo, centrado na percepção humana que cria o mundo, é compreendida não em sua projeção metafísica universal, mas enquanto um resultado tornado possível pela interação das diversas redes, sistemas e ambientes. A autonomia do sujeito humanista, assim, é vista pelo Pós-Humanismo Crítico enquanto uma autorregulação sistêmica em resposta e interação ao ambiente; para além disso, é entendida como uma ficção. A complexidade interior do humano não é uma prova da autonomia auto-contida, mas, antes, uma estratégia por parte do sistema em se autorregular, fechar-se a si e suas operações, para fora, então, do ambiente em que se encontra embarcado. O “humano”, portanto, sempre está já engajado ao ambiente, em uma borda difusa com os limites aparentes, profundamente dependente do que o cerca, ressignificado por suas vizinhanças, sendo uma “condição emergente”, um “momento em uma rede”, um conglomerado e uma acumulação. A subjetividade humana é informada por experiências de vida, biológicas e incorporadas, em um ambiente, e as experiências vividas são moldadas pela subjetividade em relação recíproca subjetividade-ambiente. Vida biológica e subjetividade, assim, são emergências de condições diversas, resultado de interações dinâmicas. O que é “natural” aos humanos resulta como produto da “naturezacultura” (“natureculture”) em que materiais (corpos humanos e não-humanos), imateriais (informações, dados e memórias) e dinâmicas de hibridização (fluxos e processos) são linkagens constitutivas do “humano” ao mesmo tempo em que o “humano” é uma instanciamento destas hibridizações. Deste modo, se o Humanismo insiste no “humano” auto-contido, exclusivo e limitado, o Pós-Humanismo Crítico buscar recontextualizar o “humano” em uma instalação de interações orgânicas e inorgânicas, localizando-se a estrutura humana, funções e forma como o resultado de uma coevolução de formas de vida. Esta composição origina uma questão ética, do Pós-Humanismo Crítico, em relação à vida: se nossas origens, histórias e trajetórias evolutivas estão todas fundidas, e se compartilhamos mortalidade e vulnerabilidade com os animais, como vivemos com outras formas de vida? Para Nayar, este questionamento ético seria um grande diferencial do Pós-Humanismo Crítico para a moral transhumanista: como o transhumanismo moral acredita que haja qualidades humanas a acentuar e a melhorar, ele mantém uma definição clara do que seja o “humano” e quais qualidades deste são desejáveis. A busca moral, portanto, e o projeto ético e político, gravitam sempre em torno ao referencial do “humano”, enquanto o projeto Pós-Humanista Crítico fará justamente a referência a uma crescente exteriorização (que não deixa de ser uma interiorização e um “apagamento” do “humano”), no sentido em que o movimento se dá ao “humano” que assimila mais e mais em sua “humanidade” justamente tudo aquilo que lhe seria considerado alheio – o Outro, o “de fora”, é constituinte. O “humano”, assim, é centro de todas as coisas desejáveis, necessárias e aspiracionais. Para o Pós-Humanismo Crítico, em outro sentido, o que há é um reconhecimento de atributos humanos e inclusive sua valoração, contudo qualquer atributo tido por “essencial” é compreendido como já imbricado por e por dentre outras formas de vida, contexto em que as características humanas “centrais”, sejam fisiológicas, anatômicas ou psicológicas, coevoluiram a partir de outras formas de vida. Quando a moral transhumanista compreende o melhoramento como supostamente inato ao humano e ao modo do desenvolvimento de suas qualidades e atributos, o Pós-Humanismo Crítico rejeita a ideia central de qualquer dado posto no plano do “inato ao humano”, argumentando por conglomerados de qualidades resultantes de séculos de interações entre o que se convencionou reconhecer e nominar como “humano” como o ambiente, com ferramentas não-orgânicas e com formas orgânicas de vida. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

são normatividades de fechamento e, assim, limitação e exclusão inevitável. Por isso, nestas duas grandes âncoras da teoria do Pós-Humanismo Crítico é que se pode buscar o movimento de controversão, que encontra na biopolítica espositiana um instrumento teórico especial por meio de categorias como o “impolítico” e o “impessoal”, os quais não anulam as figuras da Pessoa e da Bioética, mas devolvem-lhes ao campo da disponibilidade e da especulação. A “vida” pode ser o grande salto e mote das preocupações do Pós-Humanismo à Biopolítica; é nesta interseção que se pode atuar para deflagrar todo aquele cenário indicativo dado pelas desconstruções severas dos Humanismos Críticos e dos Pós-Humanismos Críticos, a partir das quais se poderá antever a possibilidade de desconstruções construtivas que, no mesmo espírito, podem vir a reintegrar os horizontes da Filosofia Contemporânea do Direito.

§ Justificação moral. A justificação moral³⁴⁰ no âmbito da Teoria da Argumentação é um importante aporte de verificação das racionalidades jurídicas e da construção de processos de mutação do Direito que admitam permeabilidades pós-humanistas ou, ainda, aberturas às políticas da vida. Assim como a pré-compreensão é decisiva para a formulação das interpretações, a justificação moral reporta ao embasamento metaético³⁴¹ do intérprete-enunciador, confrontando-no às questões “de fundo” do seu processo compreensivo-enunciativo, o que se conjuga às aberturas da linguagem normativa em seus postulados³⁴² e princípios. Neste contexto, toda a percolação da biopolítica

³⁴⁰ AARNIO, Aulis. **Lo racional como razonable**. Un tratado sobre la justificación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991. ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001. ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Teorias da argumentação jurídica. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2003. ATIENZA, Manuel. **Curso de argumentación jurídica**. Madrid: Trotta, 2013. GUASTINI, Riccardo. **Interpretar y argumentar**. Tradução de Silvina Álvarez Medina. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014. MACCORMICK, Neil. **Argumentação jurídica e teoria do direito**. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2006. MORESO, Josep Joan. **Lógica, argumentación e interpretación en el derecho**. Barcelona: UOC, 2006. PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. TROPER, Michel. **A filosofia do direito**. Tradução de Ana Deiró. São Paulo: Martins Fontes, 2008. BEATTY, David M. **A essência do estado de direito**. Tradução de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

³⁴¹ “O fato de que as decisões democráticas gozam de uma presunção de validade moral explica por que temos razões morais para cumprir com prescrições que indicam comportamentos que, na ausência destas prescrições, não teríamos, segundo nosso juízo individual, razões para executar ou, ainda, teríamos razões para não executar. A origem democrática de uma norma nos propicia razões para crer que há razões para realizar o conteúdo da norma. Proporcionarmos tais razões, aí reside a superioridade moral da democracia, já que temos razões para fazer aquilo que temos razões para acreditar que temos razões para fazer”. Tradução livre de: “El hecho de que las decisiones democráticas gocen de una presunción de validez moral, explica por qué tenemos razones morales para cumplir con prescripciones que indican comportamientos que, en ausencia de esas prescripciones, no tendríamos, según nuestro juicio individual, razones para ejecutar o, incluso, tendríamos razones para no ejecutar. El origen democrático de una norma, nos proporciona razones para creer que hay razones para realizar el contenido de la norma. Em proporcionarmos essas razones reside la superioridad moral de la democracia, ya que tenemos razones para hacer aquello que tenemos razones para creer que tenemos razones para hacer”. NINO, Carlos Santiago. **El constructivismo ético**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989. p. 133. Trata-se do plano da ética analítica, pela qual se poderia compreender os juízos morais de modo racional, verificando-se seus embasamentos, seus ceticismos e relativismos, chegando-se então aos sentidos da justificação empreendidos pelo agente da enunciação, em um movimento de metaética construtivista baseada na formulação de parâmetros de convivência democrática. NINO, Carlos Santiago. **Introducción al Análisis del Derecho**. Buenos Aires: Astrea, 1980. NINO, Carlos Santiago. **Ética y Derechos Humanos**. Barcelona: Ariel, 1989.

³⁴² Sendo norma (postulado normativo), a razoabilidade impõe (A) “a harmonização da norma geral com os casos individuais”; (B) “a harmonização das normas com as condições externas de aplicação”; (C) uma “relação de equivalência entre a medida adotada e o critério que a dimensiona”; (D) “uma relação de

afirmativa, ou da tantopolítica, estão em jogo nos processos de produção significativa do Direito: “24ª Lição. Os juristas deverão reconhecer como um assunto essencial de seu ofício sua relação com o sistema de valores subjacente ao ordenamento jurídico. Não existe uma jurisprudência apolítica, ideologicamente neutra e eticamente livre de valores. Um direito livre de valores seria literalmente um direito sem valor”³⁴³. Este universo dos valores a ser identificado pelo jurista, ou por qualquer pessoa com preocupações mais profundas acerca do Direito praticado em torno de si, necessariamente passa, portanto, pela estimativa das razões morais³⁴⁴ envolvidas nos posicionamentos em jogo.

§ Bioética laica. O referencial da biopolítica afirmativa indica para a inevitabilidade da apreensão da vida pela governamentalidade, ao mesmo tempo em que aponta para a multiplicidade de linhas e de formas em que se podem dar estas relações, que não são fadadas à tanatopolítica. Este espaço de articulação é que permite se pensar em resistências e mesmo em novas significações para noções políticas modernas persistentes. A bioética laica pode ser um dos primeiros passos de aproximação a modelos de resistência tanatopolítica. Sendo consabido que a personalização do Direito envolve um movimento de teologia política, e que a secularização não conseguiu de todo se despregar na metafísica cristã, parece que o recurso a esta forma de bioética, ao menos, aproxima o pensamento e raciocínio jurídico à laicidade e, ainda, afasta a sacralidade da vida humana herdada, inscrita e interiorizada historicamente. A bioética laica, assim, consiste em recente campo de estudos filosóficos (data de 1971 o trabalho de Van Renssealer Potter, “Bioethics: bridge to the future”³⁴⁵), propondo-se uma abordagem de caráter a-religioso e sem recurso à metafísica teológica, centrando-se na racionalidade científica e filosófico-moral, e que consiste em um ambiente intelectual de problematização dos avanços tecnocientíficos por meio de uma ponte entre as questões científico-tecnológicas e humanísticas. Para Uberto ScarPELLI³⁴⁶ (1988) a Bioética seria uma reflexão ética sobre a vida enquanto fenômeno orgânico, do corpo, da saúde, da doença e da morte, buscando reflexões e respostas para os novos desafios trazidos pelas possibilidades tecnológicas

coerência lógica” em termos de consistência interna entre normas e de consistência externa entre norma e as circunstâncias necessárias de sua aplicação. Critérios estabelecidos por: ÁVILA, Humberto. Conteúdo, limites e intensidade dos controles de razoabilidade, de proporcionalidade e de excessividade das leis. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 236, p. 369-384, abr. 2004. p. 370-372. A proporcionalidade, ao seu turno, normativamente, impõe: (A) “adequação” (“o meio deve contribuir para a promoção do fim”); (B) “necessidade” (“o meio deve ser o mais suave dentre os meios disponíveis”); (C) “proporcionalidade em sentido estrito” (“o meio deve proporcionar vantagens superiores às desvantagens”); (D) “ponderação de todos os interesses em jogo” (medida de racionalidade pela qual “se a medida se destina a todos e a todos alcança, deve ser adotada mediante a consideração do interesse de todos”). Critérios estabelecidos por: ÁVILA, Humberto. Conteúdo, limites e intensidade dos controles de razoabilidade, de proporcionalidade e de excessividade das leis. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 236, p. 369-384, abr. 2004. p. 372-374.

³⁴³ RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 231.

³⁴⁴ FORTES, Pablo Dias; REGO, Sergio. Tem cabimento o que não é justo? A propósito da justificação dos juízos morais. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 22-30, jan. 2018. COITINHO, Denis. Moralidade, justificação e coerência. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 56, n. 132, p. 557-582, dez. 2015. DUTRA, Delamar José Volpato. Apel versus Habermas: como dissolver a ética discursiva para salvaguardá-la juridicamente. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, p. 103-116, jun. 2010. SILVEIRA, Denis Coitinho. Além da dicotomia fato/valor: justificação e legitimação. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 1, p. 165-186, abr. 2013. DELGADO, Serrana. El punto de vista en la Teoría del Derecho. **Rev. Derecho**, Montevideo, n. 19, p. 143-155, jun. 2019.

³⁴⁵ POTTER, Van Rensselaer. **Bioethics: bridge to the future**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.

³⁴⁶ SCARPELLI, Uberto. **Bioetica laica**. Milano: Baldini e Castoldi, 1998. SCARPELLI, Uberto. **L'etica senza verità**. Bologna: Il Mulino, 1982.

avançadas: quando algo é tecnicamente possível, é eticamente lícito? Esta seria uma pergunta central neste contexto bioético. É importante considerar que, no plano de fundo deste questionamento, e como justificativa teórica e diante do estado da arte da discussão sobre a Bioética e o Direito, está a abertura do mundo do direito aos fatos sociais e valores³⁴⁷ éticos e políticos na Filosofia Contemporânea do Direito³⁴⁸, o que reforça a pertinência do debate apreendido como um todo. Nesse sentido, para Carla Faralli, referindo-se à “ética sem verdade” de Scarpelli na relação com o pensamento jurídico: “[...] a ética sem verdade, no sentido de que as proposições prescritivas, diferentemente das assertivas, não são verdadeiras nem falsas. Não podem, portanto, ser submetidas ao juízo de veracidade ou falsidade, mas apenas a critérios de justificação”³⁴⁹. Diante disso, tem-se os pressupostos de que o conteúdo da licitude ética, que recai sobre processos da vida na corporeidade física, não se dá no plano de uma ética teológica (dogmática e substancialmente centrada em diferentes convicções de “verdades”), pois a adoção de um corpo valorativo determinado violaria a laicidade do Estado e a liberdade religiosa. Ademais, o referencial da moralidade também se apresenta no plano cívico, a partir do que se podem, então, buscar critérios de justificação e demonstrá-los argumentativamente – tal como no Direito Internacional dos Direitos Humanos. A Bioética, assim, apresenta uma profunda relação com o Direito e a teoria jurídica, pois sua própria constituição busca ir além da deontologia médica para problematizar as questões que envolvem problemas em relação aos processos de valoração respectivos aos fenômenos da vida, podendo se comunicar diretamente com a dimensão valorativa do Direito em sua teoria tridimensional³⁵⁰. A Bioética laica não se restringe à Ética Médica, ou seja, ela abarca uma série de questões em que se envolva o fato “vida”. A noção de bioética laica, assim, impõe uma postura de respeito, reconhecimento e cuidado ante a multiplicidade da vida e da cultura, o que remete aos valores do Direito Internacional dos Direitos Humanos e suas exigências de consideração, respeito e reconhecimento nos processos de comunicação e argumentação. Biopolítica afirmativa e bioética laica – que é uma dimensão de direitos humanos – comunicam-se, portanto, de modo direto: uma política de afirmação da vida (biopolítica afirmativa) demanda um referencial valorativo, ético e jurídico, em que se produzam condições de desenvolvimento desta mesma vida (bioética laica). Esse conjunto de ideias, que revela um possível horizonte ético de resistência política, posta a apreensão e normatização da vida, indica, ainda, a uma possível afirmação da ética do cuidado, que é justamente uma postura de sensibilidade, favorecimento e afirmação das multiplicidades e singularidades da vida (que podem se encontrar ameaçadas em um cenário biopolítico de um poder sobre a vida que, por incidir sobre a vida, não necessariamente seguirá um padrão ético, o qual, este mesmo, ademais, poderá produzir exclusões) – isto porque a atenção às necessidades é mais enfatizada do que a identificação abstrata de princípios universais.

³⁴⁷ “23ª Lição. O juiz deve reconhecer se, e em que medida, com a simples aplicação dos valores legais, e, ainda, com o desenvolvimento judicial do direito, se converte em suporte funcional do respectivo sistema político”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 231.

³⁴⁸ FARALLI, Carla. **A filosofia contemporânea do Direito**. Temas e desafios. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 11-42.

³⁴⁹ FARALLI, *op. cit.* p. 10.

³⁵⁰ BIZAWU, Sébastien Kiwonghi; TORRES, Rodrigo Romano; CUNHA, Nivaldo Caetano. A bioética, a universalidade dos valores e a teoria tridimensional do direito. **Revista Jurídica Unicuritiba**, Curitiba, n. 44, v. 3, 2016, p. 667-695. p. 690-691.

§ Bioética Cotidiana e Interventiva. A Bioética da Intervenção³⁵¹ se apresenta como uma abordagem de complexidade teórica em relação aos princípios universalistas da bioética principialista (embora não seja considerada anti-principialista), tendo sido especialmente desenvolvida a partir dos anos 1990. Consiste, de modo sintético, em uma compreensão da interação integrada de fatores tal como vista na densificação apreensiva proposta pela Bioética Cotidiana³⁵². O referencial crítico desta bioética consiste na atenção ante as precárias e precarizadas condições sanitárias e ambientais dos países da América Latina e suas relações com princípios éticos de cunho eurocêntrico, problematizando-se injustiças, desigualdades e exclusão, buscando-se abordagens participativas, pluralistas e críticas em relação às imposições internacionais biotecnológicas e biopolíticas, pensadas por meio da ampliação dos critérios principialistas³⁵³. A bioética interventiva, neste contexto, por sua abrangência, pode influenciar processos de avaliação e decisão em várias questões na esfera pública e que envolvem critérios sobre a vida, sua qualidade, sua relação socioambiental, assumindo também uma relevante dimensão estrutural e institucional, auxiliando na identificação de demandas de pessoal, políticas públicas, ações programadas, cumprimento de responsabilidades, preservação e sustentabilidade do ecossistema e biodiversidade intra e intergeracional³⁵⁴.

§ Bioética de Proteção. A Bioética da proteção³⁵⁵ também corresponde a uma ética com problematizações respectivas às limitações da bioética principialista, em especial no ponto de partida da assimetria dos cidadãos, dedicando-se a sujeitos e populações com precariedades de vida, dificuldade de acesso a bens e a serviços públicos ou privados, ou seja, em especial situação de vulnerabilidade que não configura unicamente a vulnerabilidade existencial imposta pela condição humana, mas exposições a riscos peculiares decorrentes de sua situação social – daí se falar em pessoas “vulneradas”.

³⁵¹ ARAÚJO, Maria das Neves Rodrigues de; MENDES, Paula Roberta; SILVEIRA, Ana Paula Prado; SEIDL, Eliane Maria Fleury. Lipodistrofia e preconceito na nova cara da aids: diálogo com a bioética de intervenção. **Bioética**, Brasília, v.19, n.2, p.441-456, 2011; FEITOSA, Saulo Ferreira; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo. **Bioética**, Brasília, v.23, n.2, p.277-284, ago. 2015.

³⁵² BERLINGUER, Giovanni. **Bioética cotidiana**. Milão: Giunti, 2000; GARRAFA, Volnei. Bioética cotidiana. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.333-334, fev. 2005.

³⁵³ PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. **Bioética**, Brasília, v.13, n.1, p. 111-123, 2005; SILVA, Leonardo Eustáquio; DRUMMOND, Adriano; GARRAFA, Volnei. Bioética de intervenção: uma prática politizada na responsabilidade social. **Universitas**. Ciências da Saúde, Brasília, v.9, p.111-119, 2011.

³⁵⁴ “A conceituação da jovem bioética está em constante evolução, mas podemos balizar uma grande classificação que situa os diversos temas dos quais ela trata: a bioética das situações persistentes, que analisa aqueles temas cotidianos que se referem à vida das pessoas e que persistem teimosamente desde o Velho Testamento: a exclusão social, o racismo, a discriminação da mulher no mercado de trabalho, a eutanásia, o aborto. A bioética das situações emergentes, que se ocupa dos conflitos originados pela contradição verificada entre o progresso biomédico desenfreado dos últimos anos e os limites ou fronteiras da cidadania e dos direitos humanos, como as fecundações assistidas, as doações e transplantes de órgãos e tecidos, o engenhieramento genético de animais e da própria espécie humana e inúmeras outras situações”. GARRAFA, Volnei. Reflexões Bioéticas sobre Ciência, saúde e cidadania. **Bioética**, Brasília, v.7, n.1, p.13-20, 1999. p. 13.

³⁵⁵ SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética como forma de resistência à biopolítica e ao biopoder. **Revista Bioética**, Brasília, n.3, v.18, p. 519-535, 2010. SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética de proteção: uma ferramenta para a avaliação das práticas sanitárias? **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 22, p. 1531-1538, 2017. SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética de proteção é pertinente e legítima? **Bioética**, Brasília, v. 19, n.3, p. 713-724, 2011. SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Bioética**, Brasília, v. 16, p. 11-23, 2008.

3.3 CRÔNICAS DE UM DIREITO PÓS-HUMANISTA

§ **Crônicas de um Direito crônico.** Há um ponto emocional muito preciso ao qual todo o risco da violência – e toda a violência do poder – parecem, no contexto biopolítico, devolver à consciência, seja em razão da imanência da vida, seja em razão das revelações mais sinceras do momento da morte³⁵⁶ que, em sendo certa, não necessariamente precisa ser aguardada e vivida para permitir alguma dedução sobre suas implicações de uma ética alteritárias que não presta contas a qualquer metafísica *post mortem* e que não as habitua à arte da fotografia *post mortem*. As crônicas de um Direito crônico, de um Direito repleto de latências e de evidências de uma doença autoimunitária, são a contraface da grandiloquência e da genialidade do espriamento dos argumentos de autoridade das Grandes Cortes Judiciais, sendo tampouco a megalomania do Direito e Literatura ou o gigantismo da legislatura federal, das Assembleias populares sem povo e dos Palácios sem povo. O “gênero menor” da crônica – da micropolítica, da singularidade, do cotidiano que não cede à banalidade do mal, do texto mais apto à frugalidade e à fugacidade da carne – ao qual se pertence, pode ser meio de se pensar o Direito³⁵⁷, a ruína, o farelo, de maneira mais compatível com aquela singularidade mesma que representamos a todo instante³⁵⁸. Ao mesmo tempo, crônicas de um Direito crônico não são anedotas patéticas

³⁵⁶ “Meu Deus, como o amor impede a morte! Não sei o que estou querendo dizer com isso: confio na minha incompreensão, que tem me dado vida instintiva e intuitiva, enquanto que a chamada compreensão é tão limitada. Perdi amigos. Não entendo a morte. Mas não tenho medo de morrer. Vai ser um descanso: um berço enfim. Não a apressarei, viverei até a última gota de fel. Não gosto quando dizem que tenho afinidade com Virginia Woolf (só a li, aliás, depois de escrever o meu primeiro livro): é que não quero perdoar o fato de ela se ter suicidado. O horrível dever é ir até o fim. E sem contar com ninguém. Viver a própria realidade. Descobrir a verdade. E, para sofrer menos, embotar-me um pouco. Pois não posso mais carregar as dores do mundo. Que fazer, se sinto totalmente o que as outras pessoas são e sentem? Eu vivo na delas mas não tenho mais força. Vou viver um pouco na minha. Vou me impermeabilizar um pouco mais. – Há coisas que jamais direi: nem em livros e muito menos em jornal. E não direi a ninguém no mundo. Um homem me disse que no Talmude falam que há coisas que se podem contar a muitos, há outras a poucos, e outras a ninguém. Acrescento: não quero contar nem a mim mesma certas coisas. Sinto que sei de umas verdades. Mas não sei se as entenderia mentalmente. E preciso amadurecer um pouco mais para me achar essas verdades. Que já pressinto. Mas as verdades não têm palavras. Verdades ou verdade? Não, nem pensem que vou falar em Deus: é um segredo meu”. LISPECTOR, Clarice. **Ao correr da máquina**. Crônica publicada no Jornal do Brasil em 17 de abril de 1971. Portal da Crônica Brasileira. Disponível em: <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/12672/ao-correr-da-maquina>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

³⁵⁷ “18ª Lição. Os instrumentos metodológicos não estão ligados à imposição de valores ou de ideologias específicos. Podem servir sucessivamente a diferentes ideologias e fins políticos. Retomar figuras jurídicas, esquemas metodológicos e outras operações metódicas é um valioso objeto de investigação a fim de impulsionar a autoconsciência e a autocritica filosóficas e metodológicas dos juristas, na ciência e na prática”. RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016. p. 230.

³⁵⁸ “Hoje, de repente, como num verdadeiro achado, minha tolerância para com os outros sobrou um pouco para mim também (por quanto tempo?). Aproveitei a crista da onda, para me pôr em dia com o perdão. Por exemplo, minha tolerância em relação a mim, como pessoa que escreve, é perdoar eu não saber como me aproximar de um modo “literário” (isto é, transformado na veemência da arte) da “coisa social”. Desde que me conheço o fato social teve em mim importância maior que qualquer outro: em Recife os mocambos foram a primeira verdade para mim. Muito antes de sentir “arte”, senti a beleza profunda da luta. Mas é que tenho um modo simplório de me aproximar do fato social: eu queria era “fazer” alguma coisa, como se escrever não fosse fazer. O que não consigo é usar escrever para isso, por mais que a incapacidade me doa e me humilhe. O problema de justiça é em mim um sentimento tão óbvio e tão básico que não consigo me surpreender com ele – e, sem me surpreender, não consigo escrever. E também porque para mim escrever é procurar. O sentimento de justiça nunca foi procura em mim, nunca chegou a ser descoberta, e o que me espanta é que ele não seja igualmente óbvio em todos. Tenho consciência de estar simplificando primariamente o problema. Mas, por tolerância hoje para comigo, não estou me envergonhando totalmente

do cotidiano forense, tal como se produzem no reforço do heroísmo e dos humanismos do Direito, a despeito de sua estrutura basicamente excludente e violenta, neste cotidiano mesmo estéril de maior gentileza teórica. Pensar o Direito como crônica é redimensionar a atuação jurídica: “[...] pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas”³⁵⁹, mas talvez, ainda ali, no miúdo, uma despreensão de qualquer grandeza, sem a qual se pode não apenas prescindir para viver como justamente encontrar a verdadeira normatividade da vida – ou seja, “verdadeira” porque não é mais aquele fantasma emulador de alguma normatividade alheia a qual se cede corpo e carne como fonte de energia de perpetuação. Um efeito, então, buscado no nomadismo, por mais contraditório que seja com todo o campo identitário: “há homens que são escritores e fazem livros que são como verdadeiras casas, e ficam. Mas o cronista de jornal é como o cigano que toda noite arma sua tenda e pela manhã a desmancha, e vai”³⁶⁰. As dimensões hipotéticas dos potenciais do Pós-Humanismo Crítico à Filosofia do Direito (relações críticas do Pós-Humanismo com a Democracia e a Biopolítica e Tanatopolítica), incluem, assim, não apenas o debate abstrato teórico, mas também algumas digressões sobre situações específicas contemporâneas ((micro)ontologias).

3.3.1 Biorresistências tanatopolíticas micropolíticas

As “biorresistências tanatopolíticas micropolíticas”³⁶¹ e a “democracia biopolítica na condição pós-humana” podem ser questões da interconexão do tensionamento das

de não contribuir para nada humano e social por meio do escrever. É que não se trata de querer, é questão de não poder. Do que me envergonho, sim, é de não “fazer”, de não contribuir com ações. (Se bem que a luta pela justiça leva à política, e eu ignorantemente me perderia nos meandros dela.) Disso me envergonharei sempre. E nem sequer pretendo me penitenciar. Não quero, por meios indiretos e escusos, conseguir de mim a minha absolvição. Disso quero continuar envergonhada. Mas, de escrever o que escrevo, não me envergonho: sinto que, se eu me envergonhasse, estaria pecando por orgulho”. LISPECTOR, Clarice. **Literatura e justiça**. Portal da Crônica Brasileira. Disponível em: <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/12673/literatura-e-justica>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

³⁵⁹ CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. **Para gostar de ler**: crônicas. São Paulo: Ática, 2003. p. 89-99. Podem-se mencionar, ainda, referências para o gênero: MÁRQUEZ, Gabriel García. **Crônicas**: 1961-1984. Tradução de Leo Schlafman. Rio de Janeiro: Record, 2019; RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas**. Rio de Janeiro: Record, 2016; GLEDSON, John [Org.]. **Machado de Assis**: crônicas escolhidas. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013; AZEVEDO, Sílvia Maria [Org.]. **Badaladas do Dr. Semana**, de Machado de Assis, tomos I e II. São Paulo: Nankin, 2019; KEHL, Maria Rita. **18 crônicas e mais algumas**. São Paulo: Biotempo, 2011; FONSECA, Rubem. **O melhor de Rubem Fonseca**. Contos e crônicas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015; RODRIGUES, Nelson. **O melhor de Nelson Rodrigues**. Teatro, contos e crônicas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018; HIST, Hilda. **132 crônicas**: cascos & carícias e outros escritos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018; LISPECTOR, Clarice. **Todas as crônicas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018; AGUDELO, Darío Jaramillo. **Antología de crónica latinoamericana actual**. Madrid: Alfaguara, 2012; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cor do tempo quando foge**: uma história presente, crônicas 1986-2013. São Paulo: Cortez, 2014. SIEBERT, Silvana. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 14, n. 3, p. 675-685, dez. 2014. AMADO, Jorge. Nem a rosa, nem o cravo... In: NESTROVSKI, Arthur. Figuras do Brasil: 80 autores em 80 anos de Folha. São Paulo: PubliFolha, 2001, p. 79. PALAU-SAMPIO, Dolors. Las identidades de la crónica: hibridez, polisemia y ecos históricos en un género entre la literatura y el periodismo. **Palabra Clave**, Chia, v. 21, n. 1, p. 191-218, abr. 2018.

³⁶⁰ BRAGA, Rubem. **Manifesto**. Publicado no Correio da Manhã em 7 de julho de 1951. Portal da Crônica Brasileira. Disponível em: <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/9809/manifesto>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

³⁶¹ “As lutas de resistência, no caso particular da individuação, são lutas pela autonomia e emancipação. Exigem, para tal, um trabalho contínuo e sem descanso de afrontamento dos processos de autonomização contra as técnicas de individuação e normalização. Exigem, pois, uma agonística na esfera subjetiva, de valor tanto político, como também ético. Um trabalho de transformação que Foucault entende se fundamentar, verdadeiramente, nos termos da visão kantiana do esclarecimento. A *Aufklärung*, para

categorias biopolítica e bioética – as quais concorrem aos tensionamentos das desconstruções do impolítico e do impessoal.

§ **Micropolítica.** As micropolíticas³⁶² fazem especial sentido diante de uma dinâmica própria de ordenação das forças no movimento de assujeitamento, das pseudopersonalizações das modelizações e das negociações envolvidas nos processos de subjetivação, principalmente a capitalística. Estando diversas forças internalizadas nos sujeitos³⁶³, focalizar apenas movimentos de macrohistória e das grandes narrativas pode ser um caminho de atalho que despreza a interrelação necessária entre aquilo que Guattari diferenciou como “molar” e “molecular” – sendo que o molecular como processo pode nascer do macro e o molar pode se instaurar no micro –, forças em interação no campo das lutas sociais que apontam às grandes identidades e, concomitantemente, aos movimentos de resistência. Os microvetores de subjetivação singular, os microagenciamentos de singularização e a captura dos miniprocessos de desejo e da liberdade de singularização indicam os pontos de atuação da estratégia dos equipamentos coletivos, contrária à afirmação das singularidades, à autonomia e à reapropriação das próprias vidas. Os processos de singularização³⁶⁴, muito mais do que as singularidades consolidadas, assim, seriam o foco da problemática micropolítica, que as tomassem, ainda, no nível de sua emergência, garantindo-se a autonomia para que não se reduzam a novas formas de violência identitária pura e simples – reacionárias ou conformistas –, e que anulam a função da singularização³⁶⁵.

Foucault, antes de designar uma etapa da história, é uma atitude racional, ética e política, uma ‘atitude de modernidade’, na qual são exigidos o diagnóstico do tempo presente e a realização da infinita tarefa de libertação (entendida como a passagem para a maioridade, ou melhor, para uma vida crescentemente desvinculada de guias, tutores e autoridades que controlariam a consciência e a esfera subjetiva)”. CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 24, n. 1, p. 237-248, 2001. p. 248. Também: CALDERON-VELEZ, Milton Leonel. Juventudes en resistencia. Educar para una comunidad hermenéutica. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv**, Manizales, v. 13, n. 2, p. 1141-1151, jul. 2015. SALAZAR GUTIERREZ, Salvador. Subjetividades disidentes y el (des)dominio del biopoder paralegal: la producción sociocultural de los cuerpos en Ciudad Juárez, México. **Culturales**, Mexicali, v. 2, n. 2, p. 157-177, dez. 2014.

³⁶² GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 127-176.

³⁶³ “A democracia talvez se expresse a nível das grandes organizações políticas e sociais; mas ela só se consolida, só ganha consistência, se existir, no nível da subjetividade dos indivíduos e dos grupos, em todos esses níveis moleculares, novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis, que impeçam a volta de velhas estruturas”. GUATTARI; ROLNIK, *op. cit.* p. 134.

³⁶⁴ Seria importante contrapor dois modos de subjetivação: o majoritário, em que se segue o modelo de poder estabelecido, histórico ou estrutural; e o minoritário, que não cessa de transbordar, por excesso ou por falta, o limiar representativo do padrão majoritário. Diante disso, duas democracias seriam pensáveis: a majoritária, em que as minorias são incluídas ou excluídas; e a democracia do devir: nem integração, nem exclusão, todos poderiam se tornar minoritários, potencialmente minoritários, porque não há modelos majoritários; único local em que se pode localizar o “todos” democrático. A multiplicidade dos devires é a subtração ao modelo despótico majoritário, é o não assujeitamento a uma princípio majoritário. Diante disso, resistência passaria do sinal negativo para o aspecto criativo. LAZZARATO, Maurizio. Política da multiplicidade. In: LINS, Daniel; PELBART, Peter Pal. **Nietzsche e Deleuze** – Bárbaros, civilizados. São Paulo: Annablume, 2004. p. 147-157.

³⁶⁵ Um corpo sem órgãos é aquele em que as normatividades são ultrapassadas por meio dos campos de afetos singulares; a potencialização do corpo se dá nessa desafetação da multiplicidade de forças homogeneizantes, de modo que os sintomas do corpo são o ponto de partida da esquizoanálise, de modo a libertar a potencialização do desejo e de recuperação das forças criativas. “[...] se as minorias de toda natureza, as marginais, os trabalhadores precários – todas as pessoas que recusam os modos de vida, os modos de disciplina vigentes – ficarem esperando, gentilmente, que o poder de Estado (seja ele capitalista

§ Pós-Identidades. As questões identitárias e, sobretudo, o contexto do pensamento pós-identitário, parece assumir centralidade no problema do Pós-Humanismo Crítico, especialmente no sentido da construção das biorresistências tanatopolíticas por forças micropolíticas. O jogo das identidades, por um lado, e a destruição dos esteios identitários, por outro, aponta a contenção do tensionamento entre as necessidades de segurança – uma segurança sob suspeita, conferida pelo poder soberano posto em dúvida pela biopolítica – e o estabelecimento de práticas libertas das limitações do poder sobre a vida imposto pelas normatividades, dentre as quais, a jurídica, permitindo-se assim a afirmação das normatividades vitais em convivência. É este cenário de linhas tênues que a Filosofia do Direito tem demandada em elevada extensão sua maleabilidade, pois a mesma medida do recorte apreensivo se apresenta como medida constituinte dos laços identitários que podem representar a captação da vida em seu nível máximo. As posturas pós-identitárias são afirmações da vida em micropolíticas e, também, podem não apenas assegurar processos de singularização como serem a evidência de sua consecução. Também representam o corpo pós-humano, a afirmação do ciborgue, uma vez que desgarrados da gramática prévia de si ou da execução de roteiros previamente dados pela tradição, por costumes e por imposições identitárias, afirmam-se em sua criatividade, em seu ineditismo e renovação existencial, e mais: expressam o possível de uma subjetividade que, não sendo vida administrada, pode se desenvolver como uma subjetividade nômade³⁶⁶. Se uma série de tanatopolíticas se instituem por uma totalização, unicidade absoluta e insuflação identitária sem concessões, as pós-identidades podem ser a contraface desconstrutiva das bases mais efetivas e deletérias do mal político, mas sem ser tanatopolítica em sua desconstrução, porque afirma a diversidade e multiplicidade das formas de vida, operando em sentido igualmente contrário aos das políticas de morte e de subjugação.

§ Precariedades. No universo da biopolítica se estabelece uma série de variações sobre formas de vida, em especial, nos significados que estas vidas podem assumir no cenário das relações políticas. Embora sob a dogmática jurídica não pareça viável afirmar a insignificância de uma forma de vida, a humana a partir da dignidade, e as demais embarcadas em interesses humanos econômicos ou culturais, resta, no plano dos fatos não captados pela normatividade jurídica, a margem da descartabilidade que permite distinguir valorações políticas sobre a vida, o que determina regimes de tratamento e de alocação das formas de existência. Assim, as qualificações dadas pelos pensadores a partir de determinadas situações e modos de se relacionar com a vida pode apontar tanto no sentido da afirmação de vidas quanto da negação de vidas, de reconhecimento ou de eliminação, em apreensões de formas peculiares, o que, sob diferentes registros, permite identificar diferentes posturas que podem apresentar dimensões nomináveis como biopolíticas, ainda que não se compreendam deste modo. Estas chaves de afirmação e de negação podem indicar tanto sentidos biopolíticos quanto questionamentos e reprovações de ordem ética – e, portanto, também de interesse bioético e jurídico. As “vidas

ou socialista) venha trazer-lhes soluções, estaremos correndo o risco de esperar por muito tempo; estaremos correndo a risco de chegar de novo a fenômenos de desmoralização de toda essa parte vital da sociedade, estaremos correndo talvez um risco pior ainda: ver a situação dar uma virada tal que uma direita, mais extrema do que a que conhecemos, tome a poder. E ela saberá muito bem como mantê-lo”. GUATTARI; ROLNIK, *op. cit.* p. 149.

precárias”³⁶⁷, assim, indicam, a partir do trato midiático das imagens e dos itinerários interpretativos construídos e espalhados, os diferentes níveis de lamento público por mortes de grupos determinadas, que recebem diferentes tratamentos de luto, diferentes rituais e instituem mecanismos de humanização/desumanização que ingressam como moeda de legitimação no fluxo biopolítico e, especialmente, na justificação das práticas tanatopolíticas.

§ Dor dos Outros³⁶⁸. A posição de se estar diante da “dor do outro” pode conferir uma dimensão ética às biorresistências tanatopolíticas com a superação dos limites identitários, sobretudo, rumo a uma sensibilidade e éticas alteritárias, que contém inegáveis elementos pós-identitários. Inegavelmente, os processos identitários impõe, quando de suas dinâmicas excludentes, processos de dor que podem se manifestar em grandes eventos trágicos, como o exemplo da guerra, quanto inserções cotidianas micropolíticas de sofrimento a partir da discriminação sistemática, do *bullying* e de outras práticas de aniquilamento das subjetividades a partir do não enquadramento em normas arbitrárias definidoras da normalidade³⁶⁹ e dos perfis identitários esperados, sem prejuízo

³⁶⁷ “Se as humanidades têm algum futuro como crítica cultural, e a crítica cultural tem uma tarefa no presente momento, é, sem dúvida, no sentido de nos fazer retornar ao humano aonde não esperamos encontrá-lo, em sua fragilidade e nos limites de sua capacidade de fazer sentido. Teríamos que interrogar a emergência e o desaparecimento do humano nos limites do que podemos saber, do que podemos ouvir, do que podemos ver, do que podemos sentir. Isso pode nos instigar a, afetivamente, revigorar os projetos intelectuais da crítica, do questionamento, da tentativa de entender as dificuldades e demandas da tradução cultural e do dissenso, e de criar um senso do público no qual vozes de oposição não são temidas, degradadas ou descartadas, mas valorizadas pela instigação à democracia sensata que ocasionalmente realizam”. BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33. DE MAURO RUCOVSKY, Martín. La vaca que nos mira: vida precaria y ficción. **Rev. chil. lit.**, Santiago, n. 97, p. 175-197, abr. 2018. DE MAURO, Martín. Tanta vida mutua (mujeres y precariedad animal). **Alea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 17-35, ago. 2018. Também: FROESE, Tom. La vida es preciosa por ser precaria: individualidad, mortalidad y el significado. **Iztapalapa. Rev. cienc. soc. humanid.**, Ciudad de México, v. 38, n. 82, p. 173-198, jun. 2017. DEMETRI, Felipe Dutra; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Performatividade contra a precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 318-326, ago. 2017.

³⁶⁸ SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. ZUBERO BEASCOECHEA, Imanol. Espectadores del dolor ajeno: una imagen no vale más que mil palabras. **rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 57, p. 89-99, set. 2016. BALCAZAR MORENO, Melina. Ante el dolor de los demás. Las lágrimas de Marguerite Duras. **Acta poét**, México, v. 38, n. 1, p. 123-137, jun. 2017. ³⁶⁸

³⁶⁹ Os Estudos da Deficiência, na mesma linha crítica dos Estudos Animais Críticos e dos Estudos da Monstruosidade, encontram especial reflexão a partir da interação humano e ambiente. O sujeito-corpo da deficiência é entendido, a partir de sua normatividade normalizadora, como impossibilitado de trabalhar ou de viver em toda a extensão de suas necessidades e aspirações, por isso a discussão sobre deficiência redundaria em um foco sobre uma relação do corpo e da espacialidade, suas conexões e conectividades. Um dos principais obstáculos à compreensão do “corpo” da deficiência (o modelo social construído e desvalorado a partir de justificativas biológicas) seria justamente a consolidação do sistema produtivo capitalista, em que o corpo deficiente é considerado inapto ao trabalho nos parâmetros exigidos, ou seja, não representa força de trabalho no corpo coletivo de trabalho. Variações corporais e psicológicas, assim, teriam passado a ser sistematicamente excluídas dos sistemas de produção de vida. Passou-se de um modelo estritamente biológico e funcional para uma abordagem, então, social, sendo que, ainda, o “corpo normal” é visto como uma construção antiética, que interdita e aniquila a existência de diferentes corpos e subjetividades, além de violar frontalmente diversos direitos fundamentais e humanos. Uma abordagem crítica, tal como a estabelecida por Mike Oliver, exaltaria que o humanismo liberal, ao valorizar o sujeito humano autônomo, lança a independência em primeiro plano como característica determinante do indivíduo. Esta forma de humanismo, operando segundo tal pressuposto, conteria dois essencialismos excludentes. Primeiro, o da ignorância da dependência mútua entre todos os seres humanos, sendo que até o autocuidado dependeria de estruturas sociais disponíveis para tanto, assim como de relações inter-

de que as mesmas dinâmicas se instituem no cerne das identidades minoritárias, pois o que está em jogo não é um ou outro perfil, modo de vida ou forma de articulação de símbolos e de comunicação, mas nos fundamentos éticos mesmos no trato da diferença no campo da convivência e da viabilidade ou não de se coexistir. “Diante da dor dos outros” impõe um dever ético de questionamento, de se perguntar sobre as próprias sensações e sobre todo o corpo de sentimentos embotados, anestesiados, exaustos e enfraquecidos diante das repetições, dos discursos, das interpretações dadas, de tudo aquilo que naturaliza situações e impele à empatia, à insensibilidade e à indiferença perante modos de manifestação da vida distintos daqueles que se convenciou exaltar. A dor dos outros também é um limite claro do sofrimento que não se pode acessar sequer pela empatia, conscientizando o agente moral da dimensão dos efeitos funestos que determinadas orientações políticas podem produzir sobre vidas singulares.

§ Responsabilidade e Alteridade. Problematizar a alteridade³⁷⁰ é o que está em jogo tanto na identificação das vidas precárias quanto na posição de se estar diante da dor dos outros, até o momento em que a identidade se torne um conceito desnecessário e inoperante³⁷¹. São demandas profundamente éticas que impelem noções de

humanas e de ambientes em que cada um possa, efetivamente, vir a cuidar de si. E segundo, constrói-se um corpo entendido como debilitado, dependente do Estado e de organizações, porque se crê que as limitações do corpo impedem-no integralmente do cuidado de si. A dependência, assim, ela mesma é também uma construção com efeitos políticos diretos. Este conjunto de questões leva ao questionamento derradeiro de, afinal, quais são as normas pelas quais a funcionalidade dos corpos é avaliada, valorada, aceita e rejeitada. Em última análise, pode-se afirmar, das características fornecidas por Nayar, que o pensamento do Pós-Humanismo Crítico leva a alteridade aos seus limites, levando a se repensar o sentido da “mesmidade” e da “alteridade” quando aparece a emergência do apagamento do “outro”, não em razão de políticas de exclusão e de extinção, mas, justamente, por uma política tamanho inclusiva que, ela mesma, pode redundar na perda do sentido de exclusão e inclusão, quando já se rompem as fronteiras do “mesmo” e do “outro”. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

³⁷⁰ As fundações filosóficas do Pós-Humanismo Crítico se assentam em novos desenvolvimentos da Robótica e da Informática, em que novas formas do “humano” e da “máquina” emergem e, em paralelo, as Ciências Biológicas em que novas teorias da emergência e da evolução da vida circulam. Estes pressupostos acarretam a sistemática desconstrução de representações culturais que mostram como discursos particulares da animalidade, da monstrosidade e da deficiência permitiram à espécie humana se definir ela mesma em contraste ao Outro, ao estranho, ao monstro, ao animal e às formas corporais diversas. O Pós-Humanismo Crítico pode, então, ser entendido como uma abordagem e uma metodologia teórica conceitual pela qual se analisam e valoram representações e discursos que, historicamente, situaram o “humano” sobre outras formas de vida, colocando-no “humano” como distinto, destacado e auto-contido em razão de características específicas, intelectuais, linguísticas, psicológicas e anatômicas que justificariam a dominação de outras formas de vida. Trata-se, assim, de uma leitura e problematização ética e política, que constantemente enfatiza estas representações discursivas, em especial naquilo que se produziu de excludente, exterminatório, e de marginalização de certos tipos de corpos humanos, etnicidades, gêneros, definido-se, assim, um sujeito “humano” único, que expeliu de si as dimensões da diversidade humana, da animalidade, da mineralidade, da máquina e da planta. Assim, no ponto em que os Humanismos Críticos abriram a crítica da exclusão, o Pós-Humanismo Crítico acresce a dimensão de uma nova constitutividade que é dessubstanciada: é justamente do híbrido que emerge a forma não permanente, mutante e em comunicação. A diferença e a alteridade, assim, assumem a dianteira das políticas em torno às etnias, aos gêneros, à sexualidade, às anatomias e espécies. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

³⁷¹ “Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro”. LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: LISPECTOR, Clarice. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro: Editora do Autor,

responsabilidade, que vão desde responsabilidades morais até jurídicas e existenciais, bem como as científicas, filosóficas e epistemológicas. Não se trata da execução de um plano teológico, ou mesmo de um projeto ético ou jurídico específicos. A alteridade³⁷² coloca em plano o problema da humanidade, assim como da humanização, desumanização e reconhecimento, mas em um sentido mais sensível decorrente do choque e do baque das situações de extrema desumanidade. Não à toa a formulação de filosofias da alteridade encontra nos resultados das Guerras Mundiais um motivo tão forte, intenso e visceral de exaltação da imprescindibilidade de respeito pelo outro pelo simples e puro fato de sua existência e de sua vulnerabilidade, que se manifesta no rosto e na nudez do corpo suscetível a imediata morte. Talvez em jogo ainda reste a questão sempre problemática e presente da relação com o “outro”, em um contraponto à mesmidade, grande cimento das relações identitárias e movimento inevitável do terror imunitário, que só pode identificar no “outro” a ameaça da contaminação e da monstruosidade³⁷³. Parece radicar, assim, nas questões identitárias, pós-identitárias, micro e macropolíticas, uma demanda latente de atenção pelo diferente, pelo outro, por aquele a que não se está ligado por um vínculo jurídico, político, comunitário, identitário ou emocional – vínculos diretos, afinal, parece inegável a dimensão do outro no plano do convívio e da convivência, como elemento necessário para se existir, para haver dinâmicas do reconhecimento e mesmo para se perpetrarem práticas de violência³⁷⁴. Está-se pensando em minorias³⁷⁵, mas, a despeito da dimensão do poder contida na minoria,

1964. p. 252. ROSENBAUM, Yudith. A ética na literatura: leitura de "Mineirinho", de Clarice Lispector. **Estud. av.**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 169-182, 2010.

³⁷² LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. 5. ed. Tradução de Pergentino S. Pivatto [Coord.]; Anísio Meinerz; Jussemar da Silva [et.al.]. Petrópolis: Vozes, 2010. LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. 3. ed. Tradução de Pergentino S. Pivatto [Coord.]; Anísio Meinerz; Jussemar da Silva [et.al.]. Petrópolis: Vozes, 2009. LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Diálogos com Philippe Nemo. Lisboa: Edições 70, 1988.

³⁷³ Considerando a relevância da delimitação das representações culturais sobre as formas de vida, assumem interesse ao Pós-Humanismo Crítico os Estudos da Monstruosidade (bestas míticas, raças monstruosas, vampiros, híbridos, quimeras), pelos quais se investigariam as representações culturais e os discursos sobre formas particulares de vida, excluídas enquanto não-humanas, subhumanas ou inumanas. No mesmo sentido dos Estudos Animais Críticos e dos Estudos da Deficiência, trata-se de um referencial em torno do qual se estabelecem exclusões a partir do binarismo humano/não-humano e, neste, de um sentido do “humano” muito específico, inclusive, tido por “completo” segundo um padrão de subjetividade normatizado e estandarizado. Para Nayar, os Estudos da Monstruosidade teriam demonstrado como formas particulares de vida, como as pessoas com deficiência, os loucos ou os corpos com diferentes conformações, seriam historicamente desenquadrados das normas do “humano” e deslocados para categorias como estranhos, “freaks”, aberrações, não-humanos ou inumanos. Demonstra-se, ainda, como o “monstro” pode ser construído a partir de certas normas valorativas de determinadas configurações de fisionomia, cor de pele, formas e comportamento. Ainda, o corpo e o rosto do monstro sempre significam algo para além de si mesmos, sendo simbólicos de outros atributos ou realidades; bebês deformados ou animais mutantes são vistos como maus presságios, e fisionomias “anormais” são indicativos de alguma indisposição moral da pessoa. Os Estudos da Monstruosidade, ainda, evidenciariam como certas ansiedades sociais são canalizadas nas formas de vida misturadas ou indeterminadas, pelo que se buscam criar categorias para se relocalizar tais formas de vida. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.

³⁷⁴ RICO SANDOVAL, Ronald Zuleyman. Para una crítica de la violencia del derecho civil. **Universitas**, Bogotá, n. 120, p. 170-200, jan. 2010.

³⁷⁵ “[...] minoria é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias. É no capítulo da reinvenção das formas democráticas que se deve inscrever o conceito de minoria”. CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. Por um conceito de Minoria. In: Raquel Paiva; Alexandre Barbalho. (Org.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 14. CORTES, Bianca Antunes. Ética é limite. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 31-49, mar. 2005.

como jogo de forças, o foco mais preciso seria o das singularidades e de sua proteção contra as captações das políticas sobre a vida.

§ Biorresistências tanatopolíticas micropolíticas. O tracejamento de biorresistências³⁷⁶ tanatopolíticas micropolíticas talvez consista em um dos compromissos de vida, e da afirmação responsável da normatividade da vida e suas potências, em uma conexão moral e biológica, mais intensos e complexos das nodulações biopolíticas, justamente na medida em que representam um grau elevado de afirmação da vida sem redundar, disso, na profusão ou o fomento de tanatopolíticas – portanto, sem que a manutenção de uma forma de vida contenha uma relação de necessidade de supressão de outra. Considerando as formas, movimentos, dispositivos e práticas de captação da vida nas sociedades biopolíticas, complexas, neoliberais, tecnológicas, da informação e da comunicação, de projetos irregulares, desiguais e incompletos, parece subjazer na latência desta normatividade mais íntima e interior uma constância desta forma singular de reconhecimento e de cuidado de si, como oposição à alienação e à reificação, e em um plano primeiro de constituição e emprego das forças próprias, autoperceptivas, sem o que parece inviável que se coloque um jogo de forças legítimo. Sem se adotar uma crítica radical aos modelos preconizados por Foucault diante das sociedades da disciplina, e somando-se o entendimento deleuziano das sociedades de controle³⁷⁷, considerando-se que tais modelos sejam concorrentes e conviventes nas sociedades complexas e atravessadas por múltiplas temporalidades, pode-se verificar uma tradução da biopolítica (e da tanatopolítica) a uma referência da psicopolítica, que se coordenará de modo mais específico na relação do assujeitamento neoliberal. A técnica do poder sutil da psicopolítica³⁷⁸, assim, se apodera do indivíduo, mais propriamente, pelo indivíduo, segundo uma diferente dinâmica, distinta dos mecanismos de repressão: a reprodução das

³⁷⁶ “A libertação, não como horizonte de uma liberação definitiva, mas como ultrapassagem, que precisa sempre ser reencenada, das linhas de crise que atravessam um sistema (suas “fronteiras”), tal é, para Foucault, a atitude política que se deve tentar realizar”. SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Tempo soc.**, São Paulo, v.7, n.1-2, p. 1-14, out. 1995.

³⁷⁷ Aqui cabe uma consideração muito relevante sobre o contraponto entre as “sociedades disciplinares” e as “sociedades de controle”, em uma construção analítica estabelecida por Deleuze leitor de Foucault. Sendo consabido que os modelos indicativos de sociedade não são excludentes entre si, e que seus resquícios e potências convivem, é preciso atentar-se às dinâmicas e aos desafios trazidos em cada modo de organização e de desenvolvimento de vida. Se as sociedades disciplinares trazem as questões do confinamento na família, na escola, na caserna, na fábrica, no hospital e na prisão, as sociedades de controle se assentam na lógica da empresa, do sensoriamento geográfico por GPS, nas máquinas informáticas e computadores. Para Deleuze, falando do início dos anos 1990, viver-se-ia já com vários dispositivos da sociedade de controle, com a introdução da “empresa” em todos os níveis de escolaridade, a decadência na pesquisa na Universidade, e a disseminação do modelo empresarial nos diversos modos de convivência, segundo sua lógica de organização das relações, o que demandaria, então, um estudo sócio-técnico dos novos mecanismos de controle. A crise das instituições tradicionais disciplinares permitiria, assim, uma progressiva e dispersa constituição de um novo regime de dominação, o que, concomitantemente, levaria a se pensar, necessariamente, sobre novas formas de resistência (pois “[...] não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”). Para Deleuze, “[...] os anéis de uma serpente [controle] são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira [disciplina]”, sendo imperativo, então, a quem vive a sociedade de controle, “[...] descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas”. Esta pode ser uma missão em Filosofia do Direito. DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações: 1972-1990**. São Paulo: Editora 34. p. 219-226. Também: TUDELA SANCHO, Antonio. Identidad y poder en las sociedades de control. **RF**, Maracaibo, v. 27, n. 61, p. 7-37, abr. 2009. SEBASTIAN ROSSI, Luis. Agenciamientos en las sociedades de control. **Cult.-hombre-soc.**, Temuco, v. 28, n. 1, p. 177-206, jun. 2018.

³⁷⁸ HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Tradução de Alfredo Bergés. Barcelona: Herder, 2014. p. 46.

redes de dominação se fazem por meio do próprio empenho na exploração de si mesmo, ao interpretar estas condutas como exercício de liberdade individual, ponto de convergência do esgotamento (*burnout*), da alienação e do exaurimento de si mesmo³⁷⁹. A convergência de liberdade e exploração resulta na autoexploração, e esta exploração de si consiste em outra nodulação, no plano da linguagem e do discurso, da articulação do simbólico com o político³⁸⁰. Vida, palavra, sentido, poder entrelaçam-se à psique, à resistência aos assujeitamentos, à resistência³⁸¹ aos dispositivos de morte internalizados na fala, na escrita, na compreensão, na enunciação, nos processos interpretativos e pretensamente argumentativos. Para além de um devaneio de programação neurolinguística ou um delírio cósmico de metafísica dos usos das palavras e sua conjugação obscura com redes de causalidade universais, uma possível, singela e singular saída da microdesativação da maquinaria pela linguagem, pelo discurso, pelo entrelaçamento do simbólico e do político pode ser o fio inicial da meada das biorresistências tanatopolíticas micropolíticas que venham a eclodir as multidões cujo principal déficit é justamente o de cognição e de valoração no mundo das hiperconexões vazias e das vastas comunicações aceleradas pelos dispositivos tecnológicos, sem leitura cerrada, sem repertórios, sem construções hermenêuticas³⁸².

³⁷⁹ É importante considerar, neste contexto de vulnerabilidade psíquica, o que aponta a filósofa búlgara Julia Kristeva, no âmbito das condições emocionais contemporâneas e seu esvaimento psíquico: dificuldades de simbolização, atrofia do psiquismo, redução dos espaços das vidas interiores, falta de concentração e de aproveitamento da leitura, incapacidade de representação e linguagem robotizada e vazia. FONTES, Ivana. As novas doenças da alma. Resenha da obra de Julia Kristeva. **Revista latino-americana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, n. 4, a. V, p. 161-163, dez. 2002. KRISTEVA, Julia. **As novas doenças da alma**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

³⁸⁰ Para o pensador francês Paul Virilio, a sincronização das emoções e dos juízos, na esteira da aceleração e velocidade do capitalismo, representaria um risco às democracias atuais. Segundo o filósofo a democracia não poderia se reduzir a um conjunto de reflexos condicionados: antes, precisaria se afirmar como uma reflexão comum, sem a qual não haveria opinião política. A predominância dos reflexos condicionados, na compreensão de Virilio, se daria pelas demandas de instantaneidade, que afetariam não apenas a reflexão, mas também a construção de vínculos de confiança – outro elemento imprescindível às relações políticas. No mesmo sentido, o automatismo consumiria as dinâmicas sociais: “a automatização é totalmente oposta à democratização”, destaca Virilio. FEBBRO, Eduardo. “Siempre se infunde miedo en nombre del bien”. Entrevista com Paul Virilio. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/especiales/18-157228-2010-11-20.html>>. Acesso em: 21 set. 2018. VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999. VIRILIO, Paul. **A guerra pura**. A militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984. VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Edições 34, 1993. VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.

³⁸¹ GIRALDO DIAZ, Reinaldo. Poder y resistencia en Michel Foucault. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 4, p. 103-122, jun. 2006. GIRALDO, Reinaldo. La ética en Michel Foucault o de La posibilidad de resistencia. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 10, p. 225-242, jun. 2009. MARTINS, Luiz Paulo Leitão. O encontro Lacan-Foucault entre a crítica, a interlocução e a resistência. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 427-430, dez. 2018. BIDET, Jacques. Foucault y el liberalismo: racionalidad, revolución, resistencia. **Argumentos (Méx.)**, México, v. 25, n. 69, p. 169-184, ago. 2012. QUINTANA, Laura. Singularización política (Arendt) o subjetivación ética (Foucault): dos formas de interrupción frente a la administración de la vida. **rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 43, p. 50-62, ago. 2012. BIDET, Jacques. Foucault y el liberalismo: Racionalidad, revolución, resistencia. **Argumentos (Méx.)**, México, v. 19, n. 52, p. 11-27, dez. 2006. CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 24, n. 1, p. 237-248, 2001. GIRALDO DIAZ, Reinaldo. Modernidad y parrhesia: Michel Foucault y la cuestión de la resistencia como éthos. **Estud.filos**, Medellín, n. 44, p. 7, dez. 2011. BARONI, Daiana Paula Milani; CUNHA, Cassandra Santiago da. Reflexões sobre a resistência na clínica a partir de Michel Foucault. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 682-695, 2008.

³⁸² HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora da Unesp, 2015. NOBRE, Marcos. Os modelos críticos de Max Horkheimer. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 153-163, jul. 2013. DEL VALLE, Nicolás. Justicia, teología y teoría crítica en la obra tardía

3.3.2 A construção da democracia biopolítica na condição pós-humana

§ **Democracia Biopolítica.** A democracia política é um potencial, da biopotência da multidão e da biopotência da normatividade da vida, do poder da vida, a ser construído pela junção das advertências biopolíticas ao horizonte da prática democrática. Em um nó semântico muito próximo, o Direito pode ser tido como um esboço, ainda muito pálido e vulnerável, mas ao mesmo tempo muito forte se levado à sério pela comunidade de comunicação: um suporte que não se reduz à instrumentalidade, sendo repleto de materialidades e sem cuja construção constante não se pode pensar nem tampouco pôr em prática uma democracia sintonizada com os riscos (tanato e necropolíticos) e os potenciais da biopolítica (afirmativa). Nesse sentido, mais do que um contrário, o Direito pode ser, também, uma técnica de promoção biopolítica afirmativa, uma vez que a própria construção do Direito Internacional dos Direitos Humanos após a Segunda Guerra Mundial se dá em uma mesma esteira de advertência ante os riscos do horror político. Deste modo, embora (e justamente por essa conjunção) a biopolítica seja um constante arranhar das formas jurídicas, da sua racionalidade e mesmo das bioéticas, nestas, igualmente, das ranhuras e dos traços biopolíticos podem emergir os novos registros de caminhos argumentativos, construções normativas e, talvez o movimento mais decisivo e relevante, a exsudação material da norma para que então emergjam as liberdades em seu mais pleno potencial responsável de realização.

§ **Subjetividade Nômade.** A noção de “subjetividade nômade” foi inicialmente proposta pela filósofa italiana Rosi Braidotti³⁸³ em 1994, mas tem sido constantemente elaborada por esta teórica do pós-humano. Sua discussão, centrada nas categorias da diferença e da diversidade, elabora reinterpretações feministas da identidade e da subjetividade, em especial, em face da referência espacial geopolítica, sob termos de mobilidade e desenraizamento. A responsabilidade e a atuação política passa a ser pensada em cenários

de Max Horkheimer: reflexiones sobre política radical. **Alpha**, Osorno, n. 31, p. 55-67, dez. 2010. COHN, Gabriel. Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 5-24, 1998. HILARIO, Leomir Cardoso; CUNHA, Eduardo Leal. Crítica, razão e sociedade: convergência e paralelismo entre Foucault e Adorno & Horkheimer. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 877-899, dez. 2014. CANIATO, Angela; CESNIK, Claudia Cotrim; RODRIGUES, Samara Megume. A captura da subjetividade pela violência simbólica da indústria cultural: da submissão à culpabilidade dos indivíduos. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 661-681, dez. 2012. VOIROL, Olivier. Teoria Crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 81-99, jul. 2012. RUFFINI, María Luz. El enfoque epistemológico de la teoría crítica y su actualidad. **Cinta moebio**, Santiago, n. 60, p. 306-315, dez. 2017. FELIX, José Carlos; SALVADORI, Juliana Cristina. A mortificação do corpo em *É Isto Um Homem?* de Primo Levi. **Ilha Desterro**, Florianópolis, v. 68, n. 3, p. 43-53, dez. 2015. PINZANI, Alessandro. Teorias políticas tradicionais e teoria crítica. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 57-91, dez. 2017. RODRIGUES, André Luis. As três margens do rio e o vertiginoso fluxo da vida. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 221-233, abr. 2016. CROCHIK, José Leon. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 31-46, mar. 2010. MELO, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, ago. 2011. FREITAS, Verlaine. Indústria cultural: o empobrecimento narcísico da subjetividade. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 332-344, dez. 2005. LASTORIA, Luiz A. Calmon Nabuco. Ethos sem ética: a perspectiva crítica de T.W. Adorno e M. Horkheimer. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 76, p. 63-75, out. 2001.

³⁸³ BRAIDOTTI, Rosi. **Nomadic subjects**. Embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory. Cambridge: Columbia University, 1994.

de fluidez, mudanças, transições e transformações, o que demanda conjugar uma cartografia política de subjetividades, sem redução a uma visão unificada do sujeito. Pós-modernidade, enfraquecimento do eurocentrismo (“fortaleza Europa”), dinâmicas de representação e uma política de figurações fundamentam a possibilidade das subjetividades nômades. De modo muito sintético, a subjetividade nômade ilustra a abertura de possibilidades existenciais da diferença por meio da afirmação de estéticas próprias, que não mais são conjugações ordenadas de uma identidade, eis que se opõem às estruturas binárias identitárias e suas normas reguladoras e disciplinares (em especial no sistema do sexo-gênero-desejo falocêntrico). Os sujeitos da subjetividade nômade são “queer”, em trânsito, em fluxo, não se fixando em identidades ou se assentando cristalizados em elementos definitivos e acabados: são sujeitos em construção e reelaboração permanente, não recorrendo, portanto, à ficção de um “eu” definitivo que se repete no tempo, mas, antes, um eu cuja permanência é estar em mudança, ressignificado em transitoriedades segundo recortes temporais e espaciais. São seres híbridos, particulares, únicos, singulares, que marginalizam a dominação do desejo, os paradigmas culturais, políticos, sociais e econômicos, abrindo novas significações de direitos de toda ordem (humanos, coletivos, individuais, sexuais, reprodutivos, de gênero etc.). As subjetividades nômades, estilos criativos de afirmação da vida, assim, abrem novos espaços (cartografias de existência) de tomada de consciência e crítica, novas possibilidades de existir, viver, pensar, agir, desviando dos universalismos impositivos e das identidades restritivas, enfrentando padrões desejantes e identitários, o que também implica em uma vulnerabilidade ante estigmatizações, discriminações, violência e exclusão – justamente diante de uma prática que, por ser contra-identitária (baseando-se nas diferenças e sendo afirmativa, ativa, transitória e potente), não funciona segundo estes critérios. Por isso mesmo, o nômade não é um sem-lugar ou alguém que se desloca compulsivamente, sendo o sujeito que não se sujeita ao dado normativo que pode lhe encarcerar e afirma o desejo de transições e deslocamentos (que não realizarão uma unidade ou essência). Esta movimentação e ritmo de composições múltiplas e descontínuas são o elemento que permite lhe perceber como tal.

§ Ciborgue. Uma das dimensões do pós-humano é sua característica contra-humanista (anti-anropocêntrica, anti-androcêntrica, antifalologocêntrica), o que se ajusta as suas relações basilares com as teorias de gênero. A partir dos anos 1970, uma série de estudos da cibernética, assim como desenvolvimentos avançados de altas tecnologias, passaram a apontar para uma filosofia do futuro, preocupada com dinâmicas resultantes das tecnologias de informação, comunicação, biotecnologias, isto sob o pálio da liberdade de construção social, inclusive, do próprio humano em suas estruturas materiais mais íntimas, ao compasso dos elevados riscos de destruição. Em 1985, a bióloga e feminista estadunidense Donna Haraway publicou um seminal ensaio intitulado “A Cyborg Manifesto: science, technology and socialist-feminism in the late twentieth century”. Tal ensaio se tornou indispensável na discussão dos sentidos da filosofia contemporânea. Em seu texto, muito sinteticamente, Haraway vale-se da figura, em princípio, de ficção científica, o ciborgue, e que seria paradigmática das transformações na cultura do ocidente ao final do Século XX. A pensadora utiliza a figura como metáfora de referência da crítica da identidade e em prol da abertura às diferenças, conjugando também a politização da tecnociência (ciência e tecnologia) por meio de uma apropriação (política) responsável. Ciência e tecnologia avançada (microeletrônica, biotecnologia, comunicação e informação) teriam trazido transformações tanto na percepção individual quanto das relações sociais, em especial pelas desestabilizações das fronteiras do animal

e do humano, do orgânico e do inorgânico, da natureza e da cultura, do visível e do não-visível, do físico e do numérico. A vida é pensada em dimensões moleculares e os híbridos entre máquina e organismo são viáveis e diante das mais amplas possibilidades de manipulação o recurso aos discursos naturalistas perdeu por completo sentido e fundamento. O ciborgue é a figura irônica e provocativa que emerge destas fronteiras fundidas e difusas, e seu potencial, para Haraway, pode ser politicamente apropriado, fundando uma nova política não mais assentada em noções consagradas de classe, raça e gênero, por exemplo, do marxismo e mesmo do feminismo à época (que naturalizaria a categoria “mulher” por meio da identidade). Contestando que haveria laços naturais que ligariam as pessoas pelas identidades dada pelas noções de classe, raça e gênero, Haraway propõe uma política não-identitária, de afirmação das diferenças e assentadas na coalização política de afinidades (e não de uma suposta identificação natural). O modelo do ciborgue permitiria o estabelecimento de um novo ponto de partida da política da afinidade e da apropriação, o que levaria ao abandono de dualismos como homem e mulher, humano e animal, mente e corpo, real e aparente etc. Fragmentação, parcialidade, contradição: estas seriam a tônica de uma política da diferença ciborgue. As mediações de ciência e tecnologia produziram uma complexidade tal que inassimilável pelos dualismos tradicionais, o que demandaria um posicionamento que não cedesse a uma metafísica anticientífica criacionista nem a uma demonologia tecnocientífica. O ciborgue, por ser intermediário entre o humano e o pós-humano é um “por-dentre”, um perverso dos mitos fundadores, um híbrido tecnocultural, e se localiza para além do gênero, da origem, dos mitos fundadores de identidades e de um sentimento de completude. Um retorno à figura compreensiva do ciborgue, imagem criada Donna Haraway³⁸⁴ que se mantém fortemente significativa trinta anos após sua formulação teórica, talvez constitua das maiores estratégias para se reunir as preocupações éticas em torno aos dualismos e aos descentramento, ao enfrentamento da política estigmatizante, do humanismo cisório, repleto de potencial subversivo, irônico e, ao mesmo tempo, de informação compreensiva, considerando-se, especialmente, as necessidades de comunicação e de construção de mediações conceituais em cenários de transição compreensiva. O questionamento das identidades a partir da principal delas, a humana mesma, revoltando-se ao seu modo de operação sempre dependente do entorno e das associações feitas com o ambiente e outras formas de vida, revela o contexto de produção política perpassado por iniquidades, assimetrias, mutabilidades acobertadas por intemporalidades, atemporalidades, permanências fictícias e estabilidades artificiais. Ruptura de qualquer estatuto identitário estável, senão pelas vias das construções permanentes e mutantes. O híbrido que não é o homem-máquina da ficção científica, mas um humano que se levantou por seus processos de hibridação, vai para além da caricatura popular e se afirma como termômetro do humano, constantemente rendido à construção de suas literaturas, desde a linguagem até o corpo, rompendo as oposições de natureza e de cultura, humano e máquina, macho e fêmea, teoria e prática, nacional e estrangeiro, humano e inumano, reconhecendo no estranhamento a forma de expressão evidente e da existência. O ciborgue é uma resistência³⁸⁵ ao totalitarismo, negando frontalmente os mitos de origem, destino, redenção, perfeição, criação.

³⁸⁴ KUNZRU, Hari; HARAWAY, Donna Jeanne; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

³⁸⁵ Conferir uma ontologia identitária ao ciborgue de Haraway é produzir um contrassenso da própria conformação filosófica da figura do ciborgue, ao mesmo tempo que tomá-lo no senso comum, como híbrido construído, também é uma limitação do pensamento da autora: “Para nós, no entanto, este ciborgue não é pós-humano ou pós-moderno. Ele ajusta-se melhor à realização plena do projeto da modernidade, no máximo de uma supermodernidade, nas nações desenvolvidas de cultura ocidentalizada. Em Haraway –

§ Condição Pós-Humana. Pensar o pós-humanismo e a condição pós-humana³⁸⁶ consiste em correlacionar três sentidos fundamentais da reflexão contemporânea: vida, poder e tecnologia, necessariamente, de modo intrincado e interdependente. Por isso, envolve uma reflexão, no contexto do pós-antropocentrismo: 1) sobre o corpo, a partir das suas possibilidades de reconfiguração física, identitária e da subjetividade, mas também sem sua relação com a normatividade da vida³⁸⁷; 2) uma reflexão conjunta sobre animalidade e humanidade, o que impõe um novo olhar sobre os animais e sobre seus direitos, mas também sobre a “animalização” como critério excludente e de desumanização³⁸⁸; 3) uma reflexão sobre as sociedades e papel das tecnociências das dinâmicas biopolítica e tanatopolítica (incluindo tecnopolítica e infopolítica) em sua estruturação (bem como problemas de tecnocracia e desumanização)³⁸⁹; 4) uma reflexão sobre o humano e o maquínico-digital, o que impõe considerações sobre valores da linguagem, consciência, emoções, humor, sociabilidade e mortalidade³⁹⁰; 5) uma reflexão sobre a

como também em diversos autores norte-americanos e europeus, tais como Katharine Hayles, Bruno Latour ou Gilles Deleuze – o ciborgue como híbrido é um *topos*, um operador simbólico do anseio pela concretização da modernidade em ambientes política e socialmente bipolarizados. Também por isto a atenção à literatura de ficção científica e ao cinema. Naqueles países, as políticas de afirmação de direitos, de erradicação de desigualdades econômicas e de supressão da intolerância intersubjetiva, ao invés de superar a bipolarização, fizeram proliferar ilhas de identidades, a maioria delas ainda menos disposta a estabelecer sistemas perenes de interligação. O ciborgue projeta-se como ideal de futuro porque o apelo aos mitos originários, ao invés de erradicar a bipolarização, transformou-a em multipolarização”. ANDRADE DUTRA, Roger. As teorias do Ciborgue: o maquínico e o humano em Stanislaw Lem e Donna Haraway. *Rev. iberoam. Cienc.Tecnol. Soc.*, Buenos Aires, v. 7, n. 19, p. 143-156, nov. 2011. p. 149.

³⁸⁶ HLAVALJOVA, Maria; BRAIDOTTI, Rosi. *Posthuman Glossary*. Londres: Bloomsbury. 2018. BUTTERFIELD, Elizabeth. *Sartre and posthumanism*. Nova Iorque: Peter Lang, 2012.

³⁸⁷ WOLFF, Francis. *Nossa humanidade: de Aristóteles às neurociências*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2012. BAILEY, Jesse. Enframing the flesh: Heidegger, transhumanism, and the body as “standing reserve”. *Journal of evolution and technology*. v.24, p. 44-62, jul. 2014. CARDIM, Leandro Neves. *Corpo*. São Paulo: Globo, 2009. CALAZANS, Diego. Condição pós-humana como condição pós-corpórea. *Tomo*, Sergipe, n. 19, p. 185-203, jul.-dez. 2011. CHEMELLO, Oscar Roberto. Antropologia pós-humana: diálogos entre teologia e tecnologia. *Teocomunicação*, Porto Alegre, n.2, v. 41, p. 253-273, jul. -dez. 2011. HALBERSTARN, Judith; LIVINGSTON, Ira. *Posthuman bodies*. Indiana: Indiana University Press, 1995. LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*. Campinas: Papirus. 2007. LE BRETON, David. *Antropologia do corpo na modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011. LECOURT, Dominique. *Humano pós-humano: a técnica da vida*. São Paulo: Loyola, 2005. MARTINS, Francisco Menezes. Interfaces, visibilidade e devir pós-orgânico. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 11, p. 1-8, jul.-dez. 2004. MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. *Pensar o corpo*. Petrópolis: Vozes, 2004. MASSUMI, Brian. A arte do corpo relacional: do espelho-tátil ao corpo virtual. *Galáxia*, São Paulo, n.31, p. 05-21, abr. 2016. NOVAES, Adauto. (Org.). *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. NOVAES, Joana de Vilhena. O corpo pós-humano: notas sobre arte, tecnologia e práticas corporais contemporâneas. *Trivium*, Rio de Janeiro, v.II, p.406 - 419, 2010. NUNES, Tiago Ribeiro; RIVERA, Tania. Visões da carne infinita. *Trivium*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, pp. 68-83, 2011. SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. TEIXEIRA, João de Fernandes. *A mente pós-evolutiva: a filosofia da mente no universo do silício*. Petrópolis: Vozes, 2010. KURTEN, Martin. *White and black posthumanism*. After Consciousness and the Unconscious. Nova Iorque: Springer, 2009. LECOURT, Dominique. *Humano pós-humano: a técnica e a vida*. São Paulo: Loyola, 2005.

³⁸⁸ TRAJANO, Tagore. Direito Animal e Pós-Humanismo: formação e autonomia de um saber pós-humanista. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, v. 02, p. 2001-2066, 2015.

³⁸⁹ LUDUEÑA ROMADINI, Fabian. *La comunidad de los espectros*. Antropotecnica. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010; VACCARO, Salvo. Biopolítica e zoopolítica. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 37, n. 2, 2011. p. 41-58. BROWN, Steven. *Tokyo cyberpunk*. Posthumanism in japanese posthuman culture. Nova Iorque: Palgrave, 2010.

³⁹⁰ WOLFE, Cary. *What is posthumanism?* Minnesota: University Minnesota, 2010. CHRISTIAN, Brian. *O humano mais humano*. O que a inteligência artificial nos ensina sobre a vida. Tradução de Laura

antropotecnologia e biotecnologias de produção e modificação do humano; 6) uma reflexão sobre a Filosofia da Tecnologia, as Estética e Arte Contemporânea e a Cibercultura³⁹¹; 6) uma ética e uma estética do pós-humano; 7) o Transhumanismo³⁹²; 8) as relações do Pós-Humano com a tradição do Humanismo, com a cosmovisão dos Direitos Humanos³⁹³ e o confronto com o Especismo Antropocêntrico³⁹⁴ e a Arrogância do Humanismo, em prol de um cosmopolitismo de espécies e formas de vida (produção de catástrofes sociais e ambientais, incluindo-se aqui os futuros distópicos)³⁹⁵.

3.3.3 Crônicas como ontologias do presente pós-humanas: um exercício filosófico

§ Ontologias do Presente como Filosofia do Direito. Com as ontologias do presente não se busca a resposta correta em face a um conjunto específico de normas que seja organizada de determinado alinhamento semântico, nem tampouco a busca do método que leve a esta resposta ou qualquer outro artifício similar. Também não se trata da busca da descoberta ou da construção de um sentido específico em face a um princípio ou a um objetivo jurídico, constitucional ou de direitos humanos. Muito embora todos os métodos e normas envolvidos naquele horizonte de busca de respostas possam ser incorporados – e, em alguma medida, devam ser considerados – não é a partir deles que se busca decretar o esgotamento da infinitude da linguagem, embora esta fronteira seja uma das missões

Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. GRIMM, Nicola. **Evolution and the future**. Nova Iorque: Peter Lang, 2013.

³⁹¹ RÜDIGER, Francisco. **Cibercultura e pós-humanismo**. Exercícios de arqueologia e criticismos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008; SANTAELLA, Lucia. **Culturas e Artes do Pós-Humano**. Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003. SANTAELLA, Lucia; FELINTO, E. **O Explorador de abismos**. Vilém Flusser e o pós-humanismo. São Paulo: Paulus, 2012. CECETTO, David. **Humanesis**. Sound and technology posthumanism. Minnesota: University Minnesota, 2013. LAM, Tong. **Abandoned futures**. A journey to the posthuman world. Berkeley: Gingko, 2013.

³⁹² BOSTROM, Nick. **Em defesa da dignidade pós-humana**. Disponível em: < <http://www.nickbostrom.com/translations/Dignidade.pdf> >. Acesso em: 29 set. 2013.

³⁹³ BAXI, Upendra. **Human rights in a posthuman world**. Nova Deli: Oxford University Press, 2006. BAXI, Upendra. **The future of human rights**. Nova Deli: Oxford University Press, 2006.

³⁹⁴ Em tradução livre: “[...] o pós-humanismo diz respeito a como vivemos, como conduzimos nossa exploração do meio ambiente e dos animais, assim como do outro (ser humano). Ainda, é sobre o que tomamos por objeto de conhecimento, quais questões fazemos e em que pressupostos nos fundamentamos. As manifestações mais evidentes do fim do humanismo são aqueles movimentos que resistem aos mais deletérios aspectos da atitude humanista: feminismo – o movimento que se opõe à exploração das mulheres; o direito dos animais – o movimento contra a exploração animal; ambientalismo – movimento que se opõe à exploração dos recursos naturais; e antiescravidão (abolicionismo) – o movimento contra a exploração de humanos por outros humanos. A própria existência destes movimentos ao curso dos mais recentes 200 anos ou mais sugere a gradual queda de um mundo antropocêntrico encontra-se em andamento”. Trecho original: “[...] posthumanism is about how we live, how we conduct our exploitation of the environment, animals and each other. It is about what things we investigate, what questions we ask and what assumptions underlie them. The most obvious manifestations of the end of humanism are those movements that resist the worst aspects of humanist behaviour: feminism — the movement against the exploitation of women, animal rights — the movement against human exploitation of animals, environmentalism — the movement against human exploitation of the earth’s resources, and anti-slavery — the movement against human exploitation of other humans. The very existence of such movements over the last 200 years or so suggests the gradual overturning of a human-centred world is well underway.”. PEPPERELL, Robert. **The posthuman condition**. Consciousness beyond the brain. Portland: Intellect Books, 2003, p. 172.

³⁹⁵ SHARON, Tamar. **Human nature in an age of biotechnology**. The Case for Mediated Posthumanism. Nova Iorque: Springer, 2014; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

interditórias técnicas do Direito. As ontologias do presente, na forma proposta nos exercícios seguintes, são apenas uma atividade filosófica e reflexiva, de tentativa de aberturas e especulações a partir dos horizontes trazidos ao longo da fundamentação desenvolvida ao longo da tese. Portanto, são sempre um exercício fugaz e incompleto, em que o “sentido” está sempre pronto para escapar das formas e amarras da racionalidade jurídica. Contudo, não se reputa tal desenvolvimento inválido ou inútil, justamente por ser uma contraposição aos reducionismos da superficialidade e da indiferença na filosofia jurídica e, ainda, uma contraposição ao simplismo, aos reducionismos e às facilidades dos argumentos de autoridade e às soluções prontas no Direito. Estes exercícios e tentativas podem, então, ser “devolvidos ao mundo” do Direito possibilitando um novo olhar, que pode alcançar uma resposta criativa, uma limitação de beco sem saída, ou a detecção de novos problemas, desafios, possibilidades. Embora o léxico seja pouco comum às mais altas expectativas da segurança jurídica e do Direito como técnica severa, o recurso ao seu teor pode indicar novas dimensões e potenciais das múltiplas fontes, hermenêuticas e argumentações jurídicas. Diversas outras questões poderiam ser eleitas, em especial problemas dramáticos da intervenção transhumana, dilemas da biotecnologia, especulações sobre a extinção das presunções de igualdade e de isonomia diante dos avanços tecnológicos intra e extracorpóreos, e assim por diante. Ao mesmo tempo, muitas outras questões, mais impressionantes e empolgantes, poderiam ser extraídas de entusiastas seriados e filmes que compõem o pós-humanismo popular. Contudo, diante do recorte pensado do Pós-Humanismo Crítico, optou-se pelas ontologias abaixo debatidas. Não se trata, assim, de genealogia ou arqueologia, muito menos de história. O exercício da crônica³⁹⁶ como exercício de Filosofia do Direito é uma terapêutica que concorre a uma crítica e, talvez, colabore com uma reinstituição.

³⁹⁶ Aqui, a pedra de toque será a potencialidade da Literatura. Para Nayar, a Literatura, como disciplina tipicamente humanística, é o campo em que a “natureza humana” e todas as suas experiências, atitudes, condutas, comportamentos e possibilidades podem ser “testemunhados” a partir da criação e imaginação literárias (Nayar exalta a dimensão ética da Literatura, a partir de Geoffrey Galt Harpham). A Literatura, assim, seria um dos domínios em que o “humano” e a “humanidade” são profundamente explorados, descritos, debatidos e mesmo definidos, bem como aquilo que, então, se definiria como “outridade”, é atribuída a indivíduos e etnicidades, ao mesmo tempo em que a “outridade” encontra espaço de manifestação ela mesma. Este compromisso com a alteridade implica diretamente nas concepções dos limites e da natureza do “self”. A experiência da leitura, assim, propiciaria um ambiente imersivo em que o texto, com todos os seus estímulos afetivos e sensoriais, ao mesmo tempo em que exporia o “outro”, relembriaria o ato da leitura, de modo que os vínculos estabelecidos na experiência estética redundam na autoconsciência. Criações literárias, assim, permitiriam manejar imagens culturais e representações identitárias, sobre o que se poderia especular uma não-perpetuação de ciclos de violência e de vingança (Elizabeth Goldberg) – em um evidente movimento de resistência e de recriação cultural. As imagens do “outro”, assim, também poderiam ser ressignificadas pela criação cultural, em especial, pelo texto literário. Esta mudança de concepções e de consciência que a Literatura poderia propiciar se encontra diretamente relacionada, por sua dimensão ética, com a conduta dos espectadores, leitores e fruidores do produto cultural, que poderiam, por um aprofundamento de consciência e comprometimento, atuar de modo a contribuir para dar novos destinos às práticas. Uma consciência coletiva, então, poderia ser estabelecida em torno às concepções sobre tortura, genocídio e demais violações e violências ao “outro”, em um movimento cultural em que o “eu” e o “outro” passassem a ser vistos como mutuamente constitutivos. As experiências pontuais e particulares dos atos literários, ao mesmo tempo, permitiriam uma generalização intuitiva de situações – com a irredutibilidade das individualidades – em quadros de condições, em que os casos particulares da literatura, em alguma medida, poderiam ser expandidos para abarcar um número maior de possibilidades e de experiências humanas diversas (Andy Mousley). Essa elasticidade dos limites semânticos sem, contudo, redundar em grandes quadros sintéticos, comporia a experiência literária e, no universo do Pós-Humanismo Crítico, seria uma característica e um exercício fundamentais. Os discursos da diferença, assim, enfatizariam a resistência do local e do particular às perspectivas totalizantes das grandes narrativas. Se houver um compromisso político contra a desumanização, a objetificação e a comodização humanas, seria preciso, contudo, construir um grande quadro de discursos da diferença que

§ Filosofia do Direito e biopolítica afirmativa. Talvez não se possa, ou não se deva entender a biopolítica afirmativa – e, mais, seu antecedente conceitual, a normatividade da vida – ou como uma nova dogmática ou de modo inocente. Uma nova dogmática da biopolítica seria aquela em que a normatividade da vida se apresentasse como a derradeira (ou primeira) e incontestável fonte incomunicável de normatividade. Um modo inocente, ao seu turno, seria aquele em que se retorna à lei natural, à lei do mais forte, a formas de direito natural, a uma saída universal às aporias jurídicas, a uma tábua de salvação de uma inteligência metafísica, ou a uma simples furtividade analítica. É provável que a mais clara contribuição da biopolítica afirmativa (e da normatividade da vida) seja mostrar aos sistemas éticos (morais, políticos e, sobretudo, jurídicos) suas limitações, seus tecidos esclerosados, suas neuroses, os campos de tensão em que se abrem e os jogos com os quais o tempo todo se articulam, se relacionam, se comunicam. Tal como ocorre com as relações de soberania e microfísicas do poder. É neste movimento filosófico de controversão das mais altas fontes da normatividade e da significação, e centramento de sentido – como o é o “humano” tradicional, do homem moderno, até hoje ressoante e ecoante – que veremos com clareza nossas arbitrariedades, nossos erros e nossos acertos. Este movimento de avaliação e reavaliação é crítico e criativo. É a partir dele, então, que poderemos, senão abrir novas emergências e devires, ao menos hermenêutica e argumentativamente sermos sensíveis e não obtusos porque aptos a valorar de modo mais amadurecido o que pode significar o mistério da vida e da existência que nos demandam cada átomo. Em tempos cuja maior crise do Direito é a falta de se articular e alongar

indicasse tendências do “humano”. A Literatura seria dos mais férteis espaços para construção dessas imagens sem os reducionismos identitários totalizantes, articulando e manejando este jogo de combate às exclusões do humanismo tradicional e afirmação de tonalidades do humano em resistência às violências desumanizantes – e, enfatiza Nayar, esta resistência à desumanização, objetificação e comodização se daria no plano da vida expandida pós-humanista, ou seja, incluindo plantas, animais, máquinas e outras formas de vida. Nayar referencia e analisa uma série de escritores contemporâneos que realizaram engajamentos humanizantes com “outras” formas de vida e de existência: Marge Piercy, Doris Lessing, Kazuo Ishiguro, William Gibson, Katherine Dunn, Margaret Atwood, Stephenie Meyer, Anne Rice, Ursula Le Guin e Octavia Butler. Para Nayar, estes autores teriam a capacidade de aprofundar as possibilidades do humano e do não-humano sem reducionismos estereotipados, apostando na capacidade humana de adaptação, miscigenação e reconhecimento em resposta ao pluralismo do “outro”. De um modo geral, a experiência literária nestes autores forneceria uma visualização do cosmopolitismo de espécies em que o “outro” não-humano é inextricavelmente constitutivo do “humano”. A diferença e a alteridade das espécies, etnias, corpos, funções, fisiologias, é não apenas uma característica desejável como, inclusive, necessária e integral à emergência do que se costuma reconhecer por “humano”. O movimento do “humanismo”, neste contexto, é tido como um ato de reescrita das convenções do “humano”, adotando-se a máxima da inclusividade e da diferença na integração e integridade com a alteridade, inobstante estas fontes não deixem de alertar, a todo momento, a rede de poder que assombra e atravessa todas estas relações, singulares e multiespécies, no plano ontológico. Isso significa uma constante vigilância de novas formas de biopoder que produzem e produzirão sujeitos considerados capacitados e incapacitados, em construção de subjetividades e de assujeitamento em que a nova Cidadania Biológica poderá, também, redundar em figuras subalternas. A representação cultural é um dos elementos-chave dos Estudos Culturais, nos quais se contextualizam as fundações do Pós-Humanismo Crítico e seu problema central de identificação e crítica das fronteiras normativas naturalizadas e normalizadoras cujos efeitos são excludentes. Nesse sentido, opera-se segundo um sentido fronteiro, que informa que monstros, mendigos, loucos, aberrações, mutantes, animais e pessoas com diferentes habilidades são representados culturalmente como o Outro, um outro radical, malvado, repulso e ameaçador ao “humano” normal. NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014. Sobre as aberturas do pensamento pela via literária: PINTO NETO, Moysés. A estranha instituição da literatura no multiverso dos espectros. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 114-126, jun. 2015. Para um romance de profunda linhagem transhumanista: HOUELLEBECQ, Michel. **Partículas elementares**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2008.

pensamento e discernimento, este pode ser um relevante exercício. E a Filosofia Contemporânea do Direito, então, talvez possa ter maximizada e potencializada uma das suas funções centrais, do exercício do pensar. Um exercício do pensar nem sempre tão imediatista ou pragmático quanto demandaria a racionalidade instrumental, mas talvez um exercício cujo preparo seja decisivo para que se executem as tarefas interpretativas mais cotidianas de um modo diferente do que seria na ordinariade dos procedimentos. Um exercício, ainda, que não se reduz a corroborar ou justificar sistemas normativos, mas, de modo mais problematizante, buscar as tensões entre as prescrições e sua facticidade, o redimensionamento dos valores inscritos, os percalços e enlaces dos procedimentos de compreensão, de interpretação e de argumentação envolvido no manejo mesmo destas construções sociais, tecnológicas e linguísticas. Então, talvez se opere um salto de qualidade e de sofisticação ou, apenas, um passo a mais de humildade e de sabedoria epistêmicas, o que, em tempos de grandes e altas verdades naturalizadas e inquestionadas (e inquestionáveis) – das grandes mídias, das redes sociais, da academia, dos poderes soberanos – seja por si uma excelente providência pedagógica, de ética profissional, de autonomia e de maturidade profissionais, de prática cidadã e jurídica. É nesta constante disposição “à queda” que talvez estejamos mais do que nunca preparados à experiência da vida, da vivência e da convivência – dos ecossistemas que nos interpelam – experiência esta sempre inédita, para a qual o paradoxo máximo do exercício (que é preparo para o imponderável, o intangível e o “aberto”) seja justamente das poucas medidas plausíveis, honestas e de precaução aos labirintos retilíneos da repetição. Seria possível, então, nesta grande apreciação de formas, estabelecer uma relação estética com o mundo das normatividades, reconhecendo arranjos, composições, estilos e, ao final, expressões e impressões de um grande plexo de viabilidades e de interdições. E, então, como espectadores-fruidores, ou como criadores, possamos re-arquitetar nossas ações e resistências, nossas afirmações de vida e nossos valores. O que fica em jogo com todos os movimentos de descentramento e desconstruções construtivas é a porosidade dos conceitos, das instituições, o vazado dos gabaritos – porosidade, ademais, que não os condena ao desuso ou desprezo, cumprindo funções muitas vezes indispensáveis no plano mesmo da sobrevivência mínima – o que leva a visualizar muito brevemente a amplidão do mundo, diante de cuja infinitude, ao se relocalizar e re-relacionar o observador-interagente. É desta impressão, deste sentimento, desta sensação, é neste potencial sobre a subjetividade, que se pode estimar não a emergência de um corpo de soluções taxativas, mas a emergência de uma renovada e criativa postura de enfrentamento.

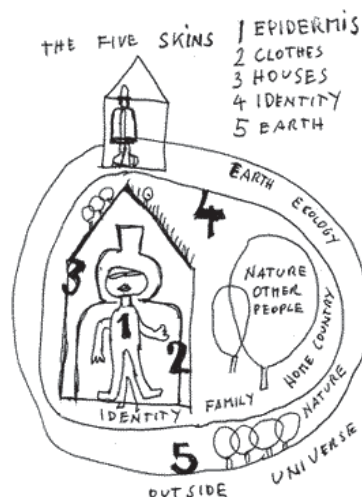
§ Os direitos humanos e as urgências do impolítico e do impessoal. Uma das questões mais intensas provocadas pelo pensamento pós-identitário, veiculado pelos pós-humanismos críticos e também pelos novos materialismos feministas, assim como pela biopolítica afirmativa, é justamente o confronto àquilo que as noções de “pessoa” e as diversas identidades trazem em termos de perpetuação dos modos tradicionais humanistas de se produzir a convivência política segundo cisões que, ao final, se concretizam em dispositivos binários, dualistas, hierarquizantes e que estruturam modos de se fazer ética e política. Os direitos humanos, nesse sentido, são ambivalentes: se sua abstração, em vários momentos, promove uma generalidade (geralmente expressa por uma titularidade conferida “a todos” ou a “todo”) que beira tocar o impessoal – ao se proclamar, por exemplo, uma dignidade decorrente da existência e da expressão biológica, ainda que enclausurada em um critério de “humano”, ao mesmo tempo necessita se fincar em marcos identitários muito especificados (a mulher, o negro, a criança, o adolescente, o refugiado etc.) para conferir vigência – sem se adentrar, aqui, em questões de efetividade

– direitos em cenários de relações de força muito recortadas. Este desafio é posto mesmo às linhagens mais críticas dos direitos humanos, cuja atuação na luta política é imprescindível, ao mesmo tempo em que concorre à perpetuação dos jogos e dos modos de fazer política. Certamente não há uma resposta teórica ou prática para este embate de concepções e confronto de necessidades, mas, ao mesmo tempo, parece uma missão ainda pouco assumida da Filosofia do Direito o desentranhamento desta questão tão profunda à constituição dos direitos e, mais, ao modo como os jogos de ética e política são feitos. Talvez o cerne deste problema redunde na demolição completa do Direito tal como o conhecemos, o que não seria incompatível com a demolição dos sujeitos e das crenças tal como viemos os alimentando na própria compreensão dos objetos de reflexão e de produção social – o que apenas revela a ampla e reduzida dimensão das nossas clausuras e o poder absoluto de sua contenção de nossas forças vitais ante a possibilidade de promover qualquer tipo não apenas de resistência, mas, de modo mais intenso, mudança, transformação, revitalização da existência. Esta questão parecer ser ainda maior do que aquela contida no pensamento dos dispositivos internos, pois diz respeito à formação própria do substrato em que as relações de força podem ou não ser articuladas. É o momento em que os direitos humanos, eles mesmo uma das esferas mais elevadas de construtivismo hermenêutico, podem ser balançados, justamente diante de um mundo repleto de crueldades e de arbitrariedades que fazem este tipo de movimento interpretativo parecer obscuro.

§ O direito pós-humano. O questionamento sobre o Direito pós-humano pode recair em uma resposta de ilusionismo sobre um Direito hiperregulador, do imaginário humanista veiculado pelo transhumanismo e consagrado na mais elevada condição pós-humana, hipertecnológica. Este Direito pós-humano seria facilmente estruturável e dedutível como sistema opressor e totalizante, a partir de um gabarito de pós-humanismo popular e suas formas típicas distópicas – o Direito não seria, de modo não inédito, mais do que um instrumento a uma vontade política autoritária, especialmente instituída e veiculada por um aparato tecnocrático de controle e vigilância absolutos e sufocantes, máquina criada pelos homens a qual os homens seriam meras engrenagens sob promessas de emancipação. Seria uma aberração semântica da figura sintática que em nada diria com o que poderia ser um Direito pós-humano enquanto descolado das suas formações humanistas, antropocêntricas, racionalistas, teológicas da ética e da política dentro do Direito. Assim, fosse nos aspectos das potenciais violações de direitos, fosse na possibilidade de promoções de direitos, seria a mesma face de uma eterna repetição: seria apenas a imagem em um mesmo registro. Um Direito pós-humano, mais propriamente, pós-humanista, seria aquele apto a articular a criatividade que as políticas pós-identitárias e impessoais demandam. Seria um Direito não substancial e não regulatório, talvez um Direito de abertura em que o possível fosse possibilitado ou que mesmo a possibilitação fosse prescindível. Em certa medida, seria a negação do Direito em seu papel regulador de condutas e mesmo uma contradição a tudo aquilo que comumente se investiu em expectativas sobre sua especificidade, sem se retornar a um mito positivista de linguagem neutra reguladora. Nem o avesso nem avesso, o não-Direito que se apresentaria levaria apenas à pergunta do que teria sido aquela convenção anacrônica com a qual nos habituamos a entender uma série de relações como sendo jurídicas, guiadas pelo conhecimento do Direito – e, com isso, levaria consigo tudo aquilo que nos habituamos a compreender como cidadania, direitos, inclusão, bioética, em todas as suas formas simples ou qualificadas. Uma Filosofia do Direito que tenha um compromisso não apenas com a circularidade das justificações do Direito tal como ele é necessitará encampar esta

missão de pensar o que o Direito poderá vir a ser a despeito de todas as formas até então construídas sobre si.

§ **A pele.** O modelo estético “As cinco peles” consiste em um esquema proposto pelo artista vienense Friedrich Hundertwasser e pode ser um ponto de partida para se pensar o corpo pós-humano.



Nesta proposta, que também é profundamente ética, se representa a concepção deste pensador, segundo a qual o humano é envolto por cinco peles vivas que interagem na proteção do indivíduo. Nesse sentido, a epiderme seria a primeira pele, que separa o indivíduo do mundo, delimitando-lhe corporalmente e permitindo uma primeira instância identitária e suporte para construção das representações e produção de significações pessoais. A roupa seria a segunda pele, e poderia tanto ser o meio de massificação quanto de afirmação e criatividade individual, sendo, portanto, um escudo contra a simetria e a uniformidade, por exemplo, dos uniformes e da tirania das modas. A moradia, por sua vez, seria o espaço da arquitetura, que pode ser uma arquitetura lisa, dura, cruel e agressiva (que era como o artista compreendia a arquitetura modernista de sua época), e que também seria o motor de violações tanto da natureza quanto dos indivíduos, razão pela qual a concepção estética e ecológica do pensador se dava por uma regra fundamental de que o humano é hóspede do mundo e não deve prejudicar este campo de passagem, de modo que suas concepções arquitetônicas decorriam da sensibilidade de que os desenhos arquitetônicos devem respeitar a harmonia com o espaço natural e com a criação humana individual. Ainda, a identidade seria o conjunto de relações do humano, e não apenas a subjetividade de ações e pensamentos isolados, interagindo, portanto, com a família, os amigos, a cidade, o Estado, o planeta. Por fim, a Terra seria o espaço maior de proteção e cuidado em razão de ser o começo e o fim da vida, a última pele que nos cria e nos hospeda, da qual se sai e a qual se retorna em um ciclo infinito. O questionamento sobre o pós-humano pode perpassar as cinco peles por meio dos novos sentidos que a pele, as roupas, a arquitetura, a identidade e o planeta poderão receber por meio das intervenções das altas tecnologias, seja por aproximação, seja por distanciamento, em diferentes intensidades. O corpo pós-humano, assim, parece advir desta série de relações que se estabelecem, sendo mais do que o suporte da pessoa, ou apenas o corpo objeto, mas uma expressão da realidade individual: de um indivíduo que nem assim se qualifica, porque visto em seus embarcamentos e relações, dissolvendo-se em uma trama maior da vida.

§ **O esqueleto.** O As criações do estilista francês Thierry Mugler (atualmente ele próprio um quase pós-humano, posto que deliberadamente adotou as modificações estéticas profundas como modo de vida) incidem diretamente nas configurações da “roupa” – que pode, ademais, ser pensada enquanto “pele” proposta por Hundertwasser – no contexto da dita “era das máquinas” (“machine age”, que foi o título do editorial em que foram publicadas as fotos abaixo).



Conforme fotos de Helmut Newton para a Vogue norte-americana em novembro de 1995, pode-se ver a contemporaneidade e o caráter visionário da moda no pós-humanismo. As criações integram tanto elementos metálicos, que em muito diferem dos tecidos tradicionais, quanto demonstram a tensão do calor corporal com o frio metálico e a marca técnica do metal forjado em formas que se ajustam ao corpo para recuperar a sensualidade às formas do corpo biológico que, por exemplo, uma armadura aniquila e encobre por completo – veja-se, porém, que a carne e o tecido epitelial são mantidos em pontos estratégicos das coxas, dos seios e do ventre. Além disso, a presença dos elementos protéticos, por meio da cadeira de rodas, também é apresentada na imagem por meio de um design arrojado e curvilíneo (não apenas funcional, mas também belo), o que condiz, inclusive, com as discussões do corpo pós-humano por meio dos Estudos da Deficiência. Certamente este tipo de contexto se apresenta problematizado desde há muito na cultura ocidental, por exemplo, a partir das formas propostas na figura do *Maschinenmensch* (máquina humana) da Maria em *Metrópolis*, de Fritz Lang (1927), mas neste contexto com uma afirmação do ser criado por Thea von Harbou (autora do livro e co-autora do roteiro do filme com Lang, e que foi ignorada por seu envolvimento e condenação com o nazismo), em que cristais substituíam a carne e prata os ossos – ou seja, um andróide propriamente dito, em sua conformação corporal, e não apenas uma pele metálica que abriga um corpo quente. Além disso, há a presença do Complexo de Frankenstein (segundo Isaac Asimov, o medo que os humanos sentem de robôs e de andróides) no exemplo alemão, o que difere da moda, na medida em que ali o pós-humano não é ameaça; antes, representa uma harmonização e integração. O problema do corpo pós-humano, na relação entre a roupa (o que se consagra também pela difusão dos exoesqueletos), a pele e a carne parece um indispensável foco de reflexão.

§ **A carne.** A carne, referência da encarnação, é um tema filosófico envolvido na discussão do contexto do corpo e parece de especial atenção no assunto do corpo pós-humano. Afinal o corpo pós-humano representa uma pura e simples substituição da carne, que adoece e morre, por estruturas minerais, como os cristais de Metrópolis ou o silício na contemporaneidade?



Novamente, o tema é desafiador na medida em que as pulsões da carne viva parecem insubstituíveis e mesmo definidoras do humano. Nesse sentido, o aniquilamento da carne seria a morte da subjetividade humana como conhecida, o fim da possibilidade do ato criativo e do *pathos* que anima o que se entende por humano. Basta contrapor as representações de Marc Quinn, que faz um retrato realista e asséptico da carne aberta, saudável, selecionada, cortada e morta (2013), embora de vívidas e convincentes cores, que pode ser qualquer carne animal (e que por si evidencia toda a problemática envolvida no humano, no animal e no maquínico), e a carne viva e pulsante proposta na performance “Meat Joy”, de Carole Schneeman (1964), que é um elemento que transita por entre os fluxos e interações dos corpos que pulsam, desejam, rejeitam, se inclinam, se abrem e se fecham nos movimentos do desejo, do querer, da intencionalidade humana e da entrega ao corpo, em um ambiente de orgia, orgasmo e exaltação da condição da corporeidade, com tudo o que pode suscitar em termos de erotismo, sensibilidade, estímulo sensorial (visual, olfativo, auditivo, tátil, cinestésico, gustativo), de apreço e nojo, de controle dos movimentos pela coreografia, de espontaneidade, de tragicidade e de comicidade. A pergunta sobre o corpo pós-humano parece passar por questões sobre a carne e sobre a pele no pós-humano; o tema da carne, contudo, ainda parece ser o mais inexplorado e o mais dificultoso. Se a pele remonta à roupa, a carne se vincula a estruturas mais íntimas, constitutivas e de cujas interações resulta o fechamento e totalidade daquilo que se pode chamar de corpo, e que, ao mesmo tempo, suportará diversas aberturas, atravessamentos e comunicações com o mundo por meio de estruturas sensoriais, linguísticas e também, cada vez, protéticas, sejam no sentido terapêutico, seja do melhoramento (basta se pensar, por exemplo, no pleno pudor e repulsa com a carne humana, que em muito ultrapassa a nudez da pele). A coincidência da carne com o corpo aponta para o grande problema de um corpo pós-humano que cada vez mais pretende se distanciar da carne.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

§ Considerações finais gerais

O problema desta tese consistiu em analisar potenciais impactos do imaginário do Pós-Humanismo Crítico na Filosofia Contemporânea do Direito, enquanto significação biopolítica, especialmente como afirmação biopolítica democrática, possibilitando-se chaves de interpretação, de valoração e de crítica.

Para o enfrentamento do problema, no primeiro capítulo abordou-se um cenário teórico de formação do Pós-Humanismo Crítico. Para tanto, discorreu-se sobre elementos críticos ao humanismo tradicional, o sentido dos Transhumanismos e a formação dos Pós-Humanismos, contemplando-se também críticas feitas a estas abordagens, chegando-se a uma noção de Pós-Humanismo Crítico basicamente preocupada com as “formas de vida” e a apreensão valorativa destas, gancho teórico ao capítulo subsequente.

O segundo capítulo, assim, foi dedicado à Biopolítica Afirmativa, especialmente nos termos estabelecidos pelo filósofo italiano Roberto Esposito. Nesse sentido, no contexto da Biopolítica como disciplina e da filosofia do bíos, traçou-se uma reflexão sobre a democracia biopolítica e seu potencial interpretativo, mote para o terceiro capítulo.

No capítulo final, abriu-se uma perspectiva da Filosofia do Direito com ênfase a partir de alguns pontuamentos sobre a racionalidade jurídica, a justificação moral no Direito e as Bioéticas como força hermenêutica dos direitos humanos contemporâneos, buscando-se formar um contexto apto a acomodar tanto as dimensões do Pós-Humanismo Crítico quanto da Biopolítica Afirmativa e, ainda, compatível com a realização de advertências da Biopolítica Afirmativa em termos de precaução ante as Tanatopolíticas e as Necropolíticas, geralmente manifestas por dispositivos autoritários e totalitários e, igualmente, construíveis por meio de formas jurídicas.

Por derradeiro, propôs-se o gênero textual da “crônica” como modo de produção de exercícios de Filosofia em Direito, centrada a atividade, então, categorialmente, na escritura da ontologia do presente, ou seja, uma conjunção de ideias das ontologias do presente e da escritura do presente, considerando que respondeu Esposito, em diferentes momentos, que talvez a Biopolítica Afirmativa se trate da “tarefa filosófica de nossa geração”, ao mesmo tempo em que, sobre essa mesma Biopolítica Afirmativa, seja “difícil dar uma resposta que vá além da situação e do contexto em que nos encontramos”.

No cerne da prática filosófico-jurídica indicada por meio do gênero e da postura diante dele, ressaltou-se a importância do pensamento sobre a constante relação da vida e da política, perpassadas por dentro das formas jurídicas, que são abertas aos conteúdos, compreensões e visões da historicidade, razão pela qual se perpassou o trabalho com referências às lições de Rüthers.

Esta proposta, então, seria a proposta de um exercício de resistência intelectual e teórica, que se esprai às normatividades éticas, políticas e jurídicas, e é por meio desta amarra conceitual proposta que se buscou a maior contribuição da tese apresentada, pelo arranjo teórico proposto e pelas posturas que pode vir a fomentar, razão pela qual se adotou, ainda, a apresentação de um plano de disciplina ao final do trabalho.

Diante disso, considera-se que, além das temáticas, desconstruções, descentramentos e desafios trazidos pelo Pós-Humanismo Crítico, pode-se encontrar, na reflexão biopolítica, uma qualificação à crítica em Filosofia do Direito, destinada à construção da democracia biopolítica, ou seja, aquela em que os espaços das *políticas da vida*, e não *políticas sobre a vida* hipernormatizadas no horizonte neoliberal, sejam não apenas possibilitados como fomentados, o que não poderá ocorrer se não houver uma honesta assunção do desafio biopolítico da política contemporânea.

Assim, como derraidero e objetivo produto da tese, resposta ao problema da pesquisa, pode-se dizer que *um ponto de vista particular* pode ser encontrado na conjunção destes vértices de reflexão (Pós-Humanismo Crítico e Biopolítica Afirmativa), possibilitando-se novas apreensões dos jogos de força, relações de autoridade, organizações sociais, práticas de controle e de assujeitamento e de subjetivação.

Em suma, um novo **horizonte crítico** pode decorrer desta fusão e pesquisas futuras em praticamente todos os ramos do Direito podem adotar este ponto de vista singular para, então, produzir seus conhecimentos próprios, especialmente aqueles com pretensões de uma crítica propositiva, prospectiva, em suma, uma desconstrução construtiva e restaurativa do sentido da dogmática, do direito positivo e de tudo o que transborda e perpassa os limites destes marcadores jurídicos.

§ Os impactos potenciais do imaginário do Pós-Humanismo Crítico na Filosofia Contemporânea do Direito enquanto significação biopolítica

Sob uma postura de “hermenêutica de desconfiança”, baseada na controversão da centralidade do humano como critério definidor da racionalidade jurídica, e com base na atitude de desconstrução que perpassa o pensamento do Pós-Humanismo Crítico em relação às práticas éticas, políticas e jurídicas de promoção da exclusão e da interdição arbitrária de direitos, podem-se considerar os impactos potenciais do imaginário do Pós-Humanismo Crítico na Filosofia Contemporânea do Direito, sob a significação biopolítica afirmativa.

Uma das linhagens mais intensas de influência da epistemologia pós-humanista crítica sobre o Direito é justamente a possível emergência de uma nova conformação epistemológica do Direito, concomitantemente a um novo modo de encarar o Direito existente e, assim, dele extrair novos movimentos a partir de formas hermenêuticas e argumentativas postas – o que pode se traduzir, por exemplo, por meio da criação de novos direitos e novas extensões semânticas a direitos vigentes por meio de significação ampla, como ocorre com o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Como visto ao longo da tese, ambos movimentos são possíveis no contexto da Filosofia Contemporânea do Direito e, assim, podem disseminar movimentos imaginativos, criativos e construtivos nas diferentes abordagens jurídicas possíveis. Nesse sentido, a presente tese pode ser interpretada como um toque primeiro neste potencial que pode ser declinado a partir da óptica proposta.

Aqui pode-se destacar a apreensão de Braidotti e Ferrando acerca tanto da epistemologia pós-humanista quanto da metodologia da pesquisa pós-humanista. Inegavelmente, há uma nodulação potencial neste conjunto teórico, a partir do qual se pode pensar também

o Direito, em especial, por meio da construção científica, do pensamento e das possibilidades teóricas de elaboração.

Como é claro ao pensamento pós-humanista crítico, há uma junção de dimensões pós-antropocêntricas com anti-especistas que recaem sobre uma percepção das diferentes formas de vida, em especial aquelas renegadas pelo critério de corte do “humano” em uma manifestação muito específica, e que produziu e produz sistemas hierárquicos e de distinção que redundam em severas delimitações éticas, políticas e jurídicas.

Nesse sentido, o conhecimento pós-humanista, assim como as pós-humanidades e o pensamento pós-humanístico podem representar, por suas qualidades estruturais, enquanto conjuntos teóricos ordenados, um referencial não apenas metaético como também um fundamento criativo a um direito que possa ser emergente e crítico em relação a sua tradição, ao mesmo tempo em que propositivo diante de elementos desta outra cultura já incorporada em seus dispositivos próprios.

Uma autocrítica dos modos de subjetivação jurídica pode ser oportuna neste intento, assim como uma nova cartografia dos poderes e dos campos de força do Direito também um movimento de permeabilidade do pós-humano ao Direito, de modo profundo, intenso, visceral, constituinte em termos epistêmicos.

Um esquadrinhamento da tradição jurídica a partir dos novos materialismos e das novas críticas feministas pode abrir institutos jurídicos às amplitudes semânticas de novas relações, afetações, afetos, tensões de criação e ressignificação. O recurso à atualização da virtualidade jurídica e dos potenciais das formas de vida devolve plenamente a linguagem ao Direito, demandando-lhe a criatividade perdida nas formas burocráticas esclerosadas ou, ainda, naqueles usos do Direito vetorizados apenas na condução e continuidade de projetos de poder muito pontuais, individuais, partidários, setorializados, em que a potência do Direito é instrumentalizada na conveniência do poder e nos modos de assujeitamento alinhadas a políticas pastoris, de arrebanhamento, meramente disciplinares e de controle, em sentido fortemente oposto a quaisquer noções de liberdade que se possa adotar.

A prática da escritura e da crônica podem ser, então, um estalo, ainda muito pequeno, neste movimento de eclosão linguístico-perceptiva do potencial do Direito e de rearticulação das formas jurídicas: um nanodesativamento de dispositivos cujo intuito é senão a continuidade de uma prática de revisão de práticas, de ressignificação, de atualização daquele símbolo cujo sentido mudou ao curso da historicidade.

O intento desta tese, frisa-se, não realiza, efetivamente, tal potencial indicado, apenas realiza um esforço de diagnóstico e de alerta e indica um horizonte de concentrada energia epistêmica a partir da qual se podem operar infinitos e rizomáticos desdobramentos de articulação, relação, redimensionamento, revisão, ressignificação.

Nesse sentido, o próprio léxico do Pós-Humanismo Crítico, como Bridotti nomina, uma “persona conceitual”, pode auxiliar no recurso ao sentido do virtual no Direito, das memórias vitalistas, da multidirecionalidade, da transposição, da interconexão, das polinizações generativas de cruzadas, das interconexões nômades, e de toda a forma de desfamiliarização e de estranhamento que entram em rota de colisão direta com as bases de um Direito que se assenta em ideais de segurança jurídica, certeza jurídica, racionalidade, objetividade e demais termos que, embora de alto valor pragmático, encontram-se há muito sob suspeita epistêmica, a qual, ademais, repercute novamente

como advertência política no jogo do enclausuramento, da captura, do virtual e da abertura.

Vê-se, então, que o repertório semântico, metodológico e compreensivo do Pós-Humanismo Crítico abre uma frente considerável de tensionamentos junto aos moldes modernistas da racionalidade jurídica.

De modo concomitante, a transdisciplinaridade e a pós-disciplinaridade, a reunião de forças metadiscursivas e rizomáticas, o nomadismo responsável, a sensibilidade supradisciplinar, são pressupostos indicativos para que se possa repensar as extensões semânticas das formas e conteúdos jurídicos e os modos de relacionamento destas mesmas formas com aquelas vidas esquecidas, *zoé*, politicamente esvaziadas e cujo potencial pode ser recuperado por meio de novas desterritorializações e reterritorializações ante os espaços do neoliberalismo contemporâneo e das formas de capitalização da vida – o que inclui a completa exclusão de formas diversas.

Assim, o conhecimento jurídico tradicional poderia ser confrontado às epistemologias feministas, *queer*, migrantes, pobres, descoloniais, diaspóricas, deficientes, doentes, das pessoas esquecidas e perdidas do neoliberalismo contemporâneo e suas práticas de subjetivação, capitalização, hierarquização e alocação das formas de vida, o que produziria um metapadrão distinto de conhecimento.

Trata-se de um movimento em curso em diferentes linhagens cujo potencial pode ser expandido por meio do entrecruzamento interseccional cada vez mais reunido em torno aos projetos comuns de convivência, respeito, liberdades e comunicação, sem o que a dimensão democrática é impensável, fortalecendo-se, inclusive, o projeto constitucional e sua indissociabilidade do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

O influxo deste confronto, assim, que impõe um intenso movimento de desfamiliarização, demandaria também uma atualização dinâmica, seja ao exemplo da desconstrução construtiva de Esposito, seja a hermenêutica de Ricoeur como restauração do sentido pós-crítico, buscando-se uma ética afirmativa posterior à atuação das forças nômades, razão pela qual se fala em uma ética ecosófica com forte fundamentação filosófico-científica.

Esta “formação do olhar” e do “sentimento”, além da intelectualidade, envolve a produção própria de um conhecimento específico, guiado por um cenário epistemológico fértil nesse sentido – consoante o cenário dos Estudos Críticos e da desconstrução, por exemplo – bem como por referenciais metodológicos específicos, o que foi possível observar por meio da proposta de Ferrando no primeiro capítulo, reforçada a compreensão pelas advertências dos essencialismos tanto hegemônicos quanto de resistência.

Deste modo, os potenciais impactos do imaginário do Pós-Humanismo Crítico na Filosofia Contemporânea do Direito enquanto significação biopolítica são profundos e intensos, permitindo toda uma reconstrução do Direito que não se dará de modo vertical-estrutural como é corriqueiro se pensar o Direito, por meio de alterações constitucionais e legais.

Não se que independa deste tipo de transformação, mas, ao que as antecede, seria uma mudança da própria compreensão do mundo que se refletiria, ou seria veiculada, nos modos de organização e catalogação da experiência segundo a possibilidade de novos cenários, contextos e espaços de possibilidade de realização da vida, por exemplo, o que poderá ocorrer por pequenas desativações hermenêuticas e argumentativas, que são compreensivas e envolvem a produção social do Direito, ou seja, das políticas públicas, das formas legislativas, dos costumes e dos valores partilhados.

§ O caráter indicial do Pós-Humanismo

Nesta tese não se pretendeu – e nem se poderia tê-lo feito – exaurir ou mesmo comportar o fenômeno teórico e intelectual do Pós-Humanismo (e suas dimensões críticas) em toda a sua polissemia e diversa extensão atual, que, brevemente, foi possível visualizar no mapeamento sintético exposto no primeiro capítulo.

Pela própria natureza contemporânea do Pós-Humanismo, por seu movimento de desenvolvimento atual, e pelos próprios pressupostos de sua constituição enquanto um conhecimento não unificado, nem com pretensões totalizantes ou unitárias, pôde-se, então, recorrer a um delineamento proposto da forma.

No mesmo sentido, realizou-se um toque ao universo dos Estudos Culturais (e seus críticos), fonte fundamental do conhecimento pós-humano, em sua riqueza e profundidade temática, metodológica e de contribuições indeléveis, o que se objetivou ressaltar, sobretudo, pelo recurso às diversas pesquisas contidas, principalmente, nos artigos referenciados, oriundos, em grande parte, da produção teórica da América Latina, com as temáticas de elementos conceituais presentes na teoria pós-humanista e nos humanismos críticos que lhe deram possibilidade de existência.

Neste contexto de limitações e escolhas do trabalho, também não se pretendeu desenovelar as novelas Pós-Modernas (e suas críticas), outro campo especialmente afeto ao nascimento do Pós-Humanismo no ideário dos anos 1970 e, com força, 1990, quando a expressão assume força e passa a reunir diversas teorias, que avançam no terreno acadêmico, mas também no político, desde então.

Contudo, nunca foi o propósito projetivo e executivo deste trabalho de tese tal realização, embora se tenha tocado cada uma das dimensões apontadas, sobretudo naquilo que diziam à tentativa de assimilar alguma estabilização a alguma aproximação conceitual do que se pode considerar “Pós-Humanismo” e suas possíveis ramificações ou rizomas.

Antes de apontamentos exaurientes, portanto, compreendeu-se que a simples advertência contida pelas passagens por estes campos envolvidos na “racionalidade pós-humanista”, desde sua formação teórica nos ditos “humanismos críticos” até sua afirmação própria, especialmente a forma nominada de “crítica”, seja suficiente para produzir profundos redimensionamentos compreensivos nas esferas do que se pode entender por uma hermenêutica jurídica e, mesmo, uma hermenêutica existencial, eis que ambas parecem não apenas simbióticas como determinantes na construção de uma banda do que se pode compreender como prática jurídica.

Em suma, o valor de uma abordagem como a ora proposta pode estar em se produzir dúvidas naquelas certezas de mundo que cimentam o Direito e suas normas, olvidando-se que até mesmo a vida possui normatividade, abrindo-se horizontes e perspectivas às naturalizações, às obviedades, aos pressupostos inquestionáveis, às pré-compreensões não controvertidas.

E, também, se compreende haver a contribuição para se indicar novos rumos inexplorados de produções de pesquisa em Filosofia do Direito, para se sair um pouco dos campos vinculados que ou se apegam mortiferamente ao Direito, ou jogam-no como que insignificante nas outras redes de forças pelas quais se sustenta e pode existir.

Abalar o nosso deus-Homem pode revelar a limitação e estreiteza de nossos institutos, categorias, processos, princípios, Constituições e legislações. Nossos ritos humanistas podem ser tão alienantes quanto nossos processos teológicos, e o “arranhar” do ruído pós-humanista pode desmoronar nossas mais sinceras naturalizações biológicas e sociais, afetando, assim, as bases do natural, do seguro e do certo, sem com isso, necessariamente, se redundar em um anomismo amoral.

Ao mesmo tempo, pensar tal série de limitações epistêmicas, inevitáveis como decorrência do cerceamento de qualquer sistema ou construção normativa, revela também novos potenciais, novos limites, novas exclusões inevitáveis, novos horizontes do possível, dos devires, de tudo o que pode representar a criatividade da vida, a pluralidade, a singularidade, o múltiplo.

Assim, embora não haja uma exaustão da abordagem do Pós-Humanismo no trabalho, inegavelmente, como sua contribuição, há uma certa revelação imprescindível contida em sua própria tentativa de apreensão, de suas desestabilizações, e, sem a pretensão de posse e de propriedade dos seus sentidos, de todos os universos valorativos para os quais o pós-humano parece indicar outros caminhos. Ao mesmo tempo, sem qualquer pretensão de uma inovação completa, uma vez que, como dito e referenciado, há muitas linhagens concorrentes em temáticas de feição pós-humanista.

Este resultado, contudo, não representa um lapso metodológico ou de precauções e procedimentos envolvidos em qualquer pesquisa bibliográfica, como por exemplo o levantamento sistemático com tentativa de se esgotar as principais frentes de discussão do assunto e a identificação dos estados da arte das grandes temáticas.

Se o Pós-Humanismo, realmente, “em si” (ideia que sequer faz sentido, pois ele emerge de um entrecruzamento de teorias), for um grande vazio, parece, por outro lado, um balão repleto de flechas, indicativo forte de importantes “batalhas” que o precederam e para as quais remete no presente e futuro; então, seu caráter indicial pode ser positivamente valorado e apto a justificar a relevância de seu estudo e de sua investigação – ou socorrer do desatino alguém debruçar-se sobre sua investigação e reflexão durante anos.

§ Por uma biopolítica afirmativa em Filosofia do Direito

Parece derradeiro, ao fim desta pesquisa e reflexão, que não se possa, ou não se deva, entender a biopolítica afirmativa – e, mais, seu antecedente conceitual, a normatividade da vida e a possibilidade de se pensar em *políticas da vida* – ou como uma nova dogmática ou de modo inocente.

Uma nova dogmática da biopolítica afirmativa seria aquela em que a normatividade da vida se apresentasse como a derradeira (ou primeira) e incontestável fonte incomunicável de normatividade, soberana e tirana da expressão individual de um núcleo de vida. Um modo inocente, ao seu turno, seria aquele em que se retorna à lei natural e à lei do mais forte, a uma forma de direito natural ancorada na vida por si, portanto, a uma saída universal às aporias jurídicas, a uma tábua de salvação de uma inteligência metafísica, ou a uma simples furtividade analítica.

É provável que a mais clara contribuição da biopolítica afirmativa, nesse sentido, seja mostrar aos sistemas éticos (morais, políticos e, sobretudo, jurídicos) suas limitações, seus tecidos esclerosados, suas neuroses, os campos de tensão em que se abrem e os jogos com os quais o tempo todo se articulam, se relacionam, se comunicam. Tal como ocorre

com as relações de soberania e com as microfísicas do poder. Aí haveria um exercício crítico efetivo, de movimentação do pensamento, ao invés de uma nova fundamentação estéril.

É nesta dinâmica filosófica de controversão das mais altas fontes da normatividade e da significação, e centramento de sentido – como o é o “humano” tradicional, do homem moderno, até hoje ressoante e ecoante – que se poderá ver com alguma clareza, dentro da historicidade e dos regimes do presente, as arbitrariedades, os erros e os acertos que se tem praticado. Este movimento de avaliação e de reavaliação é crítico e criativo.

É a partir do movimento, então, que se poderá, senão abrir novas emergências e devires, ao menos hermenêutica e argumentativamente se ser sensível e não obtuso, porque apto a valorar de modo mais amadurecido o que pode significar o mistério da vida e da existência, que demanda o intérprete a cada átimo.

Em tempos cuja maior crise do Direito é a falta de se articular e alongar pensamento e o discernimento, este pode ser um relevante exercício. E a Filosofia Contemporânea do Direito, então, talvez possa ter maximizada e potencializada uma das suas funções centrais, do exercício do pensar.

Um exercício do pensar nem sempre tão imediatista ou pragmático quanto demandaria a racionalidade instrumental, mas talvez um exercício cujo preparo seja decisivo para que se executem as tarefas interpretativas mais cotidianas de um modo diferente do que seria na ordinariedade dos procedimentos.

Um exercício, ainda, que não se reduz a corroborar ou justificar sistemas normativos, mas, de modo mais problematizante, buscar as tensões entre as prescrições e sua facticidade, o redimensionamento dos valores inscritos, os percalços e enlaces dos procedimentos de compreensão, de interpretação e de argumentação envolvido no manejo mesmo destas construções sociais, tecnológicas e linguísticas.

Então, talvez se opere um salto de qualidade e de sofisticação ou, apenas, um passo a mais de humildade e de sabedoria epistêmicas, o que, em tempos de grandes e altas verdades naturalizadas e inquestionadas (e inquestionáveis) – das grandes mídias, das redes sociais, da academia, dos poderes soberanos – seja por si uma excelente providência pedagógica, de ética profissional, de autonomia e de maturidade profissionais, de prática cidadã e jurídica.

É nesta constante disposição “à queda” que talvez se esteja mais do que nunca preparado à experiência da vida, da vivência e da convivência – dos ecossistemas que interpelam – experiência esta sempre inédita, para a qual o paradoxo máximo do exercício (que é preparo para o imponderável, o intangível e o “aberto”) seja justamente das poucas medidas plausíveis, honestas e de precaução aos labirintos retilíneos da repetição.

Seria possível, então, nesta grande apreciação de formas, estabelecer uma relação estética com o mundo das normatividades, reconhecendo arranjos, composições, estilos e, ao final, expressões e impressões de um grande plexo de viabilidades e de interdições.

E, então, como espectador-fruidor, ou como criador, se possa re-arquitetar as ações e resistências, afirmações de vida e valores.

Esta pesquisa, na linha das filosofias que a embasam, não pretende enunciar ou construir verdades, talvez nem tampouco rumos ou elementos que venham a compor um cenário de estabilidade. As eventuais práticas reflexivas e pedagógicas que possa motivar não

serão centradas em um aspecto pragmático específico, ou uma atuação estratégica ou tática propriamente ditas.

O que fica em jogo com todos os movimentos de descentramento e de desconstruções construtivas é a porosidade dos conceitos, das instituições, o vazado dos gabaritos – porosidade, ademais, que não os condena ao desuso ou desprezo, cumprindo funções muitas vezes indispensáveis no plano mesmo da sobrevivência mínima – o que leva a visualizar muito brevemente a amplidão do mundo, diante de cuja infinitude, ao se realocar e re-relacionar o observador-interagente.

É desta impressão, deste sentimento, desta sensação, é neste potencial sobre a subjetividade, que se pode estimar não a emergência de um corpo de soluções taxativas, mas a emergência de uma renovada e criativa postura de enfrentamento.

Neste mesmo sentido, talvez uma das principais missões e funções do pós-Humanismo Crítico seja justamente o da atuação como força de desterritorialização e de deslocamento das certezas contidas nos pressupostos do próprio conhecimento do Direito em suas possibilidades históricas de ocorrência.

O Pós-Humanismo Crítico é completamente incompatível com o Direito e plenamente compatível com o Direito, assim como a Biopolítica o é em relação à Bioética, e se esta for pensada em sua dimensão jurídica, novamente abre-se a visualização concomitante de contraste e harmonização possíveis. As duas premissas podem conviver e sua vida reside neste tensionamento.

Diante disso, dentro dos moldes do Estado de Direito em suas formas contemporâneas, é a de se perguntar se o retorno (ou o não-desmantelamento) das dimensões componentes do Estado Social (Estado do Bem-Estar Social) não seria uma medida de resistência e de garantia aos espaços possíveis de desenvolvimento das vidas e das personalidades sem haver sua cooptação por normatividades externas alienantes.

Seria um novo-velho desfecho do nó biopolítico-bioético, ou desta relação se devem criar e imaginar? Estaria no contexto das funções tradicionais do Estado (principalmente nas administrativas e de planejamento) a missão da resistência às práticas neoliberais tanatopolíticas potenciais? Seriam um instrumento a mais de garantia ou um braço a mais de afirmação de políticas contra a sociedade? Quais políticas públicas poderiam se desenhar neste intento, e em que medida elas se relacionam com seu entorno de vida, parece uma pergunta indispensável diante da complexidade dos cenários políticos atuais, no mesmo sentido em que cabe o questionamento diante dos novos desenvolvimentismos e modos de articulação público-privados, bem como do próprio mercado.

Ao mesmo tempo, um questionamento profundo sobre como se criam as condições das normatividades da vida, em um ecossistema simbólico e jurídico, institucional e prático, parece necessário para se pensar o estabelecimento de um espaço público de liberdade de desenvolvimento ampliado: a emergência das formas de vida como potencialização da vida sem que haja determinação prévia dos conteúdos da “vida boa” parece um equacionamento inatingível, mas necessário, sem que se reduza a gestão às hierarquizações de vida aptas a aniquilar outras em prol da sobrevivência própria.

Parece que ignorar os textos constitucionais, sobretudo naquela dimensão dos direitos fundamentais que guardam relação com o Estado Providência, tem sido uma estratégia

não tão recente das governamentalidades, apenas sendo chocante suas evidências fascistóides indeléveis, repetidas em uma interpretação parcial reiterada, coligada a projetos de diferentes intensidades necropolíticas.

Um olhar acurado sobre estas políticas, incluindo uma força biopolítica afirmativa no cerne das próprias instituições, sentido mais condizente com os textos constitucionais e com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, parece um primeiro e grande passo necessário.

§ Nota final

Ao mesmo tempo em que a originalidade do trabalho da tese emerge do enfrentamento do Pós-Humanismo em seu sentido e dimensão teóricos (e mesmo como um objeto próprio de interesse de uma pesquisa jurídica), com múltiplas capilaridades e rizomas, e não (o que seria esperado) no enfoque de fragmentos esparsos dos seus subtemas (prática comum na abordagem jurídica de assuntos que perpassam o Pós-Humanismo e que marca o chamado Biodireito), apreendidos sob ópticas de confrontação jurídica, geralmente do tipo subsuntiva, assumiu-se a dimensão continental do grande tema para, assim, se realizar algumas escolhas, muito pontuais e possíveis, para destacar a relevância do Pós-Humanismo e, ao mesmo tempo, cumprir exigências acadêmicas de especialização dos objetos.

Abriram-se, assim, algumas rotas de vôo sobre tal continente, e rotas de vôo devem ser valorizadas, porque geralmente são antecedidas de exaustivos levantamentos cartográficos em que se decidem por umas rotas e não por outras. Não seria este um dos potenciais inexplorados da Filosofia do Direito, ainda hoje?

Assumiu-se, intencionalmente, portanto, um risco de “generalidade” (uma falha científica), ao mesmo tempo em que se buscou expor os limites que se compreenderam suficientes para a cientificidade do trabalho (sobretudo pela tentativa de esclarecer pontos de partida, intenções, fontes e recortes e caminhos escolhidos), mantendo-se, ainda, alguma qualidade de apreensão quer permitisse uma construção apropriada às liberdades filosóficas e criativas de uma tese, proporcionando uma geometria dantes não explorada.

Assim, pela escolha “de um” dos Pós-Humanismos possíveis, o Pós-Humanismo Crítico (e da sua exaltação, ao final, quase vitalista), longe de se dar por um trabalho de prateleira teórica, pretendeu-se seguir coerente à dimensão da biopolítica pela linhagem de entendimento e expectativas da biopolítica afirmativa (que remete a uma negação do mecanismos e do vitalismo, em prol da normatividade e da polarização), forma esta, por sua vez, também coerente com um espectro de pretensões democráticas e, mais, pelo adensamento “vida” e “política”, com o contexto do Direito Internacional dos Direitos Humanos (conjuntamente às bioéticas como rincões técnicos de sentimento democrático) e das aberturas da Filosofia Contemporânea do Direito e suas proposições pós-positivistas – inclusive, coordenadas em torno aos temas biotecnológicos, mas também epistêmicos renovados pela suspeita pós-identitária.

Traçou-se, portanto, um jogo, cujas peças escolheu-se na medida em que suas movimentações pudessem produzir desenhos não fatalistas de umas trajetórias em relação a outras, como que Pós-Humanismo Crítico, Biopolítica/Bioética e Direito/direitos

humanos pudessem, então, de algum modo se conduzir em um aparato analítico não fadado à implosão no tabuleiro da Filosofia Contemporânea do Direito.

Neste sentido, dadas as dimensões de uma tese e mesmo suas pretensões, exigências formais de estilo e de abordagem, compreende-se que o trabalho cumpriu sua função acadêmica, ainda que de modo atípico, eis que não centrado em exercícios de reforçamento de discursos institucionais e autorais amarrados entre si na construção micropolítica da ciência, restrita nos feudos-nicho de interesse temático – o que seria não apenas oportuno como útil e pragmático – e sacrossanto metodológico.

Deste modo, o trabalho recorre a um caminho um tanto exótico e impalatável a alguns procedimentos metodológicos de reinos maiores, sejam aqueles ainda ancorados em algumas noções de “verdade” (geralmente de domínios específicos metodológicos, que nada mais são do que dispositivos de poder atrelados à produção do conhecimento), sejam aqueles normalizados na repetição arvorada de assuntos, quanto mais desprovidos da chamada “crítica da crítica” e geralmente direcionados a objetos pontualíssimos sem maiores amplitudes hermenêuticas a outros campos que não o fortalecimento egóico e idiótico do círculo de seus participantes – que, no mais, vão cravar suas garras em Resoluções e Portarias, achando que ali se encerra o “jurídico” do mundo.

Tratam-se, no mais, de escolhas que a política epistemológica impõe: com suas sanções e seus prêmios, geralmente nos caminhos atípicos mais sanções do que prêmios.

O compromisso desta tese se deu exclusivamente com a Filosofia do Direito em seu caráter contemporâneo, procurando-se desviar dos dogmatismos que corróem as abordagens até mais críticas do Direito, geralmente reducionistas e de abordagem parcial dos fenômenos jurídicos, assumindo-se, ademais, tudo aquilo que de fluído, disperso e em aberto pode-se ter na discussão de um objeto delimitado – mas, ainda assim, sem medo do paradoxo, assumindo-se um “objeto delimitado”.

Procurou-se, ainda, não ceder às facilidades das metodologias rígidas e dos objetos ultradelimitados que compõem não apenas um modo esclerosado de fazer pesquisa como bem direcionado ao fechamento mental e à infertilidade frutífera do pesquisador – e, novamente, especialmente aptos a obter a festividade de orientadores, bancas e fotos de redes sociais depois do banquete.

Do projeto à execução desta pesquisa, de 2014 a 2019, passou-se por “vários mundos” diferentes no universo jurídico e político, assentando-se em um momento em que a única certeza e a titubeação de posturas juridicamente respeitáveis, assistindo-se mais da esquizofrenia jurídica. Esta mutação constante não cessará e outros tantos mundos se apresentarão.

Viram-se em nudez e crueza inéditas na pós-democratização nacional arbitrariedades atroz, neofascismos na boca desde o Presidente até a avó, discursos de ódio, e também a traição dos discursos mais críticos, como que absorvidos pelas lógicas que sempre prometeram combater, revelando-se políticas de morte que vão desde altos escalões até às micropolíticas cotidianas, desde setores totalmente voltados à produção e bens e serviços e alinhadas ao ideário neoliberal capitalista até os setores pretensamente dedicados ao pensamento e à crítica, como o seria a Universidade, no mais reduzida a mais um nicho de autoemulação político-econômica. A grande aliança nacional foi posta

em evidência e o Direito lançado a um limbo confuso de legitimação da banalidade do mal e instância de salvamento das liberdades para resistência, oposição, transgressão e desobediência.

Qualquer pesquisador em Filosofia do Direito teve farto material de trabalho, na forma de vários discursos aptos a fomentar imensas ontologias do presente a se desembrulhar com desagradáveis surpresas, na emergência cotidiana de monstros e demônios da razão, da razão crítica, da razão instrumental e de todo o inconsciente e desatino. Igualmente, se teve de suportar as mais tremendas inépcias e insensatezes fundamentais em Direito, muitas vezes erigidas em políticas, normas e práticas não apenas regularizadas como socialmente aplaudidas.

Todos estes cenários não deixaram de guardar íntimas relações com os pressupostos do Pós-Humanismo, foi possível observar; desde os “naturalismos” e “naturalizações” do social, até os profundos efeitos excludentes de noções delimitadas do humano, das hierarquizações do zoológico humano, da influência nas tecnologias sobre as mentes e destas sobre os espaços de atuação política. Fomos desumanos e fomos pós-humanos, uma mescla de instintos mamíferos com dedilhações e ruminações digitais – carne e luz, ética e antiética.

Este trabalho não foi imune ao horizonte de historicidade de sua produção, seus espantos, novas demandas e urgências. Mas, ao mesmo tempo, não é o relato de um tempo vivido, nem tampouco um diário ou uma literatura paralela. Todavia, é uma tese jurídica.

No melhor espírito do Pós-Humanismo Crítico e mesmo da biopolítica afirmativa, e no propósito do trabalho da tese, não se teve o menor pudor da contaminação temática, de mesclar cores, de pintar a tela com mesclas sujas, ao horror de setores da filosofia dogmática atual (entre outras ciências humanas e sociais), purista, grandiosa, eloquente, nobre, de linhagem e pedigree.

Embora se tenha prezado pela coerência temática medida por alguma continuidade das brechas dos assuntos (Pós-Humanismo Crítico culminando na vida que inspira a biopolítica e demanda a biopolítica afirmativa como espírito democrático atual), também não se deixou de abraçar focos mais amplos e mesmo conceitualmente menos precisos e rígidos, até mesmo juntando animais diferentes na mesma cela.

Se em toda pesquisa se reúne um universo epistemológico de fundo, não se teve pudor, novamente, em titubear nos cânones em nome da maior medida da pesquisa: o seu objeto. Nesse sentido, sabe-se que a alguns olhos o trabalho pode não passar de devaneio, vanidade, amplitude ou generalidade. E a tais olhos a avaliação estará certa: equivocada, do outro lado do muro, será sua crença em monoblocos densos de verdade atemporal e científica.

Pode-se, assim, rir reciprocamente, coisa que, no mais, se costuma fazer nas comunidades de comunicação, ou entre os fracos e os fortes, os vencedores e os vencidos – afinal, somos todos unidos por um mesmo destino necrológico, razão pela qual se pode fechar a presente tese com a exata imagem que lhe serviu de epígrafe.

REFERÊNCIAS

- AARNIO, Aulis. **Lo racional como razonable**. Un tratado sobre la justificación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.
- ABADÍA, Mónica Cano. Nuevos materialismos: hacia feminismos no dualistas. **Oxímora**, Revista Internacional de Ética y Política, Barcelona, n. 7, p. 34-47, 2015.
- ABREGÚ, Martín. Direitos Humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul. **SUR, Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 06-41, jun. 2008.
- ABREU FILHO, Ovídio. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. *Mana* [online], Rio de Janeiro, out. 1998, v.4, n.2, p. 143-146.
- ACCO, MARCO ANTONIO. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. **Brazil. J. Polit. Econ.**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 708-730, out. 2018.
- ADVERSE, Helton. O que é “ontologia do presente”? **Nuntius antiquus**, Belo Horizonte, n. 6, dez. 2010.
- AGAR, Nicholas. **Humanity’s End**. Why we should reject radical enhancement. Mit Press: Massachusetts, 2010.
- AGAR, Nicholas. **Liberal Eugenics**. In defense of human enhancement. Oxford: Blackwell, 2004.
- AGAR, Nicholas. **Truly Human Enhancement**. A philosophical defense of limits. Mit Press: Massachusetts, 2014.
- AGGER, Ben. **Cultural Studies as Critical Theory**. Washington: Falmer Press, 1992.
- AGUDELO, Darío Jaramillo. **Antología de crónica latinoamericana actual**. Madrid: Alfaguara, 2012.
- ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001.
- ALLENBY, Braden; SAREWITZ, Daniel. **The techno-human condition**. Londres: MIT Press, 2011.
- ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.
- ALMENDRA, Javier Cubillos. La importancia de la investigación feminista. **Oxímora**, Revista Internacional de Ética y Política, Barcelona, n. 7, p. 119-137, 2015.
- ALTAMIRANO, Carlos. La lección de escritura. **Prismas**, Bernal, v. 10, n. 2, p. 177-180, dez. 2006.
- ALVES, José Augusto Lindgren. É preciso salvar os direitos humanos! **Lua Nova**, São Paulo, n. 86, p. 51-88, 2012. p. 55.
- AMADO, Jorge. Nem a rosa, nem o cravo... In: NESTROVSKI, Arthur. Figuras do Brasil: 80 autores em 80 anos de Folha. São Paulo: PubliFolha, 2001, p. 79.

ANDRADE DUTRA, Roger. As teorias do Ciborgue: o maquínico e o humano em Stanislaw Lem e Donna Haraway. **Rev. iberoam. Cienc.Tecnol. Soc.**, Buenos Aires, v. 7, n. 19, p. 143-156, nov. 2011. p. 149.

ANDRADE, Marcelo. A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 109-125, abr. 2010. p. 124.

ANDRADE, Thales Novaes de. Diferentes enfoques sobre o controle e a autonomia da atividade tecnológica no capitalismo atual. **Soc. estado.**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 829-861, dez. 2009.

ANSELL-PEARSON, Keith. **Viroid life: Perspectives on Nietzsche and the transhuman condition**. Londres: Routledge, 1997.

ARAÚJO, Maria das Neves Rodrigues de; MENDES, Paula Roberta; SILVEIRA, Ana Paula Prado; SEIDL, Eliane Maria Fleury. Lipodistrofia e preconceito na nova cara da aids: diálogo com a bioética de intervenção. **Bioética**, Brasília, v.19, n.2, p.441-456, 2011.

ARBOLEDA MARQUEZ, Martín. El postestructuralismo como punto de intersección entre medio ambiente y sociedad. **Civilizar**, Bogotá, v. 10, n. 19, p. 15-22, dez. 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 10-11.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. 14.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 318.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 358.

ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Teorias da argumentação jurídica. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy, 2003.

ATIENZA, Manuel. **Curso de argumentación jurídica**. Madrid: Trotta, 2013.

AVELINO, Nildo. Confissão e normatividade política: controle da subjetividade e produção do sujeito. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 32, n. 93, 2017.

ÁVILA, Humberto. Conteúdo, limites e intensidade dos controles de razoabilidade, de proporcionalidade e de excessividade das leis. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 236, p. 369-384, abr. 2004.

AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 29-55, 2002.

AZEVEDO, Sílvia Maria [Org.]. **Badaladas do Dr. Semana**, de Machado de Assis, tomos I e II. São Paulo: Nankin, 2019.

BADMINGTON, Neil. **Alien chic**. Posthumanism and the other within. Nova Iorque: Routledge, 2004.

BADMINGTON, Neil. **Posthumanism**. Nova Iorque: Palgrave, 2000.

BAILEY, Jesse. Enframing the flesh: Heidegger, transhumanism, and the body as “standing reserve”. **Journal of evolution and technology**. v.24, p. 44-62, jul. 2014.

- BALCAZAR MORENO, Melina. Ante el dolor de los demás. Las lágrimas de Marguerite Duras. **Acta poét**, México, v. 38, n. 1, p. 123-137, jun. 2017
- BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward na understanding of how matter comes to matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, 28, n. 3, 2003, p. 801-831.
- BARBOSA, Adriana Silva; CORRALES, Carlos Montero; SILBERMANN, Marcos. Controvérsias sobre a revisão ética de pesquisas em ciências humanas e sociais pelo Sistema CEP/Conep. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 482-492, dez. 2014.
- BARBOSA, Mariana de Toledo. Um corpo que experimenta e avalia: a ética em Deleuze à luz da “grande identidade” Spinoza-Nietzsche. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 59, n. 141, p. 867-890, set. 2018.
- BARONI, Daiana Paula Milani; CUNHA, Cassandra Santiago da. Reflexões sobre a resistência na clínica a partir de Michel Foucault. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 682-695, 2008.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 65-70.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BARTHES, Roland. **Escrever- para quê? Para quem?** Lisboa: Edições 70, 1975.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.
- BARTHES, Roland. **O grau zero da escritura**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- BAXI, Upendra. **Human rights in a posthuman world**. Nova Deli: Oxford University Press, 2006.
- BAXI, Upendra. **The future of human rights**. Nova Deli: Oxford University Press, 2006.
- BEATTY, David M. **A essência do estado de direito**. Tradução de Ana Aguiar Cotrim. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014
- BELLO RAMIREZ, Jei Alanis; PARRA GALLEGÓ, Germán. Cárceles de la muerte: necropolítica y sistema carcelario en Colombia. **Univ.Humanist.**, Bogotá, n. 82, p. 365-391, dez. 2016.
- BELLONI, Paula; PEINADO, Guillermo. Inserción externa, capitales transnacionales e intercambio ecológicamente desigual en la América del Sur posneoliberal. **Soc. Econ.**, Cali, n. 25, p. 15-38, dez. 2013.
- BELLONI, Paula; WAINER, Andrés. El rol del capital extranjero y su inserción en la América del Sur posneoliberal. **Prob. Des**, México, v. 45, n. 177, p. 87-112, jun. 2014.
- BERLINGUER, Giovanni. **Bioetica quotidiana**. Milão: Giunti, 2000.
- BERNHARD, Thomas. **O imitador de vozes**. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 126-127.
- BIDET, Jacques. Foucault y el liberalismo: racionalidad, revolución, resistencia. **Argumentos (Méx.)**, México, v. 25, n. 69, p. 169-184, ago. 2012.

BIGOLIN NETO, Pedro; RODRIGUEZ, José Rodrigo. “Quando o fascismo se tornava cada vez mais forte”: Direito e emancipação em Franz Neumann e Boaventura de Sousa Santos. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 63-96, 2016.

BILLIER, Jean-Cassien. **História da filosofia do direito**. Tradução de Maurício de Andrade. Barueri: Manole, 2005.

BIRMAN, Joel. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1267-1282, dez. 2015.

BIZAWU, Sébastien Kiwonghi; TORRES, Rodrigo Romano; CUNHA, Nivaldo Caetano. A bioética, a universalidade dos valores e a teoria tridimensional do direito. **Revista Jurídica Unicuritiba**, Curitiba, n. 44, v. 3, 2016, p. 667-695.

BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita 3** – a ausência de livro, o neutro o fragmentário. São Paulo: Escuta, 2010.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLANCHOT, Maurice. **A Conversa Infinita 1** – a Palavra Plural (palavra De Escrita). São Paulo: Escuta, 2001.

BLANCHOT, Maurice. **A Conversa Infinita 2** – a Experiência Limite. São Paulo: Escuta, 2007.

BLANCHOT, Maurice. **A parte do fogo**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2011.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2011.

BLANCHOT, Maurice. **Uma voz vinda de outro lugar**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2011.

BLUNDELL, Valda; SHEPHERD, John; TAYLOR, Ian [Ed.]. **Relocating Cultural Studies**. Londres: Routledge, 1993.

BOHORQUEZ, J.. Microglobal history: agencia, sociedad y pobreza de la historia cultural postestructural. **Hist. Crit.**, Bogotá, n. 69, p. 79-98, jul. 2018.

BORGES, Helia. Modulações do existir: entre luzes e sombras. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 191-195, ago. 2017.

BORTOLOTTI, Benhur. Dura geografia. **Bakhtiniana**, Revista de Estudos do Discurso, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 22-36, dez. 2017.

BOSTROM, Nick. **Em defesa da dignidade pós-humana**. Disponível em: <<http://www.nickbostrom.com/translations/Dignidade.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

BOSTROM, Nick. Transhumanist values. **Review of Contemporary Philosophy**, v. 4, maio 2005, p. 3-14.

BOTERO, Adolfo Jerónimo; LEAL GRANOBLES, Yuliana. El mal radical y la banalidad del mal: las dos caras del horror de los regímenes totalitarios desde la perspectiva de Hannah Arendt. **Univ. philos.**, Bogotá, v. 30, n. 60, p. 99-126, jun. 2013.

BRAGA, Rubem. **Manifesto**. Publicado no Correio da Manhã em 7 de julho de 1951. Portal da Crônica Brasileira. Disponível em: <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/9809/manifesto>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRAIDOTTI, Rosi. Critical posthuman knowledges. **South Atlantic Quarterly**, v. 116, p. 83–96, jan. 2017.

BRAIDOTTI, Rosi. **Nomadic subjects**. Embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory. Cambridge: Columbia University, 1994.

BRAIDOTTI, Rosi. Posthuman critical theory. In: BANERJI, Debashish; PARANJAPE, Makarand R. **Critical posthumanism and planetary futures**. Nova Déli: Springer, 2016. p. 13-32.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, Diário Oficial da União, 07 abr. 2016.

BRONOWSKI, Jacob. **Science and human values**. Nova Iorque: Julian Messner, 1956.

BROWN, Nicholas; SZEMAN, Imre. O que é a Multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 75, p. 93-108, jul. 2006.

BROWN, Steven. **Tokyo cyberpunk**. Posthumanism in japanese posthuman culture. Nova Iorque: Palgrave, 2010.

BRUSEKE, Franz J. Uma vida de exercícios: a antropotécnica de Peter Sloterdijk. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 163-174, fev. 2011.

BUBNOVA, Tatiana. Sujeto: enunciación y escritura. **Acta poét**, México, v. 33, n. 2, p. 239-245, dez. 2012.

BUENO, Sinesio Ferraz. Da teoria crítica ao pós-estruturalismo: breves apontamentos para uma possível confrontação entre Adorno e Deleuze. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 56, p. 149-161, jun. 2015.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.

BUTTERFIELD, Elizabeth. **Sartre and posthumanism**. Nova Iorque: Peter Lang, 2012.

BUTTURI JUNIOR, Atilio; LARA, Camila de Almeida. Biopolítica, direitos humanos e resistências: uma análise comparativa das políticas públicas de saúde para a população LGBT de Florianópolis-SC. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 57, n. 2, p. 645-674, ago. 2018.

CABRAL, Beatriz Ângela Vieira. Presença e Processos de Subjetivação. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 107-120, jun. 2011.

CABRAL, Muniz Sodrê de Araújo. Por um conceito de Minoria. In: Raquel Paiva; Alexandre Barbalho. (Org.). **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

CAGUENAS ROZO, Diego. Tras el animal: dos persecuciones ontológicas. **CS**, Cali, n. 7, p. 377-408, jun. 2011.

- CALAZANS, Diego. Condição pós-humana como condição pós-corpórea. **Tomo**, Sergipe, n. 19, p. 185-203, jul.-dez. 2011.
- CALDERON-VELEZ, Milton Leonel. Juventudes en resistencia. Educar para una comunidad hermenéutica. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv**, Manizales, v. 13, n. 2, p. 1141-1151, jul. 2015.
- CAMPBELL, Timothy. Política, imunidade, vida. O pensamento de Roberto Esposito no debate contemporâneo. ESPOSITO, Roberto. **Termos da política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Tradução de Angela Couto Machado Fonseca, João Paulo Arrosi, Luiz Ernani Fritoli, Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: Editora UFPR, 2017. p. 13-66.
- CAMPOS, Celia Maria Sivalli; VIANA, Nildo; SOARES, Cassia Baldini. Mudanças no capitalismo contemporâneo e seu impacto sobre as políticas estatais: o SUS em debate. **Saude soc.**, São Paulo, v. 24, p. 82-91, jun. 2015.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. **Para gostar de ler**: crônicas. São Paulo: Ática, 2003. p. 89-99.
- CANDIOTTO, César. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, n.1, v.11, p. 33-43, jan.-abr. 2010. p. 43.
- CANDIOTTO, Cesar. Cuidado da vida e cuidado de si. Sobre a individualização biopolítica contemporânea. **Dissertatio**, Pelotas, p. 469-491, 2011.
- CANDIOTTO, Cesar. Ética e política em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 33, n. 2, p. 157-175, 2010.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- CANIATO, Angela Maria Pires. A violência do preconceito: a desagregação dos vínculos coletivos e das subjetividades. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 20-31, jun. 2008.
- CANIATO, Angela Maria Pires. Da violência no ethos cultural autoritário da contemporaneidade e do sofrimento psicossocial. **Revista de Psicologia Social e Institucional**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 197-215, 2000. p. 199-2002.
- CANIATO, Angela; CESNIK, Claudia Cotrim; RODRIGUES, Samara Megume. A captura da subjetividade pela violência simbólica da indústria cultural: da submissão à culpabilidade dos indivíduos. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 661-681, dez. 2012.
- CANTARINI, Paola. Entrevista com o filósofo italiano Roberto Esposito por Paola Cantarini. **Estado de Direito**. Informação formando opinião. Tradução de Paola Cantarini em 02.2019. Disponível em: <<http://estadodedireito.com.br/entrevista-com-o-filosofo-italiano-roberto-esposito/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 2018.
- CARBALLIDO, Manuel E. Gándara. Repensando los derechos humanos desde las luchas. **RCJ – Revista Culturas Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 75-105, 2014. p. 103-104.
- CARDIM, Leandro Neves. **Corpo**. São Paulo: Globo, 2009.

- CARDOSO JR, Hélio Rebello. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 28, n. 2, p. 105-116, 2005.
- CARRASCO M, Iván. La antropología poética como mutación disciplinaria. **Estud. filol.**, Valdivia, n. 38, p. 7-17, 2003.
- CARVALHO, Jairo Dias. A imanência, apresentação de um roteiro de estudo sobre Gilles Deleuze. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 28, n. 1, p. 119-132, 2005.
- CARVALHO, Paulo de Barros. O preâmbulo e a prescritividade constitutiva dos textos jurídicos. **Rev. direito GV**, São Paulo, v.6, n.1, p. 295-312, jun. 2010.
- CASSIANO, Marcella; FURLAN, Reinaldo. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 373-378, 2013.
- CASTANHEIRA, Nuno Pereira. Pode o pensar nos impedir de fazer o mal? Uma questão de consciência. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 40, n. 4, p. 209-236, dez. 2017. p. 224.
- CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignacion y esperanza**: los movimientos sociales en la era de internet. Madrid: Alianza, 2012.
- CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 24, n. 1, p. 237-248, 2001. p. 248.
- CASTRO, Edgardo. Dispositivo y veridicción: Sobre la interpretación deleuziana de Foucault. **Rev. latinoam. filos.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 42, n. 2, p. 195-216, nov. 2016.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Filiação intensiva e aliança demoníaca. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 77, p. 91-126, mar. 2007.
- CASTRO-GOMEZ, Santiago. Sobre el concepto de antropolécnica en Peter Sloterdijk. **rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 43, p. 63-73, ago. 2012.
- CAVARERO, Adriana; BUTLER, Judith. Condição humana contra "natureza". **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 650-662, dez. 2007.
- CECHETTO, David. **Humanesis**. Sound and technology posthumanism. Minnesota: University Minnesota, 2013.
- CHEMELLO, Oscar Roberto. Antropologia pós-humana: diálogos entre teologia e tecnologia. **Teocomunicação**, Porto Alegre, n.2, v. 41, p. 253-273, jul.-dez. 2011.
- CHERNIAVSK, Axel. La filosofía como rama de la literatura: entre Borges y Deleuze. **Tópicos**, Santa Fe, n. 24, p. 1-21, dez. 2012. ABADI, Florencia. Henri Michaux: animalidad y conciencia. **Aisthesis**, Santiago, n. 50, p. 92-109, dez. 2011.
- CHOMSKY, Noam; FOUCAULT, Michel. Natureza humana: justiça vs. Poder. O debate entre Chomsky e Foucault. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- CHRISTIAN, Brian. **O humano mais humano**. O que a inteligência artificial nos ensina sobre a vida. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- CÍRCULO DE BELLAS ARTES. Una biopolítica afirmativa. Entrevista con Roberto Esposito. Antonio Valdecantos. Disponível em: <<http://www.circulobellasartes.com/revistaminerva/articulo.php?id=356>>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- COHEN, Jeffrey Jerome [Ed.]. **Inhuman nature**. Washington: Oliphaunt, 2014.
- COHN, Gabriel. Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 5-24, 1998.
- COITINHO, Denis. Moralidade, justificação e coerência. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 56, n. 132, p. 557-582, dez. 2015.
- COLLIER, Stephen J. Topologias de poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da ‘governamentalidade’. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 245-284, jul. 2011.
- CONNO, Diego. Poder, política y resistências. Hacia una democracia biopolítica. **Rev. Sociedad & Equidad**, Nuñoa, n. 4, jul. 2012
- CORTES SALCEDO, Amanda; HERNANDO PEREZ, Tito; GUERRA, Luis Francisco. La escuela colombiana: entre la nuda vida y la biopotencia. **Rev. colomb. educ.**, Bogotá, n. 71, p. 383-397, dez. 2016.
- CORTES, Bianca Antunes. Ética é limite. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 31-49, mar. 2005.
- COSTA, Claudia de Lima; FUNCK, Susana Bornéo. O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 903-908, ago. 2017.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CRESPO ARRIOLA, María Fernanda. Rosaura Martínez Ruiz, Freud y Derrida: Escritura y psique. **Diánoia**, México, v. 61, n. 76, p. 185-188, maio 2016.
- CRISCIONE, Giacomo. La muerte como técnica de gobierno en los tiempos de la Seguridad Democrática. **Nómadas**, Bogotá, n. 45, p. 59-73, dez. 2016.
- CROCHIK, José Leon. A forma sem conteúdo e o sujeito sem subjetividade. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 31-46, mar. 2010.
- CUPANI, Alberto. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. **Sci. stud.** [online]. 2004, vol.2, n.4, p. 493-518.
- DE MAURO RUCOVSKY, Martín. La vaca que nos mira: vida precaria y ficción. **Rev. chil. lit.**, Santiago, n. 97, p. 175-197, abr. 2018.
- DE MAURO, Martin. Tanta vida mutua (mujeres y precariedad animal). **Alea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 17-35, ago. 2018.
- DEL VALLE, Nicolás. Justicia, teología y teoría crítica en la obra tardía de Max Horkheimer: reflexiones sobre política radical. **Alpha**, Osorno, n. 31, p. 55-67, dez. 2010.
- DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida... **Educação e Realidade**, São Paulo, tradução de Tomaz Tadeu, n. 27, a. 2, p. 10-18. jul.-dez. 2002.

- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Carla Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Junior e Alberto Alonso Munhoz. São Paulo: Edições 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. São Paulo: Editora 34. p. 219-226.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célio Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DELGADO, Serrana. El punto de vista en la Teoría del Derecho. **Rev. Derecho**, Montevideo, n. 19, p. 143-155, jun. 2019.
- DEMETRI, Felipe Dutra; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Performatividade contra a precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 318-326, ago. 2017.
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. (A seguir). Tradução de Fábio Landa. São Paulo: UNESP, 2002.
- DIAS NETA, Anísia Gonçalves. Quem somos exatamente neste momento da história? **Ideação**, Feira de Santana, v. 1, n. 33, p. 231-254, 2016.
- DIAS, Susana Oliveira. Papel, vida e acontecimento... **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 11, n. 3, p. 649-664, dez. 2011.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. De semelhança a semelhança. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 26-51, jun. 2011.
- DINIZ, Debora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417-426, abr. 2008.
- DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DOMINGUES, Ivan [Ed.]. **Biotechnologies and the human condition**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. "Power and Truth". In Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1983. p. 187. *apud* HAMANN, Trent. Neoliberalismo, governamentalidade e ética. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 3, p. 99-133, 2012.
- DURING, Simon. **Cultural Studies: A Critical Introduction**. Londres: Routledge, 2005.
- DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DUTRA, Delamar José Volpato. Apel versus Habermas: como dissolver a ética discursiva para salvaguardá-la juridicamente. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, p. 103-116, jun. 2010.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 25. ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 27-32.

EHRENFELD, David. **A arrogância do humanismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ELIAS, Norbert. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

Entrevista de Quinn Slobodian. A mais eficiente crítica ao globalismo neoliberal não veio da esquerda mas da direita. **Público PT**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/09/02/mundo/entrevista/a-mais-eficiente-critica-ao-globalismo-neoliberal-nao-veio-da-esquerda-mas-da-direita-1842596>>. Acesso em: 15 maio 2019.

ESPINEL BERNAL, Óscar Orlando. Educación en derechos humanos. Esbozo de una lectura biopolítica. **Rev. colomb. educ.**, Bogotá, n. 65, p. 165-186, dez. 2013.

ESPOSITO, Roberto. Biopolítica y Filosofía: (Entrevistado por Vanessa Lemm y Miguel Vatter). **Revista de Ciencia Política**, Santiago v. 29, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2009000100007>. Acesso em: 30 ago. 2017.

ESPOSITO, Roberto. **Bios**. Biopolítica e filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

ESPOSITO, Roberto. **Categorie dell'impolitico**. 2. ed. Bologna: Mulino, 1999.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: origen y destino de la comunidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

ESPOSITO, Roberto. **Dieci pensieri sulla politica**. Bolonha: Mulino, 2011.

ESPOSITO, Roberto. **Immunitas**: protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

ESPOSITO, Roberto. O nazismo e nós. In: ESPOSITO, Roberto. **Termos da Política**. Comunidade, Imunidade, Biopolítica. Tradução de Ricardo Marcelo Fonseca. Curitiba: UFPR, 2017. p. 165-176.

ESPOSITO, Roberto. Para uma filosofia do impessoal. In: ESPOSITO, Roberto. **Termos da Política**. Comunidade, Imunidade, Biopolítica. Tradução de Angela Couto Machado Fonseca. Curitiba: UFPR, 2017. p. 203-213.

ESPOSITO, Roberto. **Politica e negazione**. Per una filosofia affermativa. Turim: Einaudi, 2018.

ESPOSITO, Roberto. **Tercera Persona**. Política de la vida y Filosofía de lo impersonal. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

ESTEVEZ, Ariadna. Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos? **Espiral (Guadalajara)**, Guadalajara, v. 25, n. 73, p. 9-43, dez. 2018.

ESTRADA MESA, Diego Alejandro. La medicina como producción de subjetividad. Una aproximación a Michel Foucault. **Escritos - Fac. Filos. Let. Univ. Pontif. Bolívar.**, Bogotá, v. 23, n. 51, p. 331-355, dez. 2015.

FAIR, Hernán. La elusión del síntoma social del capitalismo contemporáneo. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 14, n. 46, p. 83-99, set. 2009.

FARALLI, Carla. **A filosofia contemporânea do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FAYE, Jean-Pierre. **Introdução às linguagens totalitárias**. Teoria e transformação do relato. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FEENBERG, Andrew. **Critical Theory of Technology**: An Overview. Disponível em: <<https://www.sfu.ca/~andrewf/books/critbio.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2018.

FEENBERG, Andrew. **What Is Philosophy of Technology?** Disponível em: <https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/125221/mod_resource/content/1/textos/coleta_nea_feen_ingles.pdf>. Acesso em: 08 maio 2018.

FEIL, Gabriel Sausen. Comunicação: condição ou impossibilidade humana? **Galáxia**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 48-59, dez. 2013.

FEITOSA, Saulo Ferreira; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. A bioética de intervenção no contexto do pensamento latino-americano contemporâneo. **Bioética**, Brasília, v.23, n.2, p.277-284, ago. 2015.

FELICE, Massimo Di; PIREDDU, Mario. [Org.]. **Pós-humanismo**. As relações entre o humano e a técnica na época das redes. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

FELIX, José Carlos; SALVADORI, Juliana Cristina. A mortificação do corpo em *É Isto Um Homem?* de Primo Levi. **Ilha Desterro**, Florianópolis, v. 68, n. 3, p. 43-53, dez. 2015. PINZANI, Alessandro. Teorias políticas tradicionais e teoria crítica. **Lua Nova**, São Paulo, n. 102, p. 57-91, dez. 2017.

FERNANDES, Valdir. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 01-20, set. 2008.

FERNANDEZ, Víctor Ramiro; SEILER, Cristhian Rubén. Procesos de acumulación, industria y Pyme: El caso argentino y los límites del neodesarrollismo. **Soc. Econ.**, Cali, n. 30, p. 225-253, jan. 2016.

FERRAJOLI, Luigi. **Garantismo**. Debate sobre el derecho y la democracia. Madrid: Trotta, 2006. p. 15-30.

FERRANDO, Francesca. Posthumanism, Transhumanism, Antihumanism, Metahumanism, and New Materialisms. Differences and Relations. **Existenz**, California, n. 2, v. 8, 2013, p. 26-32.

FERRANDO, Francesca. Towards a Posthumanist Methodology: a Statement. **Frame Journal For Literary Studies**, Utrecht, n. 25, p. 9-18, maio 2012.

FERREIRA, João Batista de Oliveira. Sobrevivências, clandestinidades, lampejos: o trabalho vivo da criação literária. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. spe, p. 715-728, 2014.

FERREYRA, Julián. Esferas y pliegues: la aplicabilidad de la biopolítica de Fichte a Deleuze. **Estud.filos**, Medellín, n. 57, p. 95-117, jun. 2018.

FERREYRA, Julián. Hegel y Deleuze: filosofías de la naturaleza. **Arete**, Lima, v. 29, n. 1, p. 91-123, 2017.

FERRY, Luc; RENAUT, Alain. **Pensamento 68**: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo. São Paulo: Ensaio, 1988.

FINCHER, Warren. Logocentrism. In: RITZER, G.[Ed.]. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781405165518.wbeosl055>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

- FIORI, José Luiz. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n.2, p. 129-147, 1997.
- FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- FONSECA, Rubem. **O melhor de Rubem Fonseca**. Contos e crônicas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- FONTES, Ivana. As novas doenças da alma. Resenha da obra de Julia Kristeva. **Revista latino-americana de psicopatía fundamental**, São Paulo, n. 4, a. V, p. 161-163, dez. 2002.
- FORRESTER, Viviane. **El horror econômico**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- FORTES, Pablo Dias; REGO, Sergio. Tem cabimento o que não é justo? A propósito da justificação dos juízos morais. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 22-30, jan. 2018.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 277-293.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: Na Idade Clássica. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCYONE, Gary. **Introdução aos direitos animais**. Tradução de Regina Rehda. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- FRANT, Adriana Bolite. O povo que falta, nós já tínhamos: sobre escrita e perspectivismo. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 53, p. 329-341, abr. 2018.
- FREITAS, Verlaine. Indústria cultural: o empobrecimento narcísico da subjetividade. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 332-344, dez. 2005.
- FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **Normas imperativas de Direito Internacional Privado**. *Lois de police*. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **As normas imperativas de Direito Internacional Público**. *Jus cogens*. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
- FROESE, Tom. La vida es preciosa por ser precaria: individualidad, mortalidad y el significado. **Iztapalapa. Rev. cienc. soc. humanid.**, Ciudad de México, v. 38, n. 82, p. 173-198, jun. 2017.
- FUKUYAMA, Francis. **Nosso futuro pós-humano**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- FURTADO, Rafael Nogueira. A atualidade como questão: ontologia do presente em Michel Foucault. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 144-156, 2015.
- GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método II**. Complementos e índices. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução por Márcia Sá Cavalcante-Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução por Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 261-272, ago. 1997.
- GALISI FILHO, José. O escândalo do nazismo de cara nova. Caderno Mais, **Folha de São Paulo**, Domingo, 10 de outubro de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1010199908.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- GAMBAROTTA, Emiliano. El cuerpo del postestructuralismo. Problemas epistemológicos a partir de la perspectiva de J. Butler. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 240-246, set. 2017.
- GAMMELGAARD, Signe Leth. Repartir lo sensible. Política rancierièriana desde uma perspectiva posthumanista. **Artnodes**. Revista de arte, ciencia y tecnologia, Barcelona, n. 14.
- GARCES V., Fernando. Herramientas para pensar la globalización, el capitalismo y la cultura sin morir en el intento. **Punto Cero**, Cochabamba, v. 11, n. 12, p. 43-58, jan. 2006.
- GARRAFA, Volnei. Bioética cotidiana. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.333-334, fev. 2005.
- GARRAFA, Volnei. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. **Bioética**, Brasília, v. 13, n.1, p.125-134, 2005.
- GARRAFA, Volnei. De uma “bioética de princípios” a uma “bioética interventiva” – crítica e socialmente comprometida. Disponível em: <https://www.fanut.ufg.br/up/128/o/BIOETICA_COMPROMISSO.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- GARRAFA, Volnei. Reflexões Bioéticas sobre Ciência, saúde e cidadania. **Bioética**, Brasília, v.7, n.1, p.13-20, 1999.
- GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética: poder e injustiça**. São Paulo: Loyola; 2003.
- GERSCHENFELD, Ana. Nasceu a primeira forma de vida artificial. Biologia: bactéria totalmente comandada por ADN sintético reproduziu-se. **Público Portugal**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2010/05/20/ciencia/noticia/nasceu-a-primeira-forma-de-vida-artificial-1438170>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Sobre direitos humanos na era da bio-política. **Kriterion**, Belo Horizonte, v.49, n.118, p.267-308, dez. 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIRALDO DIAZ, Reinaldo. Modernidad y parrhesía: Michel Foucault y la cuestión de la resistencia como éthos. **Estud.filos**, Medellín, n. 44, p. 7, dez. 2011.
- GIRALDO DIAZ, Reinaldo. Poder y resistencia en Michel Foucault. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 4, p. 103-122, jun. 2006.
- GIRRALDO, Reinaldo. La ética en Michel Foucault o de La posibilidad de resistencia. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 10, p. 225-242, jun. 2009.

GLADDEN, Matthew. A typology of posthumanism: a framework for differentiating analytic, synthetic, theoretical, and practical posthumanisms. In: GLADDEN, Matthew. **Sapient circuits and digitalized flesh: the organization as locus of technological posthumanization**. Indianapolis: Defragmenter Media, 2018. p. 31-91.

GLEDSON, John [Org.]. **Machado de Assis: crônicas escolhidas**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013.

GONGORA ORJUELA, Agustín. Los Comité de Ética de la Investigación y las publicaciones científicas. **Orinoquia**, Meta, v. 17, n. 1, p. 7-8, jun. 2013.

GRACIDA, Elsa. Las grandes crisis del capitalismo contemporáneo. **Am. Lat. Hist. Econ**, México, n. 36, p. 238-242, dez. 2011.

GRIMM, Nicola. **Evolution and the future**. Nova Iorque: Peter Lang, 2013.

GROSSI, Paolo. A formação do jurista e a exigência de um hodierno repensamento epistemológico. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 40, 2004, p. 5-25. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1731/1431>>. Acesso em: 01 maio 2017.

GROSZ, Elisabeth. Darwin and feminism: preliminary investigations for a possible alliance. **Australian Feminist Studies**, n. 14, v. 29, p. 31-45, 1999.

GROSZ, Elisabeth. A politics of imperceptibility: a response to 'anti-racism, multiculturalism, and an ethics of identification'. **Philosophy & Social Criticism**, v. 21, n.4, p. 463-472, 2002.

GROSZ, Elisabeth. **The nick of time: politics, evolution and the untimely**. Durham: Duke University Press, 2004.

GROSZ, Elisabeth. **Volatile bodies: toward a corporeal feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

GUASTINI, Riccardo. **Interpretar y argumentar**. Tradução de Silvina Álvarez Medina. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARAES, Rodrigo. Jorge Luis Borges e Maurice Blanchot: Os pharmakós da escritura. **Acta lit.**, Concepción, n. 37, p. 97-109, 2008.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945**. Latência como origem do presente. Tradução de Ana Isabel Soares. São Paulo: Unesp, 2014.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição – contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**. A caminho da eugenia liberal? Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HACKER, Peter. **Human nature: The categorial framework**. Malden: Blackwell, 2007.

HALBERSTARN, Judith; LIVINGSTON, Ira. **Posthuman bodies**. Indiana: Indiana University Press, 1995.

HALL, Stuart. **Cultural studies: two paradigms**. In: STOREY, John [Ed.]. **What is Cultural Studies? A reader**. Londres: Arnold, 1996. p. 31-48.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**. Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Tradução de Alfredo Bergés. Barcelona: Herder, 2014.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Antropologia do ciborgue**: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.

HARAWAY, Donna. **The companion species manifesto**: dogs, people, and significant otherness. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARRIS, Sam. **A paisagem moral**. Como a ciência pode determinar os valores humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HASSAN, Ihab. Prometheus as Performer: Toward a Posthuman Culture? Performance in Postmodern Culture. **The Georgia Review**, 1977, p. 830-850.

HAUSKELLER, Michael. Nietzsche, the Overhuman and the Posthuman: A Reply to Stefan Sorgner. **Journal of Evolution and Technology**, v.21, p. 5-8, jan. 2010. Disponível em: <<http://jetpress.org/hauskeller.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

HAUSKELLER, Michael. **Sex and the posthuman condition**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

HEATH, Joseph. **O problema dos estudos “críticos”**. Disponível em: <<https://criticanarede.com/estudoscriticos.html>>. Original disponível em: <<http://induecourse.ca/the-problem-with-critical-studies/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. São Paulo: Centauro, 2005.

HERBRECHTER, Stefan. **Critical posthumanism**. Critical posthumanism: genealogy of posthumanism. Disponível em: <<http://criticalposthumanism.net/critical-posthumanism/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

HERBRECHTER, Stefan. **Posthumanism**. A critical analysis. Nova Iorque: Bloomsbury academic, 2013.

HERNANDEZ MARTINEZ, Efrén Vicente. La biopolítica-impolítica de Roberto Esposito. **Andamios**, México, v. 15, n. 37, p. 213-236, ago. 2018.

HERRERA FLORES, Joaquín. **Los derechos humanos desde la Escuela de Budapest**. Madrid: Tecnos, 1989.

HERRERA FLORES, Joaquín. Os direitos humanos no contexto da globalização: três precisões conceituais. **Lugar Común**. Estudos de mídia, cultura e democracia n. 26. 2008. Laboratório Território e Comunicacao. Universidad Federal do Rio de Janeiro. p. 39-71.

HERRERA FLORES, Joaquín. **Los derechos humanos como productos culturales**. Crítica del humanismo abstracto. Madrid: Libros de la Catarata, 2005.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Cultura jurídica europeia**. Síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

- HILARIO, Leomir Cardoso; CUNHA, Eduardo Leal. Crítica, razão e sociedade: convergência e paralelismo entre Foucault e Adorno & Horkheimer. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 877-899, dez. 2014.
- HIST, Hilda. **132 crônicas: cascos & carícias e outros escritos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- HLAVAJOVA, Maria; BRAIDOTTI, Rosi. **Posthuman Glossary**. Londres: Bloomsbury, 2018.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- HOUELLEBECQ, Michel. **Partículas elementares**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2008.
- INGOLD, Tim. Humanity and Animality. In: INGOLD, Tim. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, 1994. p. 14-32.
- IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Labrys**, estudos feministas. Tradução de Tania Navarro Swain. n. 1-2, jul.-dez. 2002.
- JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica**. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KAUFMANN, Paulus; KUCH, Hannes; NEUHÄUSER, Christian; WEBSTER, Elaine. [Ed.]. **Humiliation, degradation, dehumanization**. Human dignity violated. Nova Iorque: Springer, 2011.
- KEHL, Maria Rita. **18 crônicas e mais algumas**. São Paulo: Biotempo, 2011.
- KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema penal. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 240-249, 2010.
- KIM, Jae-Hee. Transindividual-transversal subjectivity for the posthuman society. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 58, n. 137, p. 391-411, ago. 2017.
- KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2009.
- KÖCHE, José Carlos. **Pesquisa científica**. Critérios epistemológicos. Petrópolis: Vozes: 2005.
- KRISTEVA, Julia. **As novas doenças da alma**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- KUNZRU, Hari; HARAWAY, Donna Jeanne; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- KURTEN, Martin. **White and black posthumanism**. After Consciousness and the Unconscious. Nova Iorque: Springer, 2009.
- KURZ, Robert. Totalitarismo econômico. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 25 de agosto de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs22089916.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2019.
- LACEY, Hugh. A imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas. **Scientia Studiae**, São Paulo, v.9, n.3, p. 487-500, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2017.

- LAM, Tong. **Abandoned futures**. A journey to the posthuman world. Berkeley: Gingko, 2013.
- LASTORIA, Luiz A. Calmon Nabuco. Ethos sem ética: a perspectiva crítica de T.W.Adorno e M.Horkheimer. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 76, p. 63-75, out. 2001.
- LAZZARATO, Mauricio. El funcionamiento de los signos y de las semióticas en el capitalismo contemporáneo. **Palabra Clave**, Chia, v. 15, n. 3, p. 713-725, dez. 2012.
- LAZZARATO, Maurizio. Política da multiplicidade. In: LINS, Daniel; PELBART, Peter Pal. **Nietzsche e Deleuze** – Bárbaros, civilizados. São Paulo: Annablume, 2004. p. 147-157.
- LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**. Campinas: Papirus. 2007.
- LE BRETON, David. **Antropologia do corpo na modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011
- LECOURT, Dominique. **Humano pós-humano**: a técnica da vida. São Paulo: Loyola, 2005.
- LEMKE, Thomas. **Introducción a la biopolítica**. Tradução de Lidia Tirado Zedillo. México: FCE, 2017.
- LEMM, Vanessa. Nietzsche y la biopolítica: cuatro lecturas de nietzsche como pensador biopolítico. **Ideas y Valores**, Bogotá, v. 64, n. 158, p. 223-248, maio 2015.
- LE MOS, Flávia Cristina Silveira et al. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 332-340, ago. 2015. p. 340.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Diálogos com Philippe Nemo. Lisboa: Edições 70, 1988.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. 5. ed. Tradução de Pergentino S. Pivatto. Anisio Meinerz; Jussemar da Silva [et.al.]. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 237.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. 3. ed. Tradução de Pergentino S. Pivatto [Coord.]; Anisio Meinerz; Jussemar da Silva [et.al.]. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LIMA, Deyvison Rodrigues. Do impolítico ao das Politische: notas sobre um diálogo ausente entre Roberto Esposito e Carl Schmitt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 95-118, jun. 2018.
- LIPPERT-RASMUSSEN, Kasper; THOMSEN, Mads Rosendahl; WAMBERG, Jacob. **The Posthuman Condition**: Ethics, Aesthetics and Politics of Biotechnological Challenges. Copenhagen: Aarhus University Press, 2012.
- LISPECTOR, Clarice. **Ao correr da máquina**. Crônica publicada no Jornal do Brasil em 17 de abril de 1971. Portal da Crônica Brasileira. Disponível em: <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/12672/ao-correr-da-maquina>>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- LISPECTOR, Clarice. **Literatura e justiça**. Portal da Crônica Brasileira. Disponível em: <<https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/12673/literatura-e-justica>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. In: LISPECTOR, Clarice. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964.

LISPECTOR, Clarice. **Todas as crônicas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

LOBOS ZUZUNAGA, Miguel. El origen de lo político dentro de lo impolítico espositano: comentário clarificador de la política como técnica en Roberto Espósito. **Rev. filos.**, Santiago, v. 74, p. 109-118, nov. 2018.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LUDUEÑA ROMADINI, Fabian. **La comunidad de los espectros**. Antropotecnica. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010. p. 214.

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**. Paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito, 2006.

LYOTARD, Jean-François. **O inumano** - considerações sobre o tempo. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

MACCORMICK, Neil. **Argumentação jurídica e teoria do direito**. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. O conceito de racionalidade em Habermas: a 'guinada lingüística' da teoria crítica. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 11, p. 31-44, dez. 1988.

MADARIAGA, Aldo. Variedades de capitalismo y sus contribuciones al estudio del desarrollo en América Latina. **Polít. gob**, México, v. 25, n. 2, p. 441-468, dez. 2018.

MAGALHAES, Belmira; MARIANI, Bethania. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Ling. (dis)curso (Impr.)**, Tubarão, v. 10, n. 2, p. 391-408, ago. 2010.

MANSILLA, Hugo Celso Felipe. Contra la práctica tan aplaudida de hacer pasar elementos autoritarios como diferencias culturales de origen autóctono. **Enfoques**, Libertador San Martín, v. 23, n. 1, p. 5-21, jun. 2011.

MANSILLA, Hugo Celso Felipe. El desamparo humano en medio de los procesos de modernización. Un breve ensayo de filosofía política en torno al totalitarismo con especial referencia al Tercer Mundo. **Sig. Fil**, México, v. 18, n. 35, p. 110-139, jun. 2016.

MANSILLA, Hugo Celso Felipe. La necesidad de cuestionar prácticas autoritarias consideradas como diferencias culturales. **Estud. polít.** (Méx.), México, n. 23, p. 179-196, ago. 2011.

MANZOCCO, Roberto. **Transhumanism**: Engineering the Human Condition: History, Philosophy and Current Status. Nova Iorque: Springer International Publishing, 2019.

MARCHESINI, Roberto. **Il tramonto dell'uomo**: la prospettiva post-umanista. Bari: Dedalo, 2009.

MARCHESINI, Roberto. O pós-humanismo como ato de amor e hospitalidade. Entrevista IHU online, **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: < <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/494-roberto-marchesini-1>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

- MARCHESINI, Roberto. **Post-human**. Verso i nuouvi modelli di esistenza. Turim: Bollati Boringhieri, 2002.
- MARCUSE, Herbert. A responsabilidade da ciência. **Scientia Studiae**. São Paulo, v.7, n.1, p. 159-164, mar. 2009.
- MARQUES, Claudia Lima. A crise científica do Direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. In: **Anais da I Conferência Científica do Salão de Iniciação Científica UFRGS**, Rumos da Pesquisa-Múltiplas Trajetórias, Porto Alegre, p. 95-108, 1999.
- MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-146, jan. 2018.
- MARQUEZ COVARRUBIAS, Humberto. La gran crisis del capitalismo neoliberal. **Andamios**, México, v. 7, n. 13, p. 57-84, ago. 2010.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **Crônicas: 1961-1984**. Tradução de Leo Schlafman. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- MARRAS, Stelio. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 69, p. 250-266, abr. 2018.
- MARTINEZ POSADA, Jorge Eliécer; GUARIN SALAZAR, Yudy Alejandra. Aproximación a una cartografía conceptual de la biopolítica. **Rev. Latinoam. Bioet.**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 100-117, jul. 2014.
- MARTINEZ RUIZ, Xicoténcatl. La escritura académica: revuelta y representación. **Innov. educ.**, México, v. 14, n. 65, p. 11-15, ago. 2014.
- MARTINS, André; SANTIAGO, Homero; OLIVA, Luís César [Org.]. **As ilusões do eu**. Spinoza e Nietzsche. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MARTINS, Francisco Menezes. Interfaces, visibilidade e devir pós-orgânico. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 11, p. 1-8, jul.-dez. 2004.
- MARTINS, Hermínio. **Experimentum humanum**: civilização tecnológica e condição humana. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- MARTINS, Luiz Paulo Leitão. O encontro Lacan-Foucault entre a crítica, a interlocução e a resistência. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 427-430, dez. 2018.
- MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. **Pensar o corpo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1537-1554, out. 2018.
- MASO, Joana. Comunidad literaria y deconstrucción: Entre el fin del relato y la archi-escritura: Blanchot, Kofman, Derrida. **Acta poét**, México, v. 30, n. 2, p. 121-134, nov. 2009.
- MASSUMI, Brian. A arte do corpo relacional: do espelho-tátil ao corpo virtual. **Galáxia**, São Paulo, n.31, p. 05-21, abr. 2016.
- MAYBURY-LEWIS, David. A antropologia numa era de confusão. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 15-23, out. 2002.

- MAZZUOLI, Valério de Oliveira; GOMES, Luiz Flávio. **Direito supraconstitucional**. Do absolutismo ao Estado Constitucional e Humanista de Direito. São Paulo: RT, 2010.
- MBAYA, Etienne-Richard. Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 17-41, 1997.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Espanha: Melusina, 2011.
- MEDEIROS, Jonas Torres. Paul Ricoeur, leitor de Freud: contribuições da psicanálise ao campo da filosofia hermenêutica. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 73-107, 2015.
- MELO, Rúrion. Crítica e contradição: qual herança marxista? **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 90, p. 21-32, jul. 2011.
- MELO, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, ago. 2011.
- MENDES, Cristiano. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 45-59, jun. 2015.
- MENDONCA, Daniel de. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**, São Paulo, n. 91, p. 135-167, abr. 2014.
- MENDONCA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián. O fundamento como "fundamento ausente" nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 164-194, abr. 2016.
- MEYER, Emílio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de [Org.]. **Justiça de Transição nos 25 anos da Constituição de 1988**. Belo Horizonte: Initia Via, 2014.
- MISKOLCI, Richard. Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 681-693, dez. 2006.
- MONDIN, Battista. **O homem, quem é ele?** Elementos de Antropologia Filosófica. Tradução de R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Paulus, 1980.
- MONTOYA-JUAREZ, Jesús. La velocidad de los cuerpos: mercado, distopía y desecho en Los días de la peste, de Edmundo Paz Soldán. **Co-herencia**, Medellín, v. 16, n. 30, p. 159-187, jun. 2019.
- MORESO, Josep Joan. **Lógica, argumentación e interpretación en el derecho**. Barcelona: UOC, 2006.
- MORRISON, Wayne. **Filosofia do direito**. Dos gregos ao pós-modernismo. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MULLER, Friedrich. **Fragmento (sobre) o poder constituinte do povo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, p. 14-20, 2007.
- NAYAR, Pramod. **Posthumanism**. Cambridge: Polity Press, 2014.
- NEGRI, Antonio. **De volta**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- NEGRI, Antonio. **Exílio**: seguido de Valor e afeto. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Glob(al)**: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada. São Paulo: Record, 2005.

- NERCESIAN, Inés. Debates en torno a los gobiernos posneoliberales: Un estado de la cuestión. **Rev. Pilquen. secc. cienc. soc.**, Viedma, v. 20, n. 3, p. 1-18, set. 2017.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Tradução de Alfredo Margarido. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. Um livro para todos e para ninguém. Tradução de Carlos Duarte e Anna Duarte. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. Um livro para espíritos livres. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- NINO, Carlos Santiago. **El constructivismo ético**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
- NINO, Carlos Santiago. **Ética y Derechos Humanos**. Barcelona: Ariel, 1989.
- NINO, Carlos Santiago. **Introducción al Análisis del Derecho**. Buenos Aires: Astrea, 1980.
- NOBRE, Marcos. Os modelos críticos de Max Horkheimer. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 153-163, jul. 2013.
- NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismos e anti-humanismos**. Introdução à antropologia filosófica. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. La formación como "antropotécnica". Aproximación al concepto de Peter Sloterdijk. **Pedagogía y Saberes**, Bogotá, n. 47, p. 23-30, dez. 2017.
- NOTO, Carolina de Souza. Da ilusão transcendental à ilusão antropológica: Foucault em defesa de Kant. **Cadernos De Ética E Filosofia Política**, n. 18, p. 73-88, 2018.
- NOVAES, Adauto. (Org.). **O homem-máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- NOVAES, Joana de Vilhena. O corpo pós-humano: notas sobre arte, tecnologia e práticas corporais contemporâneas. **Trivium**, Rio de Janeiro, v.II, p.406 - 419, 2010.
- NUNES, Tiago Ribeiro; RIVERA, Tania. Visões da carne infinita. **Trivium**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, pp. 68-83, 2011.
- Ó, Jorge Ramos do. Ouvir falar o pensamento, aprender a falar o pensamento no interior da universidade: o testemunho dos "professores" Michel Certeau, Gilles Deleuze, Michel Foucault e Roland Barthes. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019.
- OLIVEIRA JR, Wagner Lafaiete de. **Bioconservadorismo e transhumanismo: a questão do melhoramento humano através das biotecnologias - Uberlândia**. 2018. 98f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- OLIVEIRA, João Manuel de. A necropolítica e as sombras na teoria feminista. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 29, p. 69-82, 2014.
- OLIVEIRA, Joelson [Org.]. **Filosofia animal**. Humano, animal, animalidade. Curitiba: PUCPress, 2016.
- OLIVEIRA, Luiz Fernando de. Paixão, criação, ética e cientificidade nas pesquisas compreensivas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 990-995, dez. 2015.

- OLIVEIRA, Marcia Betania de. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.
- OLIVIER, Bert. The subject: Deleuze-Guattari and/or Lacan (in the time of capitalism)? **Phronimon**, Pretoria, v. 15, n. 1, p. 46-66, jan. 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação de Viena – 1993**. Adotada consensualmente, em plenário, pela Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 25 de junho de 1993.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos - 1969 (Pacto de San José da Costa Rica)**. Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José de Costa Rica, em 22 de novembro de 1969 e ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992.
- PALAU-SAMPIO, Dolors. Las identidades de la crónica: hibridez, polisemia y ecos históricos en un género entre la literatura y el periodismo. **Palabra Clave**, Chia, v. 21, n. 1, p. 191-218, abr. 2018.
- PALOMBINI, Analice de Lima. Lacan, Deleuze e Guattari: escritas que se falam. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. spe, p. 39-42, 2009.
- PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Sujeição e singularidade nos processos de subjetivação. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 23-38, jan. 2004.
- PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... **Saude soc.**, São Paulo, v. 24, p. 19-26, jun. 2015. p. 21.
- PELBART, Peter Pál. **Vida capital**. Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 24.
- PEPPERELL, Robert. **The posthuman condition**: consciousness beyond the brain. Oregon: Intellect, 2003.
- PEREIRA, Paulo Fernando Soares; SANTANA, Ana Claudia Farranha. Poderes, Direito e Dominação: a tomada de consciência e a inclusão de outros sujeitos a partir de questões raciais. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 56-93, 2017. p. 90.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEREZ BERNAL, Ángeles Ma. del Rosario; BACARLETT PEREZ, María Luisa. De la crisis de la comunidad a la comunidad de la crisis: algunas paradojas del estar en común. **Arete**, Lima, v. 25, n. 2, p. 307-335, 2013. p. 335.
- PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PINTO NETO, Moysés. A estranha instituição da literatura no multiverso dos espectros. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 114-126, jun. 2015.
- PIRES, Eduardo Weinhardt. A crise do capitalismo como crise de subjetividade. **Galáxia**, São Paulo, n. 30, p. 191-196, dez. 2015.

- POPPER, Karl. A responsabilidade moral do cientista. In: NOTTURNO, M. A. **O mito do contexto**: em defesa da ciência e da racionalidade. Tradução de Paula Taiper. Lisboa: Edições 70, 1996. p. 153-162.
- PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. **Bioética**, Brasília, v.13, n.1, p. 111-123, 2005.
- POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.
- POTTER, Van Rensselaer. **Bioethics**: bridge to the future. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1971.
- PULIDO-CORTES, Oscar; GOMEZ-GOMEZ, Leonor. Sobre la escritura como experiencia. **Prax. Saber**, Tunja, v. 8, n. 16, p. 9-13, abr. 2017.
- PUTTINI, Rodolfo Franco; PEREIRA JUNIOR, Alfredo. Além do mecanicismo e do vitalismo: a “normatividade da vida” em Georges Canguilhem. **Physis**. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 3, v. 17, p. 451-464, 2017.
- QUINTANA, Laura. Singularización política (Arendt) o subjetivación ética (Foucault): dos formas de interrupción frente a la administración de la vida. **rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 43, p. 50-62, ago. 2012.
- RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-162, fev. 2011.
- RAMIREZ, Mario Teodoro. Devenir inmortal. La crítica de Quentin Meillassoux a la filosofía de la inmanencia de Gilles Deleuze. **Sig. Fil**, México, v. 18, n. 35, p. 32-51, jun. 2016.
- RAMOS, Graciliano. **Linhas tortas**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RAQUEL, Fernanda. Dormir, talvez sonhar: temporalidade, percepção e resistência. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, n. 32, p. 201-205, ago. 2016.
- REINHARDT, Bruno Mafrá Ney; PEREZ, Léa Freitas. Da Lição de Escritura. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 233-254, dez. 2004.
- RESTREPO, Gabriel. La promesa de Telémaco: arqueología del sujeto. **Univ.humanist.**, Bogotá, n. 65, p. 49-72, jun. 2008.
- RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Trad. M.F. Sá Correia. Porto: Rés, 1988.
- RIFNKIN, Jeremy. **O século da biotecnologia**. Tradução de Arão Sapiro. São Paulo: Makron Books, 1999.
- RODRIGUES, André Luis. As três margens do rio e o vertiginoso fluxo da vida. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 221-233, abr. 2016.
- RODRIGUES, Nelson. **O melhor de Nelson Rodrigues**. Teatro, contos e crônicas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- ROJAS, David. El TLC: poder y representación en el capitalismo contemporáneo. **Colomb.Int.**, Bogotá, n. 61, p. 116-133, jan. 2005.

- ROSSI, Luis Sebastián Ramón. Deleuze: cartografia genealógica del capitalismo contemporáneo. **Cienc. docencia tecnol.**, Concepción del Uruguay, n. 55, p. 195-201, nov. 2017.
- ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito**. Antropologia jurídica da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- RÜDIGER, Francisco. **Cibercultura e pós-humanismo**. Exercícios de arqueologia e criticismos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- RUFFINI, María Luz. El enfoque epistemológico de la teoría crítica y su actualidad. **Cinta moebio**, Santiago, n. 60, p. 306-315, dez. 2017.
- RÜTHERS, Bernd. **Derecho degenerado**. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich. Tradução de Juan Antonio García Amado. Madrid: Marcial Pons, 2016.
- SAID, Edward Wadie. **Humanismo e crítica democrática**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAIDEL, Matías Leandro. Form(s)-of-life: agamben's reading of Wittgenstein and the potential uses of a notion. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 37, n. 1, p. 163-186, abr. 2014.
- SALAZAR GUTIERREZ, Salvador. Subjetividades disidentes y el (des)dominio del biopoder paralegal: la producción sociocultural de los cuerpos en Ciudad Juárez, México. **Culturales**, Mexicali, v. 2, n. 2, p. 157-177, dez. 2014.
- SALES, Alessandro Carvalho. Deleuze e A lógica do sentido: o problema da estrutura. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 29, n. 2, p. 219-239, 2006.
- SALOMON, Dêlcio Vieira **A maravilhosa incerteza**. Ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SÁNCHEZ RUBIO, David; HERRERA FLORES, Joaquín; CARVALHO, Salo [Coord.]. **Direitos humanos e globalização**: fundamentos e possibilidades desde a Teoria Crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2002.
- SANTAELLA, Lucia. **Culturas e Artes do Pós-Humano**. Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cor do tempo quando foge**: uma história presente, crônicas 1986-2013. São Paulo: Cortez, 2014.
- SANTOS, Laymert Garcia. Demasiadamente pós-humano. **Revista Novos estudos**, n. 72, CEBRAP, jul. 2005. p. 161-175.
- SANTOS, Reginaldo Souza [et al]. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1011-1034, dez. 2016.
- SCARPELLI, Uberto. **Bioética laica**. Milano: Baldini e Castoldi, 1998.
- SCARPELLI, Uberto. **L'etica senza verità**. Bologna: Il Mulino, 1982.
- SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética como forma de resistência à biopolítica e ao biopoder. **Revista Bioética**, Brasília, n.3, v.18, p. 519-535, 2010.

- SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética de proteção é pertinente e legítima? **Bioética**, Brasília, v. 19, n.3, p. 713-724, 2011.
- SCHRAMM, Fermin Roland. A bioética de proteção: uma ferramenta para a avaliação das práticas sanitárias? **Ciência & Saude Coletiva**, v. 22, p. 1531-1538, 2017.
- SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da Proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Bioética**, Brasília, v. 16, p. 11-23, 2008.
- SCHRAMM, Fermin Roland. Dialética entre liberalismo, paternalismo de Estado e biopolítica: análise conceitual, implicações bioéticas e democráticas. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 10-17, abr. 2014.
- SCHRAMM, Fermin Roland; PALÁCIOS, Marisa; REGO, Sergio. O modelo bioético principialista para a análise da moralidade da pesquisa científica envolvendo seres humanos ainda é satisfatório? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 13, p. 361-370, 2008.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. v.20, n.2, jul./dez. 1995, p. 71-99.
- SEBASTIAN ANTONELLI, Marcelo. Pensar la inmanencia: Gilles Deleuze y Francois Jullien*. **Eidos**, Barranquilla, n. 19, p. 81-106, jul. 2013.
- SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**. Conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**. Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- SEIXAS, Rogério Luis. Qual o sentido de uma Ontologia Crítica de nós mesmos em Michel Foucault? **Ítaca**, n. 15, out. 2010.
- SENELLART, Michel. A crítica da razão governamental em Michel Foucault. **Tempo soc.**, São Paulo, v.7, n.1-2, p. 1-14, out. 1995.
- SEOANE C, Javier B. Antropología filosófica y teoría social. **Episteme**, Caracas, v. 27, n. 2, dez. 2007.
- SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- SHARON, Tamar. **Human nature in an age of biotechnology**. The Case for Mediated Posthumanism. Nova Iorque: Springer, 2014.
- SHEEHAN, Paul. Postmodernism and Philosophy. In: CONNOR, Steven [Ed.]. **The Cambridge Companion to Postmodernism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 20-42.
- SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- SIEBERT, Silvânia. A crônica brasileira tecida pela história, pelo jornalismo e pela literatura. **Ling. (dis)curso**, Tubarão, v. 14, n. 3, p. 675-685, dez. 2014.
- SILVA, Alyne Alvarez; MELLO, Ricardo Pimentel. Subjetivação e governamentalidade: questões para a psicologia. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 367-387, ago. 2011.

SILVA, Leonardo Eustáquio; DRUMMOND, Adriano; GARRAFA, Volnei. Bioética de intervenção: uma prática politizada na responsabilidade social. **Universitas**. Ciências da Saúde, Brasília, v.9, p.111-119, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu [Org.]. **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Denis Coitinho. Além da dicotomia fato/valor: justificação e legitimação. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 1, p. 165-186, abr. 2013.

SILVEIRA, Ronie Alexsandro Teles da; HUNING, Simone Maria. A tutela moral dos comitês de ética. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 388-395, ago. 2010.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: the End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Londres: Harvard University Press, 2018

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta a carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SOLORZANO ESQUEDA, Lilia. Escritura y esquizofrenia. **Valenciana**, Valenciana, v. 6, n. 11, p. 276-280, jun. 2013.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SORGNER, Stefan Lorenz. Nietzsche, the Overhuman, and Transhumanism. **Journal of Evolution and Technology**, v. 20, p. 29-42, mar. 2009. Disponível em: <<http://jetpress.org/v20/sorgner.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

SORIANO HERNANDEZ, Silvia. La democracia disciplinaria: El proyecto posneoliberal para América Latina. **Latinoamérica**, México, n. 55, p. 316-322, dez. 2012.

SOTELO VALENCIA, Adrián. El capitalismo contemporáneo en el horizonte de la teoría de la dependencia. **Argumentos (Méx.)**, México, v. 26, n. 72, p. 77-95, ago. 2013.

SOUTO, Caio. A articulação saber-poder no debate entre Chomsky e Foucault. **Anais do seminário dos estudantes de pós-graduação em filosofia da UFSCar**, 2014, 10a edição. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~sempgpgfil/wp-content/uploads/2012/05/8-Caio-Souto.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SOUZA, Pedro Fernandez de; FURLAN, Reinaldo. A questão do sujeito em Foucault. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 325-335, dez. 2018.

SPANIOL, Werner. Formas de Vida: significado e função no pensamento de Wittgenstein. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 17, p. 11-31, 1990.

STAGL, Jakob. Domani l'impersonale sarà il genere umano? **Rev. estud. hist.-juríd.**, Valparaíso, n. 38, p. 377-391, ago. 2016.

STAGL, Jakob. El concepto jurídico de persona y la filosofía del "impersonal". **Pers.Bioét.**, Chia, v. 19, n. 2, p. 278-289, jul. 2015.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Philosophy of Technology. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2013, ZALTA, Edward N. (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/technology/>>.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 163-183, abr. 2014. p. 182.

- STEVENSON, Leslie; HABERMAN, David L. **Dez teorias da natureza humana**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 329.
- STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 35-56, mar. 2012.
- STROUD-DRINKWATER, Clive. Defending logocentrism. **Philosophy and literature**, a. 25, n. 1, p. 75-86, 2001.
- STUBS, Roberta; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; PERES, Wiliam Siqueira. A potência do cyborg no agenciamento de modos de subjetivação pós-identitários: conexões parciais entre arte, psicologia e gênero. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 785-801, dez. 2014.
- SUNKEL, Claudio E. Um século para a biologia. **Observador Portugal**, Caderno Ciência. 17 jan. 2016. Disponível em: <<http://observador.pt/opiniaio/um-seculo-biologia/>>. Acesso em: 13 out. 2018.
- SUPIOT, Alain. **Homo juridicus**. Ensaio sobre a função antropológica do direito. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- SUSSEKIND, Felipe. Sobre a vida multiespécie. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 69, p. 159-178, abr. 2018.
- SYLLA, Bernhard. Roland Barthes: “A língua é fascista”: aproximações a um topos da filosofia do século XX. **Diacrítica**, Braga, v. 29, n. 2, p. 135-147, 2015.
- TEIXEIRA, João de Fernandes. **A mente pós-evolutiva**: a filosofia da mente no universo do silício. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TESTER, Keith. **The inhuman condition**. Londres: Routledge, 1995.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THOMSON, George. **The human essence**: the sources of science and art. Londres: China Policy Study Group, 1974.
- TIBURI, Marcia. Faça amor, não faça guerra. Desejo de democracia. **Revista Cult**. 11 mar. 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/faca-amor-nao-faca-guerra/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.
- TOLENTINO, Eliana da Conceição; OLIVEIRA, Laís Maria de. Despindo a narrativa: uma poética felina (apontamentos acerca da alteridade). **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 56, 2019.
- TOMANIK, Eduardo Augusto. A ética e os comitês de ética em pesquisa com seres humanos. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 395-404, jun. 2008.
- TORELLY, Marcelo. **Governança Transversal dos Direitos Fundamentais**: Experiências Latino-Americanas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- TRAJANO, Tagore. Direito Animal e Pós-Humanismo: formação e autonomia de um saber pós-humanista. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, v. 02, p. 2001-2066, 2015.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Dilemas e desafios da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no limiar do século XXI. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 167-177, jun. 1997. p. 172.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **International law for humankind** - towards a new jus gentium (I). Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye, v. 316, 2005.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997. 3. V.

TRISCHLER, Helmuth. El Antropoceno, ¿un concepto geológico o cultural, o ambos?. **Desacatos**, México, n. 54, p. 40-57, ago. 2017.

TROPER, Michel. **A filosofia do direito**. Tradução de Ana Deiró. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TRUJILLO, Iván. La soberanía más allá de la instancia del poder y del dominio en torno a la bio-política de Jacques Derrida. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 73-94, jun. 2018.

TUDELA SANCHO, Antonio. Identidad y poder en las sociedades de control. **RF**, Maracaibo, v. 27, n. 61, p. 7-37, abr. 2009. SEBASTIAN ROSSI, Luis. Agenciamientos en las sociedades de control. **Cult.-hombre-soc.**, Temuco, v. 28, n. 1, p. 177-206, jun. 2018.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos** – 2005. Adotada por aclamação em 19 de outubro de 2005 pela 33a. Sessão da Conferência Geral da UNESCO em Paris. Disponível em: <
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/UNESCO-Organiza%C3%A7%C3%A3o-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-para-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%A2ncia-e-Cultura/declaracao-universal-sobre-bioetica-e-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 30 maio 2017.

VACCARO, Salvo. Biopolítica e zoopolítica. In: **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 37, n. 2, 2011. p. 41-58.

VALENZUELA ECHEVERRI, Carlos Eduardo. Semblanza de una escritura hecha "presencia". **Nómadas**, Bogotá, n. 39, p. 247-256, jul. 2013.

VALENZUELA, Francisco; SANCHEZ, Gustavo. Una interpretación lacaniana del trabajo identitario en el Estado emprendedor: El caso de Chile. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 17, n. 3, p. 64-74, nov. 2018. p. 73-74.

VANDENBERGHE, Frederic. Jamais fomos humanos. **Liinc em Revista**, v. 6., 2010. p. 215-234.

VANDRESEN, Daniel Salésio; GELAMO, Rodrigo Pelloso. O ensino de filosofia e a criação dos modos de vida. **Nómadas**, Bogotá, n. 46, p. 47-63, jun. 2017.

VECINDAY, Laura. La orientación de la política social en el ciclo de recuperación "posneoliberal" en Uruguay (2005-2015). **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 245-264, ago. 2017.

VEGA, Facundo. El Schmitt de Esposito. ¿Amigo o enemigo de la Communitas? **Postdata**, Buenos Aires, v. 22, n. 1, p. 1-40, jun. 2017.

VEYNE, Paul. **Acreditaram os gregos nos seus mitos?** Lisboa: Edições 70, 1983. p. 145.

- VIESENTEINER, Jorge Luiz. Nietzsche e Deleuze: sobre a arte de transfigurar. **Discus.Filos**, Manizales, v. 12, n. 18, p. 187-204, jul. 2011.
- VILACA, Murilo Mariano; DIAS, Maria Clara Marques. Transumanismo e o futuro (pós-)humano. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 341-362, 2014. p. 362.
- VINOLO, Stéphane. **René Girard**: do mimetismo à hominização. Tradução de Rosane Pereira e Bruna Beffart. São Paulo: É Realizações Editora, 2011.
- VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999.
- VIRILIO, Paul. **A guerra pura**. A militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro: Edições 34, 1993.
- VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.
- VOIROL, Olivier. Teoria Crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 81-99, jul. 2012.
- WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 16-22, dez. 2006.
- WEIRCHERT, Marlon A. **Justiça Transicional**. São Paulo: Estúdio Editores, 2015.
- WEIS, Carlos. **Direitos humanos contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2014.
- WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. São Paulo: Vozes, 2012.
- WILLIAMS, Melissa. **Transitional Justice**. Nova Iorque: NYU Press, 2012.
- WOLF, Paulo José Whitaker; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Os Estados de Bem-Estar Social da Europa Ocidental: tipologias, evidências e vulnerabilidades. **Econ. soc.**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 661-694, dez. 2016.
- WOLFE, Cary. **What is posthumanism?** Minnesota: University Minnesota, 2010.
- WOLFF, Francis. **Nossa humanidade**: de Aristóteles às neurociências. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2012.
- WOLFF, Francis. **Três utopias contemporâneas**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Unesp, 2018. p. 25-43.
- WOLKMER, Antonio Carlos. [Coord.]. **Fundamentos do humanismo jurídico no ocidente**. Barueri: Manole; Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.
- WOODWARD, Ashley. **Nietzscheismo**. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 278-310.
- YAMAMOTO, Eduardo Yuji. A comunidade dos contemporâneos. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 60-71, dez. 2013.
- YANNOULAS, Silvia Cristina. Ética em pesquisa: temas globais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 944-945, abr. 2009.
- YELIN, Julieta. Leer y escribir la vida. Aproximaciones a una perspectiva biopoética. **Lit. teor. hist. crit.**, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 321-336, jun. 2019.
- ZAPATA DIAZ S.J., Guillermo. La hermenéutica política de Paul Ricoeur. **Univ. philos.**, Bogotá, v. 29, n. 59, p. 267-281, dez. 2012.

ZARATE CUELLO, Amparo de Jesús. ¿Es el aborto un derecho sexual y reproductivo de la mujer? Análisis desde el bioderecho, la bioética, la biopolítica y la biojurídica en Estados Unidos, España y Colombia. **Rev.Latinoam.Bioet.**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 12-27, jul. 2014.

ZIZEK, Slavoj. **Alguém disse totalitarismo?** Cinco intervenções no (mau) uso de uma noção. São Paulo: Boitempo, 2013.

ZIZEK, Slavoj. **Like a Thief in Broad Daylight.** Power in the Era of Post-Human Capitalism. Londres: Penguin Books, 2018.

ZUBERO BEASCOECHEA, Imanol. Espectadores del dolor ajeno: una imagen no vale más que mil palabras. **rev.estud.soc.**, Bogotá, n. 57, p. 89-99, set. 2016.

ANEXO I – CRÔNICAS

O QUE UM GOVERNO NÃO REVOGA³⁹⁷

Um governo não revoga moradas. Um governo não revoga átimos. Um governo não revoga recônditos. Um governo não revoga pessoas, nem sujeitos, indivíduos, coletividades, assentamentos, acampamentos, condomínios de luxo com carros blindados. Um governo não revoga seres humanos, nem animais, nem o meio ambiente, nem o microcosmos, nem o macrocosmos, muito menos jovens ou velhos, ou o tédio e o cansaço. Um governo não revoga formigas incessantes, cigarras estridentes, escorpiões derradeiros ou sapos desavisados. Um governo não revoga o cheiro do café, do pão fresco e do gramado após a chuva, ou o gosto pecaminoso da manteiga, nem a rejeição ou a injúria. Um governo não revoga heranças intelectuais, nem inquietações do pensamento, nem revoga pensamentos sequer, nem aqueles mais perversos e sacanas, por mais que a ressonância magnética avance em suas técnicas e entre em cada molécula do cérebro como um carrasco ansioso, um governo não revoga mentalidades, porque um governo não revoga corpos e não revoga fluídos corporais. Um governo não revoga os prazeres únicos da sua vida, nem as mais íntimas lembranças vividas, porque um governo não revoga antigos álbuns com fotos cianéticas. Um governo não revoga a salivação ou as contrações do orgasmo ou do parto. Um governo não revoga a historicidade, nem tampouco qualquer ontologia pode ser revogada por qualquer governo, por mais que o governo tenha quentes contatos teológicos e ainda que o governante encarne deidades de vez em quando, ou com elas firme consórcios. Um governo não revoga a metafísica e não revoga a consciência jurídica universal, porque não é incendiando documentos que um governo revoga o Direito, e um governo não revoga palácios da paz ou da justiça nem tampouco revoga o efeito Tyndall ou a geometria do olhar. Um governo não revoga o Eclesiastes. Um governo não revoga Primo Levi ou Alexander Soljenítsin ou Paul Célan. Um governo não revoga o Hospital Colônia de Barbacena. Um governo não revoga o sentimento íntimo de liberdade que anima todos os homens, mesmo aqueles cuja vontade

³⁹⁷ VENTURI, E. R. O que um governo não revoga?. **GGN O jornal de todos os brasis**, 04 jan. 2019.

Este texto foi escrito, precisamente, no início do ano de 2019, em Curitiba. Não se dedica a "um governo", mas a "qualquer governo", ou, ainda, a um "governo qualquer". Este texto foi escrito em 2019, mas poderia ter sido em 1999, 1989 ou antes, ou depois – o que não significa que ele seja, ou que pretenda ser, atemporal, ahistórico ou universal. Os pensamentos que formam este texto foram vividos para muito antes de 2019. Pretende-se significar pelo texto que se assume uma postura e um compromisso contra certos tipos de governo dentro de formas de governo. O texto, pois, se dedica a "qualquer governo" quando se apresenta como "um governo" que, sempre, nunca pode revogar muito, ou o tanto que gostaria – dadas as limitações insuperáveis da soberania, do Estado, do Direito, que, embora endeusados e mortíferos, não são deidades. Nem esquerda, nem direita, nem centro, nem neutro, nem imparcial, nem dogmático, nem destrutivo, nem destrutivo, nem autoritário, nem totalitário, nem democrático, nem metafísico, nem político: a normatividade da vida deseja mais do que a subsunção do seu potencial a projetos de poder individuais, de indivíduos ou de corporações públicas ou privadas, e suas forças simpatizam apenas àquelas ambientações que não instituem políticas de morte e de subjugamento; que reconhecem singularidades, impessoalidades, pluralidades, multiplicidades. A forma do texto é imprescindível: seu parágrafo único é o signo do corte de um rastro, a imposição de uma moldura, na qual o "antes" e o "depois" devem sangrar da imagem: há muito mais que um governo não revoga, havia e haverá; há a infinitude e a eternidade para toda a porosidade do texto, e um texto não passa de um vazamento no vazio, linhas de espaços negativos, estênceis que afirmam o quanto maior é o não-enunciado, o não-apreendido, o não-dito, o indizível: o irrevogável e o ininstituível. São estas as liberdades que se manifestam. Que se reivindicam. Que não se revoga.

foi consumida pela vontade de poder. Um governo não revoga corações, nem a afetividade que une as pessoas, que cria famílias e projetos de vida. Um governo não revoga as falácias, nem as inversões ideológicas, nem os vieses. Um governo não revoga nem mesmo o ódio que rompe relações e que pretende impor um padrão de existir a todas as existências: um governo não revoga a existência. Um governo não revoga as leis da Hermenêutica, ou as regras da Argumentação, ou os princípios da Estética, ou o alcance da Semiótica, ou os universos infinitos da Arte, ou a maior arma humana já criada: um governo não revoga a Literatura, nem tampouco resvala na memória ou nas adaptações para o cinema. Um governo não revoga a Linguagem. Um governo não revoga a criatividade, e mesmo que ele exile, trancafie, torture, decepe, extirpe, defenestre, desmembre, um governo não revoga a criatividade. Um governo não revoga cores, nem vozes, nem notas musicais, nem acordes, muito menos um governo revoga gramáticas ou revoga os aromas ou os sabores, nem choros, gritos ou sorrisos. Um governo não revoga Fassbinder nem revoga Tchaikovsky. Um governo não revoga o passado, nem as crianças violentadas que um dia fomos pelos estigmas, pelos preconceitos, pelo ódio contra o ser, puro e simples: ser. Um governo não revoga as opressões dos nossos antepassados e suas vulnerabilidades. Um governo não revoga a Física, muito menos a Quântica. Um governo não revoga a morte, muito menos a esperança do reencontro com os mortos, ou as expectativas dos não nascidos, ou dos necessitados de eutanásia. Um governo não revoga todos os abraços sinceros que já foram dados até hoje. Um governo não revoga o tempo, nem revoga ampulhetas. Um governo não revoga direitos humanos, nem direitos fundamentais, nem direitos de personalidade ou direitos subjetivos, ou qualquer direito um governo não revoga direitos. Um governo não revoga o sangue. Um governo não revoga o Direito Natural, nem o Direito Positivo, nem o Realismo Jurídico, nem o Estado, nem o ordenamento jurídico, nem a Cidadania. Um governo não revoga o estado da arte de qualquer assunto que venha a discutir. Um governo não revoga o cometa da destruição, nem a morte do sol. Um governo não revoga a liberdade de consciência, nem a experiência do mundo interior, nem o discernimento, a culpa, o remorso ou o orgulho. Um governo não revoga as racionalidades múltiplas, nem as inteligências múltiplas, nem a dor, nem o sofrimento, nem o suicídio. Um governo não revoga o corpo curvado do idoso, ou olhar vazado da mãe que perdeu o filho, ou o hematoma da mulher agredida, ou o calvário do aborto. Um governo não revoga a Rebeldia, a Transgressão, a Oposição, a Resistência, a Insurgência, a Insubordinação, a Desobediência, a Espiritualidade, a Vanguarda, o Experimentalismo, o Expressionismo, nem a imanência ou a transcendência um governo não revoga o éter, o álcool, o mel. Um governo não revoga o Espanto, o Abismamento, o choque com nossa infinita miséria, com nossa infinita capacidade de sermos mesquinhos, ou de sermos pequenos, egoístas, egocêntricos, ignorantes, um governo não revoga nossa humanidade naquilo que ela tem de grandiosa e naquilo que ela tem de medíocre. Um governo não revoga o banzo. Um governo não revoga a percolação. A vontade de poder, a vontade de saber, a vontade de conhecer, a vontade de ser, um governo não revoga a Vida. Um governo não revoga o infinito. Um governo não revoga os cavalos e os tigres de Rubens, absolutamente. Um governo não revoga a simpatia ou a gentileza. Um governo não revoga nem a civilização nem a barbárie, nem o cru nem o cozido, nem o dentro nem o fora. Um governo não revoga as mãos, nem o tato, e não revoga o jogo. Um governo não revoga o eco, o ego, a água ou o fogo. Um governo não revoga palavras, plantas, minérios, nem flechas, nem feixes. Nenhum governo te revoga: um governo não revoga heterotopias.

AS MICROPOLÍTICAS DEMOCRÁTICAS DE CADA DIA³⁹⁸

Tal como se assentam e interpenetram as micropolíticas autoritárias no cotidiano, corroendo os caracteres e transformando homens em pedras e pombos, as micropolíticas democráticas também circulam suas redes para além e por dentro a esfera estatal e o poder soberano, conforme situam Deleuze e Guattari pela concepção molecular e dinâmica das micropolíticas.

O poder da vida, assim, consegue se estabelecer em meio a normatividades éticas, políticas e jurídicas, articulando-lhes nas capturas, em um campo de forças que não apenas resiste e se contrapõe às micropolíticas autoritárias – nem se fale às macro –, mas que verdadeiramente é capaz de instituir novas subjetividades e produzir diferentes modos de existir, vocacionados, inclusive, à preservação dos espaços de convivência e de coexistência.

É então que cada casal homoafetivo que assume o risco do linchamento ao andar de mãos dadas na rua e expressar sua afetividade eleva-se à afirmação de grande potência (embora seja imoral e injusto que indivíduos corram o risco de responder corporalmente por distorções estruturais coletivas), assim como cada pequeníssimo ato de não mediocrização do pensamento e do agir se colocam como decisivos àquilo que somos, mesmo que irresolutamente: como corpos, como subjetividades, como indivíduos, como pessoas, como cidadãos; como qualquer papel que venhamos a empenhar, expressamos toda a nossa relevância contra a opressão.

São estes pequenos grandes momentos que poderiam ser objeto de uma educação cotidiana, assim como que os casos de uma Filosofia do Direito: o quanto se podem interpenetrar nos tecidos das instituições e das regulamentações tais expectativas-realidades? Até onde o tecido morto e esclerosado do Direito pode se revitalizar (se é que esta contradição pode ser pensada)?

Parece que sem este exercício constante, que mais ameaça a liberdade vida do que a normatividade do Direito, é um fato, reduz-se o Direito à sua tecnocracia efetiva. A hermenêutica dos direitos humanos e dos não-humanos, por isso, pode ser um instrumento constante de uma Filosofia do Direito; uma microhermenêutica que ainda precisa ser não apenas realizada como assumida enquanto um dever. Linguagem, historicidade, dor, parecem impor-nos tal caminho ao sentimento e à argumentação.

Há um respaldo macropolítico para estas micropolíticas democráticas e a concepção contemporânea do Direito Internacional dos Direitos Humanos e a hermenêutica dos direitos fundamentais é um trabalho histórico nesse sentido, que não pode nem ser esquecido quanto muito menos desvirtuado ou reduzido em suas potencialidades.

Move-se, na micropolítica democrática, toda uma rede de saberes em que as forças em jogo não se apresentam como coerção, opressão e negação de condutas, mas, sim, demonstram sua face compreensiva, criativa, propositiva, afirmativa. É um movimento similar às regras de fomento, mas aí como que o Direito se desprega de expectativas de conduta que não seja senão possibilitar a multiplicidade e interditar a violência e a morte

³⁹⁸ VENTURI, E. R. As micropolíticas democráticas de cada dia. **GGN O jornal de todos os brasis**, 17 fev. 2019.

promovidas por suas próprias políticas; o Direito se torna, portanto, “pouco” e “tudo”, em um certo sentido material e formal; recurso e garantia.

A vida se afirma, assim, em sua pluralidade, amplifica suas projeções de singularidades e multiplicidades, expande seus potenciais, articula-se para além dos enclausuramentos identitários que, em crise, sem se repensar e sem se renovar, sem mesmo sequer se problematizar de dentro para fora, cristalizam-se em formas rígidas, ressentidas, reativas e destrutivas, instaurando o núcleo energético de forças da micropolítica autoritária, insegura e medíocre, despropositada e covarde.

Poder, saber, carne e rizoma são as formas articulantes das forças micropolíticas democráticas, que são postas em movimento e em ambiência com as micropolíticas autoritárias, sem se reduzirem a forças de ressentimento ou de igualamento, unidade, homogeneização.

As diferenças podem se difundir, os panópticos que se implodam com a heteronomia, as classificações se desfiam. A mitologia se renova e Ovídio se torna um poeta contemporâneo. Toda a rede semântica de metanarrativas, de verdades postas e de ideologias peremptórias é posta não apenas sob suspeita como sua desarmadura abre a possibilidade da existência, o que, por sua vez, devolve a toda tona o problema da liberdade e toda a coragem envolvida em se assumirem as diferentes tonalidades e entonações que a vida e o desejo produtivo demandam.

As buscas das micropolíticas democráticas, assim, são perguntas sobre a sujeição das subjetividades e também sobre o assujeitamento destas subjetividades às redes das grandes políticas e também suas capturas capilares pelos microautoritarismos.

Se a subjetivação é um processo constante e acelerado, há uma pergunta cujo processo de desenvolvimento das respostas pode ser tomado como um compromisso ético, que na mesma medida em que antecede a viabilidade das democracias liberais, parece se colocar como uma de suas precondições: em que medida o nosso cuidado de si implica a assunção de um cuidado pelo outro? Em que medida a sobrevivência e a convivência da alteridade são também uma medida de preservação individual? E em que medida este individual só existe na relação, na relação da vida e da política, das micro e das macro políticas, autoritárias ou democráticas?

Não nos perguntamos mais quem somos, afinal, mas a grande questão se torna o que “tudo isso” está nos tornando: o que este mundo em convulsão autoritária e seus traços arbitrários e autocráticos fará, afinal, com nossos posicionamentos, nossos conhecimentos e costumes, nossas visões de mundo, nossas capacidades de interpretação, nossas habilidades de valoração, nossos contatos com o real e com o surreal.

O que acontecerá com essa forma provisória, frágil, mutante e impermanente que é esta presença identificável como o ser que somos e pelo qual nos relacionamos, este corpo que temos, que somos e que expressa nosso fenômeno finito e nossas interrelações finitas e breves. Os limites do nosso delírio e os objetos do nosso desejo de morte e extermínio. No mundo das automatizações antidemocráticas, “a anamnese é o antípoda – nem isso, nem sequer existe um eixo comum – o ‘outro’, da aceleração e da abreviação”.

Se o poder forma a subjetividade, se as forças estão dadas em diferentes equalizações, sentidos, fluxos e resistências, sempre podemos nos tornar os répteis das micropolíticas autoritárias ou exercer nossa humanidade imperfeita em circuitos democráticos: administrando nossos jardins em metamorfoses em nossos corpos, de um ser que nunca se realizou senão enquanto nome.

OS AUTORITARISMOS MICROPOLÍTICOS DE CADA DIA³⁹⁹

Como lanternas que sobem aos céus em uma festa cultural, elevam-se as notícias – não notícias jornalísticas, mas “informações de que se toma conhecimento” – dos autoritarismos micropolíticos de cada dia. Como gotas de chuva densas, daquelas de verão, rápidas, que explodem ao tocar o solo, caem decisões e decisões micropolíticas autoritárias e arbitrárias, voluntaristas e superficiais.

Cravados com profundas fundações nas mentalidades, tais poderes autoritários da micropolítica engendram subjetividades muito peculiares, com os rostos mais gentis que se possa imaginar. Estes autoritarismos marcam a trama das relações sociais a um ponto tal que o agente moral, diante deles, precisa realizar escolhas de filiação ou de desfiliação, submetendo-se à brutalidade da perseguição e da interdição perpétua acaso não se conecte ao sutil sistema que se estabelece sobre o arvoreamento burocrático, tal como teias de aranha que se sobrepõem em árvores.

Acaso se seja um estrangeiro nos círculos de formação desta cultura, isto é, se seja alguém que tenta ingressar, para o exercício de um direito, nos espaços dominados por estas subjetividades forjadas ao ferro quente do autoritarismo micropolítico – e salvo se tenha um salvo-conduto de algum contato considerado valioso – o estrangeiro será peremptoriamente excluído ou, acaso adentre, será ingresso em razão de um número de quota perversa, porque certos processos de seleção possuem as quotas nefandas que não são quotas de políticas de discriminação positiva, mas são quotas muito limitadas de efetivo cumprimento das regras seletivas (gerais, abstratas, impessoais, morais, técnicas, públicas, transparentes).

Sim, eventualmente, por sorte, ou seja, por alguma margem que escape ao universo dos grandes acordos daqueles que tenham poderes consideráveis de decisão, alguns sujeitos ingressarão segundo alguma consideração de mérito, ou alguma consideração envolvida efetivamente nas regras do jogo.

Os autoritarismos micropolíticos costumam se localizar nos espaços que se habitua chamar de “feudos”: altamente hierarquizados, altamente vigilantes, com senhores e vassalos – muitos vassalos ambiciosos, diga-se de passagem. Jura-se fé, fidelidade, torna-se dependente, um bom vassalo se cria desde o ovo, o resto é jogo e consequência, proteção e ataque aos que não cederam a devida porção de alma, trabalho e demais atividades estranhas às finalidades institucionais. Byung-Chul Han estava, então, certo, ao identificar que autoexploração se confunde com autorrealização e esta com autodestruição e falta de autenticidade.

O autoritarismo micropolítico depende de uma boa rede feudal para afirmar seus microssistemas de regras cambiantes e questionáveis, ao sabor dos humores, dos afetos e dos interesses das alianças espúrias que acendem e apagam como as lanternas que sobem aos céus e depois caem ou se apagam rapidamente. Estamos, então, no reino da distopia jurídica, do capricho, das violências, do despotismo, do desvio de finalidade, do abuso de autoridade, dos favoritismos. Déspotas e tiranos bonachões.

Dos maiores problemas é que a força que estes indivíduos exercem é a transmutação de uma força conferida por um sistema democrático. O que lhes confere a força é o cargo,

³⁹⁹ VENTURI, E. R. Os autoritarismos micropolíticos de cada dia. **GGN O jornal de todos os brasis**, 05 fev. 2019.

não a virtude ou a habilidade técnica ou moral. Assim, assistiremos decisores medíocres e veremos procedimentos hermenêuticos repletos de estultices, mas legitimados por uma estrutura então tornada pervertida, degenerada, desvirtuada em sua missão e finalidade institucionais.

No mais, decisões tomadas com base no pessoalismo, no personalismo, no personalíssimo, nas relações de amizade, nas indicações pessoais e demais mecanismos subjetivos que funcionam de um modo paraprocessual. Processos não são entidades supra-humanas.

Um processo nunca é uma avenida aberta e clara, mas antes, no mundo das micropolíticas autoritárias, uma ruela com várias ramificações desconhecidas, ou um processo perpassado por várias maleabilidades, elasticidades e ductibilidades morais. Uma festa na sexta à noite, uma banca de julgamento na segunda de manhã. Uma simpatia e tudo pode ser diferente. Não há coordenada política que escape às micropolíticas autoritárias.

As decisões das micropolíticas autoritárias não se assentam em procedimentos argumentativos de justificação moral. Elas são incapazes de sobreviver a este crivo, a despeito das qualidades retóricas dos senhores feudais. Se no fundo “é assim porque queremos, é assim porque preferimos”, talvez não se considere haver sequer um ônus de resposta e, quem dirá, um direito de recurso.

As decisões não são nem questionadas formalmente, nem tampouco judicializadas; isto quando a fonte delas mesmo não é por dentro do Poder Judiciário. O máximo que se pode fazer é bradar sua injustiça no âmbito da privacidade – pois no âmbito da esfera pública se explicitam a falta de solidariedade dos pares e a rede de vassalagem defenderá o reino da micropolítica autoritária. No mundo das micropolíticas autoritárias não existe amizade, muito menos solidariedade ou fraternidade. O que há é cálculo, aliança, uso e descarte. As ameaças disciplinares vêm de todos os lados e como comissões são formadas por pessoas, o mau relacionamento político é a pior política, é o mau direito, é a ausência do direito levado à prática.

As decisões, ainda, não são decisões insatisfatórias diante de uma “justiça ideal”, ou de um cenário analítico complexo em que se abram redes de causalidade, redes de condicionalidade, redes de singularidade. Não há essa sofisticação, não há sequer o sentido do interesse violado a despeito do direito preservado; o que há é a crueza da violência institucional. São arbitrariedades grotescas e cotidianas, no plano da literalidade dos dispositivos, no plano das interpretações simples, no plano daquilo que se chamam “casos fáceis”, da subsunção, são talhos conceituais intensos e descon siderações frontais da linguagem mais evidenciada em sua semântica mais imediata.

Estas decisões fáceis, rasas, pouco desenvolvidas, pouco escritas, extensivamente e exaustivamente repetidas, elas são os componentes elementares das micropolíticas autoritárias cotidianas: se a anáfora é proposital, os efeitos são profundos, persistentes e estruturantes de novas relações, e essa estruturação enfraquece a maleabilidade do jogo em nome da cristalização das regras veladas e sua repetição habitual.

Existe, sobrevive e se emula, assim, um corpo monstruoso de decisões antijurídicas eficazes, eis que são seguradas não por políticas democráticas, valores ou conteúdos democráticos: são força bruta, institucionalizada, sustentada e alimentada por uma rede de agentes sociais comprometida com uma cultura das micropolíticas autoritárias de cada dia.

Valer-se-ão inclusive da crítica à democracia liberal (aliás, não seria esta forma o nascedouro mesmo destas micropolíticas?), serão da esquerda, do centro, da direita, dos direitos humanos até mesmo; será uma ironia sem fim, um jogo inútil de rotulações e pretensas identidades. Enredar-se-ão em multiespécies de ramificações de democracias; falarão de ontologias do cotidiano ou das tipologias da democracia, criticarão céus e mares, deterão as metodologias verdadeiras, corretas, adequadas, e, ao final, como subproduto biliar, oferecerão mais do mesmo autoritarismo micropolítico cotidiano.

A macropolítica se torna o objeto do alívio pulsional daquilo que se expande nas micropolíticas. Criticam-se as grandes decisões da política, as grandes jogadas do mercado, mas nos microuniversos seguem-se as mesmas lógicas. O horror moral da corrupção tem um “locus” e um rosto definido, e o subterfúgio das microcorrupções cotidianas é como que expurgado nos altares de sacrifício da esfera pública. As coisas vão mal por cima e por fora, mas por dentro estão mais corroídas e apodrecidas do que nunca, e o “odor mortis”, quanto mais de perto, mais ofensivo ao olfato.

Uma educação política está cada dia mais distante. O ensino do discernimento e da oposição ao arbítrio do poder é substituída mais e mais pela docilidade, por um lado, e pelo corporativismo, por outro, como duas grandes amarras do nó micropolítico autoritário. As redes pessoais e individuais são mais importantes do que qualquer conhecimento, do que qualquer direito abstrato, do que qualquer princípio moral. A “corrosão do caráter” assume uma amplificação que abarca inclusive os setores da crítica do poder que, conhecedores das regras e das análises, valem-se deste conhecimento para produzir mais dos mesmos efeitos aos quais deveriam se opor— ou seja, emulações das mesmas subjetividades dominantes.

Se a totalidade da obra é grandiosa e majestosa, seus detalhes são ainda mais instigantes, mais reveladores das pequenas estruturas que dão forma ao todo. Não à toa, a grande lição hermenêutica do círculo hermenêutico recomenda que não se prenda nem no micro nem no macro, nem no holismo nem no detalhismo, nem no esboço geral e nem no preciosismo detalhista. Interpretação e compreensão são sempre trânsitos, idas e vindas, focos, desfocos e refoques.

Talvez um dia, assim, desçamos da grande política e olhemos o nosso feudo sagrado da micropolítica autoritária cotidiana, do corredor e do escaninho, decidindo nossas vidas a todo instante.

SUJEITO CRÔNICO DEGENERATIVO⁴⁰⁰

Um sujeito médio, de sentimentos crônico-degenerativos, daqueles sujeitos que ainda se davam ao trabalho de abrir o jornal ao invés de caminhar sob o sol ou de dormir mais um pouco ou de rabiscar garatujas em papéis ou de conversar com seus amantes ou de ouvir as melhores músicas de sua lista favorita em aplicativo, ou em papéis dispersos, ou de simplesmente ligar o obsoleto aparelho de televisão, e digo, daqueles sujeitos comuns largados no cotidiano, perdidos nas quinas da cidade, abarrotados em transporte coletivo, munidos de café com leite ou sem, amontoados em repartições burocráticas ou alinhados erraticamente desde a pré-madrugada em filas de emprego, e propensos mesmo a acessar alguma página de internet de conteúdo jornalístico, como se costuma chamar aqueles textos-bomba, textos-cápsula-de-veneno-espiritual, em tela ou em palma, geralmente aquela *matéria-amorfa* que, nos hábitos adquiridos, melhor lhe aprouvesse às faculdades meditativas, ou seja, aquela que lhe retumbasse seus ideais mais íntimos, dando-lhe existência individual e coletiva, ou, alternativamente, aquela página luminosa que lhe passasse uma imagem de um desejado mundo factual ou objetivo que ele ansiava haver e poder conhecer para se distinguir de uma humanidade tumultuosa, tocando com luvinhas de pelica o corte sangrento do real, ou, ainda, dedilharia com prazer aquele conteúdo escrito e audiovisual que, por razões de estilo, valores e modos de dicção taquigrafada, lhe animasse o mais alto desequilíbrio interior alimentado por toda sorte de dissociação e desagregação intelectual, um caos de emoções bagunçadas desde uma irresoluta fase anal malsucedida, esse sujeito médio, simples, ordinário, comum, fungível para quase todas as relações a que se encontrava atarraxado, esse homem de carne, humores, seivas e óleos, desprezível e substituível por outro parecido, recoberto pela cópia infinita de roupas plasmadas de outrora gênios criativos, ele apenas queria, verdadeiramente, viver, simplesmente viver, um grito de vida de um corpo medíocre, sem protuberâncias, significasse viver consumir-se em substâncias entorpecentes, ou em notícias entorpecentes, ou em ideologias entorpecentes, ou apenas no cerne do fim do mundo do trabalho ou nos enjaulamentos da família e do trabalho que lhe tomariam todo o néctar conferindo as mais belas recompensas biológicas, costurados por boa metafísica de náilon, renda, couro, era como se apresentava ao mundo o sujeito cronicizado, degenerado da modernidade, degenerado da pós-modernidade, degenerado da humanidade, Frankenstein semântico costurado por qualquer fio de luz lavável, aquela única possibilidade e configuração normal de sua aparência, ele queria realizar algumas vontades, e diziam-lhe que todo homem era filósofo mas, ao mais do tempo, nenhum homem com senso de urgência queria sequer ser filósofo, apenas queria viver, enquanto há, viver a penalidade e o milagre de ser vivente, não pensar tanto, e este ser frágil e forte, inconsciente anafado, ele se perguntava o tempo todo as razões de se dar tanta atenção a certos nós do poder, e lhe era óbvio que havia toda uma condução muito maior ali envolvida, naquela monotonia, naquele teatro que nunca seria circo muito menos caça ao leão, com uma sucessão de absurdos orquestrados, o que certamente não era gratuito aos olhos de qualquer sujeito médio, poder, aliás, decisivo sobre sua vida e as vidas de quem lhe interessava fosse tudo bem, corresse tudo em ordem, e as preocupações todas do futuro cada vez mais rápido, mas o sujeito, no meio do turbilhão de inconformismo com o cenário com o qual se deparava, ele clamava por aspirinas ou congêneres, tal qual uma Macabéia multisetorizada, era ciborgue sem altos equipamentos, era um astronauta da

⁴⁰⁰ VENTURI, E. R.. Sujeito crônico degenerativo. **GGN O jornal de todos os brasis**, 20 ago. 2019.

Nota do autor: O que um governo não revoga?

terra nua e seca lançada no cosmos sem freios, e ele apenas queria anestésicos para viver sua vida, sua vida simples sem muitos requintes ou sofisticções, das doenças e dores que lhe atormentavam a alma, suas dores e as dos outros que ele tomava emprestadas em um gesto de humanidade, de solidariedade, cujas bolsas haviam ido à bancarrota naqueles tempos em que o sujeito abstrato, como que um boneco cheio de necessidades, ou um autômato não mecânico, já não se via na carne do mundo da qual era um alheio acima, mas haviam cooptações postas de tal modo que ele se perguntava insistentemente, como que elaborando extensas listas mentais contidas em síntese, listas de casamento ou de compras, passou-lhe de relance por que se gastava tanto espaço e energia com aquela gente toda, sempre a mesma, há anos, colecionando fotografias que não lhe diziam respeito ao compasso de se bolorarem todos os álbuns de família e sequer se possuir um registro do primeiro amor, quando haveria tanta vida por todo o lado, tanta gente produtiva, criativa, porque falávamos e líamos e debatíamos as mesmas figuras ou os seus clones imediatos, uma novela de mesmos personagens e atores como se não houvesse nada mais perto, nem carne nem localidade, apenas fantasmas do passado e do futuro, ocorreu ao sujeito que desistiu, esqueceu, virou-se as costas, pensou que estaria nos anos 1980 ou antes, na juventude de seus pais, no vigor dos seus filhos vindouros, pensou em como os sonhos pequenos e as coisas bobas eram plenos e bastantes em si, cuidou das suas coisas, lembrou-se das vanguardas, arrumou suas gavetas, descolou um chiclete encardido da sola gasta com folhas e pelos e penas, e aqueles projetos de poder todos, não os trocava nunca por aquelas fotos perdidas de gaveta com sóis de amanhecer que ainda se podia desfrutar, ou carinhos pequenos que se poderia viver, e, então, para além de toda fuligem, de todo alcatrão, de toda a brasa que deixavam os homens imundos por nada, que lhes sufocava por nada, que os consumia por nada, descobriu imediatamente em si a maior revolução, profunda, verdadeira, intensa, silenciosa, tomou-na às mãos, demitiu o analista, descartou as medicações no ralo com coca e cândida, não praticou suicídio, não cometeu homicídios, não incitou genocídios ou estupros, não explodiu lojas, não assaltou bancos, não fomentou cancos, não fez sexo desprotegido com conhecidos ou estranhos, não descosturou qualquer tessitura que não tenha concorrido à cosedura, escreveu ao professor esquecido, cassou todos os títulos do mundo, cassou todos os votos dados dos eleitorais aos de fidelidade amorosa, anulou o sentido do mundo, sentiu-se um deus não punitivo e destruidor, rebobinou todos os erros, retrocedeu todos os retrocessos, agradeceu pela manhã, matou todos os inimigos, aniquilou todos os ódios, cassou-se, cassou-lhes, bradou a revogação, perdeu-se de si, perdeu-se do tempo, como em uma crescente turbulenta em meio ao promédio do banal, viu-se, tomou-se, fez-se, era-lhe.

ANEXO II – PLANO DE ENSINO: PÓS-HUMANISMO, BIOPOLÍTICA E FILOSOFIA DO DIREITO

Disciplina: Pós-Humanismo, Biopolítica e Filosofia do Direito

Público: Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)

Período letivo: Primeiro Semestre de 2020

Terças-feiras, 19h

Horas-aula: 45

A finalidade do curso é abordar o campo teórico do Pós-Humanismo com um recorte especial no Pós-Humanismo Crítico. A partir da centralidade da noção de “formas de vida” naquela expressão de pós-humanismo, parte-se ao aprofundamento da Biopolítica, recaindo o enfoque sobre a abordagem proposta pelo filósofo italiano Roberto Esposito, em especial, as dimensões afirmativas e democráticas advindas de categorias críticas e desconstrutivas-constitutivas como o “impolítico” e o “impessoal”.

Tomando por mote o constructo Pós-Humanismo Crítico e da Biopolítica Afirmativa Democrática passa-se, então, à contextualização dos horizontes abertos da Filosofia Contemporânea do Direito, em que vida, poder e tecnologia se encontram imbrincados ao problema da normatividade jurídica soberana e da microfísica do poder.

A partir desta conjunção teórica o curso visa estabelecer oficinas de “ontologias do presente”, partindo-se de situações-problema atuais segundo uma postura filosófica de problematização que envolve a consideração da normatividade positiva incidente e a reflexão construída argumentativamente a partir dos pressupostos acumulados, do Pós-Humanismo Crítico e da Biopolítica, reunidos em torno aos exercícios propostos.

A produção textual se dará na linha da produção da escritura, enquanto um espaço de atuação, com pretensões do olhar e preocupações da ontologia do presente, buscando-se reafirmar o exercício da reflexão crítica a partir do pensamento estruturado e expresso na linguagem verbal escrita com recurso a outras fontes de conhecimento e recursos expressivos e filosóficos visando o desenvolvimento de uma racionalidade jurídica não estrita ou instrumental.

Pretende-se estimular o exercício de uma interface entre a produção literária, como instituição que permite ampla liberdade de escrita, com a Filosofia do Direito, que produz uma série de restrições ao pensamento e ao discurso, mas uma série de restrições não tão fechadas quanto o seriam em um plano de dogmática jurídica estrita, e que precisam ser administradas pelo *scriptor* no jogo de discursos pelos quais transita. Busca-se, então, no espaçamento entre-liberdades e no tensionamento do possível (e do impossível) a emergência da reflexão filosófico-jurídica.

Nesse sentido, a Filosofia do Direito é pensada, dentre suas inúmeras possibilidades e potenciais, mais como articulação do que como arranque e ataque, com uma posição “entre-tensionamentos” sem, com isso, se colocar como terceiro acima, como juiz ou como deus da causa, ou mesmo como autor. Talvez um exercício de descentramento a partir de si e pelo reconhecimento de si seja das primeiras atividades de desconstrução.

A ênfase nos processos de leitura e de escritura, que articulam dimensões da hermenêutica e da argumentação, mas não apenas dentro destes quadrantes já tradicionais, é uma das

demandas do exercício filosófico, perceptivo e sensitivo. O processo de desnaturalização decorrente do anti-humanismo e da renaturalização é um questionamento permanente sobre o que se apresenta naturalizado, o que precisa ser renaturalizado, o que deve ser desnaturalizado e como se pode aliviar a carga de dualidade ao se valer destas figuras, mais propriamente, destes movimentos de pensamento sobre outras bases que não as comuns em Filosofia do Direito – a começar pelo afastamento do problema da justiça.

Ementa: Biopolítica Afirmativa; Escritura; Filosofia Contemporânea do Direito; Ontologia do Presente; Pós-Humanismo Crítico.

Objetivo geral: articular elementos teóricos do pós-humanismo com leituras de fenômenos em dimensões biopolíticas e tanatopolíticas atuais e de interesse ou proximidade à reflexão jurídica.

Objetivos específicos:

- Articular os conceitos e as linhas de discussão a partir de alguns enfoques estabelecidos em termos de resistência e de democracia, pelos quais a Filosofia do Direito e as categorias jurídicas possam ser lançadas nas problematizações, especialmente em junturas ante o impolítico e o impessoal.
- Se o plano da Filosofia Contemporânea do Direito pode ser considerado um horizonte de acontecimentos (platô), fluido, então pretende-se manejar as elasticidades conceituais das categorias jurídicas que, pelo impolítico, são tornadas elásticas.
- Articular diferentes dimensões da escrita em torno a uma argumentação não peremptória ou definitiva de julgamento cabal de situações, mas com o jogo das diferentes dimensões segundo as possibilidades da escritura na crônica como ontologia do presente.

Metodologia de ensino: os encontros serão centrados na leitura, relatoria, discussão e produção textuais. Para os seminários, cada relator designado fará a síntese dos textos selecionados, podendo complementar com outras leituras, abrindo-se o debate.

Recursos didáticos: sala de aula, *datashow*.

Avaliação: participação em leituras, seminários, relatorias e escritas.

Referências: conforme capítulos da tese – percursos temáticos.

CRONOGRAMA

10/03/2020 – ENCONTRO 1 – Apresentação do projeto da disciplina e problema geral. Ajustes de cronograma. A crônica.

17/03/2020 – ENCONTRO 2 – Escritura e Ontologia do Presente.

24/03/2020 – ENCONTRO 3 – Filosofia Contemporânea do Direito.

31/03/2020 – ENCONTRO 4 – Humanismo Tradicional e Anti-Humanismo Pós-Estruturalista.

07/04/2020 – ENCONTRO 5 – Pós-Humanismos, Críticas e Pós-Humanismo Crítico.

14/04/2020 – ENCONTRO 6 – Pós-Humanismo Crítico.

21/04/2020 – ENCONTRO 7 – Transhumanismos, críticas e valores transhumanistas.

28/04/2020 – ENCONTRO 8 – Mapeamentos da biopolítica.

05/05/2020 – ENCONTRO 9 – Do impolítico à filosofia do bíos em Roberto Esposito.

12/05/2020 – ENCONTRO 10 – Filosofia do bíos e biopolítica afirmativa.

19/05/2020 – ENCONTRO 11 – Bioéticas e Filosofia Contemporânea do Direito.

26/05/2020 – ENCONTRO 12 – Finalização da disciplina.

10/03/2020 – ENCONTRO 1

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DA DISCIPLINA E PROBLEMA GERAL. AJUSTE DE CRONOGRAMA. A CRÔNICA.

Objetivos específicos: apresentar o projeto da disciplina; estabelecer ajustes do cronograma geral; iniciar a discussão a partir do gênero literário da crônica como espaço para exercício da ontologia do presente, da escritura e da filosofia do direito.

Apresentação do problema: o espaço literário da crônica como ambiente para produção de Filosofia do Direito como ontologia do presente: contradições, incoerências, conflitos, tensões e potenciais.

17/03/2020 – ENCONTRO 2

ESCRITURA E ONTOLOGIA DO PRESENTE

Objetivo específico: o objetivo temático deste encontro é o de propiciar a conjugação reflexiva de uma noção da ontologia do presente, enquanto crítica dos dispositivos de assujeitamento e dominação engendrados nas sociedades disciplinares e de controle, como meio de análise do processo histórico de subjetivação em que “o autor” se encontra multiplamente inserido, dentro do horizonte pós-humano, concomitantemente com uma estratégia textual-discursiva a partir da prática, ou exercício, de uma noção fraca da

escritura, no universo da redação da crônica, como exercício também de uma linha de entrecruzamento para se pensar o Direito, mas, então, em outro registro possível, buscando-se o potencial para além da significação da palavra como instrumento do pensamento, tomada em sua fuga da filosofia (do direito) e da literatura (da crônica), valendo-se das invocações apresentativas, impessoais, intransitivas, produtivas e flutuantes da escritura.

24/03/2020 – ENCONTRO 3 FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA DO DIREITO

Objetivo específico: pensar a Filosofia Contemporânea do Direito como campo aberto, fértil, complexo e interrelacionado de potenciais e potencialidades para se elaborarem novos conceitos, práticas, dinâmicas, reconstruções, entendimentos e demais exercícios de ordem intelectual, emocional e afetiva a partir dos quais se possam tanto estabelecer críticas aos modos de subjetivação jurídica do presente quanto, igualmente, abrir estratégias criativas e propositivas de construção de direitos, de espaços de liberdade e de resistências e oposições tanatopolíticas.

31/03/2020 – ENCONTRO 4 HUMANISMO TRADICIONAL E ANTI-HUMANISMO PÓS- ESTRUTURALISTA

Objetivo específico: investigar a questão filosófica em torno ao problema da natureza e da condição humanas, especialmente sob o enfoque de sua normatividade e possíveis usos como justificativas de exclusão ético-política.

07/04/2020 – ENCONTRO 5 PÓS-HUMANISMOS, CRÍTICAS E PÓS-HUMANISMO CRÍTICO

Objetivo específico: discutir as diferentes linhagens do Pós-Humanismo como ambientação teórica, seus pressupostos, o contexto filosófico de sua emergência, suas principais críticas e as críticas feitas sobre si.

14/04/2020 – ENCONTRO 6 PÓS-HUMANISMO CRÍTICO

Objetivo específico: analisar os elementos específicos de composição do Pós-Humanismo Crítico como corrente filosófica e suas potenciais mudanças na apreciação e valoração de sistemas éticos e políticos.

21/04/2020 – ENCONTRO 7
TRANSHUMANISMOS, CRÍTICAS E VALORES TRANSHUMANISTAS

Objetivo específico: analisar os elementos conceituais das diferentes linhagens do Transhumanismo, abordando sua especial relação com a Filosofia da Tecnologia e seu papel na demonstração da constituição histórica e social do “humano”.

28/04/2020 – ENCONTRO 8
MAPEAMENTOS DA BIOPOLÍTICA

Objetivo específico: analisar as diferentes linhagens e composições conceituais em torno à expressão “biopolítica”, assim como os principais questionamentos filosóficos decorrentes deste modo de apreensão e prática filosóficos.

05/05/2020 – ENCONTRO 9
DO IMPOLÍTICO À FILOSOFIA DO BÍOS EM ROBERTO ESPOSITO

Objetivo específico: analisar uma breve síntese do percurso intelectual do filósofo italiano Roberto Esposito e suas principais contribuições conceituais à Filosofia Política Contemporânea, com especial atenção ao impolítico e ao impessoal.

12/05/2020 – ENCONTRO 10
FILOSOFIA DO BÍOS E BIOPOLÍTICA AFIRMATIVA

Objetivo específico: analisar a filosofia do bios na proposta do filósofo italiano Roberto Esposito, enfocando especialmente sua construção por uma “biopolítica afirmativa”.

19/05/2020 ENCONTRO 11
BIOÉTICAS E FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA DO DIREITO

Objetivo específico: relacionar enfoques normativos das bioéticas contemporâneas (cotidiana, interventiva e de proteção) no campo da racionalidade jurídica, enfatizando-se o tensionamento havido entre a biopolítica e a bioética.

26/05/2020 – ENCONTRO 12
FINALIZAÇÃO DA DISCIPLINA

Objetivo específico: finalizar a discussão do processo vivenciado reunindo as principais dificuldades, contribuições, perspectivas de novos estudos e dimensões do problema. Reunir os diferentes aportes discutidos ao longo do curso.

